

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

**Programa de Pós-Graduação em Geografia -
Tratamento da Informação Espacial**

FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA:

relações bilaterais entre os estados de Roraima e Bolívar

Ana Carolina Viana Faria

Belo Horizonte
2010

Ana Carolina Viana Faria

**FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA:
relações bilaterais entre os estados de Roraima e Bolívar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Alexandre Magno Alves Diniz – PhD

Co-orientador: Oswaldo Bueno Amorim Filho

Belo Horizonte
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F224f Faria, Ana Carolina Viana
Fronteira Brasil/Venezuela: relações bilaterais entre os estados de Roraima e Bolívar / Ana Carolina Viana Faria. Belo Horizonte, 2010. 390f. : il.

Orientador: Alexandre Magno Alves Diniz
Co-orientador: Oswaldo Bueno Amorim Filho

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial.

1. Geopolítica. 2. Integração latinoamericana. 3. Brasil -- Relações exteriores -- Venezuela. 4. Venezuela -- Relações exteriores -- Brasil.

I. Diniz, Alexandre Magno Alves. II. Amorim Filho, Oswaldo Bueno.

III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. IV. Título.

CDU: 327

Ana Carolina Viana Faria

Fronteira Brasil/Venezuela: relações bilaterais entre os estados de Roraima e Bolívar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz (Orientador) – PUC Minas

Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho (Co-orientador) – PUC Minas

Prof. Dr. Danny Zahreddine – PUC Minas

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2010.

*Ao Dudu, irmão amigo e inesquecível, que
tão cedo nos deixou para ficar mais pertinho de
Deus. A certeza de que te veremos novamente nos
faz suportar a saudade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Alexandre Magno Alves Diniz, pelos ensinamentos, conselhos e pela parceria harmônica no desenvolvimento da nossa pesquisa, possibilitando que o meu desempenho se tornasse melhor progressivamente.

Agradeço ao meu Co-orientador, Professor Doutor Oswaldo Bueno Amorim Filho, pelas excelentes bibliografias recomendadas para a construção do nosso referencial teórico.

Agradeço ao meu professor, Doutor José Flávio Morais Castro, pela grande atenção, pelos ensinamentos e pela força nos momentos mais difíceis.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pela excelente estrutura do nosso Programa, pelas disciplinas cursadas, tão valiosas para a minha vida acadêmica.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos, a qual me possibilitou chegar tão longe com a realização do Mestrado.

Agradeço às amigas Emmanuely Souto Maior e Daniella Alejandro Parra, as quais conheci nos trabalhos de campo em Roraima, pelo material disponibilizado, por me acolher em seu lar, pelo carinho e atenção dispensados.

Agradeço ao Rubén Ruiz Timaure, venezuelano residente na região de fronteira entre o Brasil e a Venezuela, por me ajudar a conseguir materiais, dados e informações para o subsídio da pesquisa.

Agradeço à Francislene Rodrigues, professora da Universidade Federal de Roraima, por todo o material disponibilizado, pelas pistas que me ajudaram na investigação, por me apontar inúmeras fontes para a pesquisa.

Ao senhor Sérgio Pillon Guerra, atual Secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado de Roraima, por me disponibilizar o abundante material existente sobre as relações entre os estados de Roraima e Bolívar e por me receber em seu gabinete e me conceder uma entrevista muito importante. Além disso, agradeço-lhe também por haver me apresentado aos Governadores de Roraima, Engenheiro José de Anchieta Júnior, e do Estado Bolívar, General Francisco José Rangel Gómez.

Ao senhor Shigeaki Ueki Alves da Paixão, Chefe da Divisão de Difusão Turística do Departamento de Turismo da SEPLAN/RR, agradeço pelo significativo auxílio na obtenção de dados, pela cordialidade e acima de tudo pelo compromisso em me ajudar.

Aos funcionários da Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais de Roraima (SEAI/RR) pela entrevista concedida e pelo vasto material disponibilizado.

À Universidade Estadual de Roraima (UERR) pelo fornecimento dos dados a respeito do convênio na área de educação com a Universidade Experimental de Guayana.

Ao Professor A. T. R. Veras, da UFRR, pela hospitalidade, pela atenção e pelo material cedido.

Ao Delegado de Polícia Federal, senhor Nelson L. Kneip de Freitas Macedo, pela entrevista concedida e pelo encaminhamento dos dados solicitados.

À senhora Cristina Esteves, Agente da Polícia Federal, lotada na delegacia de fronteira em Pacaraima, pelo respeito à minha pesquisa e pela disposição em me ajudar na coleta de dados.

Ao secretário Haroldo Eurico Amoras dos Santos, da Secretaria de Planejamento de Roraima (SEPLAN), pela entrevista concedida.

À Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais da SEPLAN-RR, na pessoa do senhor Milton Antonio do Nascimento, pela entrevista concedida, pela cordialidade e atenção.

Ao Dr. Jeovani Soares Batista, Diretor do Pronto Socorro Francisco Elesmano, pela entrevista concedida a respeito do atendimento de estrangeiros em Roraima.

Ao Cônsul de Primeira, senhor Efrain Enrique Flores Tejera, do Consulado Geral da Venezuela em Boa Vista (RR), pela entrevista concedida, pelo material fornecido e atenção dispensada.

Ao senhor José Dirceu Vinhal, pela entrevista concedida e pela honra em me convidar para participar do IX Encontro de Governadores Roraima/Bolívar, realizado nos dias 29 e 30 de abril de 2010.

À Academia de Polícia Integrada de Roraima (API) na pessoa dos senhores Francisco de Oliveira Santos (Chefe de Gabinete da API/RR) e Ilmar Soares Costa (1º Tenente QOPM), por nos receber tão bem e por nos fornecer dados importantes para a pesquisa a respeito do convênio entre Roraima e Bolívar na área de Segurança Pública.

Agradeço à Mariana da Silva Ferreira, amiga fiel, por fazer eu me sentir tão importante, pelo grande amor, por se preocupar comigo e por me mostrar que amigos verdadeiros realmente existem.

Aos amigos Conceição Aparecida de Castro e Maria das Dores Dezidério, pelo companheirismo, pelos momentos divertidos e pelo carinho.

Agradeço à Izabella Faria de Carvalho, pela força, pelo carinho, pelo amor, pela amizade verdadeira, tão simples e tão valiosa.

Agradeço carinhosamente à amiga Elisângela Gonçalves Lacerda, companheira de viagem até os confins do nosso imenso Brasil, sua amizade foi um dos maiores frutos deste trabalho.

Agradeço à minha família, pela união, pelo amor, pela alegria.

Agradeço à minha avó, pelo abraço mais gostoso do mundo.

Agradeço à minha mãe, por me amar tanto, por me proporcionar os estudos tão valiosos para a minha jornada, pela disciplina, pelo cuidado, por acreditar em mim. Mulher corajosa e de muita fé, que me mostrou que a felicidade é possível, ainda que quem tanto amamos não esteja mais aqui.

Agradeço ao meu esposo, amor para a vida inteira, por me fazer tão feliz e por me mostrar que os sonhos podem se realizar. Viajaremos pelo Brasil e pelo mundo, construindo uma vida geograficamente fantástica!

Agradeço a Deus, o Grande “Eu Sou”, por me comprar por um preço tão caro, por me encher de esperanças quando tudo parecia tão triste e vazio, por me tornar imortal.

A todos muito obrigada, certamente não vou parar por aqui, pois ainda tenho muito o que conquistar. A Ti, Senhor, declaro que tudo é para a Tua honra e a Tua glória!

E Ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si, mas para Aquele que por eles morreu e ressuscitou... Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é: as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo.

- II Coríntios 5: 15 e 17 -

RESUMO

Essa dissertação realizou um estudo exploratório sobre a região de fronteira entre o Brasil e a Venezuela, com o objetivo de investigar as relações entre os Estados vizinhos Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela). Para isso foram realizados trabalhos de campo nos quais a coleta de dados foi feita através de fontes secundárias e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa investigou a existência de Tratados, Acordos, Memorandos e Termos de Compromisso entre os dois Estados, nas diversas áreas importantes para o desenvolvimento sócio-econômico. Buscou-se conhecer os frutos dessas parcerias, bem como os entraves e o potencial dessas relações. Os resultados mostram que a posição geográfica de Roraima é bastante estratégica, tendo em vista o contexto das relações internacionais (fluxos de mercadorias, migrantes, turistas, investimentos e serviços, relações econômicas e políticas entre esses países) e o comércio exterior brasileiros, o que torna a geopolítica de Roraima algo extremamente relevante. A fronteira Brasil/Venezuela estabelece a divisão espacial que marca a soberania de cada Estado Nacional sobre seu respectivo território. Entretanto, essa mesma fronteira apresenta-se como importante zona de intercâmbio, onde o avanço da tecnologia, no âmbito dos meios de transporte e comunicação, contribui para a intensificação das trocas de mercadorias e informações, bem como o fluxo de pessoas, sejam elas turistas ou migrantes (temporários ou não). Grande parte das relações entre Brasil e Venezuela que acontecem na área de fronteira é mediada pelos estados vizinhos Roraima (Brasil) e Estado Bolívar (Venezuela), que desde o ano de 2006 tem estreitado suas relações produzindo uma integração com resultados concretos e satisfatórios nas áreas de educação, segurança pública, saúde e, a passos mais lentos na agricultura. Entretanto, muitas das ações de integração pretendidas dependem de decisões de outras instâncias do governo, o que torna o processo complexo e moroso. A entrada da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) eliminaria boa parte desses entraves e, por isso, o Processo de Adesão é tão importante para a região fronteira. O estreitamento das relações entre Roraima e Bolívar se justifica ainda pela proximidade de seus territórios e pela distância dos mesmos em relação aos seus respectivos centros econômicos nacionais.

Palavras-chave: Fronteira. Geopolítica. Território. Integração. Estado de Roraima. Estado Bolívar. Venezuela. Brasil.

SUMMARY

This dissertation is based on an exploratory study about the borders between Brazil and Venezuela. The objective was to investigate the relationship of neighbor states Roraima (on the Brazilian side) and Bolívar (Venezuela's side). The studies were done through work on the field and information obtained by secondary sources and non-structured interviews. The research was also based on investigations of the existence of Treaties, Agreements, Memorandums, Contracts and Terms of Commitment between the two states, in regards to various relevant topics focusing their social-economical development. The results of that partnership were analyzed, its obstacles as well as its potentials. The research shows how strategically located is the state of Roraima, on a geographic point of view, taking into consideration international relations, trades and exchanges. For instance, the flow of commodities, products, immigration, tourism, services, investments, import-export transactions, besides facilitating the political and economical relations between these two countries. All those factors make Roraima's geopolitics characteristic extremely relevant. The borders of Brazil-Venezuela demarcate the spatial division of the sovereignty of each State-nation over their specific territories. However, these same borders represent an important exchanging zone, where the technology advancements towards the transportation and communication sectors, contributes for the increasing exchanging of products and information as well as human flow, both temporary and permanent (of tourists or migrants). The majority of the transactions taking place in the frontier between Brazil and Venezuela are mediated by their neighbor states, Roraima and Bolívar. Since 2006, they have been strengthening their relations and integration, resulting in concrete and satisfactory improvements in several sectors such as education, public safety, health and, in a slower pace, the agriculture sector. Even though a lot of the issues projected and decisions depend on various Government instances and regulations in order to be approved, what makes the process very complex and causes delays, the introduction of Venezuela into the "Common Market of South America", known as MERCOSUL, would bypass a lot of those barriers. That is why the coalition process is so important for the border's region. The territorial proximity between Roraima and Bolívar and the distance from their respective national economic satellite centers, more than justifies strengthening the relations between these two states.

Key words: Borders. Geopolitics. Territories. Integration. Roraima State. Bolívar State. Venezuela. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do Brasil e da Venezuela na América do Sul.....	24
Figura 2: Mapa de localização dos Estados de Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela)...	25
Figura 3: Fronteira entre Brasil e Venezuela na cidade de Pacaraima (Roraima), 2008....	92
Figura 4: Placa informando a localização do limite entre Brasil e Venezuela (Estado Bolívar), 2008.....	92
Figura 5: Marcos intervisíveis na fronteira entre Brasil e Venezuela, 2008.....	93
Figura 6: Marco indicando o lado Venezuelano da fronteira com o Brasil, 2008.....	93
Figura 7: Marco indicando o lado brasileiro da fronteira com a Venezuela, 2008.....	94
Figura 8: Bandeira do Estado de Roraima.....	104
Figura 9: Mapa de localização de Roraima em relação à Região Norte do Brasil.....	104
Figura 10: Mapa da Vegetação de Roraima.....	106
Figura 11: Mapa dos Municípios de Roraima.....	118
Figura 12: Mapa das Terras Indígenas do Estado de Roraima.....	123
Figura 13: Mapa da Densidade Demográfica dos Municípios de Roraima, 2000.....	127
Figura 14: Mapa da Distribuição Populacional de Roraima entre o Campo e a Cidade, 2000.....	129
Figura 15: Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Roraima.....	134
Figura 16: Mapa do PIB dos Municípios de Roraima, 2005.....	146
Figura 17: Mapa das Principais rodovias do Estado de Roraima.....	147
Figura 18: Mapa político da Venezuela destacando o Estado Bolívar..	157
Figura 19: Bandeira do Estado Bolívar (Venezuela).....	158
Figura 20: Mapa dos Municípios do Estado Bolívar.	165
Figura 21: Mapa da Densidade Demográfica dos municípios de Bolívar, dados de 2001.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios de Roraima: criação e área	117
Tabela 2 – Distância rodoviária dos municípios de Roraima até a capital Boa Vista.....	119
Tabela 3 – Distâncias das capitais brasileiras em relação à Boa Vista.....	120
Tabela 4 – Terras de Uso Restrito em Roraima – 2009.....	121
Tabela 5 – População e áreas indígenas no Estado de Roraima (2009).....	124
Tabela 6 - Municípios de Roraima: área, população e densidade demográfica – 2000.....	126
Tabela 7 – Municípios de Roraima: população rural e urbana – 2000 e 2007.....	128
Tabela 8 – População de Roraima (razão de sexo) – 2000.....	130
Tabela 9 – População residente em Roraima, por município, segundo a faixa etária – 2000.....	130
Tabela 10 – Esperança de vida ao nascer – Roraima – 2000.....	131
Tabela 11 – Mortalidade Infantil – Roraima – 2000.....	132
Tabela 12 – Condição de atividade da população de Roraima – 2007.....	132
Tabela 13 – Empregos por Setor de Atividades Econômicas (2007).....	133
Tabela 14 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Roraima (2000).....	133
Tabela 15 – Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade, por município – Roraima (2000).....	135
Tabela 16 – Índice de Desenvolvimento Humano –Educação, por município – Roraima (2000).....	135
Tabela 17 – Índice de Desenvolvimento Humano – Renda, por município – Roraima (2000).....	136
Tabela 18 – Saneamento básico: abastecimento de água em Roraima, período de 2004 a 2007.....	137
Tabela 19 – Saneamento básico: esgotamento sanitário em Roraima, período de 2004 a 2007.....	137
Tabela 20 – Número de leitos cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS), por município (2008).....	137
Tabela 21 – Educação Nível Superior – 2005 a 2007	139
Tabela 22 - Pessoas analfabetas em Roraima, segundo a faixa etária (2000), em porcentagem.....	140
Tabela 23 – PIB dos municípios de Roraima – 2005.....	141
Tabela 24 – Exportações, totais por valores agregados (valores em UR\$ 1.000 FOB) – 2005 a 2008.....	143
Tabela 25 – Importações, totais por valores agregados (valores em UR\$ 1.000 FOB) – 2005 a 2008.....	143

Tabela 26 – Agências bancárias nos municípios de Roraima (2008).....	143
Tabela 27 – Agropecuária do Estado de Roraima 2005 a 2007.....	145
Tabela 28 - Número de empresas por classificação do ramo de atividade (unidades) no Estado de Roraima – 2006.....	145
Tabela 29 – Acesso de Boa Vista aos demais municípios do Estado de Roraima (2008)..	148
Tabela 30 – Fluxo de Passageiros no Transporte Aéreo de Roraima (2006 a 2008).....	149
Tabela 31 – Fluxo de Cargas no Transporte Aéreo de Roraima (2006 a 2008).....	149
Tabela 32 – Percurso Aéreo da empresa GOL com o seguinte trajeto: Rio de Janeiro – Brasília – Manaus - Boa Vista.....	150
Tabela 33 – Percurso Aéreo da empresa GOL com o seguinte trajeto: Boa Vista – Manaus – Brasília – Rio de Janeiro.....	150
Tabela 34 – Vôos da TAM com origem em Boa Vista.....	151
Tabela 35 – Vôos da TAM com destino à Boa Vista.....	151
Tabela 36 – Serviços de Comunicação no Estado de Roraima (2008).....	151
Tabela 37 – Número de Ocorrências Registradas em Roraima (2007 e 2008).....	152
Tabela 38 – Consumo de Energia Elétrica em Roraima – 2007.....	153
Tabela 39 – Consumo de energia no Estado de Roraima, por município (2007).....	153
Tabela 40 - Municípios do Estado Bolívar: capital, área, população e densidade demográfica – 2001.....	165
Tabela 41 - População indígena, segundo a faixa etária (2001).....	167
Tabela 42- Esperança de Vida ao nascer - Estado Bolívar (2004-2008).....	168
Tabela 43 - Mortalidade Infantil para o Estado Bolívar (2004-2008).....	168
Tabela 44 – Condição de atividade da população Do Estado Bolívar – 2006.....	169
Tabela 45 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado Bolívar (2004-2007).....	169
Tabela 46 – Unidades de Saúde no Estado Bolívar (2009).....	170
Tabela 47 - Alunos Matriculados na Educação Básica (2004-2007).....	170
Tabela 48 - Valor das exportações realizadas pela Venezuela, segundo as principais aduanas (2008-2009).....	171
Tabela 49 - Valor das importações realizadas pela Venezuela, segundo as principais aduanas (2009-2010).....	172
Tabela 50 – Tipos de Ocorrências no Estado Bolívar (2003).....	179
Tabela 51 – Consumo de produtos derivados do petróleo no Estado Bolívar (2001-2006).....	180
Tabela 52 – Intercâmbio Comercial entre Brasil e Venezuela, US\$ mil, FOB (2005-2010).....	183
Tabela 53 – Ingresso de alunos venezuelanos na UERR em 2006, por curso.....	211

Tabela 54 - Dados do Departamento de Registro Acadêmico da UERR, 2006 e 2010.....	211
Tabela 55 – Matrículas renovadas por curso em 2010.....	212
Tabela 56 – Fluxo de estrangeiros na fronteira Brasil/Venezuela, 2009.....	212
Tabela 57 – Fluxo de brasileiros na fronteira Brasil/Venezuela, 2009.....	213
Tabela 58 - Número de documentos expedidos pelo Detran-RR para a entrada de veículos de passeio na Venezuela (depois de Santa Elena de Uairén), 2008.....	213
Tabela 59 - Número de documentos expedidos pelo DETRAN - RR para a entrada de veículos de passeio na Venezuela (depois de Santa Elena de Uairén), 2009.....	214
Tabela 60 - Número de documentos expedidos pelo DETRAN - RR para a entrada de veículos de passeio na Venezuela (depois de Santa Elena de Uairén), 2009.....	214
Tabela 61 - Atendimento de Estrangeiros em Hospitais de Boa Vista, 2005 a 2009.....	216
Tabela 62 - Participação de Roraima no comércio exterior entre Brasil e Venezuela.....	218
Tabela 63 – Potencial Energético do Brasil e da Venezuela.....	224

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Unidades de Conservação de Roraima (2009).....	121
Quadro 2: Rede prestadora de serviços de saúde, por município (2009).....	138
Quadro 3: Produtos agrícolas de Roraima.....	144
Quadro 4: Horários dos vôos da empresa META, partindo de Boa Vista (2010).	149
Quadro 5: Horários dos vôos da empresa META, com destino a Boa Vista (2010).....	150
Quadro 6: Divisão Política do Estado Bolívar.....	169
Quadro 7: Cursos oferecidos nas universidades através do convênio.....	202
Quadro 8: Relação dos Cursos Ministrados e Número de Participantes Venezuelanos – 2008.....	215
Quadro 9: Relação dos Cursos Ministrados (contrapartida venezuelana) e número de participantes brasileiros – 2008.....	216

LISTA DE SIGLAS

ALBA - Alternativa Bolivariana para as Américas
ALC - Área de Livre Comércio7ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
AM - Amazonas
API/RR - Academia de Polícia Integrada de Roraima
BV8 - antigo marco entre Brasil e Venezuela em Pacaraima (Roraima)
CADIVI - Comisión de Administración de Divisas
CAN - Comunidade Andina de Nações
CERR - Companhia Energética de Roraima
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
DGSTT - Dirección General de Tránsito Terrestre
DNER - Departamento de estradas de Rodagem
DOF -Documento de Origem Florestal
EDELCA - Electrificación del Caroní
EUA - Estados Unidos da América
FEB - Força Expedicionária Brasileira
FNS - Fundação Nacional de Saúde
FOB - Free on Board
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
II - Imposto sobre Importação
IPI - Imposto sobre Produto Industrializado
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
NCM - Nomenclatura Comum do MERCOSUL
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PEA - População Economicamente Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
RR - Roraima
SEAI - Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima
SEAPA/RR - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima

SEPLAN - Secretaria de Planejamento de Roraima

SESAU - Secretaria de Saúde de Roraima

SUFRAMA-

SUS - Sistema Único de Saúde

TEC - Tarifa Externa Comum

UERR - Universidade Estadual de Roraima

UF – Unidade da Federação

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

UNEG - Universidad Nacional Experimental de Guayana

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIVIRR - Universidade Virtual de Roraima

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE/RR - Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima

ZPE - Zona de Processamento e Exportação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 BASES TEÓRICAS	26
2.1 A Geopolítica e a Geografia Política	26
2.2 As Primeiras Geopolíticas	28
<i>2.2.1 Geopolítica do Mar: Mahan e a estratégia naval</i>	29
<i>2.2.2 Geopolítica da Terra: Mackinder e a Teoria do Heartland</i>	30
<i>2.2.3 Spykman e a Teoria do Rimland</i>	32
2.3 A Geopolítica Alemã	34
<i>2.3.1 Ratzel e a Teoria do Espaço Vital (Der Lebensraum)</i>	35
<i>2.3.2 Haushofer e a Geopolitik Alemã</i>	37
2.4 Depois da Guerra: crise e a retomada da Geopolítica	38
2.5 A Geopolítica Brasileira	40
2.6 A Geopolítica Venezuelana	49
3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA DO SUL	57
3.1 A expansão marítima e a colonização do Novo Mundo	57
<i>3.1.1 O Contexto Europeu à Época da Colonização</i>	57
<i>3.1.2 A Colonização da América Espanhola</i>	61
<i>3.1.3 A Colonização da América Portuguesa</i>	64
<i>3.1.4 As Fronteiras entre Portugal e Espanha no Continente Americano</i>	68
3.2 As Fronteiras Sul-Americanas e o Processo de Descolonização: A Formação dos Estados Nacionais	75
<i>3.2.1 Brasil</i>	79
<i>3.2.2 Venezuela</i>	80
<i>3.2.3 Argentina</i>	81
<i>3.2.4 Colômbia, Peru, Bolívia e Chile</i>	82
<i>3.2.5 Guiana, Suriname, Equador e Uruguai</i>	83
<i>3.2.6 Paraguai</i>	84
<i>3.2.7 Guiana Francesa</i>	85
3.3 O Interamericanismo	85
3.4 A Formação da Fronteira entre Brasil e Venezuela	88

4 INTEGRAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA NA AMÉRICA DO SUL	95
5 O ESTADO DE RORAIMA	103
5.1 Localização e Área	103
5.2 Características Físicas	105
5.2.1 Vegetação.....	105
5.2.2 Relevo e Solos.....	107
5.2.3 Hidrografia.....	111
5.2.4 Clima.....	112
5.3 Breve Histórico	112
5.4 Municípios e População	116
5.5 Características Sócio-econômicas	131
5.5.1 Saúde.....	137
5.5.2 Educação.....	139
5.5.3 Economia.....	140
5.6 Infra-estrutura	146
5.6.1 Transporte.....	146
5.6.2 Comunicação.....	151
5.6.3 Segurança Pública.....	152
5.6.4 Energia.....	153
6 O ESTADO BOLÍVAR	156
6.1 Localização e Área	156
6.2 Características Físicas	158
6.2.1 Relevo e Solos.....	158
6.2.2 Hidrografia.....	160
6.2.3 Vegetação.....	160
6.2.4 Clima.....	160
6.3 Breve Histórico	161
6.4 Municípios e População	163
6.5 Características Sócio-econômicas	168
6.5.1 Saúde.....	170
6.5.2 Educação.....	170
6.5.3 Economia.....	171

<i>6.5.4 Exportações e Importações</i>	171
6.6 Infra-estrutura	173
<i>6.6.1 Segurança Pública</i>	173
<i>6.6.2 Energia</i>	174
7 BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA	176
8 RELAÇÕES ENTRE RORAIMA E ESTADO BOLÍVAR	180
8.1 Ano de 2006	181
8.2 Ano de 2007	185
<i>8.2.1 Educação</i>	185
<i>8.2.2 Saúde</i>	185
<i>8.2.3 Segurança Pública</i>	186
<i>8.2.4 Agricultura</i>	186
<i>8.2.5 Turismo</i>	186
8.3 Ano de 2008	193
8.4 Ano de 2009	202
8.5 Ano de 2010	203
9 RESULTADOS CONCRETOS DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS DE RORAIMA E BOLÍVAR	206
9.1 Cultura	206
9.2 Turismo	207
9.3 Agricultura	208
9.4 Educação	210
9.5 Fluxo na fronteira entre brasil e Venezuela	212
9.6 Segurança pública	215
9.7 Saúde	216
9.8 Comércio	217
9.9 Energia	224
9.10 Internet banda larga	225
9.11 Gasolina	225
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	234
ANEXOS	249

1 INTRODUÇÃO

A ideia inicial para esta dissertação era estudar a fronteira trinacional entre Brasil, Venezuela e Guiana. Partiu-se da admiração da autora pela geopolítica, campo importante da Geografia, bem como pela Análise Espacial, que permite uma visão mais clara dos objetos de pesquisa. Posteriormente, escolheu-se a área de estudo, ou seja, o estado de Roraima e suas fronteiras internacionais. Levando-se em conta a experiência do orientador da presente dissertação, que já residiu naquele estado, percebeu-se a relevância do estudo geopolítico da região.

Após o primeiro trabalho de campo, que teve um caráter exploratório, diante das informações coletadas e do reconhecimento do local de estudo, optou-se por focar na fronteira entre Brasil e Venezuela, excluindo a Guiana dos objetivos a serem alcançados. Percebeu-se que as relações bilaterais na fronteira Brasil/Venezuela eram muito mais fortes quando se tratava dos estados vizinhos Roraima e Bolívar, fato que influenciou em muito a delimitação do tema.

Dessa forma, o tema escolhido foi Fronteira Brasil/Venezuela: relações bilaterais entre os estados de Roraima e Bolívar (ver figuras 1 e 2). Traçou-se como objetivo geral analisar as relações entre o Brasil e a Venezuela intermediadas pelos estados vizinhos Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela). Com base nesse objetivo geral, destacaram-se três objetivos específicos: identificar o papel que o estado de Roraima cumpre nas relações internacionais entre Brasil e Venezuela; verificar as perspectivas e entraves à participação do estado de Roraima, face às crescentes trocas internacionais na região de fronteira; observar especificamente as relações entre os estados vizinhos Roraima e Bolívar, levando-se em conta os fluxos de mercadorias, migrantes, turistas, investimentos e serviços.

O tema delimitado, bem como os objetivos traçados, compõem uma pesquisa de grande relevância uma vez que o norte brasileiro e suas fronteiras internacionais fazem parte de uma área pouco estudada. Além disso, o Brasil e a Venezuela são países sul-americanos de grande destaque no atual cenário global. Com o processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, as relações entre esses dois países tendem a se intensificar, uma vez que uma série de barreiras econômicas e burocráticas serão eliminadas. Nesse contexto geopolítico, Roraima se faz importante, à medida que se caracteriza como principal via de acesso terrestre entre Brasil e Venezuela.

O Estado de Roraima, localizado no norte do país, fazendo fronteira com a Venezuela e a Guiana, apresenta uma posição geográfica bastante estratégica, tendo em vista o contexto das relações internacionais (fluxos de mercadorias, migrantes, turistas, investimentos e serviços, relações econômicas e políticas entre esses países) e o comércio exterior brasileiros, o que torna a geopolítica de Roraima algo extremamente relevante a ser estudado.

Com relação aos estados vizinhos Roraima e Bolívar, pode-se dizer que ambos estão distantes de seus respectivos centros econômicos nacionais, fato que estimula suas relações bilaterais, já que as distâncias na região de fronteira são mais curtas. É de extremo valor acadêmico o estudo da fronteira em questão, a fim de tornar evidente essa relação internacional peculiar e dinâmica. Para o estado de Roraima, tendo em vista sua distância dos grandes centros econômicos brasileiros (a capital mais próxima de Boa Vista é Manaus, localizada a 785 km), um estreitamento das suas relações com a Venezuela pode ajudar o estado a superar suas dificuldades econômicas e suprir algumas de suas necessidades materiais.

Ao longo da BR 174, que liga Manaus (AM) a Boa Vista (RR) e se estende até a cidade de Santa Elena de Uairén (Bolívar/Venezuela), é possível identificar alguns fatores de extrema importância para o desenvolvimento econômico da região. Tem-se a fronteira agrícola do Brasil em expansão, já atingindo o sul do estado Amazonas; a Zona Franca de Manaus, que apresenta uma política tributária diferenciada, e tem como objetivos promover uma melhor integração produtiva e social da região Norte ao Brasil, bem como contribuir para a garantia da soberania nacional sobre suas fronteiras (MANAUS, 2010); a Área de Livre Comércio implantada pelo Governo Federal em Boa Vista; o fato de Santa Elena de Uairén sediar um *Puerto Libre*; e a possibilidade de se atingir o Caribe a partir deste percurso.

Para o desenvolvimento da pesquisa, estabeleceram-se três etapas, sendo que a primeira consistiu no levantamento bibliográfico para a construção do referencial teórico. Muitas fontes secundárias foram consultadas, dentre elas livros sobre o assunto e demais publicações sobre os conceitos abordados, bem como sites oficiais dos governos do Brasil e da Venezuela.

Ainda na primeira etapa foi realizado um trabalho de campo exploratório para que a autora pudesse estabelecer um contato com a realidade, conhecer melhor a região de fronteira e estabelecer vínculos com indivíduos importantes que pudessem auxiliar no processo de obtenção dos dados para a pesquisa. Diante da grande distância entre a área investigada, ou seja, a fronteira entre Brasil e Venezuela e a cidade de Belo Horizonte, onde a autora desenvolveu a dissertação, os contatos estabelecidos em Roraima foram fundamentais para

que os objetivos fossem alcançados. O primeiro trabalho de campo ocorreu em novembro de 2008 e teve uma duração de dez dias.

A visita a Roraima foi imprescindível para a delimitação exata do tema e da área a serem investigados, pois foram observadas evidências que comprovavam uma relação bem próxima dos estados de Roraima e Bolívar. Partiu-se dessas evidências para buscar dados mais consistentes que demonstrassem que os estados estabelecem relações mais estreitas do que apenas trocas comerciais entre as cidades vizinhas.

Foram feitas leituras minuciosas de documentos diplomáticos entre Brasil e Venezuela e entre os estados de Roraima e Bolívar, com o objetivo de identificar em que âmbito existia uma parceria entre os estados fronteiriços. Até que surgiu a necessidade de um novo trabalho de campo, iniciando-se, assim, a segunda etapa da pesquisa.

Na segunda etapa, portanto, foi realizado mais um trabalho de campo, desta vez com objetivos melhor definidos. Esta viagem teve como principal fim a busca de dados em fontes primárias, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com líderes dos governos dos estados de Roraima e Bolívar. Neste tipo de entrevista, são combinadas perguntas abertas e fechadas, permitindo ao entrevistado discorrer sobre o assunto com mais liberdade, ainda que o entrevistador tenha um roteiro a ser seguido.

Foram entrevistadas as seguintes pessoas:

- a) Secretário Geral da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima (SEAI – RR);
- b) Secretário Geral da Secretaria de Planejamento de Roraima (SEPLAN – RR);
- c) Professores da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e da Universidade Estadual de Roraima (UERR);
- d) Cônsul de Primeira do Consulado Geral da República Bolivariana da Venezuela em Boa Vista;
- e) Consulesa do Vice-Consulado Brasileiro em Santa Elena do Uairén;
- f) Funcionários do Gabinete da Secretaria de Saúde de Roraima (SESAU – RR);
- g) Funcionários de outros setores da SEPLAN – RR, como o Departamento de Turismo, o Departamento de Estatísticas, o Departamento de Cartografia e o Departamento de Comércio Exterior;
- h) Secretário Chefe da Casa Civil do Estado de Roraima;
- i) Presidenta da Associação Comercial de Pacaraima, entrevista por telefone;
- j) Delegado da Polícia Federal da Delegacia de Pacaraima (na fronteira);

- k) Superintendente da Polícia Federal em Boa Vista;
- l) Funcionários da Receita Federal brasileira na fronteira;
- m) Estudantes venezuelanos participantes do Convênio entre as Universidades;
- n) Moradores de Pacaraima e Santa Elena do Uairén;
- o) Funcionários da Secretaria de Educação e Cultura de Roraima;
- p) Oficiais da Academia de Polícia Integrada de Roraima (API – RR);
- q) Presidente da Câmara Venezuelana/Brasileira de Comércio e Indústria;
- r) Funcionários da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima (SEAPA-RR);
- s) Funcionários do Itamaraty através de entrevista *on line*.

A autora teve a felicidade de participar do IX Encontro de Governadores Roraima/Bolívar, realizado nos dias 29 e 30 de abril de 2010. Neste Encontro foi possível conhecer pessoalmente os Governadores de Roraima e do Estado Bolívar e identificar as principais reivindicações e propostas sobre a integração entre os estados vizinhos.

A terceira etapa da pesquisa consistiu em selecionar, classificar e compilar todos os dados obtidos e elaborar o registro dos resultados, sua análise e a conclusão sobre a investigação.

A presente dissertação foi estruturada em dez seções primárias. A primeira trata-se da introdução, onde foi explicado o objeto de pesquisa e sua relevância, os motivos que levaram a autora e seus orientadores a pesquisar o tema proposto e o procedimento metodológico utilizado. Na segunda seção elaborou-se um referencial teórico acerca da geopolítica clássica, apresentando as idéias centrais dos principais autores desta área do conhecimento. Desenvolveu-se também uma apresentação do pensamento geopolítico brasileiro e seus principais autores. Algo semelhante foi feito para a Venezuela, com um foco maior para a descrição geopolítica do território. Devido à escassez de materiais encontrados sobre o pensamento geopolítico venezuelano, não foi possível traçar um paralelo entre este e o brasileiro.

Na terceira seção realizou-se uma exposição acerca da geopolítica na América do Sul, através de um não muito breve histórico da formação dos territórios sul-americanos, partindo do processo de colonização até a emancipação e formação dos Estados Nacionais. Destacou-se a formação das fronteiras entre o Brasil e a Venezuela, por abrigarem a área de estudo desta dissertação.

Na quarta seção tratou-se da atual integração que os países sul-americanos vem desenvolvendo através de blocos econômicos e demais acordos e parcerias.

Na quinta e na sexta seções foi feita uma descrição sobre os estados de Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela), respectivamente, abordando seus aspectos físicos, geográficos e sócio-econômicos.

Na sétima seção foram apresentadas as relações entre Brasil e Venezuela, registradas através de acordos, protocolos, memorandos, convênios e tratados assinados entre os dois governos. Tratou-se aqui somente das relações que são relevantes para a integração na área de fronteira.

Na oitava seção a autora traz os resultados da pesquisa, apresentando um minucioso histórico das relações bilaterais entre os estados fronteiriços Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela)

Na nona seção, apresenta-se uma análise sobre as conquistas reais entre os dois governos a partir das intenções e ações de integração e de seus entraves.

Na décima e última seção, apresenta-se as considerações finais da pesquisa e em anexo, os documentos utilizados como fonte secundária cedidos pelo Governo de Roraima.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO BRASIL E DA VENEZUELA



Figura 1: Mapa de localização do Brasil e da Venezuela na América do Sul.
Fonte: ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE, 2006.



Figura 2: Mapa de localização dos Estados de Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela).
Fonte: ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE, 2006.

2 BASES TEÓRICAS

Diante do objeto de pesquisa, uma região fronteiriça na qual se estabelecem diversas trocas bilaterais, é importante delimitar os conceitos que serão utilizados bem como elaborar um referencial teórico que possibilite a melhor compreensão do tema e das discussões aqui apresentadas. A geopolítica, área do conhecimento escolhida para sustentar os argumentos desta dissertação, é um campo da Geografia muito importante e merece ter aqui registrado o histórico do seu desenvolvimento científico. É importante também distinguir Geopolítica de Geografia Política, embora elas muitas vezes se entrelacem, como aconteceu na presente dissertação. Neste capítulo elaborou-se também uma retrospectiva da evolução dos territórios nacionais da América do Sul, partindo da colonização européia até a formação dos Estados Nacionais e de suas fronteiras. Por fim, apresenta-se uma geopolítica mais contemporânea, pautada na criação de blocos econômicos, também focando na América do Sul, pois é onde se localiza a região de estudo desta dissertação.

2.1 A Geopolítica e a Geografia Política

Os estudos mais antigos sobre a Geopolítica possuem uma maior evidência na Alemanha, Estados Unidos e França. Apesar disso, a palavra **Geopolítica** só foi utilizada pela primeira vez no fim do século XIX e início do século XX, pelo sueco Rudolf Kjellén em seu ensaio *As Grandes Potências*, publicado em 1905. Kjellén era formado em Direito e havia sido parlamentar, além de ter sido professor de Geografia e Ciência Política nas universidades de Uppsala e de Göteborg, na Suécia (VESENTINI, 2003). Este autor definiu a Geopolítica como “o estudo do estado considerado como um organismo geográfico ou ainda como um fenômeno espacial, quer dizer, como uma terra, um território, um espaço, ou mais exatamente ainda, um país” (DEFARGES, 2003, p. 39).

Sobre as ideias de Kjellén, Mattos (1975, p. 4) relata que é deste autor a teoria “organicista do Estado, que o compara a um organismo vivo, que, como tal, tem seus períodos de gestação, nascimento, infância, puberdade, juventude, maturidade, senectude e desaparecimento. A fronteira, segundo Kjellén, é o ‘limite periférico do organismo estatal’, ou seja, sua pele”.

O conceito de Geopolítica é, muitas vezes, confundido com o de Geografia Política e, neste sentido, muitos autores tentam diferenciá-las atribuindo um objeto de estudo específico para cada uma. Os conhecimentos atribuídos à Geografia Política foram reunidos e organizados por Friedrich Ratzel, em 1897, autor bastante lido pelo próprio Kjellén (VESENTINI, 2003).

De acordo com Vesentini (2003), para Kjellén a diferença entre Geografia Política e Geopolítica está no tipo de abordagem. Na primeira, a ênfase está na relação entre homem e natureza, uma abordagem, portanto mais geográfica. Na segunda, a ênfase está na política, ou seja, a ótica do Estado diante da dimensão espacial de seus domínios. Entretanto, esta diferenciação não é apoiada por todos os geógrafos.

Defarges (2003, p. 83) afirma que para Haushofer, a geografia política “interroga-se sobre a distribuição do poder estadual no espaço, bem como sobre o seu exercício sobre o espaço”. Já a geopolítica “tem por objeto a atividade política num espaço natural”.

A geopolítica fornece a reserva permanente de saber político que se pode ensinar e aprender; este (o saber político), como uma ponte necessária ao salto para a ação política, como uma espécie de consciência geográfica que conduz ao ato, deve levar ao melhor lugar possível para saltar, ao último ponto sólido para que este salto seja pelo menos executado do domínio do saber para o domínio do poder e não do domínio da ignorância para o do poder, o que seria um salto maior e mais incerto (HAUSHOFER, 1931 apud DEFARGES, 2003, p. 83).

Nogueira (2007, p. 11) trata a Geografia Política como “ramo da Geografia, que também acompanhou a sua evolução, buscando compreender as relações existentes entre o espaço e o poder”.

O General Meira Mattos (1975, p. 3), afirma que quando Kjellén criou o termo geopolítica, o fez com a intenção de “dar uma marca política, e não mais predominantemente geográfica, aos estudos das relações entre os territórios e os habitantes no âmbito dos Estados”. Dessa forma, “a Geografia Política ficou no campo das ciências geográficas como a atendiam Whittlesey, Renner, Brunhes, Vallaux e tantos outros, enquanto a Geopolítica de Kjellén e de Ratzel adquiriu o sentido dinâmico das ciências políticas”, apontando soluções governamentais inspiradas na geografia.

Mattos (1975, p. 5) cita em sua obra a definição do termo criado por Kjellén, apresentada pelo Instituto de Geopolítica de Munique:

A Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura.

Ademais, a Geopolítica proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto. Assim, a Geopolítica se converte numa arte, arte de guiar a política prática. A Geopolítica é a consciência geográfica do Estado (MATTOS, 1975, p. 5).

Na opinião de Mattos (1975, p. 5), o conceito citado acima é bastante expressivo, entretanto “o mais sintético e abrangente conceito de Geopolítica é de Ratzel: espaço é poder”.

Para Amorim Filho, pode-se diferenciar Geopolítica de Geografia Política da seguinte maneira: a Geopolítica é o estudo das relações espaciais que têm como foco as questões ligadas ao poder, possui um caráter mais estratégico e aplicado; a Geografia Política é o estudo das relações entre os Estados do ponto de vista territorial e político, possui um caráter mais acadêmico, escolar (Informação Verbal¹).

2.2 As Primeiras Geopolíticas

Dentro da perspectiva geopolítica, Carl von Clausewitz (1780–1831), general e teórico prussiano, apresentou importantes reflexões a respeito da guerra. Para Clausewitz, “a guerra é a continuação da política por outros meios” (DEFARGES, 2003, p. 41). O autor se refere ao francês Napoleão Bonaparte como o deus da guerra, pelo fato de considerá-lo excelente general por suas habilidades de comandar um exército (DEFARGES, 2003).

Defarges mostra que, para Clausewitz:

[...] (Napoleão) tem tudo que falta aos generais do Antigo Regime: uma visão de conjunto da guerra, um sentido extremo da organização, uma formidável capacidade de distribuir e concentrar as suas forças, a audácia que o faz procurar a batalha decisiva e, finalmente, a arte da manobra que surpreende os adversários e os leva ao erro fatal. . (CLAUSEWITZ, 1832 apud DEFARGES, 2003, p. 41)

A obra de Clausewitz, cujo título é *Da Guerra*, é publicada depois de sua morte que ocorreu em 1831. Em suas reflexões, o autor não contempla a dimensão espacial onde se desenvolve a guerra, seu foco está nos motivos e objetivos que levam a uma guerra, bem como os métodos e instrumentos utilizados.

¹ Dados da Entrevista realizada em Belo Horizonte em 26/10/2010.

2.2.1 Geopolítica do Mar: Mahan e a estratégia naval

Para o almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914), o foco das reflexões geopolíticas está na estratégia naval, entretanto ele nunca usou o termo Geopolítica, até mesmo porque este termo foi criado posteriormente. O autor pondera que, pelo fato de no mar ser possível seguir em diversas direções, é necessário ter uma visão ampla do espaço, desenvolver táticas que assegurem o controle de lugares-chave e a atenção deve ser constante, não só em tempos de guerra, como também em tempos de paz, nos quais se deve dar início aos trabalhos (MAHAN apud DEFARGES, 2003). Mahan considera que a chave para a hegemonia mundial consistiria no domínio das rotas marítimas, nas quais circulam grandes fluxos do comércio global e são, portanto, indispensáveis aos países que desejam ser ou permanecer grandes potências (VESENTINI, 2003).

Na verdade, Mahan, ao proferir estas afirmações estava pensando nos Estados Unidos, em um contexto em que este país estava se fortalecendo enquanto potência mundial. O autor não identificava nenhum adversário dos EUA que pudesse oferecer algum perigo por terra, a maior parte das grandes potências estava do outro lado do Atlântico (no caso das potências européias), assim como possíveis mercados consumidores e fontes e matéria-prima. Logo, o alargamento dos domínios norte-americanos sobre o mar implicaria em vantagens e posições estratégicas.

Mahan registra as diferenças que as embarcações sofreram a partir da Revolução Industrial, quando as velas não são mais necessárias diante do uso do carvão mineral. A marinha não depende mais do vento e sim do abastecimento de combustível.(DEFARGES, 2003).

Mahan foi professor do *Naval War College*, onde discutiu largamente aquilo que chamou de *Sea Power* (poder marítimo). A obra mais divulgada deste autor tem como título: *A Influência do Poder Marítimo sobre a História 1660-1783*, publicada em 1890. Posteriormente, mais precisamente em 1892, foi publicada *A Influência do Poder Marítimo sobre a Revolução e o Império Francês, 1792-1812*, também de sua autoria. (DEFARGES, 2003).

2.2.2 Geopolítica da Terra: Mackinder e a Teoria do Heartland

Na Grã-Bretanha, destaca-se o nome de Halford John Mackinder (1861-1947), geógrafo britânico que é considerado um grande teórico da Geopolítica Clássica, mesmo não tendo feito uso desta palavra em suas reflexões. Segundo Vesentini (2003, p. 18), “Kjellén foi o criador do nome, mas um pensador limitado, que não deixou importantes idéias ou teorias”, já Mackinder “construiu toda uma teoria que tem na geoestratégia a chave para a hegemonia mundial”.

Suas principais obras no âmbito da geopolítica são a conferência O Pivô Geográfico da História, realizada em 1904 na Real Sociedade Geográfica e o livro Democracia, Ideais e Realidade, editado em 1919.

Em sua conferência, Mackinder se referiu ao mundo como um sistema político fechado, ou seja, nenhum país ou região estaria excluído desse sistema e todas as decisões, impasses e conflitos repercutiriam em todo o globo, mesmo nas regiões mais distantes (MELLO, 1999). Entretanto, “os contemporâneos de Mackinder chegaram muito tardiamente à consciência de que a ordem internacional deixara de ser um concerto europeu para se tornar um sistema planetário”(MELLO 1999, p. 32). Isso só foi percebido em 1917, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, quando “a guerra civil europeia transformou-se num conflito de proporções mundiais” (MELLO, 1999, p. 32).

De acordo com Mello (1999), Mackinder a partir de diversos exemplos históricos, formulou um modelo para explicar o antagonismo entre as potências terrestres e as potências continentais:

As potências terrestres utilizavam-se de sua posição central e de suas linhas interiores para se expandir em direção às regiões periféricas e conseguir saídas para os mares e oceanos. As potências marítimas apoiavam-se em sua posição insular e em suas linhas exteriores para dominar as regiões litorâneas e manter as potências terrestres encurraladas dentro dos limites de sua posição mediterrânea (MACKINDER, 1904 apud MELLO, 1999, p. 37).

Ainda segundo Mello, Mackinder considerava “mais propícias as condições para o poder terrestre construir uma esquadra e lançar-se ao oceano a partir de sua plataforma continental, que para o poder marítimo organizar um exército e lançar-se à terra a partir de sua base insular” (MELLO, 1999, p. 40).

Diante de suas convicções, Mackinder desenvolveu a Teoria do *Heartland*, conceito que pode ser entendido como terra-coração (VESENTINI, 2003), ou região eixo, terra central, coração continental (MELLO, 1999). De acordo com Mackinder, seria a região do globo cujo domínio era necessário e imprescindível para aqueles que desejavam controlar o mundo.

O autor se referia à região que abrange o norte e o interior da Eurásia, estendendo-se do Ártico até os desertos da Ásia Central, seus limites ocidentais situam-se no grande istmo² situado entre o Báltico e o mar Negro, abarcando a planície mais vasta do globo, com seus longos rios navegáveis e imensa zona de pastagem (DEFARGES, 2003).

Mais do que um conceito geográfico, com limites físicos claramente demarcados no mapa da Eurásia, o *Heartland* é uma idéia estratégica, concebida teoricamente no começo do século e testada empiricamente ao longo de duas guerras mundiais. Formulada originalmente como *Pivot Área*, em 1904, e reelaborada sob a denominação de *Heartland*, em 1919, essa idéia estratégica assume seu conteúdo definitivo no último artigo de 1943. Tal conceito foi cunhado por Mackinder para designar o núcleo basilar da grande massa eurasiática que coincidia geopoliticamente com as fronteiras russas do início do século (MELLO, 1999, p. 45).

Segundo Mello (1999), o *Heartland*, abrangia 23 milhões de km², estendendo-se, de leste a oeste, desde os confins da Sibéria até território pertencente à Rússia, localizado entre os mares Cáspio e Negro; de norte a sul estendia-se do litoral do oceano Ártico até os desertos e planaltos da Ásia Central. Na verdade, o *Heartland* era uma idéia estratégica, apresentando características físicas fundamentais, entretanto seus limites geográficos não foram bem definidos.

Os aspectos físicos dessa região que mais se destacam são a predominância de um relevo plano, a presença de grandes rios, o que significava boa disponibilidade hídrica, e suas estepes que favoreciam a mobilidade dos povos nômade-partoris (VESENTINI, 2003; MELLO, 1999).

De uma maneira sucinta, a Teoria de Mackinder pode ser explicada da seguinte maneira: a maior parte da superfície terrestre é coberta pelos oceanos. Os continentes africano, asiático e europeu consistiam no que o autor chamou de Ilha Mundial (*World Island*) abrangendo grande parte das terras emersas do globo, que por sua vez foram hierarquizadas por ele “como se tivessem um valor intrínseco e permanente para o poderio mundial” (VESENTINI, 2003, p. 19). Dentro desta Ilha Mundial existiria uma área denominada *Pivot*

² Estreita faixa de terra situada entre dois mares, correspondendo, de modo geral, a uma zona onde se verificou um afundamento do terreno, ou ao contrário, uma invasão do mar. O trabalho de rasgamento de um braço de terra desse tipo – construção de um canal pelo homem - pode fazer com que grande economia de tempo seja conseguida pelos navios (GUERRA e GUERRA, 2009, p. 362).

Area, que corresponde a uma grande região localizada entre a Europa e a Ásia. No centro da *Pivot Área* estaria a *Heartland* (terra-coração), região que corresponderia ao que é conhecida hoje como Europa Oriental.

Vesentini (2003, p. 19), citando Mackinder revela: “Quem controla a *heartland* domina a *pivot area* e quem domina a *pivot área* controla a ilha mundial, e quem controla a ilha mundial domina o mundo”.

O Heartland era uma fortaleza inacessível ao assédio do poder marítimo das potências insulares ou marginais da Eurásia, favorecendo ao mesmo tempo o desenvolvimento do poder terrestre da potência continental que possuísse ou viesse a conquistar aquela região basilar (MELLO, 1999, p. 46).

A teoria de Mackinder foi bastante audaciosa para sua época, entretanto suas reflexões não foram capazes de prever como o progresso da tecnologia alteraria significativamente as relações internacionais, bem como as relações dos Estados com seus respectivos territórios. Mackinder desenvolveu suas idéias levando em conta os pré-requisitos dos poderosos exércitos da época: elevado contingente de soldados, grande número de armamentos, etc. Todavia, o avanço tecnológico da indústria bélica, bem como a interdependência das economias mundiais, deram uma nova configuração às relações de dominação. Hoje as estratégias não são unicamente militares, mas, principalmente, comerciais.

2.2.3 *Spykman e a Teoria do Rimland*

Nicholas John Spykman (1893-1943) era professor da Universidade de Yale (EUA) e viveu em um contexto de fortes debates nos Estados Unidos a respeito da política externa do país. Em 1938, publicou dois artigos: *Geografia e Política Externa* e *Objetivos Geográficos na Política Externa*. Nascido em Amsterdã, esse geógrafo viveu nos Estados Unidos, onde exerceu grande influência. (DEFARGES, 2003)

Para Spykman, a Geografia era “a determinante fundamental na formulação de uma política nacional” (DEFARGES, 2003, p. 53). O autor afirma que cada estado desenvolve a política a partir da sua geografia. Ao longo do tempo ocorrem divisões territoriais, ou então duas regiões podem se unir sob um só governo. Alguns territórios nacionais podem até mesmo ser deslocados, como foi o caso da Polônia, enquanto outros países praticamente não

sofreram nenhuma alteração em seus limites. Spykman considera também as alterações que podem ocorrer nas relações geopolíticas entre os Estados, pois muitas vezes os rivais de ontem, hoje possuem uma postura de cooperação, ou vice-versa (DEFARGES, 2003).

De acordo com Mello :

É possível afirmar que Spykman incorporou do geógrafo britânico (Mackinder) a idéia da estruturação de um sistema interestatal global em que qualquer modificação na relação de forças afeta sempre a posição relativa dos grandes atores internacionais e que, por isso mesmo, não podem permanecer indiferentes às oscilações do equilíbrio de poder mundial (MELLO, 1999, p. 98).

A primeira obra de Spykman sobre geopolítica foi *America's Strategy in World Politics* (1942), a segunda foi *The Geography of the Peace*, publicada após sua morte. O autor apresenta sua Teoria do *Rimland*, palavra que significa terras costeiras. Para ele, o *rimland* da Eurásia compreende as terras das margens: a Europa costeira, os desertos da Arábia e do Oriente Médio, a região das monções na Ásia.

Spykman destaca a posição isolada dos Estados Unidos, cujos limites leste e oeste correspondiam, respectivamente, aos oceanos Atlântico e Pacífico e cujos limites norte e sul correspondiam, respectivamente ao Canadá e ao México, dois países que não se constituíam em grandes potências e não apresentavam ameaça à soberania norte-americana (Mello, 1999). Esta posição dos EUA faz deste país uma ilha-continente de acordo com Spykman. Já a Europa, a Ásia e a África, constituem-se na ilha-basilar, ou ilha principal, ao redor da qual as ilhas satélites se localizavam - as duas Américas e a Austrália. (MELLO, 1999).

Com relação à política internacional, a visão de Spykman pode ser sintetizada da seguinte maneira:

Se a Europa e a Ásia fossem dominadas por um único poder ou por uma constelação de poderes, acumulariam uma força não compensada que poderia projetar-se no Atlântico e no Pacífico e, num movimento de pinças, cercar o hemisfério ocidental. Se, ao contrário, fossem mantidos uma divisão e um equilíbrio de poderes tanto na Europa como na Ásia, os Estados Unidos deteriam um excedente de poder em condições de projetar-se nos dois oceanos e cercar ambas as pontas da Eurásia (SPYKMAN apud MELLO, 1999, p. 104-105).

Nesta concepção, portanto, não seria prudente uma política isolacionista por parte dos EUA e, ao contrário, o intervencionismo se fazia necessário para o estabelecimento, fortalecimento e ampliação do poder norte-americano. Nesse caso, “a hegemonia seria conquistada por uma potência ou coalizão que conseguisse acumular uma margem de poder

residual que pudesse ser aplicada no exterior para cercar a outra ilha-continente” (MELLO, 1999, p. 105).

O espaço que Spykman denominou de *Rimland*, estava situado na Eurásia e deveria ser visto como uma região intermediária entre o *Heartland* e os mares marginais.

Ele funciona como uma vasta zona amortizadora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vistas para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e no mar... É na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança (SPYKMAN, 1942 apud MELLO, 1999, p. 122).

Pela sua posição estratégica entre terra e mar, quem controlasse o *Rimland* deveria ter domínio e tecnologia tanto para se defender em terra, quanto no mar. A ameaça geopolítica maior consistia na união do *Rimland* com o *Heartland* sob o mesmo poder, independente da ideologia do Estado soberano nesta região. Esse tipo de pensamento influenciaria as decisões políticas de alguns países, pois, ao mesmo tempo em que o mundo se torna cada vez mais globalizado e interdependente, a expansão econômica e territorial de um acaba gerando rivalidades com os demais. Nesse sentido Defarges (2003, p. 65) afirma que “a geopolítica é a ciência do poder no espaço. Por isso implica um jogo entre atores com identidade e intenções claramente definidas”.

2.3 A Geopolítica Alemã

Por muito tempo a Alemanha buscou respostas às indagações sobre seu papel no mundo. Dessa maneira, a geopolítica alemã, pelo menos em sua origem, é pautada nessas reflexões por parte de Friedrich Ratzel e o contexto da Alemanha de Guilherme II e, posteriormente, de Karl Haushofer e a Alemanha nazista (DEFARGES, 2003). Entretanto, Defarges (2003, p. 82) afirma que “a geopolítica alemã é, em primeiro lugar, filha da derrota de 1918³ e do *diktat* (tratado) de Versalhes⁴”.

³ Da Primeira Guerra Mundial.

⁴ Este tratado considerou a Alemanha culpada pela guerra e criou uma série de determinações que visavam o enfraquecimento e a desmilitarização desse país.

2.3.1 Ratzel e a Teoria do Espaço Vital (*Der Lebensraum*)

Nascido em 1844, Ratzel estudou farmácia, paleontologia, mineralogia, geologia, zoologia, além de estudar obras de Charles Darwin e Ernest Haeckel (1834-1919).

Martin e James (1993) apontam que Ratzel tinha um interesse muito maior em realizar pesquisas através de observações em campo do que trabalhar dentro de laboratórios, desejo que o levou a viajar pelos países do Mediterrâneo.

Em 1873 realizou uma viagem pelos EUA e é nesta viagem que Ratzel se torna um geógrafo, na qual teve a oportunidade de investigar uma extensa região, os grupos que a habitavam e como utilizavam os recursos naturais existentes (DEFARGES, 2003; MARTIN ; JAMES, 1993). Três anos depois, passou a trabalhar na Universidade Técnica de Munique, ocupando a cadeira da Geografia. Em Munique escreveu o primeiro volume da obra *Antropogeografia: Fundamentos da Geografia Humana* (1882), definindo que a Geografia estudaria os efeitos recíprocos da relação entre homem e natureza, mediados pelas condições sociais e econômicas (RAIMUNDO, 2007). Nesta obra, o autor deixou clara sua percepção de que para a Geografia importava uma análise a respeito dos aspectos da natureza que condicionavam a ocupação da superfície terrestre pelo ser humano.

Em 1886 mudou-se para Leipzig e lecionou na universidade local até sua morte em 1904. Ali se aproximou da Filosofia e escreveu algumas obras: os dois volumes de *As Raças Humanas* (1886 ; 1888), o segundo volume de *Antropogeografia* (1891), *Geografia Política* (1897), *A Terra e a Vida* (1901) e *Sobre a Descrição da Natureza* (1904).

Ratzel defendeu a idéia de que a relação de equilíbrio entre o território ocupado e suas potencialidades, com as necessidades da sociedade que o domina é fundamental para existir o progresso (RAIMUNDO, 2007). Essa visão de Ratzel foi, posteriormente, bastante distorcida, servindo de justificativa para ideologias deterministas e práticas políticas de dominação.

Para entender melhor as reflexões de Ratzel, é importante contextualizar o momento histórico no qual ele estava inserido. A Alemanha havia sofrido o processo de unificação, sendo um dos últimos países europeus a se tornar um Estado Nacional. Derrotara a França na guerra franco-prussiana. Passava por um crescimento econômico, seu parque industrial estava bastante desenvolvido e conquistava assim a posição de potência no continente europeu.

Por ter se tornado um Estado Nacional tardiamente, a disputa por colônias ficou comprometida. As terras colonizadas na África e na Ásia já estavam quase completamente distribuídas entre as potências européias.

Além de tudo isso, o governo alemão considerava que a importância da Alemanha perante as outras potências estava negligenciada e que a expansão territorial era uma necessidade para o país.

Com a unificação alemã em 1871, Ratzel, estimulado pelo seu forte orgulho nacionalista dedicou sua atenção a observar o modo de vida germânico, como este povo utilizava seus recursos naturais e, através de suas viagens, observava o povo de origem germânica que vivia fora da Alemanha. Chegou até a Hungria e à Transilvânia, o que o permitiu reportar sobre as minorias germânicas no leste europeu (MARTIN; JAMES, 1993).

É nesse contexto que Ratzel propõe uma teoria geopolítica cujos argumentos foram baseados na associação da Biogeografia e da Geografia Humana. Ele considera o Estado como um organismo vivo, ligado ao solo e, como tal, expande-se, retrai-se, desenvolve-se ou fica estagnado, de acordo com suas necessidades em determinado momento histórico. Surge a Teoria do Espaço Vital *Der Lebensraum*.

Ratzel, citado por Defarges (2003, p. 74) afirma que “o estado sofre as mesmas influências que qualquer forma de vida (...). O homem não é concebível sem o solo terrestre nem a maior obra do homem sobre a Terra: o estado”. Obviamente o Estado existe somente se estiver inserido no espaço geográfico, o que não é tão óbvio, mas sim muito complexo, é a relação entre povo, território e poder. O espaço não é somente onde está localizado um território nacional, é também onde estão as fontes de recursos naturais provedores de matéria-prima e energia.

Ratzel afirma que a disputa territorial entre Estados vizinhos é natural e se torna a principal causa de conflitos. A luta por um espaço vital era sobretudo necessária para o crescimento do Estado. Dessas idéias origina-se a obra *Der Lebensraum* (espaço vital), publicada em 1901 (RATZEK apud DEFARGES, 2003).

Sua obra é muito rica, podendo-se destacar alguns títulos além dos que já foram citados:

- a) Estudo sobre os espaços políticos (1895);
- b) Estado e solo (1896);
- c) Geografia Política – uma geografia dos estados, do comércio e da guerra (1897);
- d) Alemanha – introdução a uma ciência do país natal (1898).

2.3.2 *Haushofer e a Geopolítica Alemã*

Karl Haushofer, não foi o criador do termo Geopolítica, mas pode-se dizer que, na Alemanha, foi o principal teórico a desenvolver estudos neste campo científico (DEFARGES, 2003). De acordo com Defarges (2003), a geopolítica alemã acaba no momento da morte de Haushofer e sua esposa, que suicidaram no dia 10 de março de 1946. Certamente a Alemanha possui diversos geógrafos que ainda hoje se dedicam ao estudo da geopolítica. Defarges, portanto, quando se refere à morte da geopolítica, certamente se refere a esse campo da ciência geográfica em sua forma tradicional.

Após a Segunda Grande Guerra, a geopolítica alemã não é mais vista com bons olhos pela comunidade acadêmica, pois passa a ser associada ao nazismo, que lançou mão de teorias da geopolítica para justificar sua expansão territorial, a partir da ideologia do Espaço Vital introduzida por Ratzel.

Antes de falar um pouco mais sobre a obra de Haushofer, é imprescindível uma breve contextualização.

Haushofer nasceu no ano de 1869, em Munique. Tornou-se oficial de carreira aos dezoito anos e, vinte e um anos mais tarde, foi inserido em uma missão diplomática no Extremo Oriente. As observações feitas durante esta viagem o levaram a escrever um livro sobre o Japão, *Dai Nihon*, publicado em 1912; e também a sua própria tese intitulada *Orientações Fundamentais no Desenvolvimento Geográfico do Império Japonês, 1854-1919*, publicada no ano de 1919. (DEFARGES, 2003)

Haushofer participou de combates na Primeira Grande Guerra (1914-1918) e de acordo com Defarges (2003, p. 79), “Haushofer é um daqueles oficiais em quem esta experiência de sangue (a guerra) faz desabrochar as virtudes da coragem e da fraternidade, que se mantêm escondidas em período de paz”.

Nessa mesma época Haushofer leu a obra de Rudolf Kjellén, *O Estado como Forma de Vida*, sendo Kjellén o criador do termo geopolítica. Haushofer via sua Alemanha derrotada na Primeira Grande Guerra e almejava um país mais forte e respeitado pelas demais potências.

Após a Primeira Grande Guerra, trabalhou como professor de ensino superior, além de criar a revista de geopolítica *Zeitschrift für Geopolitik*, entre outras atividades.

Hitler subiu ao poder em 1933 e por intermédio de Rudolf Hess, que trabalhava no governo e era amigo de Haushofer, este se encontrou algumas vezes com o chanceler. (DEFARGES, 2003)

A posição de Haushofer na Alemanha nazista ilustra bem as contradições que qualquer intelectual encontra face a um regime que não tolera nenhum desvio, mesmo menor, de pensamento. Por um lado, para Haushofer, obcecado com a grandeza da Alemanha e a derrota de 1918, Hitler, pelo menos até 1939, encarna uma Alemanha ordeira, respeitada, que reúne a comunidade alemã (anexação da Áustria, obtenção dos Sudetas checoslovacos), desfaz as iniquidades do Tratado de Versalhes e obriga os seus antigos inimigos, a Grã-Bretanha e a França, a curvarem-se. Por outro lado, o universo mental de Haushofer é o da Alemanha guilhermiana, aristocrática, burguesa e apegada às hierarquias. Terá Haushofer conhecido e compreendido o sistema hitleriano, a sua violência plebéia, a sua violência revolucionária, o seu fanatismo anti-semita e racista (DEFARGES, 2003, p. 81)

Certamente o governo de Hitler deu a Haushofer, assim como a toda a Alemanha, um sentimento de esperança, de amor à pátria, de reivindicação de tudo aquilo que fora perdido com a derrota de 1918. Mas o caminho percorrido para alcançar esses objetivos fora demasiadamente sangrento e terrível. (DEFARGES, 2003)

Haushofer tem a ingenuidade do homem de estudo, desligado do real pelas suas idéias: entre os aspectos essenciais da personalidade de Haushofer ‘figuram o seu conhecimento insuficiente dos homens no domínio da política, a sua força imaginativa exagerada, a sua confiança cega, que por diversas vezes lhe foi funesta, e um espírito crítico insuficientemente desenvolvido, para além do seu falso orgulho, que provavelmente o impediu de reconhecer abertamente, por diversas vezes, o quanto se tinha enganado (DEFARGES, 2003, p. 81).

O que perpassa toda reflexão de Haushofer sobre a geopolítica de seu país é a seguinte pergunta: “qual é o lugar justo da Alemanha no mundo?” (DEFARGES, 2003, p. 83). Diante disso, este geógrafo utiliza o conceito de Espaço Vital introduzido por Ratzel e acredita que “o espaço cultural alemão deve reencontrar a sua unidade, sendo a sua área de expansão natural a Europa Central” (DEFARGES, 2003, p. 83).

2.4 Depois da Guerra: crise e a retomada da Geopolítica

Após a Segunda Guerra Mundial, os vencedores passaram a associar a Geopolítica aos países derrotados e, até então, inimigos. Dessa forma, os estudos geopolíticos pouco se desenvolveram até a década de 1970, sendo mencionados somente em situações de críticas. Os geógrafos e demais cientistas evitavam escrever sobre este tipo de assunto, para que não fossem identificados como apologistas do fascismo e do nazismo.

Na segunda metade da década de 70, a Geopolítica reaparece no meio acadêmico e científico. Entretanto, como descreve Vesentini (2003, p. 25):

Não mais com idéias pragmáticas entre o poder marítimo versus o poder terrestre, ou sobre a *heartland*, ou mesmo sobre as condições para um determinado Estado tornar-se potência mundial (algo que parecia já resolvido naquele período das duas potências), e sim teorias a respeito do embate entre capitalismo e socialismo, da guerra fria e a sua lógica, das perspectivas de uma terceira guerra mundial (VESENTINI, 2003, p. 35).

Yves Lacoste e o grupo por ele liderado, a partir da revista *Hérodote*, que teve seus primeiros exemplares editados em 1976, contribuíram bastante para a retomada dos estudos e discussões reunidos sob o nome de Geopolítica. Essa revista ganhou força entre o meio acadêmico e, em pouco tempo, tornou-se renomado periódico francês, publicado também na Itália e na Espanha. No mesmo ano do lançamento da *Hérodote*, Lacoste publica seu famoso livro *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Nesta obra, Lacoste discute:

...A geografia serve, em princípio, para fazer a guerra. Para toda a ciência, para todo o saber deve ser colocada a questão das premissas epistemológicas; o processo científico está ligado a uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder. Colocar como ponto de partida que a geografia serve, primeiro, para fazer a guerra não implica afirmar que ela só serve para conduzir operações militares; ela serve também para organizar territórios, não somente como previsão das batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade. A geografia é, de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto articulado de informações extremamente variadas, heteróclitas à primeira vista, das quais não se pode compreender a razão de ser e a importância, se não se enquadra no bem fundamentado das abordagens do Saber pelo Saber. São tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária, ao Chefe Supremo, àqueles que são os donos dos aparelhos do Estado. Trata-se de fato de uma ciência? Pouco importa, em última análise: a questão não é essencial, desde que se tome consciência de que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço, que é a geografia, é um saber estratégico, um poder (LACOSTE, 1988, p. 22-23).

Os acontecimentos e situações daquele momento histórico geraram um contexto propício para o desenvolvimento do pensamento geopolítico. De acordo com Vesentini:

A bem da verdade, foi sobretudo a conjuntura internacional dos anos 70 e 80 – e não apenas a iniciativa isolada de tal ou qual pessoa ou grupo – que impulsionou essa retomada dos estudos geopolíticos. Era uma época em que se pensava seriamente no holocausto nuclear, na terceira guerra mundial. A corrida armamentista atingia cifras astronômicas no período – os gastos mundiais com armamentos alcançavam por volta de oitocentos bilhões até um trilhão de dólares por ano nessas décadas. Logo, pensar a guerra (ou opor-se) tornou-se uma necessidade imperiosa para os movimentos sociais, as instituições de pesquisas e os intelectuais em geral. Naquele

período não era possível refletir sobre o futuro da humanidade – ou mesmo sobre os ideais socialistas, por exemplo – sem se defrontar com a questão da guerra (VESENTINI, 2003, p. 26).

Com a extinção da União Soviética (URSS), cujo processo se deu ao longo os últimos anos da década de 80 e primeiros anos da década de 90, os estudos geopolíticos se concentram nas discussões acerca da Nova Ordem Mundial, ordem essa que deixara de ser bipolar e, naquele momento, questionava-se sobre quais seriam as grandes potências a se erguerem.

A Geopolítica fora retomada, mas suas teorias clássicas estavam obsoletas. O que antes era considerado um país potência correspondia a um Estado com uma nação numerosa, um grande território e um exército forte e bem equipado. Principalmente a partir da década de 90, após a queda do bloco socialista e do fim da Guerra Fria “ficou claro que uma grande potência mundial é antes de tudo um Estado (...) que possui tecnologia moderna, com uma força de trabalho qualificada (que pressupõe um elevado nível de escolaridade)” (VESENTINI, 2003, p. 28).

2.5 A Geopolítica Brasileira

Pretende-se nesta seção apresentar um panorama no pensamento geopolítico brasileiro, listando os principais autores e citando aqueles que se destacam, suas concepções geopolíticas e ideias fundamentais.

Os predecessores da Geopolítica Brasileira apresentaram suas ideias a partir do século XVI, podendo-se destacar os nomes do historiador português Gabriel Soares de Souza, de José Bonifácio e do diplomata da corte portuguesa Alexandre de Gusmão, nascido em Santos.

Gabriel Soares de Souza publicou, em 1587, o livro *In Tratado Descritivo do Brasil – Proêmio*, onde relata sua visita à América Portuguesa e suas observações e interpretações. O autor afirma que o Brasil possuía potencial para se tornar um grande império, com evidências mundiais (MATTOS, 2000).

José Bonifácio produziu um documento intitulado *Lembranças e Apontamentos*, anterior à independência, no qual revela sua visão do Estado Brasileiro para o futuro. Nele destaca a importância de ser mantida a unidade nacional brasileira após a independência, a necessidade de se deslocar a capital do país para o interior, tornando mais efetiva a defesa

contra ameaças externas e estimulando a ocupação e o desenvolvimento do território para além das regiões litorâneas (MATTOS, 1975).

Alexandre de Gusmão, citado mais vezes nessa dissertação, é considerado o autor do Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha em 1750. Utilizando-se de sua experiência diplomática e munido de mapas estratégicos, Gusmão conseguiu com este tratado legitimar a posse de Portugal sobre as terras conquistadas pelos bandeirantes paulistas e nortistas, até aquele momento contestadas pela coroa espanhola. De acordo com Mattos (1975), Alexandre de Gusmão criou o princípio genial do *uti possidetis* que atribuía a propriedade das terras a quem as possuía e ocupava no momento. Além disso, Mattos (1975, p. 41) afirma que Gusmão ainda criou o princípio de que os “problemas lindeiros entre as duas colônias (portuguesa e espanhola) deveriam ser resolvidos levando-se em conta, antes, os interesses das ditas colônias que os das respectivas metrópoles”.

Os predecessores citados apresentaram suas ideias antes mesmo do pensamento geopolítico organizar-se enquanto ciência. É apenas na década de 1930 que as primeiras obras científicas de Geopolítica são publicadas no Brasil.

O primeiro livro brasileiro de Geopolítica foi *Projeção Continental do Brasil*, do Capitão Mario Travassos, publicado em 1931. Este oficial chegou a General de Divisão no Exército ativo, foi também Coronel, participando da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e, posteriormente, atingiu a patente de Marechal. Seu livro foi traduzido para o espanhol. De acordo com Mattos (2000, p.39), Travassos “teve imensa influência no pensamento de sua geração. Suas análises e formulações geopolíticas dominaram a mente de intelectuais patriotas e dos oficiais formados pelas Escolas de Estado-Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica até a década de 50”.

A obra estabeleceu as bases da Geopolítica brasileira para a primeira metade do século XX. Em seu texto o autor trata dos rumos da política nacional cujos objetivos convergiam para colocar o Brasil em uma posição de supremacia na América do Sul. O autor também trata das localidades estratégicas do território sul-americano, como por exemplo, a bacia do rio da Prata, a bacia do rio Amazonas, os litorais oeste e leste, banhados, respectivamente, pelos oceanos Atlântico e Pacífico, e a Cordilheira dos Andes se estendendo da Venezuela à Patagônia (MATTOS, 1975). Nessas áreas seria necessário um desenvolvimento maior no setor de transportes para o aproveitamento de suas potencialidades, não permitindo que se tornem obstáculos geográficos causadores de desequilíbrios para o país.

As soluções sugeridas por Travassos visando à superação dos óbices oferecidos pela geografia sul-americana situam-se na realização de uma política de transportes que neutralize, a nosso favor (do Brasil), os desequilíbrios potenciais oferecidos pelos antagonismos fisiográficos existentes. Propõe que se implante ou se complete (quando for o caso) uma rede ferroviária carreadora para os portos brasileiros do Atlântico - Santos, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre e Rio Grande – (superando) as influências platinas sobre as regiões interiores brasileiras das bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai.

Propõe a chegada de nossos trilhos (do Brasil) a Santa Cruz de la Sierra e daí, a Arica, articulando as grandes regiões platina (Atlântico) e andina (Pacífico). Sugere a construção de ramais da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para a República do Paraguai. Em termos de vertebração da massa continental sul-americana, sugere ampla conjugação das redes ferroviária, hidroviária e aérea, além de propor a criação de um sistema aéreo interligando todas as capitais dos países de nosso subcontinente austral (América do Sul), superando assim, temporariamente, as dificuldades de tráfego terrestre oferecidas pelos obstáculos geográficos (MATTOS, 2000).

Mário Travassos disserta a respeito da região que denomina Triângulo Geopolítico Boliviano, compreendendo Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Sucre. O autor afirma que essa região se porta como um pólo de convergência das influências Atlântico-Pacífico, e “o poder sul-americano que conseguir controlar esse triângulo-chave, região de convergência das três forças geográficas que operam no subcontinente, dominará a política continentalista regional” (MATTOS, 2000).

Para Mário Travassos, o Triângulo Geopolítico Boliviano era o *heartland* da América do Sul. Lewis Tambs (1978), citado por Heinsfeld (2003, p. 81, tradução nossa), afirma que essa era a área pivô, no coração da América do Sul e, parafraseando Mackinder, afirma que “quem domina Santa Cruz manda em Charcas; quem domina Charcas manda no *heartland*; quem domina o *heartland* manda na América do Sul”⁵.

As recomendações de Travassos para a geopolítica brasileira foram, muitas vezes, abarcadas pelas propostas governamentais, contribuindo para a interiorização do desenvolvimento e a integração territorial do país. Dentre elas destaca-se a aquisição do Acre mediante considerável indenização à Bolívia. Dessa forma,

Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior – o Barão do Rio Branco) conseguiu que a Bolívia saísse satisfeita da disputa territorial, pendendo assim para o lado da órbita de influência brasileira, em detrimento da Argentina. Conquistando o Acre, o Brasil assegurou um ponto de lançamento para uma maior penetração na Bolívia. Com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, além de desviar para os portos brasileiros as exportações bolivianas, o Brasil tinha acesso direto à região de Charcas, epicentro geopolítico boliviano. Mackinder chamava a atenção para a importância das ferrovias para se conquistar o *heartland*. Por conseguinte, com a Madeira-mamoré, o Brasil passou a ter a possibilidade de dominar o *heartland* sul-americano (HEINSFELD, 2003, p. 81).

⁵ “El que domina Santa Cruz manda em Charcas; El que domina em Charcas manda em el *heartland*; El que domina em el *heartland* manda em Sudamérica”.

Everardo Backheuser despontou na década de 20 com seu pensamento geopolítico. Professor e autor de muitas obras, escrevia colunas e artigos em periódicos, foi o responsável pela teoria da geopolítica brasileira, dando-lhe um método e sistematizando-a (MATTOS, 1975).

Produziu um estudo de alta qualidade sobre a política de fronteiras, que foi organizado no livro Geopolítica Geral do Brasil e influenciou as ações do governo com relação às regiões fronteiriças brasileiras. Segundo o autor, a política de fronteira é uma responsabilidade federal e não regional.

Suas reflexões e afirmações foram importantes para a decisão do governo de se criar os territórios federais do Amapá, Roraima, Rondônia, Fernando de Noronha, Ponta Porã e Foz do Iguaçu. Posteriormente os três primeiros tornaram-se estados e os três últimos foram incorporados por outros estados (MATTOS, 2000).

Em 1947, o brigadeiro Lísias Rodrigues publicou o livro Geopolítica do Brasil, no qual defende a importância da aviação para o desenvolvimento das áreas mais isoladas e menos povoadas do território. Defende também a necessidade de uma interiorização do país e do deslocamento da capital nacional para o interior. Evidencia sua preocupação em relação às fronteiras ao norte do Brasil, em especial com territórios pertencentes a países europeus (? (RODRIGUES apud MATTOS, 2000).

Na década de 1950 destaca-se o nome do Tenente Coronel Golbery do Couto e Silva. Palestrante nas Escolas de Estado-Maior e na Escola Superior de Guerra, escreveu muitos artigos para revistas especializadas e em 1966 publicou o livro Geopolítica do Brasil. De acordo com Mattos (1975), nesta obra Golbery faz uma radiografia dividindo o território brasileiro em áreas geopolíticas com base nas pressões externas. São elas:

- a) área geopolítica de reserva geral ou de manobra: São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, Espírito Santo, Minas Gerais, sul de Goiás e o Distrito Federal;
- b) ala norte: estados do Nordeste, da Bahia ao Maranhão;
- c) ala sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul;
- d) oeste: Mato Grosso e o Território de Rondônia;
- e) Amazônia: Amazonas, Pará, Acre e os territórios do Amapá, Roraima e parte de Rondônia. (GOLBERY apud MATTOS, 2000).

Este livro recebeu uma nova edição, passando a apresentar o título Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil, acrescentando-se à obra uma conferência proferida por Golbery na Escola Superior de Guerra.

Na década de 1970 destaca-se o nome da professora Therezinha de Castro. Dentre suas obras, destacam-se na área da geopolítica:

- a) O Brasil da Amazônia ao Prata;
- b) África – Geohistória;
- c) Nossa América – Geopolítica Comparada;
- d) Geopolítica – Princípios, Meios e Fins.

Escreveu muitos artigos e participou de diversas conferências sobre o assunto, focando-se nos temas a respeito da geoestratégia do Atlântico Sul, importância estratégica da ocupação da Antártida, integração do Cone Sul, Bacia do Caribe e problemas amazônicos (MATTOS, 2000).

Sobre as ideias de Therezinha de Castro a respeito das pretensões brasileiras na Antártida, Mattos (2000) afirma:

(Therezinha de Castro) foi uma das poucas vozes pioneiras e entre elas a mais insistente, sobre a necessidade do Brasil instalar uma base na Antártida, tendo em vista a prospectiva de sua importância estratégica num futuro próximo, em função de sua posição de defrontação com todo o Hemisfério Sul do planeta e por suas imensas reservas minerais e de água. Therezinha de Castro reivindicava que o Brasil participasse territorialmente da comunidade antártica defendendo o seu direito pelo princípio de defrontação, princípio que já fora aplicado no caso dos direitos territoriais no Ártico. Viu a sua pregação realizar-se, quando em 1983, o Brasil instalou a Estação Comandante Ferraz, comandada pela Marinha, na ilha Rei George, do arquipélago Shetlands (MATTOS, 2000)

Na obra Nossa América: Geopolítica comparada, Therezinha de Castro faz uma caracterização fisiopolítica do continente americano e, posteriormente, relata como se deu a colonização americana, seu contexto e sua organização. A autora também aborda os aspectos políticos ao longo dos anos, até o processo de descolonização. Por fim a autora disserta sobre as questões geopolíticas e de relações internacionais de destaque na América (CASTRO, 1992).

Inspirado pelos geopolíticos antecessores, tais como Mário Travassos, Backheuser e Lysias Rodrigues, o General Meira Mattos publicou seu primeiro livro, cujo título é Projeção Mundial do Brasil (1959). Nesta obra, Meira Mattos analisa os conceitos de poder mundial de

três autores da ciência política: Rudolf Kjéllen, Arnold Toynbee e Tibor Mende. Além disso, Meira Mattos analisa “o espaço e posição geográfica do Brasil, suas riquezas potenciais, a coesão de seu povo e sua história, além da opinião de vários autores estrangeiros” concluindo que o país tinha condições de se alinhar às grandes potências mundiais (MATTOS, 2000).

Em 1975 Meira Mattos publicou seu segundo livro, *Brasil Geopolítica e Destino*, no qual faz um panorama da Geopolítica clássica e também da Geopolítica brasileira. Dois anos depois. O autor publicou *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. O contexto que o Brasil vivia era de prosperidade, o que gerou uma abordagem otimista por parte de Meira Mattos ao se referir ao futuro do país. (MATTOS, 1975).

Para prosseguir o desenvolvimento, propostas foram apresentadas por Meira Mattos:

Impunha-se aos governos futuros assegurar o andamento rápido do Projeto de Desenvolvimento Nacional, iniciado pelo Presidente Castelo Branco, seguido pelo Presidente Costa e Silva e acelerado e fortalecido pelo Presidente Emílio Médici. O Desenvolvimento Nacional exigia, essencialmente, uma política de interiorização, de valorização da enorme massa continental, particularmente a Amazônia e o Centro-Oeste carentes de uma infraestrutura de transportes, comunicações e povoamento. A necessidade de garantir a segurança interna e defesa externa deviam ser consideradas nos projetos de desenvolvimento (MATTOS, 2000).

Segundo o próprio autor, essas perspectivas não se concretizaram, encontrando obstáculos como a crise do petróleo iniciada em 1973. Entretanto, não se errou nas características de potência que o Brasil atingiria e sim, errou-se no tempo em que isso se concretizaria, quando sugeriu o ano de 2000. Para estudiosos da área, a data mais correta seria o ano de 2020 (MATTOS, 2000).

Em 1980, Meira Mattos publicou o livro *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, inspirado no Tratado Pan-Amazônico assinado em Manaus no ano de 1978, por oito países com terras localizadas na bacia amazônica. Na obra o autor realiza uma análise geopolítica da região amazônica e apresenta propostas para o projeto regional e comum entre os países que assinaram do Tratado. Dentre elas pode-se destacar uma que remete ao tema desta dissertação, na medida em que defende a importância de estimularem-se as áreas fronteiriças, como por exemplo, a fronteira entre Brasil e Venezuela (BV8) criando em torno delas um “pólo binacional de desenvolvimento social e prosperidade econômica, tomando como modelo os exemplos de convivência internacional profícua alcançados na fronteira sul” (MATTOS, 2000).

Em 1984, Meira Mattos publicou o livro *Geopolítica e Trópicos*, no qual apresenta as ideias deterministas de cientistas que afirmam ser a região tropical imprópria para abrigar uma

sociedade avançada. O autor se posiciona contra essas ideias e apresenta o pensamento de Arnold Toynbee que as contesta. Na obra o autor afirma que os estudos do Professor Arnold Toynbee são notáveis, sendo ele geógrafo e sociólogo nascido na Inglaterra. Sobre as discussões a respeito da relação homem e meio, Mattos (1984, p. 17) cita Toynbee, afirmando que assim como este autor, acredita que “a Geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim, apresenta o seu desafio; caberá ao homem responder a estes desafios; ou os responde e os supera ou não os responde e é derrotado”.

Em 1990, Mattos publicou *A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras*, onde trata com mais detalhes da importância do desenvolvimento de áreas de intercâmbio fronteira.

No âmbito da geopolítica da Amazônia destaca-se a Professora Bertha Becker, que escreveu muitos livros e artigos sobre o tema, defendendo um modelo de desenvolvimento da região amazônica a partir de práticas que minimizem a degradação do meio ambiente. Em seu livro *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*, Becker realiza uma contribuição “ao conhecimento dos processos contemporâneos que atribuem significado às transformações na Amazônia brasileira” (BECKER, 2007, p. 19). Sobre algumas das ideias que vem defendendo ao longo de seu trabalho, Becker afirma:

Neste contexto (o desenvolvimento da Amazônia e suas fronteiras), revaloriza-se a natureza amazônica cujo uso não se reduz, portanto, a um problema global, como querem alguns. É fato que na região se processam importantes transformações que afetam as mudanças ambientais globais. A apreensão desses fatos, contudo, não pode ser desvinculada dos interesses que norteiam diversas interpretações e ações delas derivadas, interesses que não são unívocos, e sim conflituosos entre si e em si, nos diferentes níveis geográficos. A análise dos processos em diferentes escalas geográficas e de sua articulação é um elemento importante do método geográfico que se torna extremamente útil nesse contexto. É impossível, hoje, mais do que nunca, compreender o que se passa num lugar e, conseqüentemente, conceber e implementar políticas públicas adequadas, sem considerar os interesses e as ações conflituosas das diferentes escalas geográficas.

Em nível global, a Amazônia é uma fronteira percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Coexistem nessa percepção interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território. Em nível nacional, onde igualmente coexistem interesses diversos, o interesse e a percepção dominantes ainda atribuem à Amazônia a condição de fronteira de recursos, isto é, área de expansão do povoamento e da economia nacionais, que deve garantir a soberania do Brasil sobre esse imenso território. O que não significa a inexistência de interesses ambientalistas que coexistem com os desenvolvimentistas. Para a sociedade regional, em particular, e parte da brasileira, a fronteira é o espaço de projeção para o futuro. Em nível regional/local, a incidência dessas percepções e ações, somadas às demandas sociais, é expressa numa dinâmica territorial de grande velocidade de transformação e numa nova geografia Amazônica (BECKER, 2007, p.21).

Neste fragmento de texto, retirado da obra de Becker, a autora evidencia sua preocupação com a visão que a sociedade possui a respeito da região amazônica. Essa visão, na realidade, não é homogênea e está ligada aos diversos interesses que os grupos sociais apresentam. A interpretação acerca das potencialidades amazônicas difere de acordo com a escala de análise: local, regional, nacional, global. A apreensão maior diz respeito à percepção da Amazônia como uma área propícia à expansão das atividades econômicas e da ocupação demográfica, a despeito de seu valor ambiental necessário para o equilíbrio do globo.

Becker publicou também, em parceria com Claudio Egler, outro geopolítico brasileiro de considerável importância, a obra *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Nesta obra, os autores analisam o processo de inserção do país na economia-mundo, e as características peculiares do Brasil quanto à dívida externa e à distribuição de renda. Sobre a situação política e sócio-econômica brasileira os autores afirmam:

A via autoritária para a modernidade no Brasil acentuou a clivagem histórica entre a minoria de proprietários e a massa de despossuídos, destituindo de credibilidade as frágeis instituições que mantinham o mínimo de coesão social no país. A utilização indiscriminada dos bens públicos em benefício de grupos privados esgotou as últimas reservas de legitimidade do Estado e da atividade política, deixando um legado de profunda instabilidade que compromete a consolidação do processo democrático de construção da nação (BECKER; EGLER, 1993, p. 250).

Os autores apresentam o Brasil como um país semiperiférico (posição assumida a partir de 1970), parte integrante e inseparável da construção da economia-mundo. Além disso, consideram o país uma potência regional, emergente no cenário da multipolaridade global, que obteve tal ampliação de poder a partir de um projeto nacional para a modernidade, formulado e executado pelo Estado e apresentando dois pontos de destaque: “a) o reconhecimento de que apenas a indústria de bens de capital não era suficiente para garantir a soberania nacional, e que requeria também a autonomia tecnológica; b) a instrumentalização do espaço como base para a acumulação e a legitimação do Estado” (BECKER; EGLER, 1993, p. 125).

Leonel Itaussu Almeida Mello(1987) destaca-se, assim como Bertha Becker e Cláudio Egler(1993), na *Geopolítica Brasileira* mais atual. Mello em sua dissertação de mestrado, publicada em 1987, trabalhou como tema *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, a qual teve como principal objetivo:

Demonstrar que as políticas implementadas pelo regime autoritário na Bacia do Rio da Prata, na década de 1970, visando a conquista de uma posição hegemônica nos

países platinos e um *status* de potência regional dominante no Cone Sul do continente, através do exercício do papel de aliado preferencial dos Estados Unidos no hemisfério ocidental, tem suas diretrizes teóricas e sua base de fundamentação ideológica numa vertente do pensamento geopolítico brasileiro, cujas primeiras formulações remontam ao início dos anos 30 (MELLO, 1987, p. 1).

Outro autor que merece ser mencionado na área da Geopolítica Brasileira na atualidade é Wanderley Messias da Costa, que publicou dentre outras obras o livro *O Estado e as políticas Territoriais no Brasil*, no qual elaborou uma análise sobre as formas de intervenção do Estado na formação e transformação do território. Para isso, Messias da Costa faz um retrospecto abordando a Geopolítica Portuguesa na América Colonial, passando pelo processo de emancipação e formação do Estado Nacional brasileiro, o processo denominado por ele como Modernização Centralizadora (outros autores denominam Modernização Conservadora), no qual o Brasil modernizou-se, adotando funções típicas de um Estado capitalista, porém sem democratizar-se, mas, ao contrário, centralizando-se ainda mais (COSTA, 1991).

Costa afirma que “alguns dos principais processos de construção do espaço nacional tiveram e ainda têm a sua inspiração e mesmo algum tipo de concretização a partir das iniciativas estatais para o setor” (COSTA, 1991, p. 73).

Costa também possui uma obra cujo título é *Geografia Política e Geopolítica*, publicada em 1992. Nessa obra ele apresenta a Geografia Política clássica e seus principais colaboradores. Aborda também a Geopolítica ao longo das duas Guerras Mundiais, como a Geopolítica se desdobrou no continente americano, abordando também a Geopolítica no Brasil. Por fim apresenta o processo de afirmação da Geografia Política como disciplina científica e trata de alguns temas contemporâneos (COSTA, 1992).

Diante do que foi exposto sobre a Geopolítica Brasileira, identifica-se uma forte ligação entre grande parte de seus pensadores e as forças armadas. Muitos autores são oficiais ou mesmo civis com uma forte relação com as escolas do exército. A maior parte desses geopolíticos compartilham a ideia de que o Brasil sempre teve e ainda possui fortes elementos para se tornar potência mundial. Nesse sentido, os autores formularam teorias e propostas para que fossem aplicadas pelo governo com o objetivo de se alcançar o sucesso nacional. De acordo com Mattos (1975), o fio do pensamento geopolítico brasileiro, desde Alexandre Gusmão e José Bonifácio, baseava-se na capacidade do Brasil se tornar um país desenvolvido e importante mundialmente, um país grandioso, o que estaria condizente com o vasto e rico território que possui.

2.6. A Geopolítica Venezuelana

Encontrar material suficiente e de boa qualidade para elaborar um panorama da geopolítica venezuelana, assim como foi feito para a geopolítica brasileira foi praticamente impossível. A autora esgotou as fontes possíveis e por fim encontrou a obra de Castillo (1981). Entretanto, Castillo trata da Geopolítica Venezuelana a partir das questões territoriais e fronteiriças, sem abordar os principais geopolíticos venezuelanos e suas ideias. Por estas razões, esta seção se difere da seção anterior. Procurou-se aqui selecionar e apresentar os dados que Castillo traz em seu livro Geopolítica de Venezuela (1981) e, posteriormente, elaborar uma síntese sobre o governo de Hugo Chávez Frias, que atualmente apresenta uma repercussão global, missão também complexa devido ao fato de que a maior parte da bibliografia encontrada se apresenta muito tendenciosa, ora a favor, ora em oposição a Chávez, carecendo de uma visão neutra e objetiva.

A posição geográfica da Venezuela se constitui um caso peculiar na América do Sul. Apesar de estar afastada dos países andinos do Pacífico, possui parte do seu território caracterizado pela presença do relevo dos Andes. Por outro lado, mesmo não fazendo parte das Antilhas, localiza-se na região do Caribe, possuindo também um litoral aberto para o Oceano Atlântico. Além disso, pode ser considerado também um país amazônico, já que parte de seu território está inserido na Amazônia Continental (CASTILLO, 1981).

Diante destas características, pode-se afirmar que a posição geográfica da Venezuela é vantajosa, estando praticamente no meio do caminho entre a América do Sul e a América do Norte, o que possibilita o comércio mais amplo com o continente. Seu litoral também facilita o comércio com países de outros continentes.

De acordo com Castillo (1981), não se pode afirmar que a Venezuela se configura como um país essencialmente marítimo, como também não essencialmente um país interior. Certamente um meio termo entre os dois conceitos, sem deixar de destacar o estreito relacionamento que desenvolveram em relação ao mar. O autor afirma também que o país constitui-se em uma encruzilhada como ponto de contato continental tanto para o transporte marítimo quanto para o aéreo, de acordo com as grandes rotas de circulação no mundo atlântico, especialmente dos fluxos provenientes da América do Sul para a América do Norte. Com a construção do Canal do Panamá, a região do Caribe deixou de ser uma estação terminal para as rotas comerciais para se tornar um grande eixo de comunicação mundial (CASTILLO, 1981).

As fronteiras venezuelanas constituem-se em importante assunto geopolítico, principalmente as que dividem este país com a Colômbia. As terras de ambos os países pertenciam ao vice-reinado de Nova Granada, que foi uma das divisões político-administrativas mais importantes da América Espanhola. Em 1777 foi criada a Capitanía General de Venezuela, a partir de uma redistribuição territorial em Nova Granada. Com a independência, os dois territórios citados caminharam juntos, reunidos sob o nome de Gran Colombia, que seria posteriormente desintegrada (CASTILLO, 1981).

Desse contexto surgiram os problemas de fronteira entre os atuais países Venezuela e Colômbia. Ao longo do século XIX a rivalidade era tamanha que parecia ser impossível se chegar a um acordo entre os dois governos. Em 1881 o rei da Espanha é escolhido para arbitrar a questão fronteiriça e seu parecer foi favorável à Colômbia, o que se configurou em prejuízos para a Venezuela (CASTILLO, 1981).

O processo de demarcação das fronteiras, entretanto, estava em seu início e nas visitas a campo realizadas pelas equipes, foram identificadas falhas e imprecisões entre as fronteiras de papel, traçadas em mapas de pouca confiabilidade, e as fronteiras reais. Em razão dessas imprecisões, a Venezuela havia perdido muitas áreas importantes. Os países vizinhos passaram a dividir o curso médio do rio Orenoco, quando a Colômbia obteve a posse da margem esquerda deste trecho do rio. Passaram a partilhar também a Península de Guajira, o que gerou uma controvérsia entre os dois países, sem alcançar-se um acordo entre os limites de navegação na área.

O princípio do *uti possidetis* foi utilizado pelos países vizinhos para sanar os principais problemas da demarcação, que foi ratificada por um tratado assinado em 1941. Entretanto, as questões fronteiriças com a Colômbia ainda hoje não foram totalmente resolvidas.

Em relação às fronteiras entre Venezuela e Brasil, o processo demarcatório será melhor explicitado posteriormente, na seção 2.7.4, mas pode-se afirmar que a diplomacia entre os dois países sempre prevaleceu e não existiram graves questões que pudessem prejudicar a relação entre eles.

As fronteiras entre Venezuela e Guiana foram herdadas do período em que a Inglaterra colonizou a região guianense, após a Holanda ceder aos ingleses uma porção de seu território nas Guianas. A Venezuela saía vitoriosa de sua luta pela independência, mas esgotada devido ao esforço realizado para se obter a emancipação. Deparou-se então com um vizinho poderoso, a Inglaterra, que aplicou uma política de expansão e ocupação territorial para assegurar seu desenvolvimento industrial (CASTILLO, 1981).

Dessa maneira, passaram a existir questões mal resolvidas na fronteira entre a Venezuela e a Guiana Inglesa. A Inglaterra estava interessada em ocupar o território venezuelano situado à margem esquerda do rio Esequibo. Com os recursos esgotados na luta pela independência, a Venezuela aceitou o processo de arbitragem, que acabou sendo tendencioso e favoreceu a Inglaterra. Assim a Venezuela perdeu grande parte de seu território guayanês. Castillo (1981) afirma que um dos interesses da Inglaterra neste território era a presença de riquezas minerais, como por exemplo, o ferro.

Após a descolonização da Guiana Inglesa, em 1966, hoje República Cooperativista da Guiana, a Venezuela manifestou sua opinião, quando afirmou que apoiava a independência da Guiana, mas ao mesmo tempo reivindicava o território perdido injustamente. O governo venezuelano entende que o tribunal responsável pela arbitragem foi parcial e, portanto, não foi um processo justo (CASTILLO, 1981).

A Venezuela conseguiu reativar as discussões e desarquivar o problema, mas nenhum avanço significativo foi alcançado. A questão ainda hoje continua sem uma solução definitiva e, embora estejam paradas as negociações, a reivindicação ainda existe, inclusive sendo evidenciada em mapas venezuelanos que não reconhecem o território reclamado como pertencente à Guiana.

A Venezuela ainda possui fronteiras com Trindad e Tobago, país insular situado ao nordeste venezuelano. As fronteiras de caráter marítimo foram delimitadas através de um acordo com a Grã Bretanha, que tinha a posse da Ilha de Trindad. Um acordo foi assinado em 1942 no qual foram descritos os limites entre os países. Este acordo trata não só do mar superficial, mas também às áreas submarinas. Em 1962 Trindad e Tobago se tornou um país independente (CASTILLO, 1981).

De acordo com Castillo (1981) a fronteira marítima entre a Venezuela e Trindad e Tobago é muito ativa e, apesar da proximidade dos territórios, não há pretensão da Venezuela em praticar algum tipo de intervenção. Essa proximidade exige na verdade acordos de cooperação e de defesa e segurança mútua. Além disso, Trindad e Tobago precisa estabelecer relações internacionais positivas para assegurar sua independência e seu desenvolvimento e a Venezuela seria um importante parceiro.

Sobre as perspectivas venezuelanas no Caribe, Castillo afirma:

Venezuela representa uma realidade geográfica e geopolítica do Caribe e no Caribe, e como as bases de seu desenvolvimento econômico não são de caráter competitivo com as atividades econômicas do restante da região caribenha, existe um amplo campo para a cooperação e a harmonia regional. Sendo Trindad e Tobago o único país antilhano produtor de petróleo, o restante da subregião, assim como as outras

unidades geopolíticas da América Central, miram para o nosso país (Venezuela) e às possibilidades da cooperação venezuelana como uma das poucas vias para atenuar os efeitos das crises energéticas que padecem (CASTILLO, 1981, p. 259, tradução nossa⁶).

Ao se referir ao pensamento geopolítico venezuelano é praticamente impossível não mencionar Simon Bolívar, conhecido no país como o Libertador. Para alguns autores Bolívar representa a essência da história da Venezuela.

A partir de 1810 explodiu na Venezuela o movimento para a ruptura com a colônia. Em 1811 a Venezuela aprovou uma ata que declarava a sua independência de qualquer domínio estrangeiro e foi fundada uma República (MORÓN, 2008).

Este governo fracassou devido à forte repressão ao movimento de emancipação e é neste contexto que surge a figura de Simon Bolívar. Bolívar pertencia a uma família rica de Caracas e se envolveu no movimento para defender a República criada, reorganizá-la. A luta pela independência não havia terminado e exigiu muito esforço e investimento. Diante da perseguição política, Bolívar se refugiou na Jamaica e lá escreveu o documento que ficou conhecido como Carta de Jamaica, no qual explicava as causas pelas quais lutava e defendia o projeto político que se propunha a realizar (MORÓN, 2008).

Bolívar propôs uma união de territórios que levaria o nome de *Gran Colombia*, a partir de exitosas campanhas a favor da independência. Uniram-se, portanto, os territórios dos atuais Equador, Colômbia e Venezuela e, em 1821 surge o primeiro *Congresso de Colombia*. Porém Bolívar prosseguiu em viagens para lutar pela independência de outras regiões da América e os governantes que permaneceram na *Gran Colombia* não conseguiram manter a satisfação da população e, conseqüentemente, a união dos territórios. As insatisfações da população, associadas a uma grave crise econômica, dentre outros problemas, levaram a *Gran Colombia* à dissolução (MORÓN, 2008).

Sobre esse período da história venezuelana, Damas contextualiza:

...Cabe distinguir as seguintes etapas: primeiro a gênese da crise, entre 1795 e 1810; a segunda, de aprofundamento da crise, se estende entre 1810 e 1812; a terceira; de definição e deslinde dos fatores críticos internos, entre 1812 e 1815; a quarta, de ocupação militar estrangeira e de reação nacionalista colombiana, entre 1815 e 1821,

⁶ “Venezuela representa una realidad geográfica y geopolítica del Caribe y en el caribe, y como las bases de su desarrollo económico o son de carácter competitivo con las actividades económicas del resto de la región caribeña, existe un amplio campo para la cooperación y la armonización regional. Siendo Trinidad-Tobago, el único país antillano productor de petróleo, el resto de la subregión, así como las otras unidades geopolíticas de América Central, miran hacia nuestro país y a las posibilidades de la cooperación venezolana como una de las pocas vías para atenuar los efectos de la crisis energética que padecen”.

e, por último, a etapa de definição da consciência nacional venezuelana, entre 1821 e 1830 (DAMAS, 2006, p. 45, tradução nossa⁷).

A respeito do desmembramento da Gran Colombia, Damas (2006) afirma que esse fato trouxe à tona tarefas fundamentais para a sociedade venezuelana. Era necessário deixar para trás o passado colonial e enxergar a Venezuela de uma maneira mais positiva. A sociedade venezuelana não era espanhola e nem mesmo colombiana, dessa forma era necessário criar uma identidade nacional. Do ponto de vista econômico, a Venezuela também tinha desafios, tais como estabelecer as bases agropecuárias e compatibilizar as atividades econômicas nacionais com a nova forma que adquiriam as relações internacionais, pautadas no sistema capitalista mundial que se desenvolvia (DAMAS, 2006).

A posição geográfica da Venezuela foi fundamental para a inserção do país no mercado global. Essa posição geográfica determinou a existência de petróleo no país e esta era (e ainda é) uma fonte de combustível extremamente importante para a economia mundial.

...O petróleo moldou toda a trajetória dessa nação (Venezuela). Antes da descoberta do primeiro poço, em 1922, a Venezuela era um país agrícola, despovoado, pobre e com escassa relevância no contexto mundial. A descoberta do ouro negro alterou este quadro. O país se torna o segundo maior produtor no continente, atrás apenas dos EUA, e deixa de ser um grande latifúndio, que explorava 85% da população, para virar uma nação nevrálgica no mundo. O petróleo, então, passa a condicionar a evolução econômica, política, social e cultural do país. Nas fases de bonança, de elevação do preço do barril, ele amortece a luta de classes; já nos períodos de crise, atiza as contradições sociais (BORGES, 2005, p. 51).

Simón Bolívar defendia uma unidade entre os territórios que iam conquistando a independência. Mas seu sonho não se concretizou e a América Espanhola se fragmentou em vários estados nacionais.

O Governo atual da Venezuela, liderado pelo presidente Hugo Chávez Frias, pauta seus projetos nos ideais de Simon Bolívar, e com essa bandeira estimula uma integração maior entre os países americanos. Chávez muitas vezes discursa contra os princípios neoliberais que regem o modo de produção capitalista que hoje é praticamente global. (BORGES, 2005)

De origem militar e eleito pela primeira vez em 1998, Chávez foi reeleito em 2000 e em 2006, e seu governo inspira as mais diversas opiniões. Há aqueles, normalmente ligados

⁷ "... Cabe distinguir las siguientes etapas: primero la de preparación de la crisis, entre 1715 y 1810; la segunda, de planteamiento de la crisis, se extiende entre 1810 y 1812; la tercera, de definición y deslinde de los factores críticos internos, entre 1812 y 1815; la cuarta, de ocupación militar "extranjera" y de reacción nacionalista colombiana, entre 1815 y 1821, y, por último, la de definición de la conciencia nacional venezolana, entre 1821 y 1830".

ao capital financeiro global, que interpretam o governo venezuelano como um populismo radical e enxergam Chávez como um ditador. Há outros que interpretam tal governo como uma resistência à ofensiva neoliberal e de enfrentamento ao agressivo imperialismo norte-americano (BORGES, 2005).

Chávez tem apoiado, ao longo de seu mandato, governos esquerdistas de outros países americanos, que compartilham de interesses semelhantes e ideologias compatíveis. A exemplo disso tem-se o apoio ao Governo da Bolívia, na pessoa de seu presidente Evo Morales, que subiu ao poder em 2006. Episódio marcante dessa relação entre Venezuela e Bolívia foi a nacionalização do gás boliviano, promovida com o apoio de Chávez (MORAES; FRANCO, 2009).

A Venezuela também tem estreitado suas relações com Cuba. “A Venezuela vem injetando em Cuba, a fundo perdido, o equivalente a 20% de todo o dinheiro que entra no país com a venda do petróleo” (MORAES; FRANCO, 2009, p. 183). Esse dado mostra que tais relações não são apenas teóricas, mas já estão ocorrendo na prática. “Além disso, compra produtos cubanos que não tem mercado no exterior e, em troca, recebe médicos e outros serviços de Fidel (Castro)” (MORAES; FRANCO, 2009, p. 183).

Sanches (2006) relata em seu livro as principais áreas de cooperação entre Cuba e Venezuela. A área da saúde é uma delas, através da qual muitos médicos cubanos atuam em território venezuelano, bem como permite o deslocamento de pacientes venezuelanos até Cuba, em especial a população mais pobre e que apresenta problemas de saúde de alta complexidade. Cuba também exporta medicamentos genéricos à Venezuela, os quais apresentam boa qualidade e preços baixos. Há cooperação também em outras áreas, em maior ou menor grau, tais como educação, agricultura e segurança nacional.

De acordo com Moraes e Franco (2009), a Colômbia se apresenta como o principal obstáculo para as pretensões de Chávez no continente americano. “O país é uma democracia, usufrui de economia próspera e tornou-se um aliado importante dos Estados Unidos. O povo apóia majoritariamente o governo do presidente Álvaro Uribe e o sistema democrático” (MORAES; FRANCO, 2009, p. 184). Uribe subiu ao poder no ano de 2002 e em seu discurso era fortemente contrário às guerrilhas e ao narcotráfico existentes na Colômbia, tratando-os como criminosos comuns e não como grupos de oposição. Recebeu apoio dos EUA, que tinham como objetivo maior proteger seus interesses econômicos no país (MORAES; FRANCO, 2009).

O presidente venezuelano tem buscado também estabelecer relações com outras partes do mundo, como evidencia Navarro (2008) ao demonstrar a aproximação entre a Venezuela e

os países árabes. Navarro explicita as ideias de Chávez que ressaltam a importância de se buscar um equilíbrio internacional e as bases para esse equilíbrio, objetivando uma geopolítica mundial multipolar, através do fortalecimento das relações interregionais, ampliando a cooperação e estabelecendo associações em prol do desenvolvimento.

Chávez também é um dos principais responsáveis pela criação da Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA), da qual fazem parte Venezuela, Bolívia, São Vicente e Granadinas, Nicarágua, Equador, Dominica, Cuba, Antígua e Barbuda. Essa integração tem como objetivo não necessariamente a abertura do comércio, mas sim parcerias econômicas visando o bem estar social e a ajuda mútua (FLORES, 2005).

A posição geográfica da Venezuela, como já mencionado, é geopoliticamente estratégica, tornando este um país ao mesmo tempo andino, amazônico e caribenho. No que diz respeito à posição caribenha da Venezuela, tem-se uma potencial rota da América do Sul para os mercados da América Central, América do Norte, Caribe e vice-versa. Esse aspecto favorece as trocas comerciais internacionais, tanto de exportações quanto de importações. As grandes rotas comerciais marítimas encontram na Venezuela portos de fácil acesso e localizados em região intermediária do continente americano.

A Venezuela apresenta em seu território paisagens bem distintas, tais como áreas desérticas e áreas montanhosas com a presença de neve eterna em suas altitudes mais elevadas. Além disso, existem áreas litorâneas muito belas e com grande potencial turístico, bem como regiões interiores onde se localizam áreas de proteção ambiental e reservas indígenas, cujas paisagens são atrativos para um turismo de caráter ambiental.

Com relação aos recursos naturais, o principal para a economia do país é o petróleo. Em território venezuelano existem grandes jazidas dessa substância, que se tornou nas últimas décadas o principal produto de exportação para o país, sendo a Venezuela o maior produtor de petróleo da América do Sul. Se de um lado o petróleo trouxe divisas para a economia nacional, por outro acabou polarizando atenções e investimentos por parte do governo, em detrimento de outros setores da economia que necessitam, ainda hoje, de desenvolvimento, como, por exemplo, o setor agrícola.

Nos últimos anos o governo venezuelano se aproximou bastante dos países caribenhos, enquanto que, por um lado, possui questões mal resolvidas na sua fronteira com a Guiana e, por outro, vem se estranhando com o governo da Colômbia, criticando as relações deste com os Estados Unidos. Brasil e Venezuela sempre mantiveram uma relação diplomática e, nos últimos anos, devido aos atuais governos de ambos os países, as relações bilaterais se estreitaram consideravelmente.

A Venezuela é um país sul-americano que tem sido destaque na mídia internacional. A postura política de seu atual presidente, Hugo Chávez Frias, tem sido alvo de críticas bastante acaloradas, tanto daqueles que são a favor do governo e de suas práticas, como daqueles que mantêm uma postura de oposição. O fato é que há uma ideologia muito forte orientando os rumos políticos e econômicos do país, o que tem estremecido as relações da Venezuela com os Estados Unidos. Hugo Chávez é conhecido por seus discursos longos e inflamados contra o imperialismo dos EUA e a dependência econômica dos países latino-americanos. O presidente venezuelano acusou muitas vezes a Colômbia de se aliar aos EUA e permitir sua intervenção e solo sul-americano.

Recentemente, a Venezuela assinou com a Rússia um acordo para a construção da primeira usina nuclear venezuelana. Chávez alegou que a usina será utilizada para fins pacíficos. O setor energético venezuelano está baseado principalmente no petróleo e seus derivados e, mesmo com suas hidrelétricas funcionando, o país tem enfrentado um período de racionamento de energia, carecendo, portanto, de outras fontes de energia confiáveis. Entretanto essa notícia não foi bem recebida no cenário internacional, especialmente pelos EUA, que possuem interesses e opiniões divergentes de Hugo Chávez.

Para o Brasil, essa situação requer uma atenção muito grande, pois qualquer conflito, seja ele armado ou não, que a Venezuela enfrente com seus opositores, podem ser geradas consequências sérias, tanto para a Venezuela quanto para seus vizinhos.

3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA DO SUL

Não é pretensão dessa dissertação esgotar o assunto sobre a Geopolítica na América do Sul. Mesmo porque não seria possível descartar a história do continente americano e, dessa forma, quanto maior a retrospectiva realizada, mais ampla se tornaria a discussão apresentada. O que será feito aqui, portanto, é uma descrição da ocupação do continente americano, tendo como foco a América do Sul e a formação dos territórios sul-americanos, partindo da colonização do século XV até o processo de independência e o estabelecimento das fronteiras entre os países da América do Sul.

3.1 A expansão marítima e a colonização do Novo Mundo

Novo Mundo foi a denominação dada pelos europeus às terras pertencentes ao continente americano, descobertas e posteriormente colonizadas a princípio por Espanha e Portugal, a partir do século XV. A seguir será exposto o contexto em que a Europa vivia no período que antecedeu a colonização da América. Dessa forma poderão entender-se os motivos que instigaram os países ibéricos a avançarem pelo pouco conhecido Oceano Atlântico e o porquê de Espanha e Portugal terem sido os pioneiros no processo de expansão marítima.

3.1.1 O Contexto Europeu à Época da Colonização

Quando Cristóvão Colombo chegou ao continente americano pela primeira vez, em 1492, outros povos já haviam passado por aqui e muitos habitavam essas terras. Os vikings, por exemplo, chegaram à Groelândia em 981, sob o comando de Érico, o Vermelho. A partir destas terras os vikings avistaram pela primeira vez a América. Existiram algumas tentativas de colonização por parte dos vikings de terras ao norte do continente americano, mas diversos fatores não permitiram que essa colonização fosse adiante. Um deles é o rompimento dos vikings da Groelândia com a Noruega, o que enfraqueceu aquele povo (CASTRO, 1992).

Alguns historiadores relatam que antes mesmo de Colombo chegar à América, outros portugueses tentaram por diversas vezes atingir este continente (CASTRO, 1992). O que acontecia era, na verdade, um grande sigilo quanto aos mapas e outros documentos que registravam a existência dessas terras. “Era esta uma realidade palpável do conhecimento da América pelos portugueses, conhecimento plenamente patente ao rejeitarem a *Bula Inter Coetera* (1493)” (CASTRO, 1992, p. 20).⁸

De acordo com Castro (1992), data de 1470 um documento intitulado Chancelaria de Afonso V, no qual Portugal exprime seu poder sobre os recursos naturais de um determinado território. Esse determinado território só poderia ser a costa americana onde hoje se encontra o Brasil, pois o dito documento relaciona entre os recursos naturais citados o pau-brasil, árvore que, se não fosse encontrada na Ásia, só o poderia ser no próprio Brasil.

Nesta mesma época foi elaborado o mapa-múndi de Bizagudo, “alcunha do célebre navegador português Pero Vaz da Cunha, que já traçava o contorno e posição do litoral brasileiro” (CASTRO, 1992, p. 22). A autora ainda afirma que Cristóvão Colombo morreu acreditando que havia chegado a Cipango, ilhas representadas nos mapas antigos como pontos importantes do Extremo Oriente. O rei português da época, D. João II estava ciente de que na verdade eram terras do Novo Mundo, mas preferiu não revelar isso quando Colombo retornou de sua viagem (CASTRO, 1992).

De acordo com Pynsky e outros (2000, p. 23) “a descoberta da América por Cristóvão Colombo faz parte do processo de expansão do capitalismo europeu”. Cardoso e Brignoli, citados por Aquino, Lemos e Lopes (2000, p. 107) apresentam uma idéia semelhante quando afirmam que

Em última análise, a Colonização da América foi, sem dúvida, uma consequência da expansão comercial e marítima européia, um aspecto do grande processo de constituição de um mercado mundial. A Colonização e os processos de descobrimento e Conquista não poderiam ocorrer sem a associação entre os interesses privados de diversos tipos (de comerciantes, de aventureiros em busca de riqueza e posição, de nobres com elevados cargos burocráticos) e interesses públicos (as Monarquias Nacionais), a cujo aparato se associava com frequência à Igreja (Católica) (AQUINO; LEMOS ; LOPES, 2000, p. 107).

O capitalismo surgiu no final da Idade Média, quando o comércio foi reativado no continente europeu. As cidades italianas de Gênova e Veneza passaram a se destacar, já que

⁸ *Bula Inter Coetera*: documento editado pelo Papa Alexandre VI, a pedido das coroas Portuguesa e Espanhola, no qual determinava uma divisão do mundo ultramarino a partir dos arquipélagos de Açores e Cabo Verde, numa distância de 100 léguas a oeste, através de uma linha imaginária traçada de norte a sul. As terras a leste pertenceriam a Portugal e as terras a oeste pertenceriam à Espanha (VICENTINO; DORIGO; 1997).

nelas o comércio se desenvolveu mais intensamente. As especiarias orientais, produtos bastante requisitados na Europa (cravo, canela, gengibre, pimenta, etc.), foram comercializadas durante muito tempo exclusivamente por estas cidades italianas e eram transportadas através do Mar Mediterrâneo à Itália e posteriormente levadas às regiões do norte da Europa, por meio de rotas terrestres (MENDES JÚNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976).

A grande procura por esses produtos, e as pequenas quantidades que chegavam ao mercado europeu, motivavam os monarcas a desejarem chegar à fonte dessas especiarias, eliminando assim a dependência que tinham dos atravessadores (MENDES JÚNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976).

A Europa vivia uma grave crise gerada pela guerra entre França e Inglaterra, denominada Guerra de Cem Anos (1337-1453), bem como a contaminação pela Peste Negra, que fez muitas vítimas. Estima-se que cerca de um terço da população da região que vai da Índia à Islândia tenha morrido por causa da doença (VICENTINO; DORIGO, 1997b).

De acordo com Pynsky e outros:

A escassez de metais preciosos provocava a falta de moeda em circulação, agravando os problemas já existentes. As nações da costa atlântica (Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda), detentoras do comércio sobrevivente, eram as que mais sofriam com a crise e, para superá-la, precisavam encontrar metais preciosos para valorizar suas moedas. Por outro lado, dependiam das cidades italianas para o fornecimento das mercadorias orientais trazidas pelos árabes, que dominavam o comércio mediterrâneo (PYNISKY et al., 2000, p. 23).

Sobre este momento vivido pela Europa, Vicentino e Dorigo apontam:

Para superar a crise do século XIV e revitalizar o comércio, era preciso obter produtos mais baratos e dinamizar a produção de riquezas: a solução encontrada foi a expansão pelo Atlântico, iniciada no século seguinte. A expansão marítima consolidou a atividade comercial e impulsionou o crescimento do capital burguês, bem como o fortalecimento ainda maior do rei, inaugurando a Idade Moderna (VICENTINO ; DORIGO, 1997b, p. 40).

A colonização da América, iniciada no século XV e tendo o seu fim no século XIX, foi executada, principalmente, por Espanha e Portugal, que exploraram e povoaram estas terras por quase cinco séculos. Os países ibéricos foram os pioneiros no processo de expansão marítima, pois apresentavam condições favoráveis como, por exemplo, a posição geográfica privilegiada, com saída direta para o Oceano Atlântico e a formação precoce dos Estados Nacionais Português e Espanhol, que os permitiu a centralização do poder político e a

afluência de recursos financeiros volumosos, necessários para o financiamento de tamanho empreendimento expansionista.

Portugal partiu primeiro rumo à conquista de novos territórios e dominou áreas na África e várias ilhas a oeste deste continente. Entretanto foi a Espanha quem chegou à América, em 1492, através do genovês Cristóvão Colombo, que recebeu apoio dos reis espanhóis para a sua expedição. Aos 12 de outubro de 1492, Colombo chegou a ilhas da América Central, após dois meses de viagem (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Portugal, logo que soube das descobertas feitas por Colombo, reivindicou a posse desses territórios, respaldando-se em bulas papais já existentes e no Tratado de Alcáçovas, datado de 1479. Com a descoberta das novas possibilidades a oeste, esses documentos passaram a não ser cumpridos entre Espanha e Portugal, surgindo a necessidade de novos acordos diante do interesse de ambos os países ibéricos em dominar as terras encontradas (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Algumas tentativas de se chegar a um acordo através da diplomacia foram feitas, diversas bulas papais foram expedidas, podendo-se destacar a segunda *Bula Inter Coetera*, de 04 de maio de 1493. Este documento, de autoria do Papa Alexandre VI, concedia à Espanha todas as terras descobertas, ou por descobrir, a ocidente de uma linha traçada de pólo a pólo, passando a cem léguas das Ilhas de Cabo Verde e Açores (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Mesmo diante de tantas concessões pontificais, a Espanha acabou optando por negociar diretamente com Portugal, através de um tratado. Este documento ficou conhecido como Tratado de Tordesilhas, datado de 1494, e nele criou-se uma linha passando de pólo a pólo, 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde. Caberiam a Portugal as terras situadas a leste desse meridiano e à Espanha as terras situadas a oeste do mesmo (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Colombo realizou mais três expedições rumo às terras descobertas. Uma no período de 1493 a 1494, na qual explorou as ilhas antilhanas. Outra no ano de 1498, na qual encontrou a Ilha de Trindade e navegou pelo litoral da Venezuela. A última expedição ocorreu no período de 1502 a 1504, na qual descobriu a ilha de Martinica, além de navegar pelo litoral de Honduras e Panamá (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

De acordo com Aquino, Lemos e Lopes (2000) Colombo morreu sem saber que havia descoberto um novo continente, pois sempre acreditou que estava navegando em mares orientais do continente asiático.

3.1.2 A Colonização da América Espanhola

As colônias ocidentais rendiam muito pouco à Espanha, que por sua vez concedeu permissão a diversas expedições, posteriores à primeira de Colombo, comandadas por Alonso de Ojeda, Pedro Alonso Niño, Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe. Estes homens percorreram, entre 1499 e 1502, áreas setentrionais da América do Sul, além de explorar a América Central e o Mar do Caribe. Mas foi Américo Vespúcio, piloto que primeiramente pertencia à expedição de Alonso de Ojeda, mas que voltou muitas vezes aos mesmos destinos, quem afirmou pela primeira vez que as terras descobertas não pertenciam à Ásia e sim faziam parte de um novo continente ainda pouco conhecido (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

A divulgação dos relatos de Vespúcio, publicados com o título de *Mundus Novus* (Novo Mundo), foi conhecida pelo geógrafo alemão Martin Waldseemüller, que escreveu um compêndio astronômico e geográfico (*Cosmographiae Introductio*), onde propõe o nome de América às terras do novo mundo descrito pelo navegador florentino (Américo Vespúcio) (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000, p. 94).

Com a confirmação das afirmações de Vespúcio, o continente americano foi interpretado pela Espanha como um obstáculo para se chegar às Índias Orientais. A meta espanhola passou a ser a descoberta de uma rota que permitisse chegar ao oriente. De fato essa rota foi alcançada por Fernão de Magalhães que, no período entre 1519 a 1522, navegou pelo litoral sul da América até atingir o Oceano Pacífico. Entretanto, a esta altura, a descoberta de metais preciosos nas áreas pertencentes ao Império Asteca, fizeram aumentar o interesse da Espanha sobre suas colônias no Novo Mundo (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

De acordo com Aquino, Lemos e Lopes (2000, p. 96), desde a segunda expedição realizada por Colombo, a conquista do Novo Mundo passou a se desenvolver através de “núcleos de ocupação permanente que serviram de centros irradiadores de novas expedições de conquista”.

O ponto de partida foi a ilha de *La Española* (São Domingos), que exercia o papel de capital das autoridades coloniais. Posteriormente, Cuba superou *La Española*, devido à sua posição geográfica estratégica (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Entre os anos de 1531 e 1533, o Peru foi conquistado por Francisco Pizarro e Diego de Almagro. Em 1535, a *Ciudad de los Reyes* (Lima) foi fundada por Pizarro, sob o domínio espanhol. Dessa região seguiram outras expedições que conquistaram o Reino de Quito, em

1533, litoral colombiano (1536) e o planalto de Bogotá, em 1539. Nesta última região, as expedições originadas de Lima se esbarraram em outras expedições provenientes de Santa Maria, no litoral atlântico e também da Venezuela. As regiões onde hoje se localizam Colômbia e Venezuela, receberam expedições provenientes das Antilhas ou da própria Espanha, e se tornaram importantes núcleos de expansão (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Aquino, Lemos e Lopes afirmam que a Venezuela,

Onde Juan de Ampués fundara Santa Ana de Coro (1527), por algum tempo (1528-1546) foi concedida aos Welser, banqueiros alemães a quem o imperador Carlos V ⁹ devia enorme importância de dinheiro. Embora fundassem Maracaibo e realizassem inúmeras expedições ao interior, seus empreendimentos não fizeram avançar a Conquista, o que explica a anulação das concessões feitas anteriormente. A Conquista, desde então, progrediu, sobressaindo-se no interior como centros dispersores Tocuyo e Santiago de León de Caracas (AQUINO ; LEMOS ; LOPES, 2000, p. 99).

Na porção meridional do Novo Mundo pelo território da atual Bolívia e do Chile. Na porção Setentrional da América do Sul, destacaram-se as expedições de Francisco de Orellana (1539-1542) e Lope de Aguirre (1559-1561), que, através do rio Amazonas chegando até o Oceano Atlântico. Na bacia do rio da Prata desenvolveu-se mais um foco de dispersão do processo de conquista espanhola, cujas expedições partiam de Buenos Aires e *Asunción del Paraguay* e irradiaram-se pelos atuais territórios do Paraguai, Uruguai e Argentina (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Se até 1520 as Antilhas foram o núcleo da colonização espanhola, as terras de conquista – nas duas décadas subsequentes – passaram a ser as zonas continentais do altiplano, onde por dois séculos e meio haveria de permanecer o coração do império espanhol, do México até o Alto Peru (DONGHI, 1975, p. 11).

Segundo Aquino, Lemos e Lopes (2000) a participação da Coroa Espanhola no processo de conquista do Novo Mundo foi reduzida. Após financiar as expedições de Colombo, a Coroa não obteve muitos lucros e devido aos elevados gastos que precisava ter em assuntos internos do seu país, a Espanha optou por conceder permissões para que a iniciativa privada pudesse avançar no processo de ocupação, exploração e povoamento das terras a oeste. Estes autores afirmam que:

⁹ Carlos V foi rei da Espanha e imperador da Alemanha ao mesmo tempo, devido a sucessivas heranças enquanto ainda era jovem.

...É importante assinalar que os *Grandes* (entenda-se alta nobreza) estiveram ausentes das expedições conquistadoras, integradas por indivíduos pertencentes à pequena nobreza – geralmente segundogênitos reduzidos à condição de fidalgos ou *ricohombres*, em evidente desequilíbrio entre a posição social e a situação econômica, porque não tinham bens hereditários – ou de classes populares. Para uns e outros, o Novo mundo se apresentava como a oportunidade de obter títulos, terras e outras riquezas (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000, p. 104).

Sabe-se que o tipo de colonização desenvolvida na América Espanhola foi de exploração. A Espanha, enquanto metrópole exercia o monopólio sobre o comércio com a colônia, sistema conhecido como Pacto Colonial. A principal atividade econômica que se instalou foi a mineração, principalmente de prata e ouro. Posteriormente a mineração de prata superou a de ouro e se destacou nas regiões do Vice-Reino do México, nas minas de Potosí, situadas na atual Bolívia e que pertenciam ao Vice-Reino do Peru. Essas riquezas permitiram à Espanha manter sua hegemonia na Europa no século XVI. (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Já no século XVII a mineração entrara em decadência devido à queda da produção nas minas, fato que gerou conseqüências em toda a extensão da América Espanhola. Logo as regiões onde a agropecuária era praticada em grande extensão travou maiores vínculos com o mercado europeu. Nesse sentido, “a tendência à regionalização econômica e à descentralização político-administrativa acabaria prevalecendo, o que explica a fragmentação do império hispano-americano em inúmeras repúblicas quando ocorreu o processo de independência” (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000 p. 109).

Com o término do período colonial a configuração obtida pela América Espanhola e pela América Portuguesa foi bem diferente. A América Espanhola acabou se fragmentando em vários países, enquanto que a América Portuguesa deu lugar a um único país, o Brasil. Cuba foi o último país latino-americano a conseguir sua independência, conquistada em 1898 (VICENTINO, 1997a).

A mão de obra utilizada nas colônias espanholas da América do Sul foi predominantemente indígena, ao contrário do que ocorreu nas Antilhas e regiões litorâneas da América Central, onde os espanhóis utilizavam predominantemente os negros provenientes da África que eram escravizados (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000 p. 109).

Com a expansão dos domínios espanhóis na América e o desenvolvimento de atividades econômicas lucrativas, a Coroa anulou gradativamente as concessões que havia dado à iniciativa privada, criando órgãos estatais que passaram a exercer as funções político-administrativas. Já na segunda metade o século XVI as instituições particulares haviam sido substituídas por órgãos estatais (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000 p. 109).

Existiam quatro vice-reinos na América Espanhola:

- a) México ou Nova Espanha, que abrangia o México, regiões da América Central e da América do Norte onde hoje se localizam os Estados Unidos;
- b) Peru ou Nova Castela, abrangendo o Peru, partes da Bolívia e Equador;
- c) Nova Granada, constituído pela Colômbia, Panamá e parte do Equador;
- d) Rio da Prata, englobando a Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia.

A América Espanhola assumiu, no fim do século XVIII, um perfil geográfico que se manteve essencialmente idêntico até a emancipação (DONGUI, 1975).

As Antilhas, sem dúvida, e, até metade do século XVIII, os países da Costa Atlântica, são o flanco mais débil desse império organizado em torno das minas dos Andes: diante da pressão dos seus rivais, desde a Jamaica até a Colônia do Sacramento no Rio da Prata, o domínio espanhol cedeu em mais de um lugar (ou temporária ou definitivamente). Mesmo assim, o império chegou quase intacto até 1810 (DONGUI, 1975, p. 12).

3.1.3 A Colonização da América Portuguesa

Em 1497, uma esquadra portuguesa partiu de Lisboa, com o objetivo de chegar às Índias através de uma rota alternativa que reduziria a dependência dos atravessadores de especiarias orientais que utilizavam o Mar Mediterrâneo. Atingiram o litoral oriental da África e, posteriormente chegaram a Calicute, na costa ocidental da Índia, em 20 de maio de 1498. Nesta viagem foram utilizadas embarcações bem feitas e resistentes e da tripulação faziam parte marinheiros selecionados e capitães de primeira linha, sendo um deles Vasco da Gama (MENDES JUNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976).

Dois anos depois a esquadra retornou a Portugal, levando consigo uma quantidade de especiarias muito maior do que o que costumava entrar no país anualmente. Entretanto, os portugueses não conseguiram estabelecer relações comerciais duradouras em Calicute, pois a Índia mantinha relações comerciais fortes com os árabes e a presença de cristãos em seu território poderia trazer problemas. “A viagem fora, pois, muito lucrativa, mas era necessário completar o trabalho por ela iniciado; era preciso garantir em definitivo a supremacia lusitana sobre as rotas do Oriente (MENDES JUNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976, p. 56).

Diante desta necessidade, organizou-se “a maior e melhor frota que jamais zarpara de portos ibéricos: a armada do Almirante Pedro Álvares Cabral (...) composta por treze naus e cerca de mil e duzentos homens” (MENDES JUNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976, p. 56). Alguns destes homens eram chefes com bastante experiência e conhecimento em navegações, que inclusive já haviam participado de outras expedições. A Grande Armada de Cabral partiu da Praia de Restelo no dia 09 de março de 1500, perdendo no caminho uma das naus, que desapareceu. Em 21 de abril do mesmo ano avistaram sinais da terra que chamariam de Vera Cruz, que depois passou a ser denominada Santa Cruz e, por fim, Brasil (MENDES JUNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976).

Há uma controvérsia entre os historiadores sobre a intencionalidade da expedição em chegar ao Novo Mundo ou não. Segundo Mendes Júnior, Roncari e Maranhão (1976) não é possível adotar uma posição definitiva sobre o assunto, já que os documentos existentes são escassos para esclarecer a questão. Entretanto algumas posições adotadas por Portugal geram uma suspeita de que este País teria, no mínimo, uma suspeita da existência de terras a oeste. O próprio fato de que os homens que faziam parte da esquadra de Cabral apresentarem enorme conhecimento em navegações, bem como os instrumentos que possuíam, revela que as rotas a serem percorridas seriam precisamente alcançadas.

A posse das terras descobertas foi simbolizada quando encravou-se uma cruz com os símbolos da Casa Real Portuguesa. Cabral deixou alguns homens nesta terra e seguiu viagem em direção ao oriente, chegando à Calicute. Não foi bem recebido, assim como a expedição portuguesa anterior, mas conseguiu estabelecer algumas feitorias em Cohim e Cananor, regiões inimigas de Calicute (MENDES JUNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976).

O período pré-colonial foi marcado por relativo abandono por parte de Portugal. Não foram encontradas, de imediato, riquezas que pudessem gerar lucros significativos, ao contrário das Índias Orientais e suas especiarias. Nestas áreas...

... Homens e somas em quantidade eram imprescindíveis, tanto para a imposição do domínio militar e o combate aos árabes, quanto a montagem de uma administração nas regiões que iam sendo abertas ao comércio. Por isso mesmo, poucos recursos sobriam para o Brasil, escassamente povoado por homens selvagens que pouca coisa faziam ou produziam de interesse maior para os lusos. Não possuíam excedentes comerciáveis em escala, e embora seu país tivesse riquezas naturais, terra e água em abundância, o seu aproveitamento exigia trabalho. Tudo isso determinaria a atitude de relativo descaso de Portugal com relação ao Brasil (MENDES JUNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976, p. 65).

Com a ameaça francesa de ocupar a costa brasileira, bem como as notícias de que a Espanha havia encontrado metais preciosos em sua colônia na América, Portugal se viu motivado a prosseguir com a colonização do Brasil.

De acordo com Mendes Júnior, Roncari e Maranhão (1976, p. 66), “os portugueses só fizeram uma expedição diretamente voltada à pesquisa de nossas costas em 1501-1502” a qual “teve um caráter misto: oficial, para exploração geográfica da nova terra de Santa Cruz, e ao mesmo tempo particular, para transacionar especiarias e pau-brasil”. Estes produtos eram encontrados em abundância nas Índias Orientais, portanto não receberam grande atenção por parte do governo. Dentre os viajantes estava Américo Vespúcio, que chegava à América pela terceira vez.

O pau-brasil se tornou o produto mais importante da exploração naquele primeiro momento e a partir de 1515 as expedições tornaram-se mais frequentes. Nos anos seguintes a necessidade de povoar a colônia tornou-se cada vez mais intensa para se manter a soberania portuguesa nestas terras.

Diante da situação em que Portugal se encontrava (crise do comércio indiano, esperança e necessidade de se encontrar metais preciosos no Novo Mundo e a ameaça francesa de tomar áreas portuguesas na América), em 03 de dezembro de 1530, Martim Afonso de Souza parte de Lisboa em uma expedição autorizada pelo rei português Dom João III, com o objetivo de ampliar o domínio português em terras americanas, promover uma exploração e ocupação das mesmas, bem como explorar alguns rios, dentre os quais o Prata, realizando também “os primeiros ensaios da colonização” (MENDES JÚNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976, p. 89).

Acompanhavam a expedição mais de quatrocentos homens entre fidalgos, marinheiros, pilotos, mestres, comandantes, homens de armas portugueses, alemães, espanhóis, holandeses, intérpretes que já haviam estado na América e falavam a língua dos indígenas, como Pedro Anes. Entretanto, não vinha na armada nenhum casal, razão pela qual alguns historiadores chegaram a contestar o seu sentido colonizador (MENDES JÚNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976, p. 89).

Além dos quatrocentos homens que compunham a expedição, esta ainda levou ao Novo Mundo sementes, plantas, animais domésticos e ferramentas agrícolas, o que evidencia a intenção de se efetivar a dominação lusa sobre a colônia. “Nomeado capitão-mor da esquadra e das terras coloniais pelo rei de Portugal, Martim Afonso de Souza tinha amplos poderes para descobrir novas riquezas, combater os estrangeiros, policiar, administrar e povoar as terras brasileiras” (VICENTINO; DORIGO, 1997b, p. 70).

A expedição de Martim Afonso chegou ao Rio de Janeiro, explorou o sertão, no intuito de se conhecer melhor o interior daquelas terras, chegou ao Rio da Prata e alguns homens foram enviados ao Peru e ao Paraguai em busca de ouro e prata. A expedição encontrou seu fim em 1533, quando Martin Afonso voltou a Portugal (MENDES JÚNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976).

Diante da pressão francesa em tomar terras da América Portuguesa, D. João III optou por um sistema de distribuição de donatarias. “Desde 1532 já se pensava na corte portuguesa nas vantagens do povoamento do Brasil, surgindo pessoas interessadas em receber capitánias em suas terras” (MENDES JÚNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976, p. 91).

Enquanto Martim Afonso ainda se encontrava no Brasil,

D. João III ordenou a demarcação de Pernambuco ao rio da Prata, em capitánias com 50 léguas de costas cada, cedendo, ao capitão da expedição, 100 léguas e a seu irmão, Pero Lopes, 50 léguas das terras que achassem melhores. Mandava ainda que fizessem doações de capitánias a várias pessoas que as haviam requerido. Não obstante, foi somente a partir de 1534, depois do regresso de Martim Afonso, que D. João III começou a expedir as primeiras cartas de doação aos capitães donatários, sendo a mais antiga de que se tem conhecimento a recebida por Duarte Coelho, em 10 de março desse ano (1534) (MENDES JÚNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976, p. 91).

As capitánias doadas pela coroa portuguesa entre 1534 e 1536 foram (MENDES JÚNIOR; RONCARI; MARANHÃO, 1976):

- a) Capitania da Bahia;
- b) Capitania de Pernambuco;
- c) Capitania de São Vicente;
- d) Capitania de Fernando de Noronha;
- e) Capitania do Maranhão;
- f) Capitania do Rio Grande;
- g) Capitania do Ceará;
- h) Capitania de Itamaracá;
- i) Capitania de Santo Amaro;
- j) Capitania de Santana;
- k) Capitania dos Ilhéus;
- l) Capitania de Porto Seguro;
- m) Capitania do Espírito Santo;
- n) Capitania de São Tomé.

3.1.4 As Fronteiras entre Portugal e Espanha no Continente Americano

A definição da palavra fronteira é imprescindível para a abertura da discussão aqui desenvolvida. Martin (1994) expõe em sua obra que este termo vem do latim *fronteria* ou *frontaria*, que quer dizer parte do território *in fronte*, nas margens.

É importante também distinguir claramente fronteira de limite, que comumente são termos empregados como se fossem sinônimos, quando na verdade possuem significados distintos. **Limite** é reconhecido como linha, ou seja, a linha imaginária que divide um território nacional de outro. Pode ser ou não demarcado por objetos naturais ou artificiais. Por ser uma linha não pode, deste modo, ser habitada (MARTIN, 1994). Já a **fronteira** constitui-se de uma faixa, uma zona, “muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio, em particular sob a forma de contrabando” (MARTIN, 1994, p. 47).

Ao longo da história da humanidade, a fronteira sempre esteve intimamente relacionada às formas de propriedade da terra pelo grupo social, acompanhando deste modo a evolução observada desde a Pré-história, passando pela Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna até chegar à Idade Contemporânea (MARTIN, 1994), destacando que esses termos foram criados pelos historiadores pensando predominantemente no passado do continente europeu, contudo são utilizados aqui por serem didaticamente coerentes quando se quer ter uma análise cronológica dos acontecimentos.

No período da Idade Moderna (séculos XV a XVIII), muitas mudanças ocorreram tais como a substituição gradativa do modo de produção feudal pelo capitalista, o surgimento de novas religiões em oposição à antes predominante Igreja Católica, bem como mudanças dentro do próprio catolicismo. Dentre outras tantas transformações ocorreu, em detrimento da descentralização política até então vigente, a formação dos Estados Nacionais, sendo o primeiro deles Portugal (VICENTINO, 1997a).

É na Idade Moderna que as fronteiras na Europa adquirem uma importância maior, seguindo uma tendência marcante de “centralização do poder político cuja base social é representada pela nação. Em larga medida, portanto desde essa época, a problemática das fronteiras confunde-se com a questão das nacionalidades” (MARTIN, 1994, p. 36).

Para Gellner o nacionalismo:

[...] É, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra. O nacionalismo, enquanto sentimento ou enquanto movimento, deve ser entendido a partir deste princípio. O sentimento nacionalista é o estado de cólera causado pela violação desse princípio ou o estado de satisfação causado pela sua realização. Um movimento nacionalista é aquele que é incitado por um sentimento deste tipo (GELLNER, 1993, p. 11).

A respeito do termo nação, tanto Gellner (1993), quanto Hobsbawm (1990) afirmam ser um conceito muito difícil de estabelecer, tendo em vista que envolve tanto fatores objetivos como, por exemplo, pessoas que tem em comum a etnia, língua, costumes, história; quanto fatores subjetivos, sendo um deles o sentimento e vontade de pertencimento do indivíduo a essa ou àquela nação.

Em meio às transformações políticas e sócio-econômicas que a Europa sofreu durante a Idade Moderna, com a idéia de nação aflorando na mente dos intelectuais e com o auxílio dos mapas, as fronteiras já não eram somente representadas, eram também projetadas, passando a estabelecer limites com maior firmeza e precisão, no intuito de criar os traçados de cada soberania. Aliados aos avanços da cartografia, esses traçados passaram a ser cada vez mais temas importantes nas pautas dos governos.

Martin afirma que:

...No período moderno as fronteiras aparecem como as molduras dos Estados-nações, de modo que tanto seu estabelecimento, como eventuais modificações, são manifestações de transformações que estão se processando no interior das sociedades, sem se esquecer, é claro, das relações de vizinhança. Essas últimas, por sua vez, são também bastante elásticas e mutáveis, podendo variar desde uma situação de amizade crescente que tende para a integração, até a indiferença que aos poucos vai se tornando uma viva hostilidade (MARTIN, 1994, p. 46).

Historicamente, a conquista da América pelos europeus se deu no momento da Idade Moderna. Certamente, com a colonização, as únicas fronteiras que passaram a existir na América são aquelas estabelecidas pelos acordos assinados entre Portugal e Espanha, como por exemplo, o Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494, que instituiu uma linha imaginária a 370 léguas (ou 2.055 km) das ilhas Cabo Verde, que dividiu as terras do Novo Mundo entre as duas coroas ibéricas. As terras que estivessem a oeste dessa linha pertenceriam à Espanha, e as terras que estivessem a leste seriam de Portugal (VICENTINO, 1997a). A Linha de Tordesilhas foi a primeira tentativa européia de estabelecer uma fronteira linear, concepção geográfica moderna em destaque neste período (MARTIN, 1994).

De acordo com a opinião de Martin (1994), muitas são as críticas sobre a linha invisível do Tratado de Tordesilhas, afirmando que na verdade ela nunca foi respeitada.

Entretanto, o Brasil até hoje almeja uma saída para o Oceano Pacífico, e necessita de acordos com outros países sul-americanos para consumir esse objetivo. Assim como países hispano-americanos não exercem grande influência no Oceano Atlântico, sendo esse papel desempenhado pelo Brasil. Diante desse quadro observa-se que “uma vez surgidas, as fronteiras costumam a desaparecer. Pode haver retificações e até mudanças de significado para este ou aquele povo, mas sua existência dificilmente será simplesmente anulada” (MARTIN, 1994, p. 36).

A Espanha, como já mostrado nessa dissertação, iniciou a ocupação do território americano pelo litoral atlântico do Caribe, atingindo posteriormente regiões do atual México e avançando para o oeste da América do Sul, chegando até ao Peru. Sabe-se que estas regiões já eram habitadas por nativos, dentre eles sociedades bastante organizadas como os Astecas, os Maias e os Incas. Os Astecas ocupavam uma área que se estendia desde o oeste mexicano até o sul da Guatemala, totalizando mais de trezentos mil quilômetros quadrados e reunindo uma população com cerca de 12 milhões de habitantes. Os Maias habitavam a região que corresponderia hoje à península mexicana de Iucatã, Guatemala, Belize e Honduras, na América Central e estima-se que tenham chegado à população total de dois milhões de habitantes. Os Incas habitavam as regiões andinas, principalmente territórios que se estenderam do Equador ao norte do Chile (VICENTINO, 1997a).

Essas civilizações pré-colombianas, como são denominadas historicamente, foram destruídas, assim como sua respectiva cultura. Um nome que se destaca nessa empreitada é o de Francisco Pizarro, “homem de nenhuma ilustração, soldado de fortuna, rude no trato, mas cheio de energia, nascido para vitórias” (REIS, 1931 apud FREITAS, 1998, p. 23). Pizarro ficou encarregado de explorar e conquistar essas terras para a coroa espanhola, e cumpriu sua missão, encontrando minas de ouro e prata e arrasando a cultura do povo que ali existia (FREITAS, 1998).

No que se refere à região amazônica, os espanhóis tentaram algumas vezes, através de rios, penetrar a região e foi outro Francisco, neste caso Francisco Orelhana, quem descobriu o grande rio Amazonas a partir de uma expedição de 54 homens que saíram de Quito (localizada na região do atual Equador) e, após dois anos e oito meses, atingiram o Oceano Atlântico (FREITAS, 1998).

Portugal adotou estratégias mais cautelosas para a ocupação de sua colônia. Durante um bom tempo o Brasil não despertou interesse da coroa portuguesa pelo fato de aqui não terem sido encontradas imediatamente as riquezas que interessavam a metrópole naquele

momento: ouro e prata. As atenções de Portugal estavam voltadas para o Oriente, em especial as Índias, de onde vinham as especiarias que rendiam bastante lucro.

Nesse período de relativo abandono, entre 1500 e 1530, os portugueses dedicaram-se ao reconhecimento e defesa do território brasileiro, bem como à extração do pau-brasil, (árvore) presente no litoral, pois não tinham encontrado os metais preciosos que tanto desejavam, nem tampouco produtos similares aos que se obtinham ao comércio afro-asiático (VICENTINO, 1997a, p. 66).

A esse respeito Freitas (1997, p. 26) afirma que “o trabalho de Portugal na conquista, organização e consolidação de seus domínios no Novo Mundo, foi lento, mas eficaz”. Os chamados Bandeirantes começaram a avançar o sertão e assim anexar mais e mais terras à colônia portuguesa.

Mesmo sendo um espanhol o responsável pela descoberta do rio Amazonas (Francisco Orelhana), a região Norte da América do Sul não recebeu a devida importância por parte da Espanha, “o grande rio e as terras que formam sua bacia ficaram esquecidos” (FREITAS, 1998, p. 26).

Mendes Júnior, Roncari e Maranhão (1976) afirmam que a Espanha não tinha interesses econômicos diretos na conquista do Brasil setentrional, pelo fato de estar completamente focada nas suas lucrativas minas de ouro e prata localizadas no México e no Peru.

Portugueses e brasileiros, por sua vez, começaram a avançar na direção norte, podendo aqui ser destacado o papel dos Bandeirantes Marinhos, que partindo de Pernambuco, conquistaram, pelo mar, o litoral setentrional, chegando até a foz do rio Amazonas (FREITAS, 1998 ; MENDES JÚNIOR; ROCANRI; MARANHÃO, 1976).

Em 1580, o rei da Espanha, Filipe II, aproveitando um contexto em que a coroa portuguesa estava fragilizada, sem representantes e nem sucessores, invadiu Portugal com suas tropas e assumiu o trono lusitano, dando início a um período denominado como União Ibérica. Nesse período, que durou até 1640, a Espanha passou a ter domínio sobre o Brasil e foi nesse momento em que a expansão territorial brasileira teve seu momento mais propício.

Para o Brasil, como colônia, o domínio espanhol trouxe poucas mudanças políticas significativas, efetuando-se apenas uma substituição da metrópole que exercia o controle administrativo. Há que se considerar também que, nessa época, os espanhóis extraíam grandes quantidades de metais preciosos nas suas próprias colônias americanas, vendo poucos atrativos na colônia portuguesa.

No que se refere à futura configuração territorial brasileira, entretanto, o domínio espanhol acabou por abolir as determinações do tratado de Tordesilhas, o que favoreceu o avanço português em direção ao interior, permitindo a expansão do

território, especialmente estimulada pela busca de metais preciosos (VICENTINO, 1997a, p. 82).

Freitas afirma que:

Enquanto estavam sob o domínio espanhol, os portugueses, mais acostumados aos rigores tropicais na África e na Ásia, trataram de conquistar a Amazônia usando os rios como estradas naturais, partindo da parte mais baixa a mais alta, navegando contra as correntezas. Os espanhóis, sem tanta experiência tropical, deram prioridades à dominação dos povos nativos do México e do Peru retirando de lá o ouro e a prata para enriquecer a metrópole. Os portugueses, no entanto, não se deve esquecer, moviam-se obedecendo as ordens de Madrid. O Rei era o mesmo mas na realidade, a Corte portuguesa era quem ditava as atitudes a serem tomadas em relação à Amazônia. Madrid não se opunha à expansão até a recuperação da independência de Portugal e o esfacelamento da União Ibérica (FREITAS, 1998, p. 30).

Com o fim da União Ibérica, as fronteiras entre as colônias espanhola e portuguesa voltaram a ser discutidas, mas muitos avanços em território lusitano já haviam sido realizados, tais como a fundação de Belém em 1616, subordinada a São Luiz do Maranhão, a criação do Estado do Maranhão em 1621 (abrangendo toda a região do Pará, Maranhão, Ceará e Piauí), e uma nova expedição ao rio Amazonas, realizada por Pedro Teixeira entre 1637 e 1639. Esses acontecimentos foram decisivos para a consolidação da conquista do norte do Brasil por luso-brasileiros e a fundação de Belém foi o principal marco dessa jornada, assumindo grande importância como ponto de referência e de apoio para aqueles que subiriam o rio Amazonas ou os seus afluentes (FREITAS, 1998).

O que impulsionava a ocupação da região amazônica pelos luso-brasileiros era, além da garantia da posse efetiva através do princípio do *uti possidetis*, também a captura de nativos para tornarem-se escravos e as chamadas drogas do sertão, ou seja, produtos de extração vegetal muito apreciados pelo mercado consumidor europeu, tais como urucu, cacau, guaraná, borracha, castanha-do-pará, baunilha, pequi, entre outros (MENDES JÚNIOR; ROCANRI; MARANHÃO, 1976). Era de se esperar que esta base econômica não tivesse um futuro muito promissor, pois os recursos naturais eram explorados de forma irracional e se esgotavam, assim como se esgotava a mão-de-obra indígena, cada vez mais dizimada, seja por confrontos diretos com os colonizadores ou mesmo por doenças (FREITAS, 1998).

Ao longo do século XVII e início do século XVIII, aumentou a tensão entre Portugal e Espanha acerca das colônias americanas, principalmente do que dizia respeito às fronteiras ao sul. No ano de 1715 esses países ibéricos assinaram o Tratado de Utrecht, que determinava a retomada da Colônia do Sacramento por parte de Portugal, mas o assunto não se deu por encerrado e, em 1750, foi assinado o Tratado de Madri, tendo em vista que o Tratado de Tordesilhas também já estava obsoleto. O novo tratado, planejado pelo brasileiro Alexandre

de Gusmão, secretário particular do Rei D. João V e membro do Conselho Ultramarino, garantia a Portugal o domínio sobre a maior parte da bacia amazônica e das regiões mineradoras de Goiás e de Mato Grosso. Além disso, dominaria a região dos Sete Povos das Missões¹⁰ e a margem esquerda do Rio Guaporá e do Japurá. À Espanha caberia o controle da maior parte da bacia do rio da Prata, receberia a Colônia do Sacramento e teria sua posse reconhecida nas Filipinas (MENDES JÚNIOR; ROCANRI; MARANHÃO, 1976).

Andrade comenta sobre esse momento histórico:

Com o Tratado de Madri, levando-se em conta o pouco conhecimento das áreas do interior, as fronteiras entre as terras portuguesas e espanholas aproximaram-se das fronteiras atuais do Brasil com os países hispano-americanos. Na porção meridional, na bacia do Prata, porém, alinha fronteira sofreria posteriormente grandes modificações (ANDRADE, 1989, p. 17).

A descoberta da região do rio Branco, onde atualmente se situa Roraima, está intimamente ligada à conquista do rio Negro, até porque o rio Branco é o principal afluente do Negro. Por apresentar trechos encachoeirados e de difícil acesso, a ocupação da bacia do rio Branco foi lenta, começando pela foz e, gradativamente, avançando até as nascentes (FREITAS, 1998).

Em 1750 é construído o Forte São Joaquim na região do rio Branco, fato que marcou a presença administrativa e militar portuguesa na área e fora conseqüência de uma desavença entre missionários carmelitas e corsários holandeses que estavam em busca de índios em território português. “Os portugueses necessitavam de segurança para consolidar sua conquista amazônica. A estratégia utilizada foi a de construir uma fortaleza na embocadura de cada rio conquistado para servir de ponto de apoio e, ao mesmo tempo, impedir a entrada de estranhos por água” (FREITAS, 1998, p. 91).

Com a introdução da pecuária na região Norte, por parte dos portugueses, encontrou-se na região do rio Branco condições favoráveis a essa atividade econômica: os campos naturais do vale do rio Branco. Surgiram as Fazendas Nacionais de São Bento, São José e São Marcos e em 1805 o rebanho já possuía um número considerável (FREITAS, 1998).

A colônia portuguesa era mais unificada, sendo que a espanhola era fragmentada. Na parte setentrional a Espanha possuía dois vice-reinados: o de Nova Granada e o do Peru. Em 1819 o vice-reinado de Nova Granada transformou-se na *Gran Colombia* que, posteriormente

¹⁰ De acordo com Andrade (1989), Missões foi o nome dado a um Estado teocrático fundado pelos jesuítas espanhóis na região do médio Paraná. Este Estado era formado pelos jesuítas e por índios, realizava uma agricultura auto-existente, e passou a ser vista por Portugal e Espanha como uma ameaça aos interesses coloniais.

foi dividida em Colômbia, Equador e Venezuela (FREITAS, 1998). A conquista e povoamento da Venezuela se deram em quatro frentes: oriente, centro-oriental, Andes e sul. A região sul da Venezuela é a que faz fronteira com o Brasil, sendo esta área conhecida como Guayana. Sua colonização teve início em 1530, destacando-se o nome de Diego Ordáz, responsável por algumas expedições (FREITAS, 1998).

Tendo em vista que a região do rio Branco (onde hoje é o estado de Roraima) estava ocupada pelos portugueses e a região da Venezuela estava nas mãos dos espanhóis, era preciso estabelecer as fronteiras entre uma área e outra. Com o Tratado de Madri, não só na Amazônia, mas praticamente em toda a área de fronteira entre as colônias americanas de Portugal e Espanha, aumentou a necessidade de delimitá-la e fazer a demarcação. Para não confundir esses dois termos, Martin (1994) define como delimitação o estabelecimento do limite, ou seja, da linha de fronteira, geralmente definida a partir de acordos entre as soberanias envolvidas. Já demarcação diz respeito à locação da linha de fronteira, formando a divisa entre as soberanias envolvidas, geralmente através de objetos artificiais como marcos e balizas, ou mesmo utilizando algum tipo de elemento natural como rios, montanhas ou densas florestas.

Para delimitar as fronteiras setentrionais entre Portugal e Espanha na América, D. José Iturriaga y Aguirre foi nomeado Comissário Principal da Espanha para cuidar desse assunto. Pelo lado português ficou determinado como responsável o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal (FREITAS, 1998).

Em meio a oposições e fracassos, em 1761 o Tratado de Madri é anulado pelo Tratado del Pardo e, em 1777, outro tratado é assinado, o Tratado de Santo Ildefonso, que de um modo geral manteve o que foi instituído no Tratado de Madri, sendo que a alteração mais significativa foi com relação ao sul (ANDRADE, 1989). Portugal, neste tratado, recebeu a Ilha de Santa Catarina, e entregou a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões à Espanha - em 1801 os Sete Povos das Missões foram recuperados e anexados definitivamente ao Rio Grande do Sul (ALBUQUERQUE, 1986; ANDRADE, 1989).

O governo de Portugal vivia um momento de enfraquecimento e a Espanha conseguiu maiores vantagens com o novo Tratado. Passou a exercer um domínio maior nas duas margens do rio Uruguai, bem como de sua foz do rio Uruguai no rio da Prata, adquirindo exclusividade nas navegações neste rio, “o que representava uma posição invejável no controle da porção baixa da bacia Platina e a consolidação de suas vias de penetração para o interior do continente” (ANDRADE, 1989, p. 19). Além disso, a Espanha ocupou a porção ocidental do rio Grande do Sul, e a fronteira entre as coroas ibéricas passou a ser delimitada

pela foz do arroio Chuí (ANDRADE, 1989). “Muitos dos problemas enfrentados pelo Brasil, após a Independência, em confronto com os países platinos, foram consequência dos lucros territoriais que os espanhóis tiveram com o Tratado de Santo Ildefonso” (ANDRADE, 1989, p. 19).

Neste momento foi constituída uma Comissão de Limites para prosseguir no estabelecimento das fronteiras na Amazônia. O chefe dessa comissão foi o governador do Grão Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas. Pelo lado espanhol, o responsável por esse assunto, neste momento, era D. Ramon García de León e Pizarro. Os resultados dos trabalhos eram muito ruins e havia muito desentendimento entre os grupos português e espanhol. O resultado final foi a suspensão dos trabalhos (FREITAS, 1998).

3.2 As Fronteiras Sul-Americanas e o Processo de Descolonização: A Formação dos Estados Nacionais

No princípio do século XIX a América começou a alcançar sua independência. Segundo Dongui (1975), alguns pesquisadores consideram muito longo o período colonial no continente americano, entretanto, muito rápido o processo de descolonização. “Em 1825, Portugal perdera seus territórios americanos, enquanto a Espanha conservava apenas Cuba e Porto Rico” (DONGUI, 1975, p. 47). Aquino, Lemos e Lopes (2000, p. 159) esclarecem o cenário apresentado pela Europa naquele momento:

A crise do Antigo Sistema Colonial deve ser entendida no quadro das transformações por que passou a economia europeia, na segunda metade do século XVIII, quando o capital comercial perdeu a supremacia em favor do capital industrial. Até o século XVIII, o capital comercial – acumulado na esfera da circulação de mercadorias – fora o dominante, obtido através da exploração das colônias (como a mineração do ouro e da prata na América Espanhola) e do monopólio do comércio colonial (transporte e venda dos gêneros coloniais na Europa; e fornecimento às colônias de produtos manufaturados e escravos africanos). A partir de meados do século XVIII, o capital industrial – obtido na esfera da produção de mercadorias, com mão-de-obra assalariada – passou a desempenhar papel hegemônico na economia internacional, liderada pela Inglaterra. A esse processo convencionou-se chamar de Revolução Industrial. Evidentemente, as colônias americanas não poderiam ficar imunes aos efeitos da Revolução Industrial, visto que, desde a Colonização, a divisão dos mercados mundiais as convertera em áreas periféricas da economia europeia. (...) Entretanto, não foi apenas como fornecedoras de matérias-primas que as áreas coloniais se vincularam à Revolução Industrial. Um fato novo e importante veio alterar o aparente equilíbrio entre as metrópoles e as colônias: estas revelaram-se um mercado consumidor potencial da produção industrial inglesa. Contudo, essa condição esbarrava na

política mercantilista, traduzida no Pacto Colonial: a colônia só poderia comerciar com a metrópole (AQUINO ; LEMOS ; LOPES, 2000, p. 159).

Diante deste contexto, observa-se que a política econômica mercantil não conseguiu acompanhar as transformações econômicas globais, o que causou um conflito de interesses entre as colônias, as metrópoles e os países que passavam pela Revolução Industrial, sendo a Inglaterra a pioneira. Essas e outras causas das rápidas emancipações, principalmente na América Espanhola, são apontadas por Dongui:

No que se refere à América espanhola, onde o problema se apresenta com maior agudeza, foram destacadas, em várias oportunidades, as consequências da reforma (apenas parcialmente exitosa) do pacto colonial. Precisamente porque essa reforma dera uma maior margem de autonomia à economia das Índias, fizera com que as colônias se sentissem, com maior dureza, o peso de uma metrópole decidida a reservar para si imensos lucros, tão-somente por desempenhar a função de intermediária com a nova Europa industrial. A luta pela independência, desse modo, seria um momento da luta por um novo pacto colonial, o qual, garantindo o contato direto entre os produtores na América espanhola e aquela que se torna cada vez mais uma nova metrópole econômica, permita um mais amplo acesso ao mercado de ultramar e conceda uma cota menos reduzida do preço pago pelos seus produtos (DONGUI, 1975, p.47).

Sobre as mudanças estabelecidas pela Espanha em suas colônias na América, Prado destaca aquelas realizadas na área burocrático-administrativa:

A estrutura burocrático-administrativa espanhola se fazia presente na colônia de forma sólida, organizada e hierarquizada. Foi modernizada, a partir de 1782, pelas reformas dos reis borbônicos. Essas reformas introduziram o sistema de intendências, em substituição aos governadores e corregedores, uniformizando a administração e eliminando a superposição de funções e poderes. Na verdade, as intendências tiveram por finalidade restringir as liberdades municipais, centralizar o poder e controlar energicamente o recolhimento de impostos (PRADO, 1987, p. 7).

Alem de aperfeiçoar os meios para a coleta de impostos, esses tributos foram aumentados nas últimas décadas do século XVIII. Apesar do comércio intercolonial ter sido permitido, as atividades econômicas entre estas e outros países era proibido, o que contrariava os interesses dos *criollos*¹¹, que almejavam um comércio livre para o crescimento da economia e, conseqüentemente, dos seus lucros (PRADO, 1987). A essa situação somava-se a insatisfação dos *criollos* pelo fato de que as pessoas nascidas na Espanha tinham privilégios na colônia, ocupando cargos mais importantes.

Este dado foi muito importante para fomentar a insatisfação, particularmente entre setores médios das cidades, muitas vezes cultos e ilustrados, mas que estando aliçados dos quadros privilegiados das classes proprietárias, não encontravam

¹¹ *Criollos*: Filhos de espanhóis nascidos na América.

possibilidades de ascensão. Fechadas as portas das carreiras administrativa e política, esses setores se radicalizaram e passaram à crítica ao sistema colonial, transformando-se em importantes figuras do processo de emancipação (PRADO, 1987, p. 8-9).

Os interesses locais na América Espanhola ganharam força, estimulados por diversos fatores, desencadeando a luta pela independência.

Nesse sentido, Ramos citado por Pinsky e outros afirma:

... Brotavam na América os interesses regionais privilegiados das classes crioulas, exportadoras e latifundiárias, que geralmente, em relação ao Império britânico, só pensavam em romper com a Espanha para poderem enriquecer à vontade. (...) A ruína irresistível do Império espanhol se baseava na impotência de sua burguesia em varrer as instituições arcaicas da sociedade espanhola, conjurar os particularismos feudais e regionais, estabelecer o regime capitalista na península e seus domínios ultramarinos, além de situar a Espanha ao nível que os tempos modernos exigiam (RAMOS apud PYNSKY et al, 2000, p. 62).

De acordo com Vicentino:

A Independência dos Estados Unidos¹² estimulou o sentimento de libertação no resto da América, agravando a crise do sistema colonial nas Américas espanhola e portuguesa, que alcançaria seu auge no século XIX. Na Europa acelerou-se a crise do Antigo Regime, transformando o século das luzes, com suas idéias e teorias, na era das revoluções, com seus confrontos e guerras. A prática substituíva a teoria, a realidade confirmava e impulsionava ideais.

Ao final do século XVIII novas transformações explosivas ganhavam força, sepultando o Antigo Regime e consolidando o modo de produção capitalista. À independência dos Estados Unidos seguiram a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, confirmando o fim da transição moderna (VICENTINO, 1997a, p. 247).

Sobre esse contexto, Prado complementa:

Os homens que lideraram o processo de independência política (na América Espanhola), descontentes com o sistema colonial, estavam imbuídos das idéias liberais burguesas descobertas nos estudos realizados na Europa ou através de livros dos franceses entrados clandestinamente no continente. Julgavam-se absolutamente bem preparados para alcançar seus objetivos e acreditavam esperançadamente no futuro. As idéias de liberdade, de igualdade jurídica, da legitimidade da propriedade privada, da educação como remédio para os grandes males, da necessidade do império da lei, do progresso e da felicidade geral do povo, estavam todas presentes nos projetos desses líderes liberais (dentre eles) ... Homens como Bolívar, San Martín, Mariano moreno, Bernardo de Monteagudo, José Cecílio del Valle, Frei Tereza Servando de Mier apontavam oposições bem claras; o Mundo novo que surgia era o lugar da liberdade que se opunha à Espanha, reino do despotismo, da opressão e do arbítrio. A América era o espaço do novo, da esperança, do futuro (PRADO, 1987, p 17).

¹² A Declaração de Independência dos Estados Unidos foi publicada em 04 de julho de 1776.

Na América Portuguesa, o controle da colônia por parte da metrópole foi menos rígido do que o que foi estabelecido na América Espanhola. Prado justifica esta afirmação:

A colonização da América Portuguesa guarda características bastante particulares no contexto latino-americano. A importância da produção de açúcar, nos dois primeiros séculos da colônia, não se comparava à riqueza dos metais preciosos explorados em algumas regiões da América Espanhola, como o México e o Peru. Essa diferença substancial marcava muito fortemente, desde cedo, as formas assumidas pelas duas colonizações. Ao lado disso, na América Espanhola a presença vigorosa das civilizações pré-colombianas exigira um empenho e um rigor na conquista e na evangelização inteiramente desconhecidos no Brasil. A Coroa Espanhola, deve-se acrescentar, era ainda mais poderosa e rica que a de Portugal (PRADO, 1987, p. 17).

Com a crise do sistema colonial, Portugal tentou realizar reformas para aprimorar suas relações com a colônia, mas os colonos continuaram insatisfeitos, “reclamavam dos efeitos de três séculos de domínio; queriam o comércio exterior livre, a liberdade de circulação intercolonial, liberdade absoluta à importação de escravos” (PRADO, 1987, p. 19). Esta última reivindicação destoava do cenário hispano-americano, que praticamente não contava mais com escravos como mão-de-obra. Os colonos portugueses também “criticavam a corrupção generalizada, a lentidão da justiça, o descaso dos funcionários da Coroa, a discriminação sofrida pelos naturais da terra, o aumento dos impostos” (PRADO, 1987, p. 19).

Outro fator que contribuiu fortemente para o processo de descolonização foi a expansão napoleônica pela península ibérica que desestabilizou e enfraqueceu os governos de Portugal e Espanha.

Antes de sua emancipação, o Brasil ainda passou por um período de alterações no pacto colonial, com a mudança da família real para território americano, que fugia do imperador francês Napoleão Bonaparte. Neste período, o Brasil deixa de ser uma mera colônia e passa a ser considerado Reino Unido a Portugal e Algarves, conquistando avanços nos aspectos culturais (criação da imprensa nacional, de bibliotecas, entre outras melhorias), alcançando relativa liberdade de comércio, com a abertura dos portos às nações amigas, especificamente à Inglaterra. Nesse sentido, segundo Prado (1987, p. 18) “até alguns meses antes do dia 07 de setembro de 1822, sonhavam, resguardados seus interesses, com a instalação de uma monarquia dual, sem uma ruptura definitiva com Portugal”.

A postura assumida por Portugal, decidida a retroceder em suas concessões ao Brasil, recolonizando-o, fez com que as classes dominantes brasileiras passassem a defender o rompimento definitivo com a metrópole. Mas a emancipação brasileira não demandou conflitos violentos, “efetuou-se a passagem de colônia a império independente, lenta e

gradualmente, sem fricções mais profundas, sem guerras nem rebeliões, sob as bênçãos de D. Pedro, filho do rei e herdeiro do trono português” (PRADO, 1987, p. 20).

Em 1822 o Brasil declarou sua independência de Portugal e neste momento colônias espanholas também se emancipavam. “Diante de um quadro tão reformador e dinâmico, a questão do estabelecimento dos limites entre as, agora, ex-colônias espanhola e portuguesa na América, ficou em segundo plano por vários anos” (FREITAS, 1998, p. 115).

Com o fim do processo de descolonização o Brasil tornara-se um império independente e os países originados à partir da América Espanhola se tornaram repúblicas, sendo a única exceção o México, que adotou, em um primeiro momento, um regime monárquico.

3.2.1 Brasil

As fronteiras mal definidas na porção meridional de seu território levaram o Brasil e se envolver em uma série de guerras na região Platina. Antes de conquistar sua independência, quando a família real ainda residia em terras brasileiras, o governo português invadiu o Uruguai em 1816, e em 1821 anexou-o ao território do Brasil, denominando-o de Província Cisplatina. O Uruguai só conseguiu emancipar-se em 1928, após um acordo travado entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) que passaram a reconhecer “a existência de um Estado tampão entre os dois países, a República da banda Oriental do Uruguai” (ANDRADE, 1989, p. 23).

Na fronteira setentrional do país, o Brasil independente não permitiu a outros países a navegação nos rios de sua porção amazônica, ao mesmo tempo em que defendia uma livre navegação no rio da Prata, controlada pela Argentina. Essa postura era contraditória tendo em vista as idéias opostas sobre questões muito semelhantes.

Somente em 1866/67 o Brasil abriu o rio Amazonas à navegação de barcos estrangeiros, possibilitando a exploração dos recursos naturais dessa região e concedendo terras para a exploração econômica (ANDRADE, 1989).

Nas fronteiras com os atuais territórios da Guiana, Suriname e Guiana Francesa, surgiram conflitos e dúvidas acerca da correta delimitação. A atuação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco foi fundamental para o sucesso brasileiro. Representando os interesses brasileiros, o Barão levou à arbitragem do então presidente da

Suíça, as questões fronteiriças com a França, na região das Guianas. Seus argumentos foram tão bem desenvolvidos que o presidente suíço, mesmo possuindo certa afinidade com o governo francês, deu o laudo a favor do Brasil, que obteve em definitivo o controle das duas margens da foz do rio Amazonas (MATTOS,1975).

Ainda na região das Guianas, outra questão fronteiriça precisou ser levada a uma arbitragem estrangeira. Brasil e Inglaterra disputavam a posse dos campos de Pirara, na atual Guiana. O rei da Itália foi o árbitro escolhido e tomou a decisão de dividir a área entre os dois países (ANDRADE, 1989).

As fronteiras com a Bolívia também foram alvo de controvérsias e foi novamente o Barão do Rio Branco quem alcançou resultados favoráveis para o Brasil. De acordo com os limites territoriais colocados pelo Tratado de Madri, o Acre, parte do Amazonas e Rondônia pertenciam à Bolívia. O avanço dos seringueiros brasileiros em território vizinho levou à necessidade de uma intervenção por parte da Bolívia, entretanto este país não possuía recursos suficientes para enfrentar o exército do Brasil (ANDRADE, 1989).

Para resolver a situação, a Bolívia cogitou arrendar o território a um terceiro interessado, contudo, o Brasil, representado pelo Barão do rio Branco, negociou com o governo boliviano, pois não aceitou uma arbitragem internacional. Com as negociações, o Brasil efetivou sua posse sob uma área de 142.9000 km², destes cerca de 48.000 km² eram bolivianos. Em troca o Brasil cedeu à Bolívia 2.296 km² de uma região habitada por bolivianos e situada entre os rios Madeira e Abuña, bem como outras áreas menores (HEINSFELD, 2003).

Para compensar a diferença do tamanho dos territórios, tendo em vista que o Brasil recebeu uma área maior, foram pagos dois milhões de libras esterlinas à Bolívia, além de outras propostas que foram acordadas entre os dois países. “Em 1903 o Tratado de Petrópolis consagrava a última anexação territorial ao Brasil. Este seria completado com um acordo com o Peru (1909), pelo qual ficaram estabelecidos os limites entre as duas repúblicas, garantindo ao Brasil a sua soberania sobre o Alto Juruá e o Alto Purus” (ANDRADE, 1989, p. 36).

3.2.2 Venezuela

Em seu processo de conquista da independência destaca-se o nome de Simon Bolívar, conhecido como o Libertador. Este homem, que pertencia à classe aristocrática colonial,

“entendeu que uma condição de fraqueza das colônias espanholas era o seu excessivo isolamento e iniciou gestões no sentido da união inicial da Venezuela e Nova Granada (Colômbia, Panamá e Equador)” (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000, p. 215).

O sonho de integração de Simon Bolívar foi concretizado em 1819 quando as terras venezuelanas se uniram à Nova Granada e Quito, formando A *Gran Colombia*. Entretanto estes ideais de integração duraram apenas onze anos. Em 1830 os países que integravam a *Gran Colombia* optaram pela desintegração em repúblicas autônomas e com interesses particulares (MORÓN et al., 2008).

Com a desintegração, surgiram problemas de fronteira, como por exemplo, entre Venezuela e Colômbia, principalmente em regiões como a *Península de Guajira* e a área drenada pelos rios *Táchira* e *Inírida*. Estes problemas foram resolvidos entre os países vizinhos com a utilização do princípio do *uti possidetis*. Um tratado assinado entre os governos em 1941 confirmou a delimitação das fronteiras (MORÓN et al., 2008).

Durante o século XX a Inglaterra conquistou terras na região das Guianas, travando disputas com o Brasil, ocupando áreas antes pertencentes à Holanda e à Venezuela. Esta área perdida pela Venezuela, situada a oeste do rio Essequibo, é ainda hoje contestada e aparece em mapas venezuelanos como Zona de Reclamação (ANDRADE, 1989).

3.2.3 Argentina

Sua independência foi proclamada em 1816, no Congresso de Tucumã e seu território organizava-se sob o nome de Províncias Reunidas do Prata (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

O território argentino atual teve sua origem no antigo vice-reinado do Rio da Prata, constituído por Argentina, Uruguai, Paraguai e, durante um tempo, pela Bolívia. De acordo com Andrade (1994, p. 21) “o domínio de Buenos Aires sobre as demais províncias dificultou a manutenção da unidade já prejudicada pelos primeiros governos paraguaios de Francia e Carlos Lopez e pelas pretensões brasileiras no Prata”. Deste contexto surgiriam os principais motivos que levaram Argentina e Brasil à rivalidade.

Ainda segundo Andrade (1994) a Argentina foi o país latino-americano que sofreu influência inglesa por mais tempo, sendo uma das consequências disso a perda das Ilhas Malvinas para a Inglaterra.

Desde que consolidou a sua unidade, com o controle de Buenos Aires sobre as províncias do interior, a Argentina passou por um período de prosperidades, como exportadora de dois produtos de grande importância econômica e de preços que gozavam de uma certa estabilidade: a carne e o trigo.

(...) Sua importância econômica e política permitiu que levasse vantagem na luta pelo controle de territórios disputados pela Bolívia, Chile e Paraguai, mas viu barrada, pelo Brasil, suas pretensões de incorporação do Uruguai e também perdeu para o Brasil grande parte do território das Missões (ANDRADE, 1994, p. 21).

3.2.4 Colômbia, Peru, Bolívia e Chile

Com a conquista do território Inca, a Espanha fundou o vice-reinado do Peru, cuja capital era Lima, composto pelos atuais territórios do Peru, do Panamá, da Colômbia, do Equador e da Bolívia. Em 1740 esse vice-reinado foi desmembrado, e surgiu, a partir disso, o vice-reinado de Nova Granada, com sede em Bogotá. Com a criação do vice-reinado do Rio da Prata, a Bolívia foi incorporada a este, sendo, portanto, retirada de Nova Granada. Panamá, Colômbia e Equador também foram retirados de Nova Granada, permanecendo apenas o Peru, que após o saque das riquezas do império Inca, já não atraía os interesses da metrópole (ANDRADE, 1994).

Uma das mais ricas colônias espanholas na América foi a Colômbia, cujo porto, situado em Cartagena das Índias, foi um dos que apresentaram maior dinamismo no século XVIII. A porção amazônica da Colômbia foi alvo de disputas entre este país e o Equador, bem como o Peru. Posteriormente o território colombiano foi estendido até o rio Amazonas (ANDRADE, 1994).

O Peru assumiu, no contexto da descolonização, o papel de núcleo da resistência espanhola na América, tornando-se uma ameaça aos interesses coloniais, pelo fato de combater os espanhóis e o seu domínio. Em 1821 conquistou sua independência (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Sobre a Bolívia, Andrade (1994) afirma que este é um território sufocado por países vizinhos para os quais, ao longo da história, perdeu áreas importantes “o Chile (que declarou sua independência em 1818) conquistou a área do deserto de Atacama, o Brasil conquistou o Acre, e o Paraguai e a Argentina as porções do Chaco Boreal” (ANDRADE, 1994, p. 26).

O autor complementa:

Há, no país (Bolívia), uma divisão marcante entre a cordilheira (dos Andes) – onde se situam as suas principais cidades e onde há uma importante produção mineral (estanho e prata) – e as porções planas – drenadas para as bacias do Amazonas e do Prata, onde a população é rarefeita e os indígenas, considerados no período da ocupação, como selvagens, tinham níveis culturais mais primitivos do que os povos que ocupavam a cordilheira (quéchuas e aimarás) (ANDRADE, 1994, p. 26).

Desprovida de um acesso ao mar, a Bolívia passou a viver como um país mediterrâneo, apresentando uma forte dependência dos vizinhos para escoar os seus produtos (ANDRADE, 1989).

3.2.5 Guiana, Suriname, Equador e Uruguai

A Guiana, ao contrário dos demais países da América do Sul, foi colonizada pela Inglaterra, obtendo sua independência somente após a Segunda Grande Guerra. Sua população é composta por diversos grupos étnicos, tais como negros, indígenas, chineses, indianos e brancos (ANDRADE, 1994).

No que diz respeito ao território guianense, existe ainda hoje um impasse com a Venezuela a respeito da região de fronteira. O governo venezuelano reivindica parte do território da Guiana localizado na fronteira entre esses dois países, e em seus mapas coloca a região como *zona de reclamación*. O argumento venezuelano é baseado no fato de que o território teria sido apropriado pela Inglaterra e anexado à Guiana indevidamente.

O Suriname foi colonizado pela Holanda e, enquanto colônia, era conhecido como Guiana Holandesa. É um país pouco povoado e coberto, em sua maior parte, pela floresta equatorial. “Sua população é (...) muito diversificada, havendo um grande número de negros – vindos da África no século XVIII, como escravos – de indonésios – que migraram nos fins do século XIX e início do século XX, quando a Holanda era metrópole da Guiana e da Indonésia e de índios” (ANDRADE, 1994, p. 34).

O Equador é um país andino, cujos limites norte e sul são feitos com a Colômbia e com o Peru, respectivamente. Ao longo de sua história, perdeu parte de seu território para os países vizinhos citados, não lhe restando nenhuma parte da planície amazônica. Seu território passou a constituir-se apenas por áreas localizadas na Cordilheira dos Andes, onde inclusive localiza-se sua capital, Quito, bem como uma porção litorânea, na qual está inserido o porto mais importante do país (ANDRADE, 1994).

O Uruguai, de acordo com Andrade (1994, p. 35) “surgiu em 1828, como um Estado tampão entre o Brasil e a Argentina, que desejavam o controle do rio da Prata”. De fato a formação do Estado Nacional do Uruguai se deu a partir de 1828, quando este país conseguiu sua independência definitiva, já que desde 1821 havia sido anexado ao Brasil, como Província Cisplatina (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

3.2.6 Paraguai

O Paraguai originou-se a partir de missões jesuítas “que tentaram formar um país socialista e cristão no interior da América” (ANDRADE, 1994, p. 34). Tornou-se um Estado Nacional em 1813, após a fragmentação da vice-reino do Prata.

Sobre a origem do Paraguai, Andrade analisa:

... O Paraguai se constitui uma exceção como experiência de colonização; os espanhóis, ao subirem os rios que deságuam no Prata, ao invés de se estabelecerem na foz, em Buenos Aires, preferiram fundar Assunção, no interior. Certamente eles consideravam que a posição de Assunção era importante para deter as pretensões portuguesas na bacia Platina. Como a região ficava distante do mar, o que dificultava o desenvolvimento de uma agricultura de exportação, e não disse rica em minerais, desenvolveu-se no território paraguaio uma pecuária extensiva e uma agricultura de auto-abastecimento. Os jesuítas, desejosos de estabelecer um Estado teocrático na América, criaram as famosas Missões que se expandiram pelas duas margens dos rios Paraguai e Paraná e levaram os indígenas a se sedentarizarem, construindo cidades e desenvolvendo a agricultura (ANDRADE, 1989, p. 27).

Em seu processo de emancipação, o Paraguai lutou não só contra a Espanha, mas também contra o domínio de Buenos Aires

Sobre o assunto, Andrade afirma:

A princípio (o Paraguai) apresentava grande extensão territorial e, no período da independência resistiu aos liberais de Buenos Aires que queriam manter a unidade do vice-reinado do Prata. Com o apoio do Brasil pôde resistir por muitos anos à pressão portenha – governos de Francia e Carlos Lopez -, mas no governo de Solano Lopez, tendo organizado um forte exército, constituiu-se em uma ameaça aos dois vizinhos mais poderosos (Brasil e Argentina). Tal ameaça provocou uma aliança entre o Brasil a Argentina e o Uruguai – a tríplice Aliança – e uma guerra, sem quartel, ao Paraguai, que durou cinco anos (1864/70), causando, praticamente, a destruição do país (ANDRADE, 1994, p. 35).

As rivalidades na porção sul do continente americano levaram a um confronto entre Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), que durou de 1864 a 1870. As

conseqüências da Guerra do Paraguai foram catastróficas para o país, que teve absurda baixa em sua população masculina, sua economia foi dilacerada e passou a ser controlada pela Argentina, e suas fronteiras passaram a ser definidas em função dos interesses da Tríplice Aliança. O Brasil se apoderou no Alto Paraguai até o rio Apa, tomando posse de ricos ervais, além de obter livre circulação sobre o rio Paraguai. A Argentina ocupou a região das Missões e da parte do Chaco localizada ao sul do rio Pilcomaio (ANDRADE, 1989; ANDRADE, 1994).

3.2.7 Guiana Francesa

Como já exposto, as questões fronteiriças entre o Brasil e a Guiana Francesa foram resolvidas a partir da diplomacia do Barão do Rio Branco. Estas fronteiras são definidas atualmente pelo rio Oiapoque. Sendo antes uma colônia, atualmente a Guiana Francesa constitui-se em um Departamento de Ultramar da República Francesa, possuindo 91.000 km² de extensão (SOARES, 1995).

De acordo com Soares (1995), a Guiana Francesa possui o melhor padrão de vida da América do Sul, apresentando uma renda *per capita* de US\$ 2.718. Segundo a autora, “a explicação está na economia, sustentada principalmente pelo financiamento a título de subvenções, e a manutenção do setor público realizados pela metrópole (França)” (SOARES, 1995, p. 28).

3.3 O Interamericanismo

Santos chama de interamericanismo o conjunto de iniciativas com o intuito de se criar uma identidade entre as distintas regiões da América que se emancipavam ao longo do século XIX. Segundo o autor:

A relação entre o interamericanismo e os diversos nacionalismos americanos pode ser vista de duas maneiras, ao menos parcialmente, conflitantes. Por um lado, o interamericanismo pode ser lido como a tentativa de criação de um vínculo que reuniria todos os povos americanos em uma nação de dimensões continentais e a fragmentação da América em Estados independentes seria um atestado do fracasso desse projeto. (...) Por outro, o interamericanismo pode, também, ser entendido como um projeto de cooperação e apoio mútuo entre as diversas nações americanas,

em especial em face de ameaças extracontinentais, sendo assim um ponto de suporte para cada um dos projetos nacionais particulares (SANTOS, 2004, p. 31).

Aquino, Lemos e Lopes (2000) utilizam em sua obra o termo pan-americanismo ao se referirem à visão de uma união pan-americana.

Em suma, esses conceitos giram em torno da ideia da necessidade de uma união entre as sociedades americanas, ideia esta que se fortaleceu durante a luta pela independência das colônias européias na América (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

Foi tanto a necessidade de defesa contra a ameaça representada pela Europa como as raízes históricas e geográficas comuns que forjaram o ideal pan-americano, o qual deve ser entendido como um movimento de solidariedade continental a fim de manter a paz nas Américas, preservar a independência dos Estados americanos e estimular seu inter-relacionamento (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000, p. 231).

De acordo com Aquino, Lemos e Lopes (2000), o ideal pan-americano foi desenvolvido sob duas modalidades: o Bolívarismo e o Monroísmo. O Bolívarismo foi concebido pelo venezuelano Simon Bolívar (1783-1830), cuja visão pan-americana consistia na defesa de uma união das sociedades americanas diante da possível contra-ofensiva da ex-metrópole espanhola. Escreveu muitos artigos em defesa de suas ideias e de fato conseguiu reunir as nações da Venezuela, Equador, Colômbia e Panamá no território denominado *Gran Colombia*. Entretanto essa união durou pouco tempo, sendo o território fragmentado no mesmo ano após o falecimento de Bolívar.

Outro feito de Simon Bolívar que merece destaque é a realização do Congresso do Panamá, em 1826, evento que ocorreu por meio dos esforços de Bolívar, e que é considerado por alguns historiadores como a primeira grande manifestação do pan-americanismo. Dentre outras decisões, no Congresso estabeleceu-se o fim da escravidão e o compromisso em se preservar a paz continental (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

O Congresso do Panamá encontrou resistência por parte dos EUA, que tinham pretensões expansionistas e ainda tinham interesse na escravidão. O Brasil também assumiu uma postura de oposição, já que seu regime monárquico era contrário aos regimes republicanos adotados nos países hispano-americanos. Além disso, também mantinha fortes interesses na manutenção da escravidão, que fazia parte da base de sua economia (AQUINO; LEMOS; LOPES, 2000).

O Brasil, único país que surgia com a independência da América Portuguesa, encontra muitas dificuldades para se associar às repúblicas que surgiam com a emancipação e fragmentação da América Espanhola.

Isolado nas Américas como único defensor do princípio monárquico, salvo pelas fugazes experiências no México e Haiti, o Estado brasileiro tinha dificuldades para situar-se ao lado de seus vizinhos na construção e instrumentalização de um discurso legitimador com base na ideia de uma ruptura entre o Antigo Regime e a nova ordem, entre o Novo Mundo e o Velho Mundo, em síntese, entre a América e a Europa. Entre esses dois continentes, em um desafio à geografia, o Império inventava-se como um bastião da civilização (européia naturalmente) cercado de repúblicas anárquicas¹³. Um império distante e tropical, mas fundamentalmente civilizado, e, portanto, europeu (SANTOS, 2004, p. 25).

O Bolívarismo não encontrou seu fim no fracasso do Congresso do Panamá, o qual não conseguiu levar adiante as decisões tomadas. Seus ideais continuaram vivos e outros congressos foram realizados. Aquino, Lemos e Lopes (2000, p. 235) inclusive afirmam que estes mesmos ideais “lançaram as bases da solidariedade continental assentada em posição de igualdade entre todos os Estados”.

O Monroísmo, o qual se configura como a outra modalidade do pan-americanismo, fundamenta-se nos interesses dos EUA e pressupõe a soberania desse país sobre os demais Estados americanos.

Teve sua origem nas manifestações do presidente James Monroe, que afirmava veementemente que a Europa não possuía mais nenhum direito sobre o continente americano, nem mesmo poderia intervir nas questões de independência recorrentes. A Doutrina Monroe, interpretada pela frase “América para os americanos”, tinha como objetivo uma expansão política nacional exclusiva dos EUA, assegurando a este país o direito de intervir em qualquer Estado Nacional americano que julgasse necessário para estabelecer a ordem, sendo neste caso, a manutenção dos interesses norte-americanos.

Ao longo da história da América evidenciou-se a postura imperialista dos EUA e, ainda hoje, mesmo com as transformações de ordem política e econômica que o mundo vem sofrendo, podem-se observar tais interesses por parte do governo norte-americano.

Para Santos:

... A idéia interamericana foi, e continua sendo, apropriada e moldada de acordo com as necessidades de seus promotores em cada momento histórico específico. Desde as visões de Bolívar e Monroe, a ideia interamericana foi trabalhada de diversos modos e aproveitada em iniciativas que obedeceram a causas imediatas particulares, traduzindo-se em diferentes conceitos de América – a qual ora restringia-se aos países hispânicos (ou parte deles) ora incluía também os Estados Unidos e o Império brasileiro. A essa geometria variável do interamericanismo, deve-se agregar a

¹³ O Brasil, enquanto império, via-se civilizado e europeu, e assim de uma natureza distinta daquela de seus vizinhos, vistos pela elite agrária brasileira como anárquicos por adotarem um governo republicano (SANTOS, 2004).

transformação progressiva de seu conteúdo, recebendo também, ao fim do século XIX, um até então pouco explorado enfoque econômico (SANTOS, 2004, p. 31-32).

3.4 A Formação da Fronteira entre Brasil e Venezuela

Neste trabalho já foi exposto o processo de formação das fronteiras entre Portugal e Espanha na porção setentrional da América do Sul. Pretende-se aqui, portanto, dar maior atenção à formação da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, países que compõem a região de estudo desta dissertação.

Em 05 de maio de 1859 foi assinado, em Caracas, o primeiro Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre Brasil e Venezuela. Esse tratado se inicia com as seguintes afirmações:

A República Venezuelana e Sua Majestade o Imperador do Brasil, reconhecendo a necessidade de firmar um convênio definitivo sobre os limites entre seus respectivos territórios para deixar solidamente estabelecida a harmonia que felizmente existe entre os dois países, e remover qualquer motivo de desavença; e desejando ao mesmo tempo facilitar e promover entre ambos a liberdade de comunicação através da fronteira comum e pelos rios na parte que pertence a cada um, resolvem celebrar com esse objetivo um tratado (...) (BRASIL ; VENEZUELA, 1859 apud FREITAS, 1998, p. 233).

Neste tratado ficou acordado que a linha de fronteira entre Brasil e Venezuela coincidiria com os cumes da Serra de Pacaraima até o ângulo que ela faz com a Serra do Parima, de modo que a bacia do rio Branco pertenceria ao Brasil e a bacia do rio Orinoco à Venezuela.

Como já se observou no presente texto, delimitação e demarcação de fronteiras são duas ações distintas e, deste modo, mesmo com a assinatura de Tratados de Limites entre dois países vizinhos, a fase da demarcação geralmente é a mais complexa. Quando o processo de estabelecimento das fronteiras é feito de forma pacífica, a existência de comissões compostas por membros das duas nações é essencial para o andamento dos trabalhos, constituindo-se um grupo de técnicos qualificados para isso: geógrafos, cartógrafos, topógrafos, etc.

Apesar da relativa disposição e cooperação entre Brasil e Venezuela em estabelecer suas fronteiras, muitas dificuldades foram surgindo ao longo do tempo, tanto no que diz respeito às condições físicas do espaço geográfico a ser demarcado, quanto problemas internos das comissões que estavam participando.

Curiosamente, na região amazônica e, notadamente, nas áreas do rio Negro e do rio Branco, Brasil e Venezuela estavam literalmente de costas um para o outro.

Enquanto o Brasil concentrava suas ações no sul, a Venezuela procurava a integração com o Caribe, no norte, deixando, ambos, para trás, as regiões do Negro e do Branco. Foi nesse quadro antagônico que veio florescer o interesse de ambos pelas suas fronteiras.

Mas o estabelecimento das fronteiras com a Venezuela era algo que desafiava a habilidade diplomática e a coragem dos negociadores. Afinal, ela estava localizada numa área de difícil condição de acesso e de mui escasso povoamento (FREITAS, 1998, p. 146).

Todo processo de demarcação de fronteiras passa por etapas. A primeira delas é a identificação das nascentes de cursos d'água e a inserção dos marcos nestes pontos. De acordo com Freitas (1997) esta etapa já foi finalizada nas fronteiras entre Brasil e Venezuela.

Entre uma nascente e outra há um espaço que varia de dimensão. Também são necessários marcos nesta área e isso se caracteriza na segunda etapa dos trabalhos demarcatórios. “Com dificuldade, os marcos são implantados a quilômetros de distância uns dos outros e são traçadas cartas geográficas unindo estes pontos que dão uma idéia, aproximada, das fronteiras” (FREITAS, 1998, p. 143).

A terceira fase se caracteriza pelo adensamento dos marcos, até que se tornem intervisíveis, ou seja, qualquer pessoa próxima a um marco consegue ver o marco seguinte. No caso da fronteira entre Brasil e Venezuela, alguns trechos já estão bem avançados nesta terceira etapa, por exemplo, entre Pacaraima (Roraima) e Santa Elena do Uairén (Bolívar). Entretanto, outros trechos ainda não estão totalmente demarcados (FREITAS, 1998).

Desde a assinatura do Tratado de Limites, em 1859 até 1872, praticamente nada foi feito para o estabelecimento das fronteiras entre Brasil e Venezuela. Em 1873 comissões brasileiras e venezuelanas se dirigiram para a região fronteira para finalmente dar início aos trabalhos. Em 1880 cada comissão regressou à sua base e as atividades ficaram sem continuidade por cerca de dois anos. Em 1882, mesmo sem o apoio da comissão venezuelana, os brasileiros prosseguiram os trabalhos e, em 1884, com base em dados levantados acerca das bacias dos rios Negro e Branco, foi elaborado um mapa, o qual não foi aprovado pelo governo da Venezuela (FREITAS, 1998).

Novamente os trabalhos ficam paralisados e só retornaram em 1912, com a assinatura de um novo documento, o Protocolo de Limites entre Brasil e Venezuela. A demarcação avançou mais um pouco nos anos seguintes para estacionar novamente em 1915 e assim permaneceu até 1929, quando no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores criou o Serviço de Fronteiras (FREITAS, 1998).

Em 1930 os trabalhos de demarcação são retomados por ambos os países, novos marcos são implantados e avançou-se para a Serra de Pacaraima, saindo do Monte Roraima, na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana e seguindo até o marco BV9, em uma extensão total de 165 km (FREITAS, 1998).

No ano de 1934, a pedido da Venezuela, os trabalhos foram novamente suspensos, sendo retomados em 1939 com o uso de uma tecnologia mais avançada na época, a aerofotogrametria, o que auxiliou bastante na demarcação das fronteiras ao longo dos divisores de águas. Em 1951 as verdadeiras nascentes do rio Orinoco foram descobertas, o que como consequência foi necessária uma revisão quanto a área pertencente à Venezuela nessa região (FREITAS, 1998).

Entre 1965 e 1967 o Pico da Neblina, com 2.993,78 metros de altitude de acordo com a medição de 2004 divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), e localizado em território brasileiro, é descoberto e escalado pela primeira vez. Sobre o Pico da Neblina, Freitas afirma:

A sua descoberta só foi possível graças à demarcação realizada com o adensamento dos marcos na Serra do Tapirapecó, exatamente na linha de fronteira Brasil/Venezuela. Nos mapas até então existentes, a Venezuela chamava o Pico da Neblina de Pico Pheps e o considerava em território venezuelano. Novamente a Comissão Mista Brasileiro/Venezuelana de Limites reuniu-se, desta vez em Caracas, e acordou, em definitivo, que o Pico da Neblina, bem como os demais (picos) identificados na mesma campanha, está em território brasileiro, cerca de 687 metros da linha de fronteira (FREITAS, 1998, p. 156).

De acordo com Freitas (1997), até o ano de 1993 a linha de fronteira girava em torno de 2.199 km e possuía um total de 2.061 marcos já fixados (ver figuras 3 a 7). Para este mesmo autor:

A formação de um limite entre dois países obedece as fases sequenciais onde uma nação não pode superar nem se superpor a outra. Essas fases são: negociação, delimitação, formalização de um tratado, demarcação, densificação e, finalmente, a inspeção permanente (FREITAS, 1998, p. 155).

No Brasil atual, com base no artigo 1º da lei brasileira número 6.634 de 02 de maio de 1979, a Faixa de Fronteira do Brasil é definida como a área que compreende uma faixa interna ao território brasileiro de 150 km de largura, paralela à linha terrestre que divide o território nacional de outro Estado-nacional. Esta faixa é considerada área indispensável à Segurança Nacional e nela as seguintes práticas são permitidas **somente** a partir de prévio consentimento do órgão federal competente (BRASIL, 1979):

- a) concessão de terras;
- b) abertura de vias de transportes e instalação de meios de comunicação;
- c) construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;
- d) estabelecimentos ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional.

Qualquer dessas ocorrências sem a devida autorização constitui-se em crime. Portanto é uma zona que requer fiscalização intensa por parte do poder público.

Existe um acordo firmado entre Brasil e Venezuela a respeito da região de fronteira. Trata-se do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o Estabelecimento de uma Zona *Non-Aedificandi* na Fronteira entre os dois Países, assinado em Brasília, em 17 de maio de 1988. Esse acordo tem como objetivos promover o desenvolvimento harmônico das relações de boa vizinhança e evitar que possa ser dificultada a materialização da linha fronteira. Para isso foi estabelecida, ao longo da fronteira entre os dois países, e de ambos os lados desta, uma zona *Non-Aedificandi* de 30 metros de largura para cada lado da linha fronteira, onde não se pode realizar nenhum tipo de atividades e obras. Ressalta-se que a vigência deste acordo é por um período ilimitado (BRASIL; VENEZUELA, 1988a).

Sobre a questão da fronteira, pode-se encerrar este texto com o auxílio de Defarges o qual afirma que:

No momento em que a fronteira linear é reconhecida como um conceito universal, revela toda a sua permeabilidade: movimentos de dinheiro, passagem de homens à procura de trabalho e de rendimento, transmissão de informações por satélite... Daí que, para além das fronteiras oficiais, existam as fronteiras fluidas, móveis, diferentes de um domínio para o outro (DEFARGES, 2003, p. 37).

Por muito tempo os países se preocuparam com o estabelecimento dos seus domínios, através da demarcação de seus territórios. Como se observou neste texto, esta preocupação remonta desde a época da Idade Moderna, quando os países começaram a surgir enquanto unidade política. Contudo atualmente a questão das fronteiras supera a materialidade e vai para além do território. As fronteiras existentes hoje não são somente as fixas e lineares, elas podem ser fluidas, móveis, dinâmicas, quando se pensa no avanço da tecnologia, dos meios de comunicação, das relações econômicas, dos intercâmbios de conhecimento, força de trabalho e cultura.

Ainda que o território e a nação sejam fundamentais para a existência do Estado, ou seja, para sua composição, a interdependência entre um e outro país no mundo aumenta a porosidade das fronteiras e faz com que a integração seja elemento chave para o desenvolvimento.



Figura 3: Fronteira entre Brasil e Venezuela na cidade de Pacaraima (Roraima), 2008.
Fonte: Foto da Autora.



Figura 4: Placa informando a localização do limite entre Brasil e Venezuela (Estado Bolívar), 2008.
Fonte: Foto da Autora.



Figura 5: Marcos intervisíveis na fronteira entre Brasil e Venezuela, 2008.
Fonte: Foto da Autora.



Figura 6: Marco indicando o lado Venezuelano da fronteira com o Brasil, 2008.
Fonte: Foto da Autora.



Figura 7: Marco indicando o lado brasileiro da fronteira com a Venezuela, 2008.
Fonte: Foto da Autora.

Este capítulo tratou da geopolítica clássica, seus pensadores e respectivas teorias envolvendo os conceitos de espaço, poder e política. Apresentou-se também a Geopolítica brasileira e seus pensadores de maior destaque. Para a Venezuela teceu-se uma análise geopolítica de seu território e um breve panorama do seu governo atual.

No próximo capítulo será explicitada uma geopolítica ainda mais aplicada, focando-se na atual organização dos países sul-americanos e os projetos e ações de integração que tais países têm desenvolvido. Nesse sentido, foi realizada uma caracterização dos principais blocos econômicos formados por países da América do Sul e que continuam em funcionamento, apresentando seus membros e seus principais objetivos.

4 INTEGRAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA NA AMÉRICA DO SUL

É importante perceber, através de uma visão mais abrangente, como os países da América do Sul, especialmente Brasil e Venezuela, vem se organizando ao longo do tempo na busca por um desenvolvimento menos dependente das grandes potências. Cada vez mais tem se compreendido que as relações com os países vizinhos precisam ser estimuladas e cultivadas, uma vez que as distâncias são menores, as semelhanças não são raras e o potencial para trocas diversas (mercadorias, ciência e tecnologia, experiências positivas em muitas áreas, cultura, etc.) é muito grande.

Apesar da independência colonial, a economia da América do Sul continuou dependente de países desenvolvidos, principalmente Inglaterra e Estados Unidos. Este último, que no final do século XIX conquistou o lugar de primeira potência mundial, passou a desenvolver uma política imperialista sobre o continente americano, especialmente sobre a América Central (VICENTINO 1997a).

A esse respeito, Olic afirma:

Há mais de um século a América Latina constitui uma região onde a influência norte-americana é muito grande. Qualquer problema que ocorra na região interessa, em maior ou menor grau, à grande potência do norte. Seus sucessivos governantes têm considerado a América Latina como uma área de importância vital aos seus interesses econômicos, políticos e estratégicos (OLIC, 1992, p. 9).

Ainda que Olic tenha dito isso em 1992, suas palavras continuam valendo para os dias atuais, tendo em vista o grande interesse dos EUA na manutenção de sua influência em todo o continente americano.

Na opinião de Fuser (2006), de todos os continentes do globo, a porção sul da América apresentou as mudanças mais significativas nas últimas décadas. O século XX foi marcado por governos sul-americanos alinhados aos interesses dos Estados Unidos, tais governos, conservadores e muitas vezes ditatoriais, administravam seus países atendendo aos interesses dos EUA, que mantinham uma política imperialista no continente. Fuser afirma:

O modelo econômico neoliberal, conhecido como Consenso de Washington, era aplicado de norte a sul, quase sem resistências. E tudo levava a crer que os países sul-americanos acabariam aderindo em bloco à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), projeto de integração regional liderado pelos Estados Unidos. A única nota dissonante era a Venezuela, onde o ex-coronel Hugo Chávez havia assumido o governo em 1999, depois de uma surpreendente vitória eleitoral. Mas pouco se sabia sobre ele, naquele momento (FUSER, 2006, p. 42).

As transformações começaram a ocorrer com a insatisfação da população de países sul-americanos acerca dos efeitos negativos das políticas neoliberais. Ainda segundo Fuser:

... Em 2009, quase todos os países sul-americanos tinham presidentes com perfil de esquerda ou centro-esquerda. Alguns deles – o boliviano Evo Morales, o equatoriano Rafael Correa e o venezuelano Chaves – governam (governaram) em confronto direto com as elites econômicas. Outros, como o brasileiro Lula (2003-2010) e o uruguaio Tabaré Vázquez (2005-2009), adotam (adotaram) uma conduta mais conciliatória. Os presidentes da região (...) trilham caminhos muito diferentes entre si, mas todos buscam alguns objetivos comuns: maior autonomia em relação aos Estados Unidos, valorização do papel do Estado na vida econômica e prioridade às políticas sociais (...) (FUSER, 2006, p. 43).

Nesse sentido, o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) não foi implantado devido a sua rejeição pela maioria dos países latino-americanos. O objetivo de reduzir a dependência das grandes potências e de aumentar o poder e desenvolvimento de suas economias levou os países do continente americano a estreitar as relações através da integração regional. Alguns dos blocos criados entre países da América do Sul estão caracterizados a seguir.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado em 26 de março de 1991, a partir do Tratado de Assunção, assinado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O objetivo principal é o desenvolvimento econômico dos países membros, por meio da ampliação dos mercados nacionais através da integração (MERCADO COMUM DO SUL, 2010).

Sobre os países que fazem parte deste bloco econômico tem-se que:

Os quatro Estados Partes que constituem o MERCOSUL partilham valores que se exprimem em suas sociedades democráticas, pluralistas, defensores das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, e partilham, ainda, seu compromisso com a consolidação da democracia, com a segurança jurídica, com o combate à pobreza e com o desenvolvimento econômico e social com equidade (MERCADO COMUM DO SUL, 2010).

O principal objetivo deste bloco econômico é a:

[...] Integração dos quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes (MERCADO COMUM DO SUL, 2010).

Observa-se que a integração almejada pelo MERCOSUL vai muito além dos aspectos exclusivamente econômicos, mas passa também por uma aproximação política, aumentando assim a força dos Estados Partes perante os demais países do globo.

O MERCOSUL assenta os alicerces que enquadram as relações entre os Estados Partes e representa, acima de tudo, um Acordo Político. O MERCOSUL é um fator de estabilidade na região, pois gera uma trama de interesses e relações que torna mais profundas as ligações, tanto econômicas quanto políticas, e neutraliza as tendências à fragmentação. Os responsáveis políticos, as burocracias estatais, os trabalhadores e os empresários têm no MERCOSUL um âmbito de discussão, de múltiplas e complexas facetas, onde podem ser abordados assuntos de interesse comum (MERCADO COMUM DO SUL, 2010).

Como Estados Partes, portanto, tem-se Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Como Estados Associados tem-se Bolívia, Chile, Peru, Equador e Colômbia. A Venezuela está em processo de adesão a partir do Protocolo assinado em Caracas em 04 de julho de 2006. A solicitação para o ingresso como membro pleno do MERCOSUL foi feita pela própria Venezuela e agora para que isso ocorra é necessário o cumprimento de todas as condições previstas no Protocolo de Adesão.

O Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela considera que o “processo de integração deve ser um instrumento para promover o desenvolvimento integral, enfrentar a pobreza e a exclusão social baseado na complementação, na solidariedade e na cooperação” (MERCADO COMUM DO SUL, 2010). Neste documento a Venezuela passa a aderir ao Tratado de Assunção e aos Protocolos de Ouro Preto e de Olivos para a solução de controvérsias no MERCOSUL. Além disso, de maneira gradativa, no prazo de até quatro anos a partir da assinatura do Protocolo de Adesão, a Venezuela deve adotar o acervo normativo vigente no MERCOSUL. O país terá também o prazo de quatro anos para adotar a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) e a Tarifa Externa Comum (TEC).

Foram estabelecidos prazos para se alcançar o livre comércio. No caso do Brasil e da Venezuela, com exceção de alguns produtos, os prazos são (MERCADO COMUM DO SUL, 2010):

- a) Brasil para a Venezuela: 1º de janeiro de 2010;
- b) Venezuela para o Brasil: 1º de janeiro de 2012.

Ficou acordado ainda que no período entre a assinatura do Protocolo de Adesão e a sua entrada em vigor, a Venezuela poderia integrar a Delegação do MERCOSUL nas negociações

com terceiros. A entrada em vigor se dará trinta dias após o quinto instrumento de ratificação for depositado, o que ainda não ocorreu justamente pela falta deste quinto instrumento por parte do Paraguai (MERCADO COMUM DO SUL, 2010).

Por meio da Decisão nº05/07, criou-se o Observatório da Democracia do MERCOSUL (ODM), que tem como objetivos garantir que as instituições democráticas estejam funcionando plenamente, tendo em vista que a democracia é “condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração do MERCOSUL” (MERCADO COMUM DO SUL, 2010).

Para um país ser aceito como membro pleno do MERCOSUL é necessário que o Congresso tanto dos países já participantes, quanto do país a se aderir, aprove o pedido. No caso da Venezuela, para que o Protocolo de Adesão entre em vigor ainda falta a aprovação do Paraguai, a qual tem sido muito morosa.

Para a efetivação da União Aduaneira, os Estados Partes tem entrado em acordo e avançado muito nesse sentido. As transações foram facilitadas na última década, através de práticas como o Sistema de Pagamento em Moedas Locais, a substituição da certificação em papel das mercadorias pela digital, compatibilização de normas para operações comerciais, entre outras (MERCADO COMUM DO SUL, 2010).

Desde 2007 ocorrem Encontros de Governadores da Frente Norte do MERCOSUL. Um dos primeiros encontros ocorreu entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2007, em Belém (Pará). Participaram deste Encontro os governadores dos estados da Região Norte do Brasil e de vários estados, províncias e departamentos dos países que compõem o MERCOSUL (Brasil, Argentina Paraguai, Uruguai e Venezuela), bem como governantes dos países associados ao bloco econômico (Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru). Além desses, foram convidados os governos de Suriname e da Guiana.

O Encontro, promovido pela Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República do Brasil e o Governo do Estado do Pará, teve como objetivo discutir fundamentos para um fortalecimento da integração regional e a elaboração de uma agenda de cooperação comum, tendo um foco especial para os países amazônicos.

Outro bloco econômico que merece destaque é a Comunidade Andina de Nações (CAN), que surgiu em 1969 com a assinatura do Acordo de Cartagena. É formada atualmente pelos países membros Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, os países associados Chile, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e os países observadores México e Panamá (COMUNIDADE ANDINA, 2010a). Até o ano de 2006 a Venezuela fazia parte do bloco,

mas se retirou dele após algumas aproximações dos EUA com países da CAN, tidas como negativas pelo governo venezuelano.

A CAN se autodefine da seguinte maneira:

Somos uma comunidade de quatro países e decidimos unir-nos voluntariamente com o objetivo de alcançar um desenvolvimento mais acelerado, mais equilibrado e autônomo, mediante à integração andina, sul-americana e latino-americana. Propusemos-nos a avançar na intensificação de uma integração completa que contribua de maneira efetiva para o desenvolvimento humano sustentável e equilibrado para se viver bem, respeitando a diversidade e as assimetrias, que aglutine as diferentes visões, modelos e enfoques e que seja convergente à formação da União de Nações Sul-Americanas (Unasur) (COMUNIDADE ANDINA, 2010a, tradução nossa).¹⁴

Diante desses objetivos, a CAN atua em várias frentes, como o comércio de bens e serviços, agenda ambiental, segurança pública, desenvolvimento fronteiriço, cultura, desenvolvimento sócio-econômico, incluindo as áreas rurais, turismo, transporte, etc. (COMUNIDADE ANDINA, 2010a).

Pode-se observar que os dois blocos econômicos, MERCOSUL e CAN, apresentam interesses comuns no que diz respeito à integração e ao desenvolvimento da América do Sul.

Envolvendo os países da América Latina, incluindo a CAN e o MERCOSUL, tem-se a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que surgiu como Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), em 08 de dezembro de 2004. A UNASUL é uma proposta de organização dotada de personalidade jurídica internacional, que tem como objetivo buscar o desenvolvimento em áreas consideradas prioritárias como o diálogo político, a integração física, meio ambiente, integração energética, mecanismos financeiros sul-americanos, telecomunicações, entre outros.

A União de Nações Sul-Americanas busca o desenvolvimento de um espaço integrado nas áreas política, social, cultural, econômica, financeira, ambiental e de infra-estrutura. Este novo modelo de integração incluirá todas as realizações e avanços conquistados pelo MERCOSUL e pela Comunidade Andina, assim como a partir das experiências do Chile, Guyana e Suriname. O objetivo final é favorecer um desenvolvimento mais igualitário, harmônico e integral da América do Sul (COMUNIDADE ANDINA, 2010b, tradução nossa).¹⁵

¹⁴ “Somos una comunidad de cuatro países que decidimos unirnos voluntariamente con el objetivo de alcanzar un desarrollo más acelerado, más equilibrado y autónomo, mediante la integración andina, suramericana y latinoamericana. Nos hemos propuesto avanzar en la profundización de una integración integral que contribuya de manera efectiva al desarrollo humano sustentable y equitativo para vivir bien, con respeto por la diversidad y las asimetrías que aglutine las diferentes visiones, modelos y enfoques y que sea convergente hacia la formación de la Unión de Naciones Suramericanas” (UNASUR).

¹⁵ “La Unión de Naciones Suramericanas busca el desarrollo de un espacio integrado en lo político, social, cultural, económico, financiero, ambiental y en la infraestructura. Este nuevo modelo de integración incluirá todos los logros y lo avanzado por los procesos del Mercosur y la Comunidad Andina, así como la experiencia

Em 23 de maio de 2008, na cidade de Brasília, foi elaborado o Tratado Constitutivo da UNASUL, que para entrar em vigor, necessita que nove dos doze países membros ratifiquem-no. Até agora os países que já completaram este processo foram Bolívia e Equador, em 2009. Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela estão em processo de ratificação (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2010). Restam ainda os outros membros que são Argentina, Brasil, Guiana, Peru, Suriname e Colômbia.

Neste Tratado os países membros afirmam

sua determinação em construir uma identidade e uma cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infra-estrutura, para contribuir com o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2008, tradução nossa).¹⁶

No mesmo texto declaram estar seguros de que

a integração é um passo decisivo para o fortalecimento do multilateralismo e para a vigência do direito nas relações internacionais para conquistar um mundo multipolar, equilibrado e justo, o qual priorize a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz em um mundo livre de armas nucleares e de destruição em massa (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2008, tradução nossa).¹⁷

A UNASUL se apresenta como uma forma de integração mais abrangente para os países da América do Sul e Caribe. A proposta evidencia que estas nações tem muitos objetivos em comum, demonstrando coerência com as tendências internacionais cada vez mais nítidas nos dias atuais. A integração é uma das maneiras mais promissoras de se conseguir alcançar o desenvolvimento mais justo e equilibrado que tanto almejam.

Na região amazônica tem-se a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) que foi criada para fortalecer e implementar os objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 03 de julho de 1978 em Caracas (Venezuela), por Brasil, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. A Secretaria Permanente da OTCA se instalou em Brasília no ano de 2002 (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 2010a).

de Chile, Guyana y Suriname. El objetivo último es y será favorecer un desarrollo más equitativo, armónico e integral de América del Sur” (UNASUR, 2010).

¹⁶ “(...) Su determinación de construir una identidad y ciudadanía suramericanas y desarrollar un espacio regional integrado en lo político, económico, social, cultural, ambiental, energético y de infraestructura, para contribuir al fortalecimiento de la unidad de América Latina y Caribe”.

¹⁷ “La integración es un paso decisivo hacia el fortalecimiento del multilateralismo y la vigencia del derecho en las relaciones internacionales para lograr un mundo multipolar, equilibrado y justo en el que prime la igualdad soberana de los Estados y una cultura de paz en un mundo libre de armas nucleares y de destrucción masiva”.

No Tratado de Cooperação Amazônica, os países assinantes declaram que o documento significa “o início do processo de cooperação que redundará em benefício de seus respectivos países e da Amazônia em um conjunto” (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 2010b). Além disso, estes países se declaram cientes “de que tanto o desenvolvimento sócio-econômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades” (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 2010b). O objetivo principal do Tratado é:

Realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização dos recursos naturais desses territórios (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 2010b).

De todas essas organizações e blocos econômicos citados, o que mais interessa no momento aos estados de Roraima e Bolívar, focos da presente pesquisa, é o MERCOSUL. Roraima na verdade já faz parte do Mercado Comum do Sul desde o início deste, quando o Brasil se inseriu no bloco. Entretanto Roraima, assim como a maioria dos estados da Região Norte brasileira, não desfruta dos benefícios desta integração, pois tem pouquíssimas relações com os países platinos. Todavia, a efetivação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL é de extremo interesse por parte de Roraima e também do Estado Bolívar, visto que as trocas comerciais e o trânsito de mercadorias e pessoas na fronteira se tornarão muito mais dinâmicos e simples. O potencial energético da Venezuela também é muito importante para este bloco econômico, tendo em vista suas imensas reservas de petróleo.

O atual Secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado de Roraima, economista e especialista em Gestão em Projetos de Cooperação Internacional, senhor Sergio Pillon Guerra, apresenta o seguinte posicionamento:

A efetivação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL tornará a Região Norte, especialmente o Estado de Roraima, o portal de integração desse novo MERCOSUL, com características mais amazônicas e andinas. Assim entendemos que com a ampliação do MERCOSUL, inicialmente com a entrada da Venezuela, a Região Norte terá a oportunidade de desfrutar dos benefícios que inspiraram à formação desse bloco, seja no aumento dos fluxos

econômicos, com a melhoria das condições de vida da população, bem como na ampliação dos laços de irmandade entre seus povos (Informação Verbal¹⁸).

Sobre a localização privilegiada de Roraima em relação ao mercado Venezuelano, Pillon afirma:

A localização estratégica de Roraima, com grande parte de seu território no Hemisfério Norte, encravado entre a Guiana e a Venezuela, com 1.922 km de fronteiras internacionais, nos sugere que devemos concentrar nossos esforços para sermos competitivos como Estado exportador, mesmo porque as opções para o mercado interno são pequenas. Com exceção de Manaus que tem 2 milhões de consumidores, Roraima ainda tem uma população relativamente pequena (Informação Verbal¹⁹).

Dirceu Vinhal, Presidente da Câmara Setorial de Grãos, também expõe sua opinião sobre a importância para Roraima da entrada da Venezuela para o MERCOSUL, segundo ele o obstáculo que ainda impede a efetivação dessa adesão é o fato de que algumas práticas do governo venezuelano, na pessoa de seu atual presidente, são contrárias a alguns princípios democráticos e isso tem feito alguns dirigentes do MERCOSUL brecaem o processo. Entretanto, deve-se ter em mente que os governantes não são eternos, e a adesão será feita com a Venezuela e não com o presidente. Voltando os olhos para Roraima, a entrada do país vizinho para este bloco econômico trará muitos benefícios para o Estado. A obtenção dos derivados de petróleo, por exemplo, seria bem mais vantajosa, beneficiando a população roraimense (Informação Verbal²⁰).

Fica clara a importância da integração em nível nacional entre Brasil e Venezuela, tanto para o Estado de Roraima, quanto para região de fronteira na qual se localiza.

¹⁸ Dados da Entrevista. Pesquisa de campo realizada em Boa Vista em 06/05/2010.

¹⁹ Dados da Entrevista. Pesquisa de campo realizada em Boa Vista em 06/05/2010.

²⁰ Dados da Entrevista. Pesquisa de campo realizada em Boa Vista em 26/04/2010.

5 O ESTADO DE RORAIMA

Até esta seção, realizou-se na presente dissertação um caminho cuja lógica partiu do mais amplo para o mais específico. Primeiramente apresentou-se o pensamento geopolítico em linhas gerais, a geopolítica clássica, e as geopolíticas brasileira e venezuelana. Posteriormente apresentaram-se ações geopolíticas na América do Sul, formação de blocos econômicos e acordos de integração.

Nesta seção e na posterior serão apresentadas as principais características dos estados vizinhos Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela). Dessa forma, a área de estudo poderá ser compreendida de maneira mais detalhada, a fim de tornar a compreensão dos resultados da pesquisa mais clara e completa.

O Estado de Roraima é o mais setentrional do Brasil, apresentando as fronteiras trinacionais entre Brasil, Venezuela e Guiana. Como pertencente à área de estudo desta dissertação, é importante caracterizá-lo quanto aos seus aspectos físicos, socioeconômicos e sua infra-estrutura, pois é com esta caracterização que se tornarão mais claros os entraves e potencialidades com relação ao seu desenvolvimento.

5.1 Localização e Área

Roraima localiza-se na região norte do Brasil e é o estado mais setentrional do país (ver figura 9). Sua capital, Boa Vista, é a única capital brasileira localizada no Hemisfério Norte. Sua bandeira pode ser visualizada na figura 8. Nesse estado encontra-se o ponto extremo norte do Brasil, a nascente do rio Uailã, que surge junto ao Monte Caburáí, cujas coordenadas geográficas são Latitude 5°16'20'' norte e Longitude 60°12'43'' oeste, ponto próximo ao Monte Roraima (RORAIMA, 2009a).



Figura 8: Bandeira do Estado de Roraima.
 Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

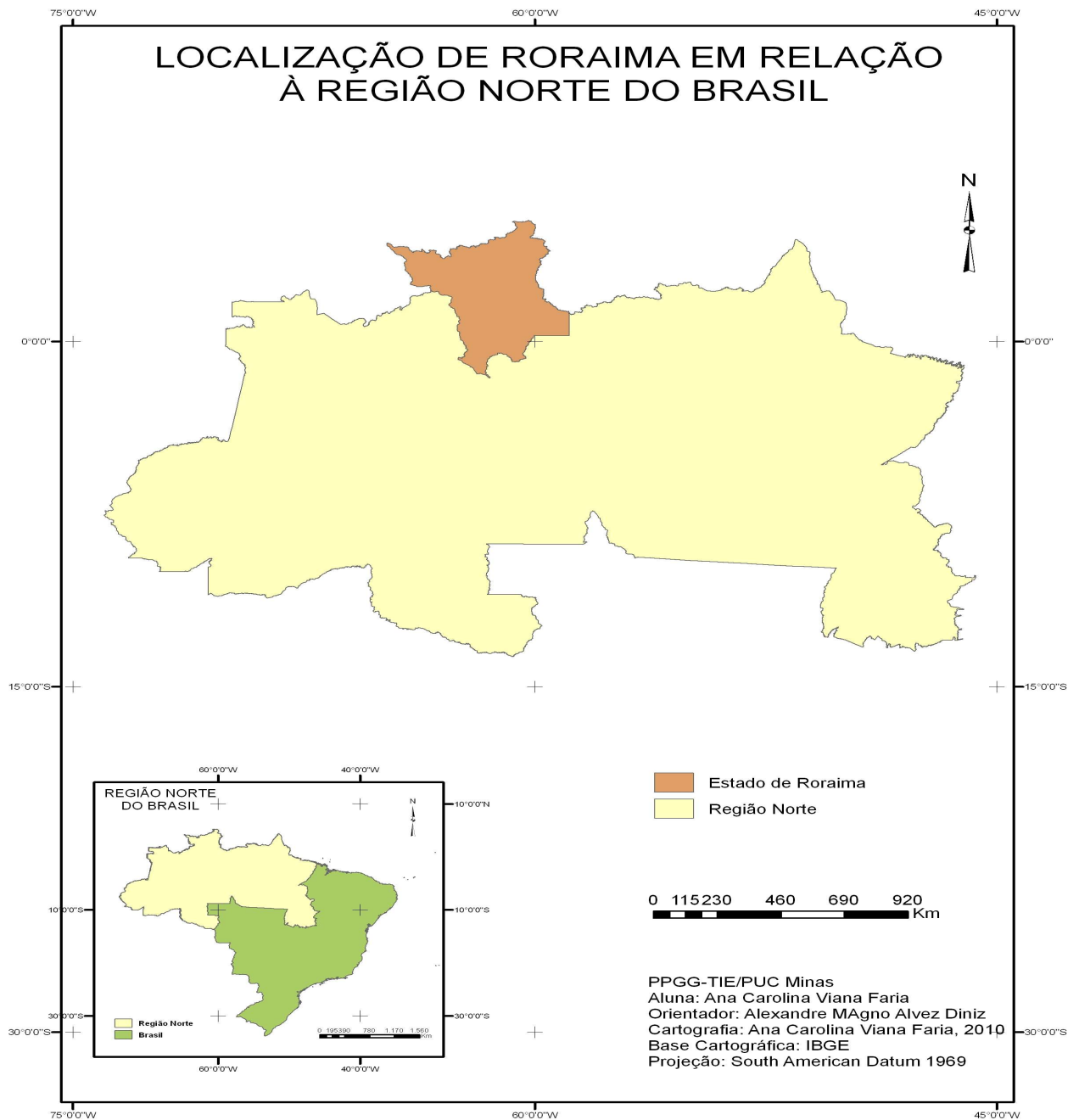


Figura 9: Mapa de localização de Roraima em relação à Região Norte do Brasil.
 Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

Com uma área total de 224.298,280 km² (RORAIMA, 2009a), ocupando 2,63% da área total do Brasil (8.514.876,599 km²) e 5,82% da área total da região Norte (3.853.327,229 km²), Roraima apresenta os seguintes limites:

- a) ao norte: com a República Bolivariana da Venezuela;
- b) ao Sul: com os estados brasileiros Amazonas e Pará;
- c) a leste: com a República Cooperativista da Guiana;
- d) a oeste: com o estado do Amazonas e com a República Bolivariana da Venezuela, com quem compartilha uma fronteira de 1.169 km.

Do ponto de vista geopolítico, é uma localização importante e estratégica, devido à tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana.

5.2 Características Físicas

5.2.1 Vegetação

Ao sul do estado tem-se o predomínio de uma vegetação amazônica típica, sendo esta uma floresta equatorial muito densa, possuindo árvores de grande porte, umidade elevada, rios caudalosos e muita biodiversidade. Já na parte central têm-se o predomínio dos campos, também conhecidos como savanas, caracterizados por vegetação de pequeno porte, gramíneas, apresentando muitas veredas (buritizais). Na porção norte do estado as savanas continuam presentes, mas como o relevo apresenta maior altitude, a vegetação acompanha essa características, apresentando espécies mais adaptadas a essas condições. Nas porções leste e centro-oriental há a presença de floresta ombrófila aberta, que é um tipo de transição entre a floresta amazônica e as áreas extra-amazônicas (RORAIMA, 2010a ; RORAIMA, 2010d).

O mapa da figura 10 mostra a classificação da vegetação do estado de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima (ZEE-RR).

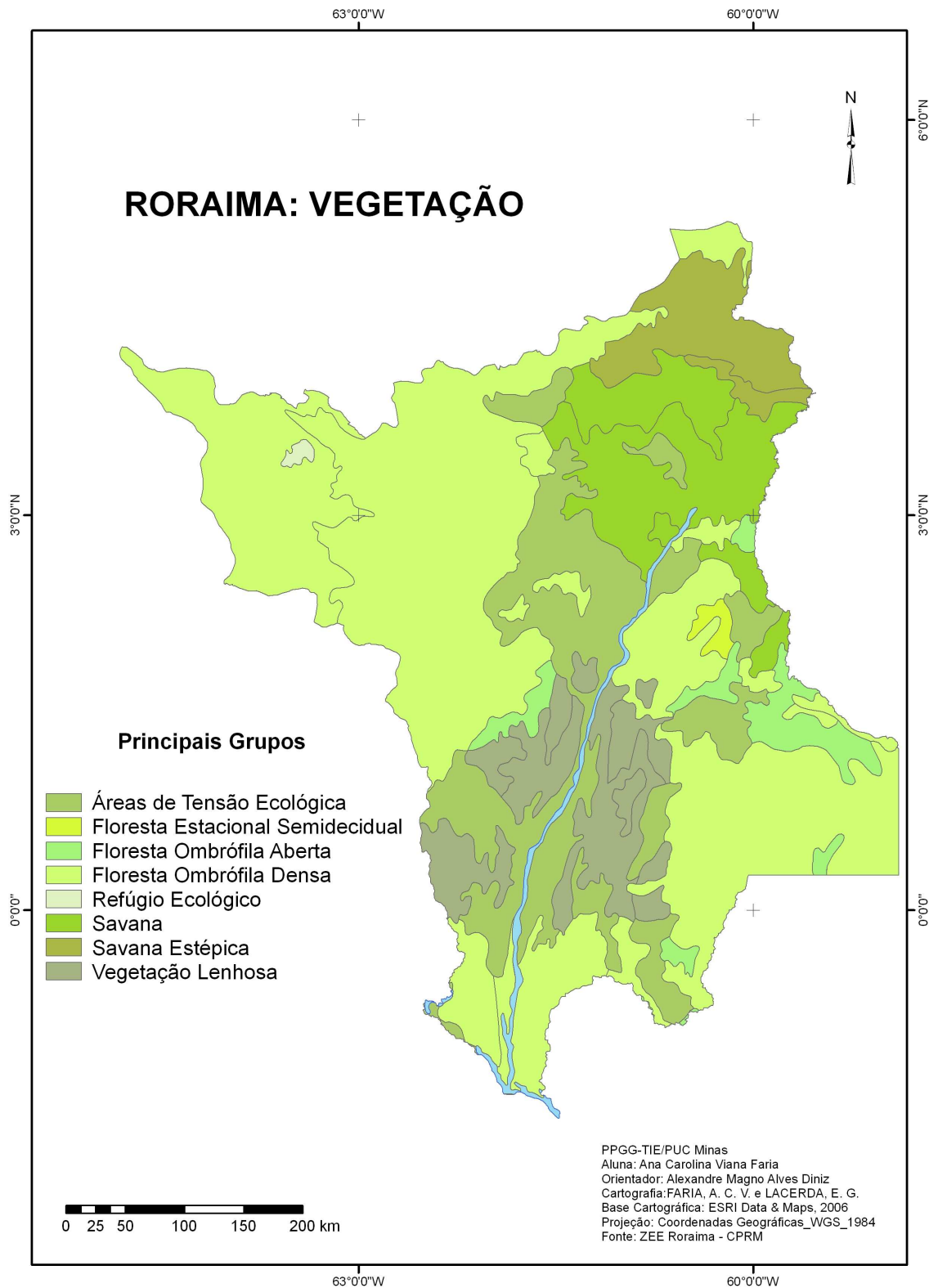


Figura 10: Mapa da Vegetação de Roraima.
 Fonte: RORAIMA, 2009.

5.2.2 Relevo e Solos

De acordo com Beserra Neta e Tavares Júnior:

O Estado de Roraima apresenta uma diversidade de feições geomorfológicas que contribuíram no estabelecimento de uma paisagem bem distinta e quase única dentro do cenário amazônico. Evidenciam-se neste contexto, feições geomorfológicas formadas por planaltos dissecados, bordejados por pediplanos intramontanos, bem como, relevos residuais que se individualizam nas extensas áreas de planícies. Esta paisagem, constituída por diferentes cenários, reflete a complexidade no arranjo tectônico das unidades geológicas e a história paleoclimática que levaram à formação dos terrenos de Roraima (BESERRA NETA ; TAVARES JÚNIOR, 2008, p. 169).

Costa (2008), com base em estudos de outros autores, enumera cinco domínios morfoestruturais para o estado de Roraima. São eles:

- a) Planalto Residual de Roraima;
- b) Planalto do Interflúvio Amazonas-Orinoco;
- c) Planalto Dissecado Norte da Amazônia;
- d) Planaltos Residuais de Roraima;
- e) Superfície de Aplainamento Rio Branco (Pediaplano Rio Branco-Rio Negro).

Como se pode observar, o relevo do estado é variado. Ao norte encontram-se planaltos sedimentares de grande elevação, como por exemplo, o Monte Caburaí, que é o acidente geográfico mais setentrional do Brasil e está a uma altitude de 1.456 metros. Há também o conhecido ponto turístico Monte Roraima, que atinge 2.810 metros de altitude, localizado na fronteira trinacional entre Brasil, Venezuela e Guiana. Nesta porção do relevo roraimense são encontradas ravinas formadas pela erosão pluvial. As bordas do Planalto Sedimentar de Roraima possuem altitudes médias de 500 metros e imediatamente após estas bordas localiza-se o Planalto do Interflúvio Amazonas-Orinoco, que possui altitudes de até 1.062 metros e é composto em grande parte por rochas ígneas.

Sobre o Planalto do Interflúvio Amazonas-Orinoco, Costa descreve que:

Também é um domínio classificado como formado por relevos de dissecação/aplainamento, onde ocorrem superfícies com características de aplainamento mas com sucessivas fases erosivas indicadas pelas cristas e pontões, aprofundamento de vales e em alguns setores por vertentes côncavas intensamente ravinadas e expostas pelas queimadas sucessivas na região (COSTA, 2008, p. 84).

Na porção central do estado tem-se o Pediplano Rio Branco-Rio Negro, cujo relevo é suave, com altitude que variam de 87 a 140 metros. Como exemplo deste relevo tem-se a Serra da Lua, que se destaca na paisagem suavemente plana a colinosa que a rodeia (COSTA, 2008; BESERRA NETA ; TAVARES JÚNIOR, 2008).

Na região onde se localiza o município de Bonfim encontram-se os Planaltos Residuais de Roraima. Sua maior elevação se encontra na Serra do Apiaú, com pico a 1.500 metros de altitude, entretanto, sua maior expressão está na região centro-leste do estado (COSTA, 2008).

Ao sul a forma de relevo predominante são as depressões, encontrando-se também planaltos residuais, como por exemplo, a Serra da Mocidade. Nessa porção do estado existem também extensas deposições arenosas inundáveis como altitudes inferiores a 150 metros (RORAIMA, 2010a).

As áreas de depressão exibem “inúmeros corredores ocupados ora por campinaras, ora por veredas de buritis (esses em geral com a presença de água estagnada e aqui considerados como zonas alagadas inundáveis praticamente ao longo do ano todo...)” (COSTA, 2008, p. 104).

De acordo com Melo, Gianluppi e Uchôa (2004), o conjunto geomorfológico do Estado de Roraima, que possui altitudes variando de 90 a 3.000 metros, se desdobra sobre distintos substratos geológicos, tais como aluviões, sedimentos argilo-arenosos, sienitos, arenitos finos, siltitos, folhelhos, granitos, gnaisses, vulcânicas ácidas, basaltos e diabásios cuja origem se deu no pré-cambriano superior até o quaternário mais recente.

Os autores afirmam também:

Sobre essa diversidade de materiais de origem atuam, de forma intensa, os componentes climáticos, agentes ativos do intemperismo, temperatura e precipitação pluvial, que determinam os padrões de drenagem e hidromorfismo, além do tipo de vegetação que reveste a paisagem e de outros organismo vivos. (...) A atuação do clima e da vegetação, além de outros organismos vivos, sobre sedimentos distribuídos em diferentes condições de relevo e por diferentes períodos de tempo, deram origem a classes de solos que se distinguem por características morfológicas, físicas, químicas e mineralógicas (MELO, GIANLUPPI, UCHÔA, 2004, p. 13-14).

Roraima possui os seguintes tipos de solo (MELO, GIANLUPPI, UCHÔA, 2004):

- a) latossolos amarelos;
- b) argissolos amarelos;
- c) argissolos vermelho amarelos;

- d) plintossolos;
- e) planossolos;
- f) neossolos quatzarênicos hidromórficos.

Sobre as características dos solos do Estado, os autores explicam:

De maneira geral, os solos são predominantemente caulínticos, distróficos e álicos, com alguns problemas físicos (solos com coesão e problemas de drenagem), salvo pela ocorrência, em áreas isoladas, de solos com melhores condições químicas e físicas, associados a material de origem mais rico (diques de basalto e diabásico) e menores precipitações pluviais caso da Colônia agrícola do Taiano (com Nitossolos Vermelhos Eutróficos e Argissolos Vermelhos Eutróficos) e a região da Maloca do Flechal (cujos solos são de natureza vértica e com melhor fertilidade natural) (MELO, GIANLUPPI, UCHÔA, 2004, p. 14).

O uso agrícola da maior parte dos solos do Estado está condicionado a estudos detalhados de suas características e propriedades químicas e físicas, para que o seu manejo seja realizado de forma adequada e sejam utilizados os insumos corretos para cada tipo de solo (MELO, GIANLUPPI, UCHÔA, 2004).

Os solos mais propícios para o desenvolvimento da agricultura de baixos insumos são os Nitossolos, os quais possuem uma textura mais argilosa e possuem drenagem e profundidade satisfatórias. Estretanto, estes solos estão localizados em uma pequena área de Roraima, “onde ocorre afloramento de diques de diabásio e basalto” (MELO, GIANLUPPI, UCHÔA, 2004, p. 31).

Na maior parte do Estado são encontrados solos do tipo Latossolos e Argissolos, apresentando valores médios a baixos de carbono, por isso necessitam de práticas de manejo que mantenham ou aumentem os teores desse elemento no solo (MELO, GIANLUPPI, UCHÔA, 2004).

No norte e nordeste de Roraima, predominam, sob uma vegetação de florestas e savanas e um relevo montanhoso, os argissolos vermelho-amarelos e os neossolos litólicos, geralmente, de baixa fertilidade e muito rasos. São usados pelos indígenas Ingarikó, habitantes dessas áreas, para cultivar roças de forma extensiva, com a prática de derrubada e queimada da floresta e abandono das roças após esgotamento do solo (BARBOSA, 1997; MELO, 2004).

Nessa mesma região, próximo à Maloca do Flechal, ocorrem afloramentos de rochas máficas, os solos derivados dessa rocha são mais férteis, mas apresentam problemas como

pouca água, profundidade rasa, relevo inclinado, presença de afloramentos rochosos e limitações de fósforo.

Na região do Flechal (Uiramutã) ocorre o predomínio dos nitossolos, argissolos vermelhos e chernossolos, formados a partir de diabásio, são férteis, mas possuem graves problemas de erosão. Esses problemas, em parte, ocorrem devido à acentuada precipitação na área, o que favorece o avanço do intemperismo químico e dos processos erosivos. Associados ao manejo inadequado do solo, a degradação nas áreas de relevo mais acentuado pode ser irreversível (BARBOSA,1997; MELO, 2004).

Os solos de fertilidade natural muito baixa, como o argissolos vermelho-amarelos, neossolos litólicos e cambissolos háplicos, derivados de rochas vulcânicas ácidas ou de arenito predominam no restante das áreas montanhosas e serranas. Todos estão propensos a ocorrência de erosão, devido a constantes queimadas da pastagem natural (BARBOSA,1997; MELO, 2004).

Na região da Serra de Pacaraima, ocorrem os solos derivados de rochas vulcânicas ácidas da formação Surumú, são eles: latossolos vermelho-amarelos distróficos, plintossolos pétricos, cambissolos háplicos distróficos, sendo que, esse último apresenta processo erosivo acentuado, onde podem ser observadas voçorocas bastante grandes (BARBOSA,1997; MELO, 2004).

Nas regiões de baixa altitude de Roraima, ocorre grande variação de vegetação e de solos, mesmo no relevo plano. Sedimentos terciários e quaternários formam a maioria dos solos dessa região, que são naturalmente de baixa fertilidade e apresentam problemas de natureza física. Os planossolos nátricos, plintossolos, gleissolos, neossolos quartzarênicos, argissolos e latossolos são duros ou coesos. Naqueles de menor fertilidade, o desenvolvimento radicular é comprometido e ocorrem dificuldades de infiltração da chuva, fato que os torna bastante endurecidos quando secos (BARBOSA,1997; MELO, 2004)..

No nordeste do Estado, planossolos nátricos e planossolos háplicos, mais ou menos férteis, resultante de rochas vulcânicas ácidas, predominam sob a vegetação de savana. Sendo que, no vale dos rios Surumu, Tacutu, Maú e Uraricoera, onde estão as maiores plantações de arroz de Roraima, os solos predominantes são os plintossolos, associados a neossolos flúvicos (BARBOSA,1997; MELO, 2004).

Na região central de Roraima, apesar da expansão da produção de grãos como soja, milho e outros produtos, os solos predominantes apresentam, como na maioria do Estado, baixa fertilidade e problemas de natureza física. Nesta região coberta por savanas, pode-se encontrar argissolos amarelos, argissolos acinzentados e latossolos amarelos, com exceção

das poucas manchas de rochas vulcânicas basálticas, onde se encontram latossolos vermelhos, argissolos vermelhos e nitossolos, todos normalmente férteis (BARBOSA,1997; MELO, 2004)..

No sul do Estado, em ambiente de floresta mais densa, predominam os argissolos, latossolos, plintossolos e gleissolos. Já nas florestas mais abertas e campinas com características hidromórficas ocorrem neossolos quartzarênicos e espodossolos (BARBOSA,1997; MELO, 2004).

No oeste do Estado, reserva dos índios Yanomani, onde segundo os autores os estudos não foram detalhados, e os dados utilizados foram do projeto RADAMBRASIL Brasil, ocorre a predominância de argissolos e latossolos, associados a plintossolos. Nas maiores altitudes ocorrem, na maioria, cambissolos e neossolos (BARBOSA,1997; MELO, 2004)..

Barbosa e Melo (2010), salientam que no estado de Roraima há um predomínio de argissolos (33%), seguidos pelos latossolos (22%) e os plintossolos (14%), todos com tendência a fertilidade química muito baixa. São predominantemente pobres, ácidos e com elevados teores de alumínio (Al), e requerem aportes de corretivos e fertilizantes para produzir de forma econômica (BARBOSA,1997; MELO, 2004).

5.2.3 Hidrografia

O principal rio do estado é o Rio Branco. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em seu relato de 1786 (FERREIRA apud AMOROSO; FARAGE, 1994, p. 97) explica que este rio era chamado pelos indígenas de *Queceuene* e que a cor de sua água era branca, contrastando com as águas escuras do rio Negro e, por esta razão, os portugueses passaram a denominá-lo rio Branco.

Este rio é formado pelo encontro dos rios Uraricoera e Tacutu e possui 584 km de extensão até sua desembocadura no Rio Negro. Os principais afluentes do Rio Branco são, pela margem direita, os rios Cauamé, Mucajaí, Ajaraní, Água Boa do Univi, Catrimani e Xeruiní; e pela margem esquerda os rios Quitauaú, Anauá e Itapará. O curso do Rio Branco segue no sentido norte-sul.

5.2.4 Clima

O clima predominante no estado é o Equatorial (nas áreas ao norte, sul e oeste), que se caracteriza por médias térmicas anuais bastante elevadas, devido à grande intensidade da insolação recebida pelas baixas latitudes. As amplitudes térmicas, tanto diárias quanto anuais são muito pequenas. Costuma-se dizer que é verão o ano todo, pelo fato de não existir mudanças ambientais muito visíveis entre as estações. As chuvas são intensas o ano todo, sendo ausente a estação seca.

Na porção leste do estado tem-se o clima tropical, distinguindo-se do equatorial pelo fato de apresentar uma alternância entre uma estação seca e outra chuvosa. As precipitações ocorrem com maior intensidade no verão.

5.3 Breve Histórico

Por muito tempo, o território no qual se encontra atualmente o Estado de Roraima ficou isolado do restante do país. Esse isolamento ocorreu em razão de diversos fatores. Inicialmente, as condições naturais dificultaram a ocupação da área, pois na região Norte do país está presente parte do bioma da Amazônia, bioma este que possui florestas bastante densas e clima quente e úmido na maior parte do ano.

Outro fator que contribuiu para a baixa densidade populacional foi a limitação do transporte fluvial de Roraima. O Rio Branco, que era a principal via de acesso ao Estado, não permitia a navegação de embarcações de grande calado na época de estiagem, pois ao longo de seu curso havia a presença de diversas corredeiras. Esse fator, associado à escassez de estradas de acesso do norte do Brasil às demais regiões do país, contribuiu para manter o isolamento econômico e povoamento escasso de Roraima (AMORIM FILHO; DINIZ, 2005a; SILVEIRA; GATTI, 1988).

De acordo com Magalhães (1986, p. 3) a própria história da região Norte permanece ainda “um hiato indesculpável no que tange aos estudos históricos do Brasil” e, ainda segundo o autor “durante séculos, o Norte brasileiro foi visto e analisado pelo prisma do exótico, do diferente, a partir de diários de viagens, trabalhos de missionários ou cientistas que viveram ou passaram pela Amazônia”.

Freitas (1998, p. 130) afirma que “historicamente, porém, Roraima nunca foi merecedor de grandes atenções por parte do governo central do Brasil”, pois logo que descobriram o Rio Branco, os portugueses verificaram que ele não era rico em produtos de coleta vegetal, as conhecidas drogas do sertão.

Amoroso e Farage explicam como se deu o início da ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses:

A ocupação portuguesa do vale do rio Branco, que se efetivou em fins da década de setenta do século XVIII, teve caráter político-estratégico: tratava-se, para os portugueses, de ali formar uma barreira contra possíveis invasões dos vizinhos holandeses e espanhóis ao vale amazônico.

Durante a expansão portuguesa pelo vale do rio Negro nos anos 30 a 50 do século XVIII, a região do Branco prestou-se apenas a incursões ocasionais para a extração de drogas do sertão e apresamento de escravos índios. Região de fronteira com os domínios holandeses e espanhóis na Guiana, o rio Branco só entraria decididamente à cena política na esteira do Tratado de Madrid, estabelecido em 1750 entre Espanha e Portugal para a demarcação de suas fronteiras coloniais (AMOROSO ; FARAGE, 1994, p. 74-75).

No período de 1500 a 1621, que corresponde ao início da colonização até a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, estava em vigor o Tratado de Tordesilhas que dava à Espanha a posse da região do Rio Branco que se manteve subordinada ao Maranhão até 1772.

Com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, Portugal concretizou sua conquista do norte brasileiro e, dessa forma, a região do Rio Branco passou a ser portuguesa. Essa mesma área passou a pertencer, em 1850, à Província do Amazonas e permaneceu assim até 1889. Em 1892 foi criado o município de Boa Vista, “primeiro marco na busca da autonomia política e administrativa da Região do rio Branco” (FREITAS, 1998, p. 79).

Em setembro de 1943 a região do Rio Branco foi declarada Território Federal, com o Decreto-Lei 5.812, passando este a ficar subordinado à União Federal e a ser composto pelos municípios de Boa Vista, elevada a capital do Território, e Catrimani - nunca instalado - (DINIZ, 2008). Em 1955 Catrimani foi substituído pelo município de Caracaráí.

As atividades econômicas marcaram a dinâmica populacional do estado ao longo do tempo: extração de borracha, mineração, criação e abate de gado, etc. Cada período de prosperidade de uma atividade econômica atraía imigrantes para a região, contribuindo para o crescimento populacional, entretanto cada período de decadência dessas atividades econômicas era marcado pela emigração e conseqüente redução do número de habitantes ou mesmo uma migração intra-regional, na busca por outra atividade econômica que garantisse o sustento dos trabalhadores (DINIZ, 2008).

Silveira e Gatti exemplificam essa dinâmica:

A atividade extrativa trouxe para a Amazônia, na época do apogeu da borracha (1910 a 1913), grande contingente migratório, sobretudo de nordestinos. Contudo seu declínio acarretou o desemprego em larga escala, não apenas desses migrantes como também das populações regionais, que migraram para outras áreas urbanas ou partiram em busca de uma nova atividade econômica. O rio Branco foi uma das áreas de atração dessas populações, devido a suas reservas de diamantes e ouro, cuja produção em 1943 atingiu 59,5% da produção econômica do Território, vindo em segundo plano a pecuária com 26,8% dessa produção.

[...] A ocupação da Amazônia no período anterior a 1960 pode ser caracterizada por levadas de migrantes, principalmente nordestinos, que vieram atraídos primeiramente pelo extrativismo vegetal, a partir do declínio da borracha, pela extração mineral (SILVEIRA ; GATTI, 1988, p. 46 -49).

A descoberta de minas de ouro e diamante na porção norte do estado fez com que muitos garimpeiros se dirigissem para a região, que teve sua economia revitalizada, além de um significativo acréscimo populacional ao longo da década de 1930 (DINIZ; SANTOS, 2005).

Com a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, que anos depois recebeu o nome de Território Federal de Roraima, o governo brasileiro, cujo presidente na época era Getúlio Vargas, motivado por interesses geopolíticos, promoveu algumas tentativas para a efetiva ocupação da região, incentivando a imigração de nordestinos, a maioria proveniente do estado do Maranhão (AMORIM FILHO; DINIZ, 2005a).

Sobre os projetos de colonização tem-se que:

Vários projetos de colonização foram implementados pelas administrações federais e locais, que promoveram a transferência de centenas de colonos de regiões economicamente deprimidas do Nordeste brasileiro... O status de Território Federal, juntamente com a criação das colônias agrícolas, teve profundo impacto na população local. O censo de 1950 contabilizou 18.116 indivíduos, 80% acima da contagem de 1940 (DINIZ; SANTOS, 2005, p.26).

Em 1976, a estrada de rodagem BR-174 passou a ligar Boa Vista (Roraima) à Manaus (Amazonas) e posteriormente teve sua extensão prolongada até a fronteira com a Venezuela, em 1998. Em relação às estradas:

A construção dessas estradas marca o início de uma nova era de ocupação na região, pois além de garantir uma ligação durante todas as estações do ano, permitiu que vastas áreas fossem exploradas em diversos projetos de colonização. Conseqüentemente, a população que era ligeiramente superior a 28.000 habitantes, em 1960, chegou a 40.885, em 1970. A tendência de crescimento se manteve durante a década seguinte, chegando a 79.159 pessoas em 1980. (AMORIM FILHO; DINIZ, 2005a, p. 3).

A partir da construção da BR-174 e seu posterior asfaltamento em 1990, um considerável número de imigrantes venezuelanos entraram pelo município roraimense de Pacaraima (FERNANDES NETO, 2003). Além disso, passaram a chegar a Roraima produtos não só de Manaus, como também de grandes centros comerciais do país, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda assim, o isolamento do estado em relação ao restante do país era grande e a alternativa encontrada pela população da região foi o comércio com seus vizinhos mais próximos: Guiana e Venezuela.

Sobre a construção das estradas de Roraima após a década de 1960, Silveira e Gatti afirmam que o processo migratório

ressurge na Amazônia com a abertura de estradas, cuja finalidade seria a de integrar esta região a outras áreas do País e aliviar as tensões sociais agrárias, sobretudo no Nordeste, absorvendo a população excedente através de uma colonização dirigida. Com estes objetivos foi aberta a Belém-Brasília na década de 60 e na de 70 surgiram a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, Porto Velho-Manaus, e a Perimetral Norte (BR-210), esta última juntamente com a Manaus-Caracarái (BR-174) no Território de Roraima (SILVEIRA ; GATTI, 1988, p. 49).

Em 1962 o Território Federal do Rio Branco passou a ser denominado Território Federal de Roraima, “buscando-se evitar os inúmeros extravios de correspondências, que ao invés de se dirigirem ao Território Federal do Rio Branco, acabavam na cidade de Rio Branco, capital do então Território do Acre” (DINIZ, 2008, p. 273). Posteriormente, em 1982, com a Lei 7.009 de 1º de julho, foram criados novos municípios, sendo eles Mucajaí, Alto Alegre, Bonfim, Normandia, São João da Baliza e São Luiz do Anauá (FREITAS, 1998).

A partir da década de 60, Roraima passa a receber um fluxo grande de migrantes, que contribui para o aumento da população.

Com a Constituição Brasileira de 1988 o Território Federal de Roraima passou a ser considerado Estado, sendo que esta transição se concretizou em 1º de janeiro de 1991, quando o governador assumiu seu cargo, sendo o primeiro governador eleito pelo voto popular na história da região do Rio Branco. “Por força de dispositivo constitucional, foram instalados os poderes Judiciário e Legislativo bem como o Ministério Público do Estado” (FREITAS, 1998, p. 80).

Em 1994 foram criados os municípios de Caroebe e Iracema e, em 1995, os municípios de Pacaraima, Amajari, Uiramutã, Cantá e Rorainópolis.

Diniz divide a ocupação do Estado de Roraima em cinco períodos distintos:

O primeiro vai da descoberta do rio Branco pelos portugueses até o início do século XIX; o segundo vai do início do século XIX até a criação do município de Boa Vista; o terceiro inicia-se em 1890 e termina com a criação do Território Federal do Rio Branco; o quarto vem desde 1943 até a construção da BR 174, e o quinto e último período vem de 1970 até os nossos dias (DINIZ, 1998, p. 152).

5.4 Municípios e População

Atualmente, Roraima possui 15 municípios (ver tabela 1 e figura 11) e uma população total de 395.725 habitantes, cuja maior parte se encontra no município de Boa Vista, capital do Estado, que conta com 249.853 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Boa Vista é uma cidade muito importante para o Estado, nela se concentram as atividades econômicas, tais como o setor secundário e terciário, bem como a maior parte dos serviços públicos. Além disso, Boa Vista possui uma grande importância geopolítica, distando cerca de 200 km da fronteira de Roraima com a Venezuela e 100 km da fronteira com a Guiana. Em relação às capitais mais próximas, Boa Vista dista (BOA VISTA, 2010):

- a) de Georgetown (Guiana): 641 km;
- b) de Caracas (Venezuela): 1582 km;
- c) de Manaus (Amazonas – Brasil): 689 km.

A esse respeito, tem-se:

Essa posição geográfica numa região de fronteiras trinacionais dá a Boa Vista seu principal trunfo em um momento histórico no qual a palavra integração²¹ assume uma importância capital em todas as suas escalas: local, regional, nacional e internacional... Tendo em vista as futuras ampliações do MERCOSUL, principalmente com a provável inclusão da Venezuela, o papel de Boa Vista e de sua região assumirá certamente uma grande importância geoeconômica e geopolítica (AMORIM FILHO; DINIZ, 2005b, p. 2).

Ainda sobre Boa Vista:

No contexto de Roraima [...] Boa Vista se sobressai como o principal e mais complexo núcleo urbano, constituindo-se como cidade primaz²² e ponto de

²¹ Grifos do autor.

²² Cidade que ocupa lugar central em uma rede urbana. Para esta cidade se convergem e dela divergem os principais serviços e investimentos da rede urbana da qual faz parte.

referência para a população... No nível interestadual, nota-se a importância das conexões entre Boa Vista e Manaus, grande metrópole da Amazônia centro-ocidental. No âmbito internacional, são significativas as relações com Santa Helena e, até mesmo, Caracas (Venezuela) e começam a ter algum significado as interações com Lethem e Georgetown, na Guiana.

No que concerne à região polarizada por Boa Vista, destacam-se suas relações com as cidades de Caracaráí, Iracema, Mucajaí, Rorainópolis e Bonfim e, em patamar inferior, com Pacaraima, Alto Alegre, Cantá, Normandia, São João da Baliza e São Luiz. As demais conexões rodoviárias não apresentam grande significado. No momento atual, essas cidades constituem a rede urbana de Boa Vista e marcam, ao mesmo tempo, os limites da área de influência mais significativa da capital de Roraima (AMORIM FILHO; DINIZ, 2005a)

Tabela 1 – Municípios de Roraima: criação e área

Município	Data de criação	Lei de criação	Área Relativa (%)	Área Absoluta (km²)
Alto Alegre	1982	7009/BR	11,4	25.566,85
Amajari	1997	097/RR	12,69	28.472,22
Boa Vista	1943	049/AM	2,54	5.687,06
Bonfim	1982	7009/BR	3,61	8.095,32
Cantá	1997	099/RR	3,42	7.664,80
Caracaráí	1955	2495/BR	21,14	47.410,89
Caroebe	1997	082/RR	5,38	12.065,54
Iracema	1997	083/RR	6,29	14.119,41
Mucajaí	1982	7009/BR	5,68	12.751,26
Normandia	1982	7009/BR	3,11	6.966,78
Pacaraima	1997	086/RR	3,58	8.028,43
Rorainópolis	1997	100/RR	14,98	33.593,89
São João da Baliza	1982	7009/BR	1,91	4.284,12
São Luiz	1982	7009/BR	0,68	1.526,89
Uiramutã	1997	098/RR	3,59	8.065,52
TOTAL	-	-	100	224.298,98

Fonte: RORAIMA, 2009

A tabela 1 mostra o ano em que cada município foi criado, bem como a área correspondente a cada um deles. Observa-se que Boa Vista é o município mais antigo, seguido de Caracaráí, sendo que os mais recentes foram criados em 1997.

Com relação à área, o município de maior tamanho é Caracaráí, que representa 21,14% do território de Roraima. O menor município é São Luiz, representando 0,68% da área total do estado.

Não necessariamente o município de maior área é o que apresenta a maior população. A capital Boa Vista é onde está concentrada a maior parte da população roraimense e o município de Caracaráí ocupa a 4ª posição no que diz respeito ao número de habitantes.

O mapa da figura 11 mostra a localização destes municípios:

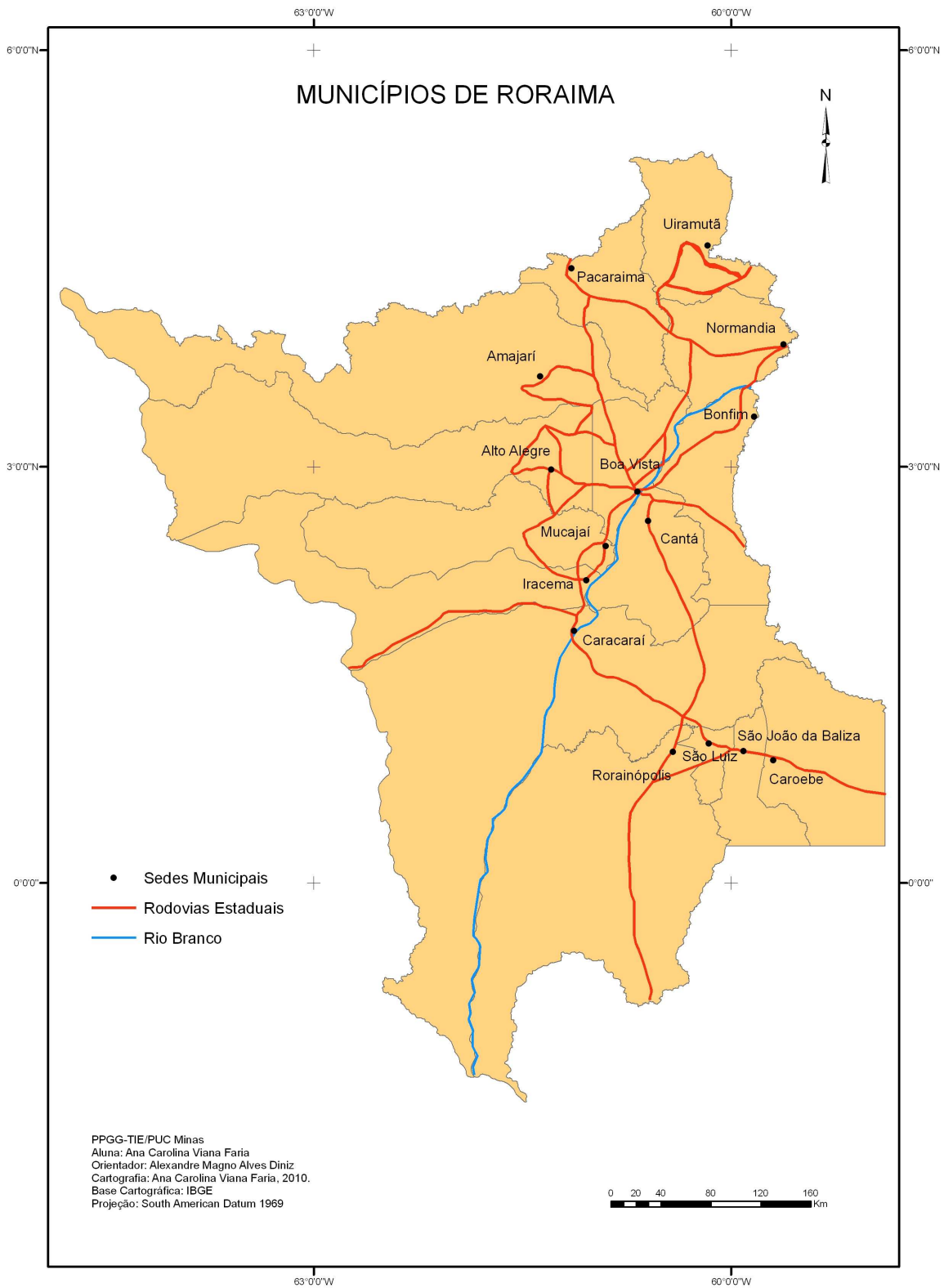


Figura 11: Mapa dos Municípios de Roraima.
 Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010

Com relação à distância rodoviária dos municípios de Roraima à capital Boa Vista, tem-se a tabela a seguir (tabela 2):

Tabela 2 – Distância rodoviária dos municípios de Roraima até a capital Boa Vista

Município	Distância rodoviária (km)
Caroebe	358
São Luiz	336
São João da Baliza	320
Uiramutã	306
Rorainópolis	298
Pacaraima	220
Normandia	190
Caracaráí	155
Amajari	154
Bonfim	120
Iracema	93
Alto Alegre	89
Mucajáí	55
Cantá	30

Fonte: BOA VISTA, 2010.

Observa-se que o município mais distante de Boa Vista é Caroebe, localizado na porção sudeste do estado, a 358 km da capital. O mais próximo é Cantá, que está a 30 km.

Com relação às capitais brasileiras, a tabela 3 mostra a distância entre elas e Boa Vista, em ordem crescente. Pode-se perceber que Manaus é a capital mais próxima de Boa Vista, distando 658,8 km. A capital mais distante é Porto Alegre, que está a 3771,9 km de distância de Boa Vista.

Tabela 3 – Distâncias das capitais brasileiras em relação à Boa Vista

Capital	Distância (km)
Manaus - AM	658,8
Macapá - AP	1112,3
Porto Velho - RO	1329,9
Belém - PA	1434,3
Rio Branco - AC	1621,0
São Luiz - MA	1915,3
Palmas - TO	1986,9
Cuiabá - MT	2098,1
Teresina - PI	2171,3
Brasília - DF	2490,0
Goiânia - GO	2495,4
Fortaleza - CE	2566,0
Campo Grande - MS	2656,0
Natal - RN	2986,9
Salvador - BA	3008,2
Aracaju - SE	3023,3
João Pessoa - PB	3070,7
Maceió - AL	3091,0
Recife - PE	3106,0
Belo Horizonte - MG	3117,7
São Paulo - SP	3290,2
Curitiba - PR	3358,6
Vitória - ES	3388,7
Rio de Janeiro - RJ	3419,8
Florianópolis - SC	3608,0
Porto Alegre - RS	3771,9

Fonte: RORAIMA, 2009.

A maioria dos municípios de Roraima possui parte de suas terras destinadas a um uso mais restrito. O quadro 1 mostra as Unidades de Conservação existentes no Estado e sua respectiva localização. Observa-se que a maior das Unidades de Conservação apresentadas é a Floresta Nacional, cuja denominação é Roraima, com 3.215.507,94 hectares e se estendendo pelos municípios de Amajari, Alto Alegre, Mucajaí, Iracema e Caracaráí.

Categoria	Denominação	Área (ha)	Município Abrangido	Decreto Lei
Parque Nacional	Monte Roraima	117.147,44	Uiramutã	97887/89
Parque Nacional	Viruí	215.917,78	Caracaraí	Sem número/98
Parque Nacional	Serra da Mocidade	377.937,49	Caracaraí	Sem número/98
Estação Ecológica	Ilha de Maracá	103.976,48	Amajari	86061/81
Estação Ecológica	Niquiá	286.049,62	Caracaraí	91306/85
Estação Ecológica	Caracaraí	87.195,54	Caracaraí	87222/82
Floresta Nacional	Roraima	3.215.507,94	Amajari, Alto Alegre, Mucajaí, Iracema, Caracaraí	97.545/89
Floresta Nacional	Anauá	260.559,61	Rorainópolis	Sem número/05

Quadro 1: Unidades de Conservação de Roraima (2009)
Fonte: RORAIMA, 2009.

Além das Unidades de Conservação, existem outros tipos de terras cujo uso se torna restrito, como mostra a tabela 4, correspondendo a 67,17% da área total do estado de Roraima:

Tabela 4 – Terras de Uso Restrito em Roraima - 2009

Categoria	Terras de uso restrito (ha)
Terra indígena	10.401.843
Parques Nacionais	711.002,71
Estações Ecológicas	477.221,64
Floresta Nacional	3.476.067,55
Total	15.066.135

Fonte: RORAIMA, 2009

A população do território onde hoje é o estado de Roraima era inicialmente composta por nativos de diversas etnias. Algumas dessas etnias ainda possuem grupos residentes na região, outras não.

De acordo com Freitas (1996), algumas dessas tribos são de origem caribenha, e adentraram o território roraimense através do rio Orinoco, na Venezuela, chegando até os rios Uraricoera e Branco. Os *caribes*, denominação dada a esses povos, partiram da região de

mesmo nome e se espalharam por áreas hoje pertencentes à Venezuela e ao Brasil, supostamente, de acordo com dados levantados por Freitas (1996), fugindo da perseguição dos colonizadores europeus na América.

Podem-se destacar algumas tribos que ainda estão presentes no território roraimense, estado esse que possui parte de suas terras destinadas a reservas ambientais e indígenas. As tribos em destaque são:

- a) Wapishana;
- b) Macuxi;
- c) Yanomami;
- d) Taurepang;
- e) Ingarikó;
- f) Uaimiri / Atroari;
- g) Maiongong.

O mapa da figura 12 mostra a localização das terras indígenas de Roraima:

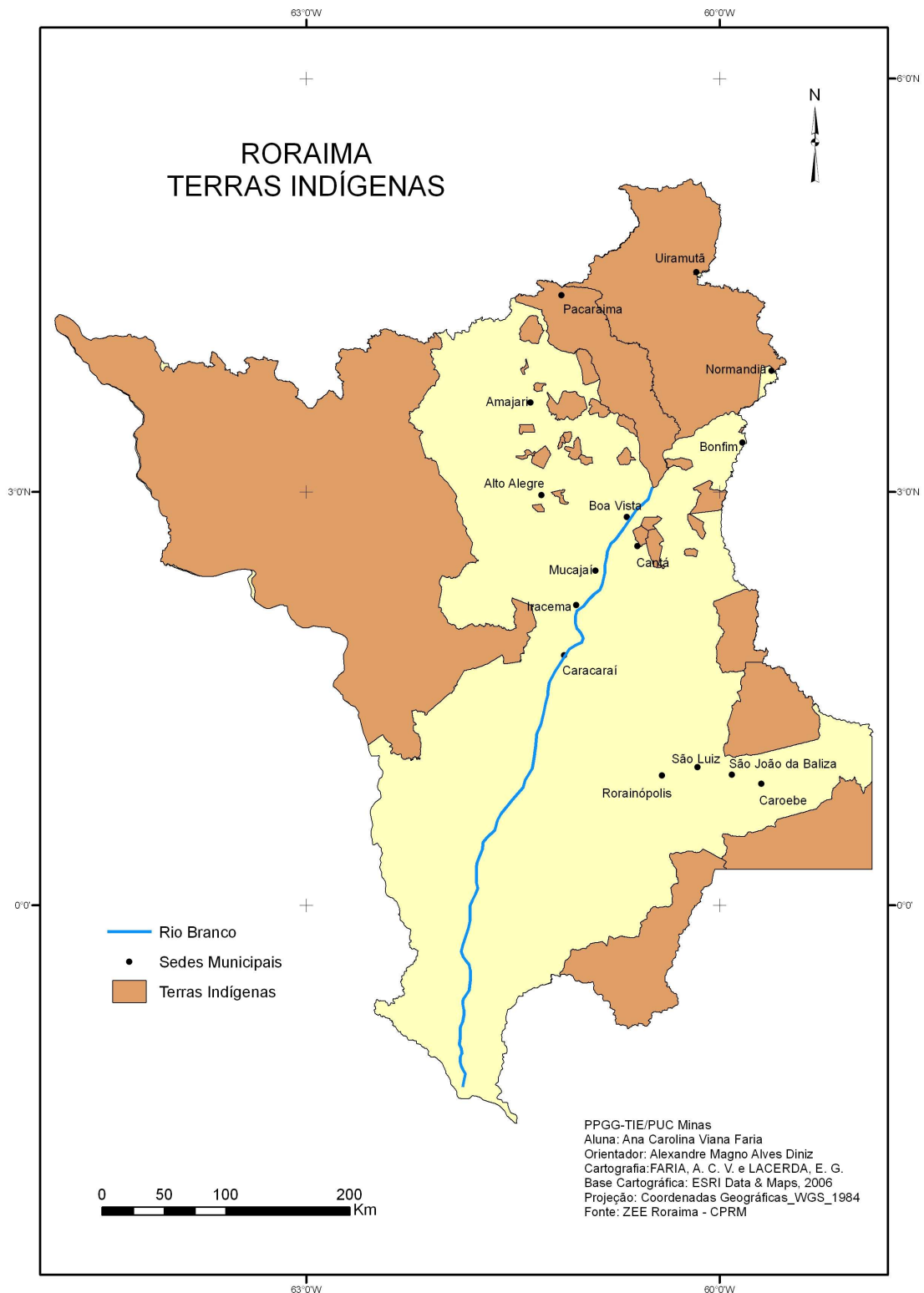


Figura 12: Mapa das Terras Indígenas do Estado de Roraima.
Fonte: RORAIMA, 2009.

A situação da população indígena com relação à ocupação de terras no Estado de Roraima pode ser evidenciada na tabela 5 a seguir, que revela que a maior parte das terras

indígenas encontra-se na situação denominada Registrada. É importante ressaltar que a situação dos índios e de suas terras está prevista na Constituição Federal de 1988.

Tabela 5 – População e áreas indígenas no Estado de Roraima, 2009

Terras Indígenas (denominação)	Área (ha)	População indígena estimada (2005)	Situação da demarcação	Municípios Abrangidos
Ananás	1.769	28	Registrada	Amajari
Anaro	30.000	55	Identificada	Amajari
Aninga	7.627	153	Registrada	Amajari
Anta	3.174	139	Registrada	Alto Alegre
Araçá	50.018	1.025	Registrada	Amajari
Barata-Livramento	12.883	548	Registrada	Alto Alegre
Bom Jesus	859	69	Registrada	Bonfim
Boqueirão	15.860	376	Registrada	Alto Alegre
Cajueiro	4.304	46	Registrada	Amajari
Canauanim	11.182	655	Registrada	Bonfim
Jabuti	14.210	252	Registrada	Bonfim
Jacamim	189.500	1.113	Registrada	Bonfim
Malacacheta	28.632	735	Registrada	Bonfim
Manqueira	4.064	183	Registrada	Alto Alegre
Manoá – Pium	43.337	1.225	Registrada	Bonfim
Moskow	425	425	Registrada	Bonfim
Muriru	83	83	Registrada	Bonfim, Cantá
Ouro	169	169	Registrada	Amajari
Pium	277	277	Registrada	Alto Alegre
Ponta da Serra	176	176	Registrada	Amajari
Raimundão	4.277	244	Registrada	Alto Alegre
Raposa Serra do Sol	1.678.800	17.559	Homologada	Normandia, Pacaraima, Uiramutã

(continuação)

Terras Indígenas (denominação)	Área (ha)	População indígena estimada (2005)	Situação da demarcação	Municípios Abrangidos
Santa Inês	29.698	177	Registrada	Amajari
São Marcos	654.110	4.097	Registrada	Boa Vista e Pacaraima
Serra da Moça	11.626	441	Registrada	Boa Vista
Sucuba	5.983	242	Registrada	Alto Alegre
Tabalascada	13.024	505	Registrada	Cantá
Trombetas/ Mapuera*	663.775	313	Demarcada	Caroebe
Truaru	5.653	454	Registrada	Alto Alegre
Waimiri/Atroari*	666.311	1.015	Registrada	Rorainópolis
Wai-Wai	405.000	196	Registrada	Caroebe, São João da Baliza e São Luiz
Yanomami*	5.792.669	8.403	Registrada	Alto Alegre, Amajari, Caracarái, Iracema e Mucajaí
Total	10.401.843	41.378	-	-

Fonte: RORAIMA, 2009.

* Terras indígenas que ultrapassam os limites do Estado, os valores apresentados correspondem à Roraima.

A chegada do colonizador europeu na região roraimense se deu no fim do século XVIII e início do século XIX, pois até então a região não havia despertado grande interesse econômico (ver subitem 3.2).

A população total do estado de Roraima é de 395.725 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007), sendo que a maior parte, como já dito, se encontra na capital.

A tabela 6 a seguir mostra os dados de área e população de cada município de Roraima, bem como a respectiva densidade demográfica.

Tabela 6 - Municípios de Roraima: área, população e densidade demográfica - 2000

MUNICÍPIO	ÁREA DA UNIDADE TERRITORIAL (km²)	POPULAÇÃO 2000 (HABITANTES)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2000 (pop/área)
Alto Alegre	26109,7	17907	0,7
Amajari	28598,4	5294	0,2
Boa Vista	5711,9	200568	35,1
Bonfim	8131,5	9326	1,1
Cantá	7691	8571	1,1
Caracaráí	47623,6	14286	0,3
Caroebe	12098,5	5692	0,5
Iracema	14403,9	4781	0,3
Mucajáí	11981,5	11247	0,9
Normandia	7007,9	6138	0,9
Pacaraima	8063,9	6990	0,9
Rorainópolis	33745	17393	0,5
São João da Baliza	4324,7	5091	1,2
São Luiz	1533,9	5311	3,5
Uiramutã	8090,7	5802	0,7

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000.

A partir desses dados observa-se que Boa Vista tem a maior densidade demográfica, seguida de longe por São Luiz. O município com menor densidade demográfica é Amajari. Os dados da densidade demográfica dos municípios pode ser melhor observado no mapa da figura 13.

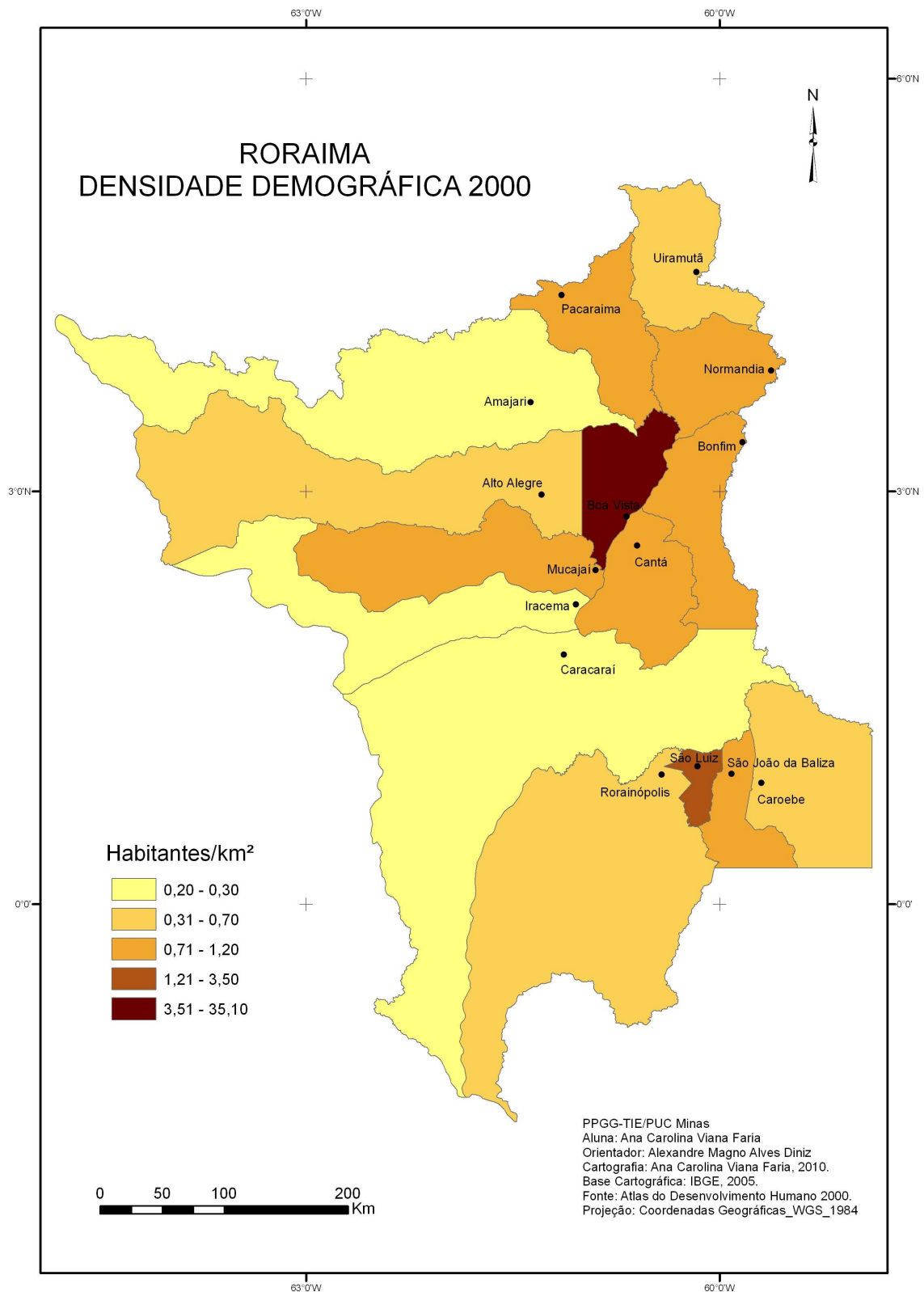


Figura 13: Mapa da Densidade Demográfica dos Municípios de Roraima
Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000.

Com relação à distribuição da população entre o campo e a cidade, tem-se a tabela 7:

Tabela 7 – Municípios de Roraima: população rural e urbana – 2000 e 2007

Município	População Urbana 2000	População Urbana 2007²³	População Rural 2000	População Rural 2007²⁴
Alto Alegre	5195	5198	12712	9188
Amajari	799	1159	4495	6427
Boa Vista	197098	246156	3470	3697
Bonfim	3000	3663	6326	6568
Cantá	1155	1845	7416	9274
Caracaráí	8236	9870	6050	8111
Caroebe	1977	2726	3715	4360
Iracema	3228	4138	1553	1725
Mucajaí	7029	7760	4218	4786
Normandia	1500	2044	4638	5074
Pacaraima	2760	4032	4230	4608
Rorainópolis	7185	10114	10208	14352
São João da Baliza	3882	3993	1209	1734
São Luiz	3447	3563	1864	2157
Uiramutã	525	728	5277	6675
Total	247016	306989	77381	88736

Fonte: RORAIMA, 2009.

De acordo com os dados da tabela, de uma maneira geral, a população urbana do estado é muito maior que a população rural. Entretanto com a análise individual dos municípios, percebe-se que alguns apresentam situação inversa. É o caso dos municípios de Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Caroebe, Normandia, Rorainópolis e Uiramutã, que possuem a população rural maior do que urbana. Já os municípios de Boa Vista, Cantá, Caracaráí, Iracema, Mucajaí, Pacaraima, São João da Baliza e São Luiz possuem uma distribuição da população com a mesma característica do Estado como um todo, sendo a população urbana maior que a rural.

Esses dados podem ser melhor evidenciados no mapa da figura 14:

²³ Contagem da População, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

²⁴ Contagem da População, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

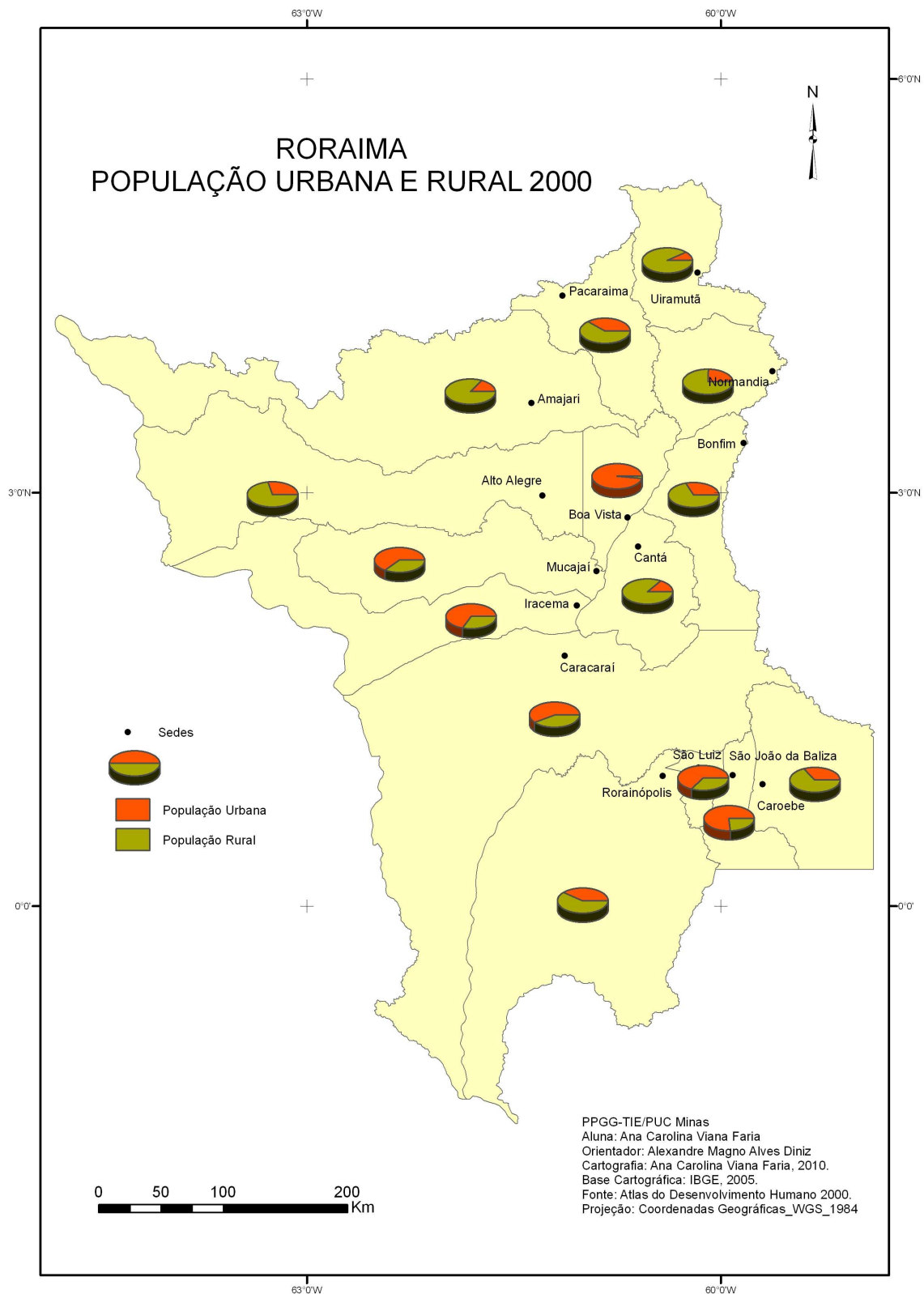


Figura 14: Mapa da Distribuição Populacional de Roraima entre o Campo e a Cidade
Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000.

Sobre a proporção entre homens e mulheres no Estado de Roraima, tem-se a tabela 8:

Tabela 8 – População de Roraima (razão de sexo) – 2000

População	Homens	Mulheres	Total
Rural	42.108	35.273	77.381
Urbana	123.929	123.087	247.016
Total	166.037	158.360	324.397

Fonte: RORAIMA, 2009.

No campo existem mais homens do que mulheres, sendo a população rural composta por 54,4% de homens e 45,6% de mulheres. Já na cidade, o número de homens também é superior do que o número de mulheres, mas a diferença é muito pequena, sendo a população urbana composta por 50,2% de homens e 49,8% de mulheres.

Com relação às características etárias da população de Roraima, tem-se a tabela 9 a seguir, que revela uma população ainda jovem. O que quer dizer que há muitos indivíduos ainda caracterizados como População Economicamente Ativa (PEA).

Tabela 9 – População residente em Roraima, por município, segundo a faixa etária – 2000

Município	População Residente - 2000						
	0 a 9 anos	10 a 15 anos	16 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Alto Alegre	4.463	2.926	1.657	2.894	3.936	766	726
Amajari	1.698	610	371	780	1.078	301	333
Boa Vista	50.353	22.095	18.864	39.573	48.547	8.906	7.709
Bonfim	3.161	1.104	677	1.554	1.851	379	397
Cantá	2.473	1.063	695	1.295	1.884	533	421
Caracaraí	4.183	1.814	1.273	2.317	2.910	756	651
Caroebe	1.516	800	520	912	1.175	317	266
Iracema	1.333	635	410	778	992	289	221
Mucajá	2.877	1.449	1.079	1.805	2.514	666	583
Normandia	2.125	812	482	962	1.106	244	254
Pacaraima	2.275	901	572	1.147	1.387	294	273
Rorainópolis	4.729	2.454	1.641	2.754	3.791	931	615
São João da Baliza	1.346	641	513	893	1.031	306	219
São Luiz	1.335	733	544	812	1.236	258	230
Uiramutã	2.150	810	527	793	983	161	230

Fonte: RORAIMA, 2009

5.5 Características Sócio-Econômicas

De acordo com a tabela 10, a expectativa de vida no estado é, em média, 65,12 anos sendo que alguns municípios apresentam uma esperança de vida maior do que outros, revelando uma melhor qualidade de vida da sua população. O município de Mucajaí é o que apresenta o maior valor para este dado, ou seja, 70,21. Já os municípios de Uiramutã, Normandia e Caroebe são os que apresentam menor valor para este dado, ou seja, 59,92. A capital Boa Vista apresenta uma expectativa de vida para a sua população de 67,11.

Tabela 10 – Esperança de vida ao nascer – Roraima - 2000

Município	Esperança de vida ao nascer - 2000
Mucajaí	70,21
Amajari	68,47
São João da Baliza	68,47
Boa Vista	67,11
Caracará	66,87
Iracema	66,87
Pacaraima	66,87
Rorainópolis	65,12
São Luiz	64,74
Alto Alegre	64,08
Bonfim	64,08
Cantá	64,08
Caroebe	59,92
Normandia	59,92
Uiramutã	59,92

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000.

Com relação à mortalidade infantil, tem-se a tabela 11 que apresenta os dados de forma crescente, a qual revela que mais uma vez Mucajaí apresenta os melhores dados, sendo o município com menor índice de mortalidade infantil, 23,05. Por outro lado, Caroebe, Normandia e Uiramutã mais uma vez empatam negativamente, apresentando os maiores índices de mortalidade infantil, 57,03. A capital apresenta um índice de 31,64, ficando em terceiro lugar.

Tabela 11 – Mortalidade Infantil – Roraima - 2000

Município	Mortalidade até um ano de idade - 2000
Mucajaí	23,05
Amajari	27,6
São João da Baliza	27,6
Boa Vista	31,64
Caracaraí	32,17
Iracema	32,17
Pacaraima	32,17
Rorainópolis	37,65
São Luiz	38,91
Alto Alegre	41,15
Bonfim	41,15
Cantá	41,15
Caroebe	57,03
Normandia	57,03
Uiramutã	57,03

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000.

Sobre a População Economicamente Ativa (PEA) de Roraima, elaborou-se a tabela 12 a seguir, com base nos dados do Anuário Estatístico de Roraima de 2009 (RORAIMA, 2009), revelando que no Estado trabalham muito mais homens do que mulheres e, por outro lado, a população Não Economicamente Ativa é composta por muito mais mulheres do que homens.

Tabela 12 – Condição de atividade da população de Roraima - 2007

Grupo de Idade	Condição de atividade no período de referência de 365 dias					
	Economicamente Ativa			Não Economicamente Ativa		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
10 a 14 anos	4.288	2.743	1.545	41.688	20.341	21.347
15 a 19 anos	25.372	15.328	10.044	20.053	8.945	11.108
20 a 24 anos	34.215	18.498	15.717	10.609	1.908	8.701
25 a 29 anos	31.719	16.545	15.174	7.720	867	6.853
30 a 39 anos	47.435	26.914	20.521	6.445	1.040	5.405
40 a 49 anos	38.745	22.355	16.390	5.982	519	5.463
50 a 59 anos	20.997	13.410	7.587	9.517	1.905	7.612
60 anos ou mais	10.217	7.496	2.721	10.730	4.727	6.003
Total	212.988	123.289	89.699	112.744	40.252	72.492

Fonte: RORAIMA, 2009.

Os dados da tabela 13 revelam que os setores da economia que geram mais postos de trabalho são Construção Civil, Comércio e Serviços. Portanto pode-se afirmar que o setor terciário é o setor que mais emprega mão-de-obra no Estado de Roraima.

Tabela 13 – Empregos por Setor de Atividades Econômicas -2007

Atividade Econômica	2007		
	Admitidos	Demitidos	Diferença
Extrativa Mineral	6	7	-1
Indústria de transformação	808	835	-27
Construção Civil	1935	1189	746
Comércio	3185	2951	234
Serviços	2548	2082	466
Administração Pública	5	3	2
Agropecuária	523	652	-129

Fonte: RORAIMA, 2009.

As tabelas 14, 15, 16 e 17 mostram os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal, Longevidade, Educação e Renda. Os dados foram organizados em ordem crescente, sendo que os maiores valores indicam uma melhor situação diante da realidade analisada.

Tabela 14 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Roraima (2000)

Município	IDH-M (2000)
Uiramutã	0,542
Normandia	0,600
Amajari	0,654
Bonfim	0,655
Cantá	0,659
Caroebe	0,661
Alto Alegre	0,662
Rorainópolis	0,676
Caracaraí	0,702
São Luiz	0,704
Iracema	0,713
Pacaraima	0,718
Mucajaí	0,727
São João da Baliza	0,729
Boa Vista	0,779
Roraima	0,746

Fonte: RORAIMA, 2009.

Os dados da tabela 14 podem ser melhor observados no mapa da figura 15. Observa-se que o município de Boa Vista apresenta o melhor índice, enquanto Normandia e Uiramutã possuem os índices mais baixos.

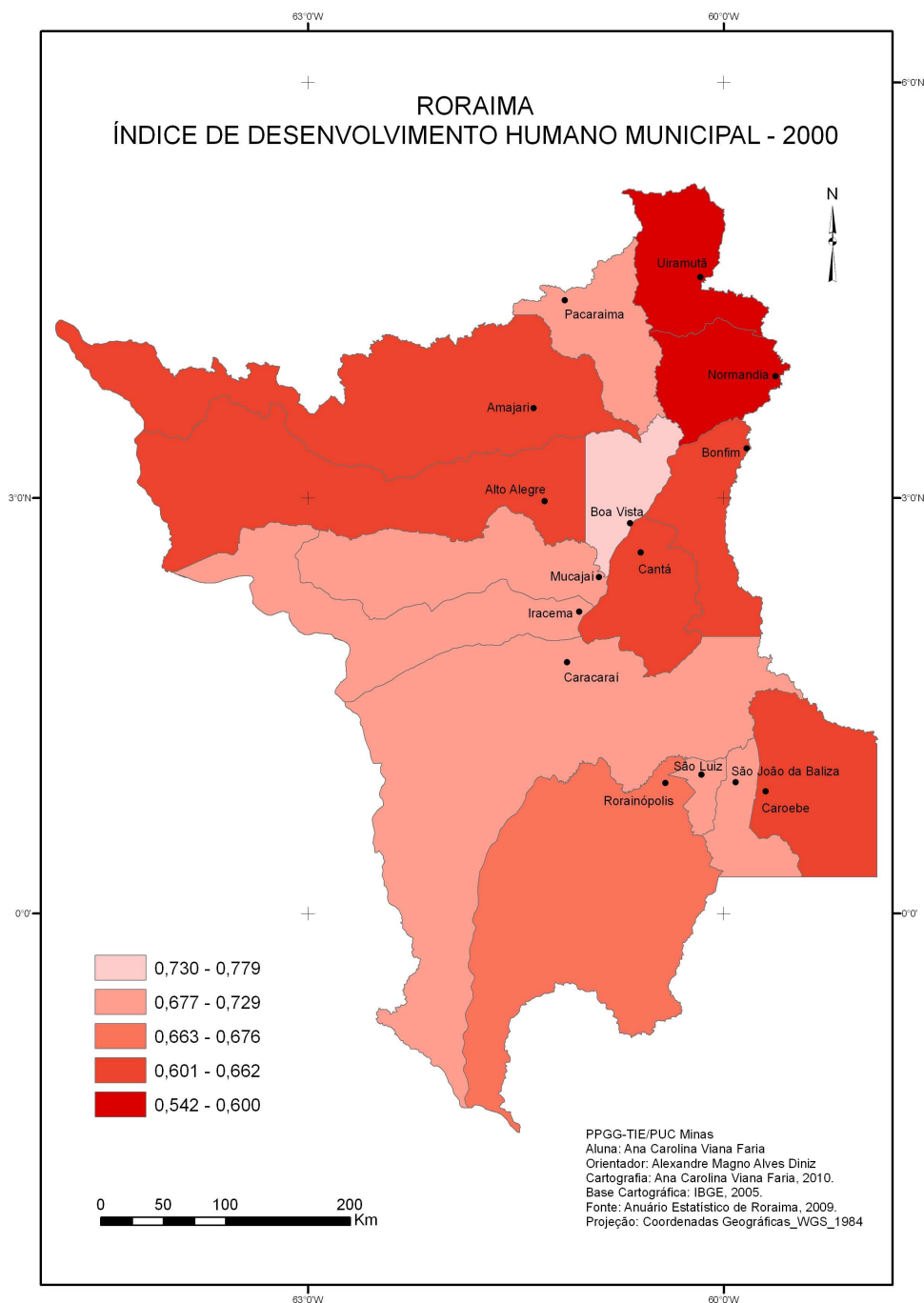


Figura 15: Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Roraima.
 Fonte: RORAIMA, 2009

Tabela 15 – Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade, por município – Roraima (2000)

Município	IDH-L (2000)
Caroebe	0,582
Normandia	0,582
Uiramutã	0,582
Alto Alegre	0,651
Bonfim	0,651
Cantá	0,651
São Luiz	0,662
Rorainópolis	0,669
Caracaraí	0,698
Iracema	0,698
Pacaraima	0,698
Boa Vista	0,702
Amajari	0,724
São João da Baliza	0,724
Mucajaí	0,753
Roraima	0,691

Fonte: RORAIMA, 2009.

Para o IDH – Longevidade, destacam-se com índices mais altos Boa Vista, Amajari, São João da Baliza e Mucajaí. Os índices mais baixos são encontrados em Caroebe, Normandia e Uiramutã.

Tabela 16 – Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, por município – Roraima (2000)

(continua)

Município	IDH-E (2000)
Uiramutã	0,621
Amajari	0,707
Normandia	0,747
Cantá	0,761
Rorainópolis	0,766
Bonfim	0,785
Caracaraí	0,789
Mucajaí	0,795
Caroebe	0,805
Iracema	0,821
Alto Alegre	0,831
São Luiz	0,842

(continuação)

Município	IDH-E (2000)
Pacaraima	0,849
São João da Baliza	0,853
Boa Vista	0,910
Roraima	0,865

Fonte: RORAIMA, 2009.

Boa Vista apresenta o mais alto IDH – Educação e os municípios de Uiramutã e Amajari apresentam os piores índices do estado.

Tabela 17 – Índice de Desenvolvimento Humano – Renda, por município – Roraima (2000)

Município	IDH-R (2000)
Uiramutã	0,423
Normandia	0,472
Alto Alegre	0,503
Bonfim	0,527
Amajari	0,530
Cantá	0,566
Rorainópolis	0,593
Caroebe	0,595
Pacaraima	0,607
São João da Baliza	0,609
São Luiz	0,609
Caracaráí	0,619
Iracema	0,619
Mucajaí	0,631
Boa Vista	0,725
Roraima	0,682

Fonte: RORAIMA, 2009.

A capital Boa Vista apresenta o maior IDH – Renda, enquanto os municípios de Uiramutã e Normandia possuem os índices mais baixos.

Com relação ao saneamento básico, as tabelas 18 e 19 mostram a situação da população de Roraima no que diz respeito ao abastecimento de água e à coleta de esgoto.

Tabela 18 – Saneamento básico: abastecimento de água em Roraima, período de 2004 a 2007

Saneamento Básico				
Abastecimento de Água	2004	2005	2006	2007
Com canalização interna	324.977	314.107	343.334	351.891
Sem canalização interna	45.671	75.641	60.022	63.725
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: RORAIMA, 2009.

Na tabela anterior observa-se que no período de 2005 a 2007 o abastecimento de água a partir de canalização interna aumentou, enquanto o abastecimento de água sem canalização interna diminuiu entre 2005 e 2006, mas voltou a aumentar no ano de 2007.

Tabela 19 – Saneamento básico: esgotamento sanitário em Roraima, período de 2004 a 2007

Saneamento Básico				
Esgotamento Sanitário	2004	2005	2006	2007
Rede coletora	15.289	36.549	58.062	49.028
Fossa séptica	281.899	254.881	231.732	279.858
Outro	56.567	85.196	95.483	68.376
Tinham rede de esgoto (total)	353.755	376.626	385.277	397.262
Não tinham rede de esgoto	16.893	13.122	18.079	18.354

Fonte: RORAIMA, 2009.

Já no que diz respeito ao esgotamento sanitário, houve um aumento na rede coletora durante o período de 2004 e 2006, mas esse total diminuiu no ano de 2007. Por outro lado, o esgotamento sanitário realizado por fossa séptica diminuiu no período de 2004 a 2006, mas voltou a crescer em 2007.

5.5.1 Saúde

Tabela 20 – Número de leitos cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS), por município (2008)

(continua)

Município	Leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) - 2008			
	Hospital Estadual	Hospital Municipal	FNS*	Total
Boa Vista	448	70	142	660

(continuação)

Município	Leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) - 2008			
	Hospital Estadual	Hospital Municipal	FNS*	Total
Alto Alegre	51	0	0	51
Bonfim	20	0	0	20
Caracaráí	27	0	0	27
Mucajaí	20	0	0	20
Normandia	25	0	0	25
Pacaraima	29	0	0	29
Rorainópolis	20	0	0	20
São Luiz	25	0	0	25
São João da Baliza	14	0	0	14
Caroebe	10	0	0	10
Total	689	70	142	901

Fonte: RORAIMA, 2009.

No campo da saúde, a rede pública de assistência médico-hospitalar está extremamente concentrada na capital, como se pode observar na tabela 20. Isso se deve não apenas pelo fato de Boa Vista ser o município de maior população, mas também por apresentar a melhor infra-estrutura e onde se concentra a maior parte dos serviços públicos de Roraima. Dessa forma a rede pública de saúde de Boa Vista atende não só a população local, mas de todo o Estado e até mesmo indivíduos provenientes dos países vizinhos, Venezuela e Guiana.

O quadro 2 a seguir apresenta as principais Unidades de Atendimento de Saúde de cada município. O quadro apresenta um total de 15 unidades estaduais, 1 unidade municipal, 2 unidades federais, 4 unidades privadas 1 unidade filantrópica.

(continua)

Município	Unidade de Saúde	Esfera
Boa Vista	Hospital Geral de Roraima	Estadual
	Hospital Coronel Mota	Estadual
	Hospital Materno Infantil N. Sra. De Nazareth	Estadual
	Unidade Mista Casa de Cura Hekura Yano	Filantrópica
	Unidade Mista Casa do Índio	Federal
	Maternidade Santa Rita	Privada
	Hospital Lotty Íris	Privada
	Hospital Unimed	Privada
	PSI - Pronto Socorro Infantil	Estadual
	Hospital da Mulher	Privada

(continuação)

Município	Unidade de Saúde	Esfera
Alto Alegre	Hospital Epitácio de Andrade Lucena	Estadual
	Unidade Mista Bom Samaritano	Estadual
	Unidade Mista Uhiri Surucucus	Federal
Bonfim	Hospital Pedro Álvaro Rodrigo	Estadual
Caracaráí	Unidade Mista de Caracaráí	Estadual
Caroebe	Unidade Mista de Caroebe	Estadual
Iracema	Unidade Mista Irmã Camila	Municipal
Mucajaí	Hospital Estadual José Guedes Catão	Estadual
Normandia	Unidade Mista Ruth Quitéria	Estadual
Pacaraima	Hospital Délio Holiveira Tupinanbá	Estadual
Rorainópolis	Hospital de Rorainópolis	Estadual
São Luiz	Hospital Francisco Ricardo de Macedo	Estadual
São João da Baliza	Unidade Mista de São João da Baliza	Estadual

Quadro 2: Rede prestadora de serviços de saúde, por município (2009)

Fonte: RORAIMA, 2009.

5.5.2 Educação

Em Roraima as instituições de ensino estão distribuídas pelo Estado de uma maneira cada vez mais equilibrada, apesar da concentração do setor terciário na capital. As faculdades e universidades, por exemplo, tem *campus* em diversos municípios, atendendo inclusive à população indígena. A tabela 21 a seguir mostra como estas instituições estão organizadas entre o setor público e o privado.

Tabela 21 – Educação Nível Superior – 2005 a 2007

Dependência Administrativa	Quantidade de Instituições			Cursos Oferecidos			Alunos Matriculados em Cursos Presenciais		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Pública	3	3	3	27	49	54	4.714	3.473	6.696
Federal	2	2	2	22	27	29	3.071	3.317	3.668
Estadual	1	1	1	5	22	25	1.643	156	3.028
Privada	8	8	8	27	31	35	3.956	5.152	5.666
Particular	7	7	7	25	29	32	3.690	4.789	5.303
Comunitária/Filantrópica	1	1	1	2	2	3	266	363	363
Total	11	11	11	54	80	89	8.670	8.625	12.362

Fonte: RORAIMA, 2009.

Observa-se que apesar de existirem mais instituições privadas do que públicas, no ano de 2007 a Educação Pública de Nível Superior oferecia mais cursos e maior número de vagas do que o setor privado.

Com relação às taxas de analfabetismo, observam-se na tabela 22, em ordem alfabética, os dados de cada município. Para a faixa etária de 7 a 14, os melhores índices são apresentados pelos municípios de São Luiz, Bonfim e Boa Vista e os piores pertencem a Amajari e Uiramutã. Para a faixa etária de 15 a 17 anos, a menor porcentagem de analfabetos se encontra na capital e nos municípios de Pacaraima e São João da Baliza e a pior situação é mais uma vez dos municípios de Amajari e Uiramutã.. Na faixa etária de 18 a 24 anos, os municípios com menos analfabetos são Boa Vista, em primeiro lugar, Pacaraima em segundo e São João da Baliza e São Luiz empatados em terceiro lugar. Amajari e Uiramutã continuam ocupando os piores lugares, apresentando as mais elevadas taxas. Para a faixa etária de 25 anos ou mais, temos Boa Vista, Pacaraima e São João da Baliza apresentando as menores taxas, ao contrário de Cantá e Uiramutã, que apresentam maior número de analfabetos.

Tabela 22 - Pessoas analfabetas em Roraima, segundo a faixa etária (2000), em porcentagem.

Município	Crianças de 7 a 14 anos	Adolescentes de 15 a 17 anos	Jovens de 18 a 24 anos	Adultos de 25 anos ou mais
Alto Alegre	12,87	6,67	9,82	28,75
Amajari	24,52	13,5	15,42	29,6
Boa Vista	8,52	1	2,04	11,14
Bonfim	8,17	2,82	6,09	28,51
Cantá	12,41	3,74	8,13	31,11
Caracará	14,71	4,3	11,41	26,26
Caroebe	11,88	4,67	6,31	30,04
Iracema	15,08	2,76	7,52	26,21
Mucajaí	10,72	4,29	6,06	28,5
Normandia	17,23	5,3	8,29	29,07
Pacaraima	13,52	1,19	2,8	18,51
Rorainópolis	15,18	4,55	9,54	30,99
São João da Baliza	9,5	2,16	5,33	23,53
São Luiz	8,11	2,81	5,53	27,46
Uiramutã	25,56	9,75	21,88	47,8

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000.

5.5.3 Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Roraima em 2005 foi de 3.179 milhões de reais, o que correspondeu a 2,98% do PIB da Região Norte e 0,15% do PIB brasileiro. Comparando o PIB per capita de 2005, tem-se em Roraima o valor de R\$ 8.123,00, na Região Norte o valor de R\$ 7.247,00 e do Brasil R\$ 10.692,00 (RORAIMA, 2009a).

O PIB estadual e o PIB per capita dos municípios de Roraima estão evidenciados na tabela 23 a seguir:

Tabela 23 – PIB dos municípios de Roraima – 2005

Município	PIB (Valores em mil reais)	PIB per capita (valores em reais)
Alto Alegre	115.974	5.247
Amajari	31.951	5.249
Boa Vista	2.264.674	9.351
Bonfim	68.466	5.423
Cantá	74.792	7.135
Caracaraí	101.045	5.694
Caroebe	42.359	7.217
Iracema	46.757	7.716
Mucajá	91.378	7.844
Normandia	51.114	9.581
Pacaraima	60.995	7.420
Rorainópolis	131.752	5.352
São João da Baliza	34.162	6.289
São Luiz	36.596	5.639
Uiramutã	27.312	4.248

Fonte: RORAIMA, 2009.

O mapa da figura 16 permite uma observação melhor destes dados:

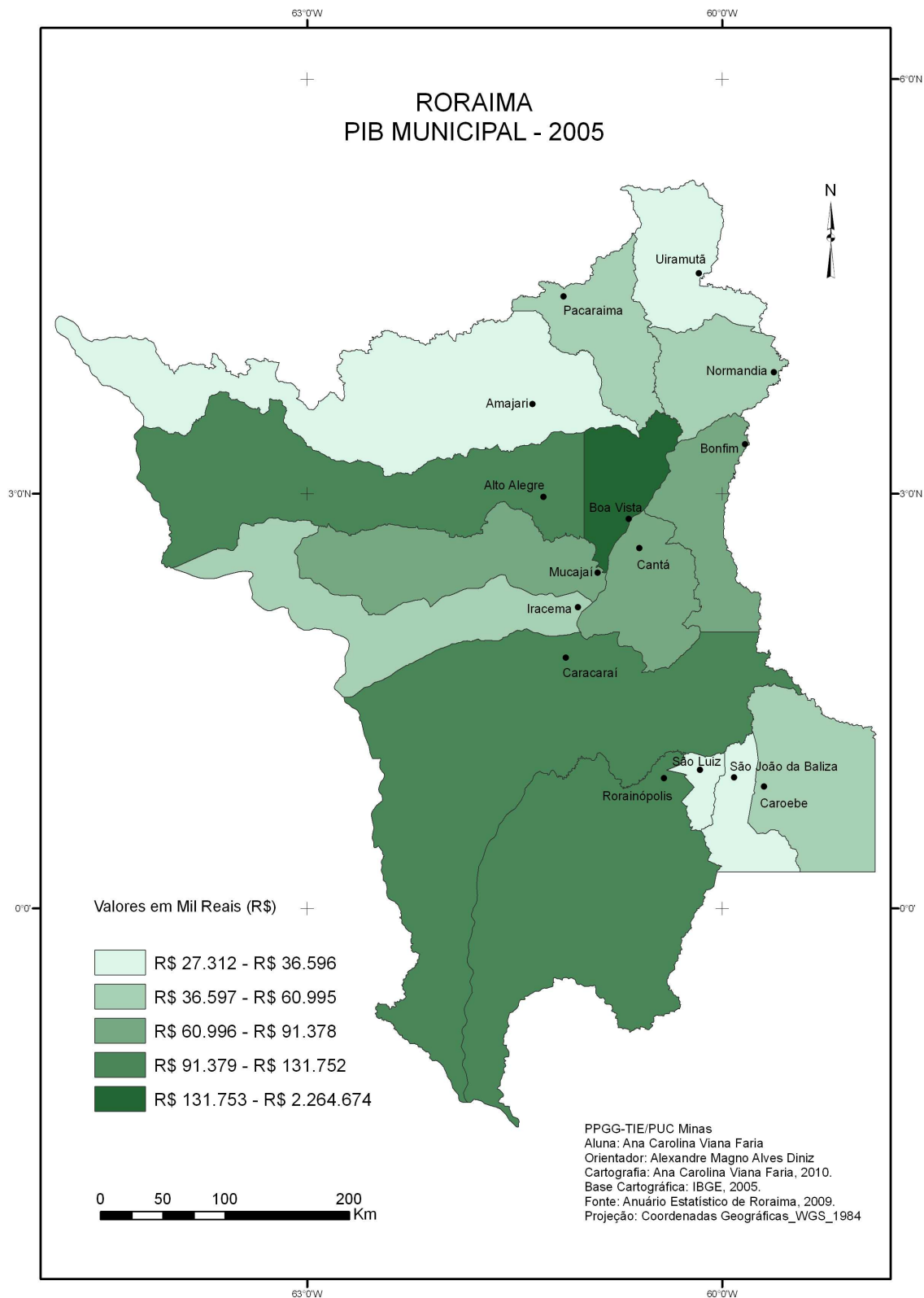


Figura 16: Mapa do PIB dos Municípios de Roraima, 2005.
Fonte: RORAIMA, 2009.

Sem sombra de dúvida Boa Vista é o município mais rico do estado, seguido de longe por Rorainópolis, Alto Alegre e Caracaráí.

A participação de Roraima no comércio exterior é mostrada nas tabelas 24 e 25 a seguir:

Tabela 24 – Exportações, totais por valores agregados (valores em UR\$ 1.000 FOB) – 2005 a 2008

Brasil/ Região/ UF	2005	2006	2007	2008
Brasil/ Região/ UF	118.308.387	137.807.470	160.649.073	197.942.443
Região Norte	7.409.383	8.918.197	8.918.197	13.059.894
Roraima	8.483	16.414	16.761	16.336

Fonte: RORAIMA, 2009.

Observa-se que houve um grande salto na participação de Roraima no comércio exterior de 2005 para 2006, ficando este valor praticamente estabilizado até o ano de 2008. Os principais produtos exportados por Roraima são madeira, cadernos e papéis e grãos de soja (RORAIMA, 2009).

Tabela 25 – Importações, totais por valores agregados (valores em UR\$ 1.000 FOB) – 2005 a 2008

Brasil/ Região/ UF	2005	2006	2007	2008
Brasil/ Região/ UF	73.605.509	91.350.841	120.617.446	173.106.687
Região Norte	5.677.712	6.996.407	7.675.715	11.379.631
Roraima	879	1.115	1.077	2.454

Fonte: RORAIMA, 2009.

Observa-se que as importações realizadas pelo estado de Roraima não apresentou um aumento extraordinário, mas gradativo no período de 2005 a 2008. Os principais produtos importados pelo estado são ferro e derivados, chapas de vidro, máquinas e equipamentos, energia elétrica e peças para avião (RORAIMA, 2009).

A tabela 26 mostra a disponibilidade de agências bancárias no estado:

Tabela 26 – Agências bancárias nos municípios de Roraima (2008)
(continua)

Municípios	Número de agências bancárias
Alto Alegre	0
Amajari	0
Boa Vista	15
Bonfim	0
Cantá	0
Caracaraí	2
Caroebe	0
Iracema	0

(continuação)

Municípios	Número de agências bancárias
Mucajaí	1
Normandia	0
Pacaraima	1
Rorainópolis	1
São João da Baliza	1
São Luiz	0
Uiramutã	0
Total	21

Fonte: RORAIMA, 2009.

Observa-se que há uma concentração de agências na capital, enquanto em outros municípios as agências são escassas ou ausentes.

Como atividades econômicas principais, Roraima tem o extrativismo e a agropecuária. Dentro do ramo extrativista pode-se citar o extrativismo vegetal, cujos principais produtos no estado são Castanha do Pará, carvão vegetal, lenha e madeira em tora.

Na agropecuária destacam-se os produtos agrícolas mostrados pelo quadro 3:

Cultura permanente	Cultura temporária
Banana	Arroz
Laranja	Abacaxi
Limão	Cana de açúcar
Mamão	Feijão
	Mandioca
	Melancia
	Melão
	Milho
	Soja
	Tomate

Quadro 3: Produtos agrícolas de Roraima

Fonte: RORAIMA, 2009.

A tabela 27 a seguir mostra o número de animais que o estado possui no setor da pecuária:

Tabela 27 – Agropecuária do Estado de Roraima 2005 a 2007

Efetivos de Rebanho (cabeças)	Período		
	2005	2006	2007
Bovino	507.000	508.600	481.100
Suíno	95.000	88.005	84.355
Eqüino	28.100	28.500	27.650
Bubalino	280	280	280
Ave	1.208.000	1.209.250	1.059.050
Caprino	9.930	9.945	9.790
Total	1.848.310	1.844.580	1.662.225

Fonte: RORAIMA, 2009.

A respeito das empresas atuantes no estado, tem-se a tabela 28:

Tabela 28 - Número de empresas por classificação do ramo de atividade (unidades) no Estado de Roraima -2006

Classificação da Atividade Econômica	Número de empresas (unidades)
1. Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	128
2. Pesca	4
3. Indústrias Extrativas	16
4. Indústrias de transformação	535
5. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2
6. Construção	514
7. Comércio; reparação de veículos automotores objetos pessoais e domésticos	5.253
8. Alojamento e Alimentação	693
9. Transporte, armazenagem e comunicação	143
10. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	41
11. Atividades Imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	503
12. Administração pública, defesa e seguridade social	40
13. Educação	145
14. Saúde e serviços sociais	95
15. Outros serviços sociais coletivos, sociais e pessoais	899
16. Serviços domésticos	0
17. Organismos internacionais	1
Total	9012

Fonte: RORAIMA, 2009.

Pode-se observar que os itens 4, 6, 7, 8, 11 e 15 da tabela são os mais expressivos no estado, apresentando o maior número de estabelecimentos.

É muito importante destacar que em 2008 Boa Vista se tornou uma Área de Livre Comércio (ALC), a qual antes se localizava em Pacaraima. Em Bonfim, na fronteira com a Guiana existe outra ALC, o quer dizer que as empresas atuantes nestas áreas possuem isenção

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para comprar produtos de empresas em outras Unidades da Federação. A isenção varia de 7 a 12 % dependendo do estado no qual a mercadoria for adquirida. Para empresas importadoras os benefícios consistem na isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e do Imposto sobre Importação (II) (FREITAS, 2009).

5.6 Infra-Estrutura

5.6.1 Transporte

Na Região Norte Brasileira, o transporte fluvial é muito presente. Entretanto, no caso de Roraima, o papel do transporte fluvial não é marcante, pois o Rio Branco apresenta muitas corredeiras ao longo de seu percurso, o que limita a circulação de embarcações de grande porte, principalmente na época de estiagem.

O transporte rodoviário é o mais utilizado, fazendo as ligações intermunicipais e também ligando Roraima a cidades de outros estados brasileiros, bem como aos países vizinhos. Roraima possui 1.240,3 km de rodovias estaduais, 2.115 km de rodovias federais e 4.331,17 km de rodovias municipais (RORAIMA, 2009).

Cortando o estado de norte a sul, tem-se a BR 174, ligando Manaus (Amazonas – Brasil) a Boa Vista (Roraima – Brasil) e esta à Venezuela. No sentido leste-oeste tem-se a Perimetral Norte, ou BR 210, ligando a BR 174 à divisa com o estado do Pará (Brasil). Outra rodovia que merece destaque é a BR 401, que liga Boa Vista a Lethem (Guiana).

A figura 17 mostra o mapa das principais rodovias federais do Estado:

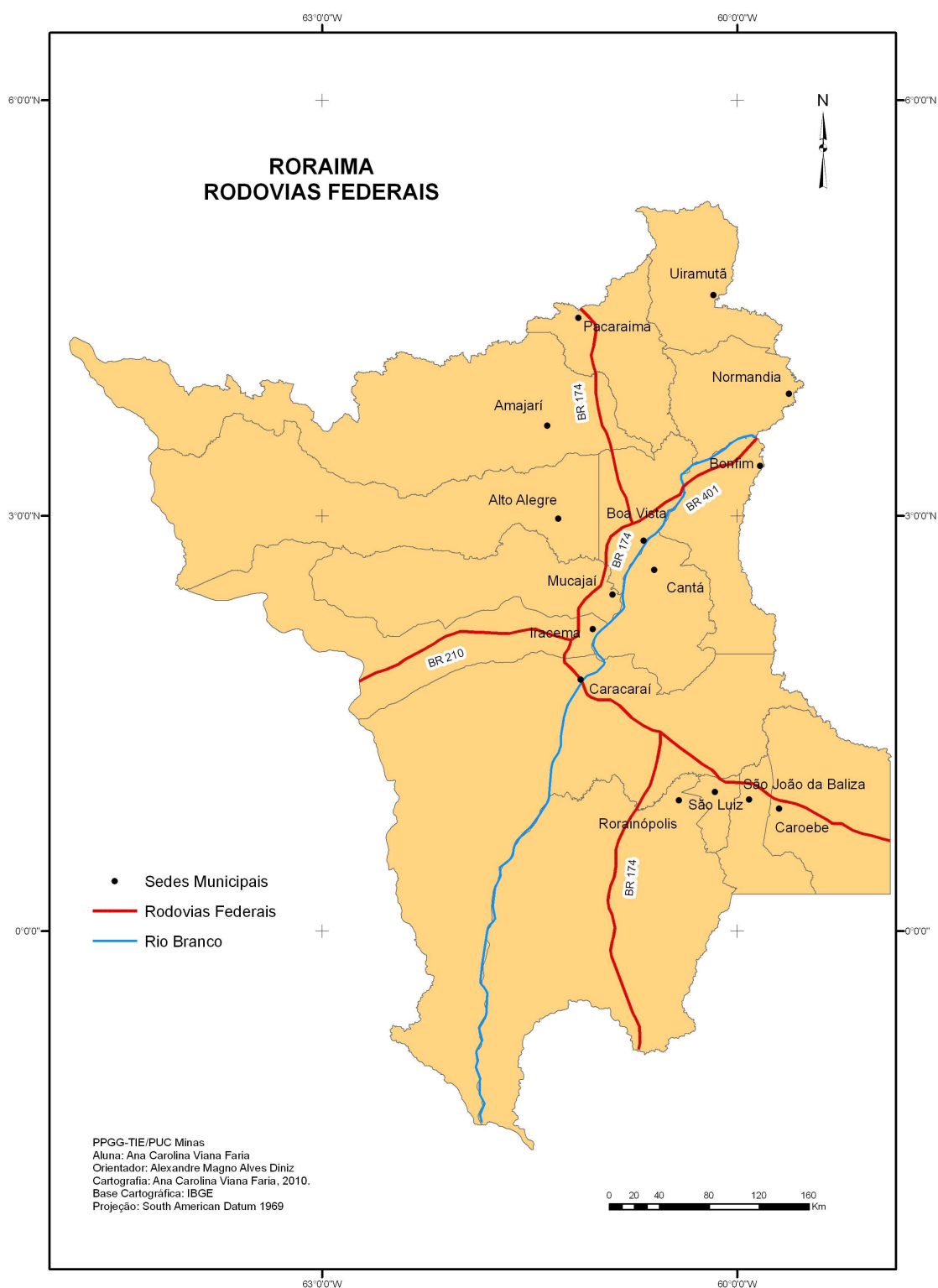


Figura 17: Mapa das Principais rodovias do Estado de Roraima.
Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010

Na tabela 29 a seguir observa-se a condição das rodovias que ligam a capital Boa Vista aos demais municípios. A maior parte destas rodovias encontra-se asfaltada. Quase todos os

trechos são pavimentados, com exceção das estradas que ligam Boa Vista aos municípios de Uiramutã, Normandia e Caroebe.

Tabela 29 – Acesso de Boa Vista aos demais municípios do Estado de Roraima (2008)

Municípios	Distância da Capital (km)	Rodovia de Acesso	Trecho pavimentado	Trecho não pavimentado
Alto Alegre	94,4	RR - 205	94,4	-
Amajari	155,1	BR - 174 e RR - 203	155,1	-
Bonfim	119	BR - 401	119	-
Cantá	38	BR - 401 e BR - 432	38	-
Caracaráí	136,1	BR - 174	136,1	-
Caroebe	352,9	BR - 174 e BR 210	328,9	24
Iracema	91,2	BR - 174	91,2	-
Mucajaí	50,4	BR - 174	50,4	-
Normandia	184,2	BR - 401	121,5	63,6
Pacaraima	214,8	BR - 174	214,8	-
Rorainópolis	290,4	BR - 174	290,4	-
São João da Baliza	328,9	BR - 174 e BR 210	328,9	-
São Luiz	312,9	BR - 174 e BR 210	312,9	-
Uiramutã	319	BR - 174 e BR - 433, RR - 171 e RR - 407	170,4	148,6

Fonte: RORAIMA, 2009.

Com relação ao transporte aéreo, Roraima abriga o Aeroporto Internacional de Boa Vista – Atlas Brasil Cantanhede, localizado na capital, a 3,5 km do centro da cidade e inaugurado em 19 de fevereiro de 1973 (EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, 2010). Este aeroporto passou por uma reforma no ano de 1998, na qual foram ampliados o terminal de passageiros, a pista de pouso e decolagem e o pátio de manobras, além da construção de uma pista de rolamento.

O fluxo de passageiros no transporte aéreo em Roraima pode ser evidenciado na tabela 30 a seguir, a qual revela que houve um aumento desse fluxo entre os anos de 2006 e 2007. Já no período de 2007 a 2008 houve um acréscimo nos desembarque e um decréscimo nos embarques.

Tabela 30 – Fluxo de Passageiros no Transporte Aéreo de Roraima (2006 a 2008)

Ano	Passageiros	
	Embarque	Desembarque
2006	75.738	75.518
2007	107.499	103.541
2008	105.288	106.530

Fonte: RORAIMA, 2009.

No que diz respeito ao fluxo de cargas, tem-se a tabela 31, que revela um aumento significativo tanto de embarques, quanto de desembarques no período de 2006 a 2008.

Tabela 31 – Fluxo de Cargas no Transporte Aéreo de Roraima (2006 a 2008)

Ano	Cargas (kg)	
	Embarque	Desembarque
2006	91.126	481.645
2007	128.754	639.015
2008	142.746	892.587

Fonte: RORAIMA, 2009.

As empresas que realizam o transporte aéreo em Roraima são META, GOL Linhas Aéreas e TAM. O quadro 4 o quadro de horários dos vôos da empresa META Linhas Aéreas partindo de Boa Vista.

Origem	Destino	Partida	Chegada	Número de vôos	
				Segunda	Quinta
Boa Vista (Roraima)	Belém (Pará)	07:00	13:10	0	1
	Belém (Pará)	14:30	20:40	1	0
	Georgetown (Guiana)	07:00	08:10	0	1
	Georgetown (Guiana)	14:30	15:40	1	0
	Paramaribo (Suriname)	07:00	10:20	0	1
	Paramaribo (Suriname)	14:30	17:50	1	0

Quadro 4: Horários dos vôos da empresa META, partindo de Boa Vista (2010).

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os trajetos realizados, partindo de Boa Vista têm como destinos Belém, Georgetown (Guiana) e Paramaribo (Suriname). São dois vôos por semana para cada um dos destinos citados.

O quadro 5 mostra os horários dos trajetos inversos, ou seja, vôos partindo de Belém, Georgetown e Paramaribo em direção à Boa Vista. As setas vermelhas indicam as informações referentes à capital roraimense.

Origem	Destino	Partida	Chegada	Número de vôos	
				Segunda	Quarta
Belém (Pará)	Boa Vista (Roraima)	10:00	14:10	1	1
Paramaribo (Suriname)		12:50	14:10	1	1
Georgetown (Guiana)		13:00	14:10	1	1

Quadro 5: Horários dos vôos da empresa META, com destino a Boa Vista (2010).
Fonte: Dados da Pesquisa.

Sobre os vôos realizados pela empresa GOL Linhas Aéreas, tem-se as tabelas 32 e 33 que mostram os horários dos vôos tendo Boa Vista como ponto de chegada (tabela 32) e como ponto de partida (tabela 33).

Tabela 32 – Percurso Aéreo da empresa GOL com o trajeto: Rio de Janeiro – Brasília – Manaus - Boa Vista

Vôo	Frequência	Origem / Horário		Destino / Horário		Aeronave	Tempo de Voo
G3 1588	Diária	Rio de Janeiro	18:58	Brasília	20:50	Boeing 737-700	01:52
		Brasília	21:45	Manaus	23:35		02:50
		Manaus	00:30	Boa Vista	01:45		01:15

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 33 – Percurso Aéreo da empresa GOL com o : Boa Vista – Manaus – Brasília – Rio de Janeiro

Vôo	Frequência	Origem / Horário		Destino / Horário		Aeronave	Tempo de Voo
G3 1783	Diária	Boa Vista	02:15	Manaus	03:30	Boeing 737-700	01:15
		Manaus	04:00	Brasília	07:50		02:50
		Brasília	08:30	Rio de Janeiro	10:10		01:40

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação à empresa TAM Linhas Aéreas, tem-se os seguintes dados sobre os vôos (tabelas 34 e 35):

Tabela 34 – Vôos da TAM com origem em Boa Vista

Vôo		Frequência	Origem / Horário		Destino/Horário	
TAM	3541	Diária	Boa Vista	14:15	Manaus	15:30

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 35 – Vôos da TAM com destino à Boa Vista

Vôo		Frequência	Origem / Horário		Destino/Horário	
TAM	3540	Diária	Manaus	12:20	Boa Vista	13:35

Fonte: Dados da Pesquisa.

Todos os passageiros de origens diversas por todo o Brasil, com destino à Boa Vista, serão encaminhados para o vôo TAM 3541, que sai de Manaus diariamente às 12:20, chegando às 13:35 à capital roraimense. Já o vôo com origem em Boa Vista também tem uma frequência diária, saindo da capital de Roraima às 14:15 e chegando à Manaus às 15:30. De Manaus os passageiros seguem viagem na mesma ou em outra aeronave, dependendo do destino desejado.

5.6.2 Comunicação

Sobre os serviços de comunicação, tem-se a tabela 37 a seguir, que mostra a quantidade de telefones fixos, telefones públicos e agências de correio. Observa-se que o número de telefones e agências é muito pequeno em relação ao total da população roraimense.

Tabela 36 – Serviços de Comunicação no Estado de Roraima (2008)

Serviços	Total
Telefones fixos em operação (residenciais ou não)	46.320
Agências de Correio	23
Telefones de Uso Público	2.769

Fonte: RORAIMA, 2009.

No estado existem os serviços regulares de telefonia fixa e móvel e canais retransmissores de sinais de televisão das redes nacionais, são nove canais da TV aberta (PORTAL RR, 2010). Roraima também possui dois jornais diários, O Jornal Folha de Boa Vista e o Jornal Roraima Hoje; diversos provedores de internet (FREITAS, 2009; BOA VISTA, 2010), sendo que a empresa Oi opera o serviço de banda larga importada da Venezuela através de fibras ópticas. Existem atualmente cinco emissoras de rádio atuando no estado, sendo duas na frequência AM (*Amplitude Modulation*) e três na frequência FM (*Frequency Modulation*).

5.6.3 Segurança Pública

A respeito da segurança pública no estado, têm-se os dados apresentados pela tabela 38, que mostram o número de ocorrências de acordo com a categoria.

Tabela 37 – Número de Ocorrências Registradas em Roraima (2007 e 2008)

Ocorrências	Ano de 2006	Ano de 2007	Ano de 2008 ²⁵
Contra o patrimônio	12.131	12.633	8.705
Contra a pessoa	10.357	10.573	8.168
Contra os costumes	328	416	434
Acidentes de trânsito	6.316	5.206	4.061
Outros	12.139	17.468	16.716
Total	41.271	46.296	38.084

Fonte: RORAIMA, 2009

Observa-se um aumento no total das ocorrências entre os anos de 2006 e 2007, entretanto os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa não tiveram um aumento muito expressivo.

5.6.4 Energia

²⁵ Até o mês de outubro de 2008.

O consumo de energia em Roraima pode ser evidenciado na tabela 39, a qual mostra que o consumo residencial é o que mais utiliza a energia elétrica no Estado, seguido pelo setor comercial. Em terceiro lugar vem o Poder Público e, posteriormente o setor industrial, que ainda não é muito desenvolvimento.

Tabela 38 – Consumo de Energia Elétrica em Roraima – 2007

Fornecimento Faturado	Número de Consumidores	Consumo (MWh)
Residencial	77.476	195.562
Industrial	411	14.660
Comercial	8.158	90.765
Poder Público	1.601	70.704
Outros	6.495	53.865
Total	94.141	425.556

Fonte: RORAIMA, 2009.

Tabela 39 – Consumo de energia no Estado de Roraima, por município (2007)

Município	Número de consumidores	Consumo de energia em MWh
Alto Alegre	1.676	3.051
Amajari	623	1.217
Boa Vista	70.691	378.563
Bonfim	1.068	3.015
Cantá	2.464	4.498
Caracaraí	2.403	6.606
Caroebe	1.717	2.368
Iracema	1.295	1.995
Mucajaí	3.105	7.249
Normandia	566	1.216
Pacaraima	1.390	3.282
Rorainópolis	3.907	6.803
São João da Baliza	1.624	2.573
São Luiz	1.461	3.046
Uiramutã	151	73
Total	94.141	425.555

Fonte: RORAIMA, 2009.

O consumo de energia elétrica em cada município de Roraima pode ser evidenciado e comparado na tabela 40, a qual revela que o maior consumidor é o município de Boa Vista, seguido de longe por Mucajaí, São João da Baliza e Caracaraí. O município que menos consome energia é Uiramutã.

Enquanto ainda era Território Federal de Roraima, na década de 70, o governo deste adquiriu unidades geradoras de energia termoelétrica para abastecer a população, criando a

Centrais Elétricas de Roraima, atualmente Companhia Energética de Roraima (CERR). Mesmo assim Roraima não possuía um sistema de fornecimento de energia regular e confiável. Na década de 80, onze grupos geradores foram adquiridos, mas não foram suficientes para resolver o problema energético de Roraima. O racionamento de energia era constante.

Em 1989 o governo de Roraima conseguiu transferir a geração, distribuição e comercialização de energia para Boa Vista para a Eletronorte, permanecendo a CERR responsável pelos outros municípios.

Foi construída, em 1993, a Hidrelétrica de Jatapú, possuindo uma capacidade inicial de geração de cinco megawatts, atendendo o sul de Roraima. Atualmente essa usina gera menos de dois megawatts, o que não supre as necessidades da região, por isso a CERR complementa o serviço através de geradores a diesel.

Em 2001 começou-se a importar energia elétrica da Venezuela, através do Linhão de Guri. Essa energia vem da EDELCA (*Electrificación del Caroní*), empresa Venezuelana e é distribuída pela Eletronorte que repassa para a empresa Boa Vista energia e esta distribui para a capital. A Eletronorte também repassa uma parcela para a CERR que distribui a energia aos municípios de Cantá, Iracema, Mucajaí, Alto Alegre e Bonfim. Os demais municípios continuam sendo atendidos através de termoelétricas, pela CERR.

Desde 2009 a Venezuela passa por uma crise energética que causou racionamentos dentro e fora do país, afetando, portanto, o estado de Roraima. O fornecimento de energia venezuelana ao estado foi reduzido e em janeiro deste ano foi necessário entrar em operação a Termoelétrica de Jardim Floresta.

A solução encontrada para o abastecimento de energia elétrica ao estado, ou seja, a importação deste produto da Venezuela, foi inteligente e muito boa para Roraima. Entretanto o estado precisa encontrar o que se poderia chamar de Plano B, ou seja, saídas emergenciais para garantir o acesso da população ao serviço mesmo quando a Venezuela falhar em seu compromisso. Algumas alternativas tem sido estudadas, como a construção de uma hidrelétrica na Guiana, a reativação ou reforma de algumas termoelétricas já existentes, a construção de outras mais, ou mesmo a integração de Roraima ao sistema elétrico nacional, através da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. O problema, portanto, ainda persiste (AGÊNCIA RORAIMENSE DE NOTÍCIAS, 2010).

É possível observar, a partir dessa caracterização, que Roraima é um estado brasileiro ainda pouco desenvolvido. O setor secundário é incipiente, possuindo algumas poucas agroindústrias e fábricas de produtos madeireiros. O setor terciário é extremamente

dependente no funcionalismo público, onde se encontra a maior parte do mercado consumidor do estado. Além disso, a maioria dos produtos comercializados são transportados de outros estados brasileiros para Roraima, o que acaba encarecendo o preço final. O setor primário é o que possui maior potencialidade, pois, apesar de grande parte das terras do estado ser destinada a reservas indígenas, a porção das terras passível de ser utilizada não tem produzido nem metade da sua capacidade.

Grande parte do solo de Roraima requer o uso de insumos agrícolas, os quais o estado não produz. Normalmente esses produtos são comprados de outros estados brasileiros, mas a distância faz com que o transporte encareça o preço. Comprando da Venezuela, os preços seriam mais vantajosos. Ao se desenvolver uma agropecuária de qualidade e produtiva, obtém-se uma variedade maior de mercadorias para a exportação, tendo em vista que a Venezuela e os países caribenhos poderiam se tornar importantes consumidores, devido ao fato de que a produção de alimentos em seus territórios é muito baixa. Além disso, passariam a existir mais matérias-primas que estimulariam um desenvolvimento industrial, como por exemplo, agroindústrias. Beneficiando os produtos de origem animal e vegetal, seriam agregados valores às mercadorias, aumentando o lucro e atraindo mais investidores.

Não se pode deixar de ressaltar que para haver um desenvolvimento econômico em qualquer setor da economia, é necessário melhorar primeiro ou paralelamente, o fornecimento de energia. Roraima importa energia elétrica da Venezuela e seus outros sistemas são termoelétricos. É necessário um maior investimento nesse setor para que, principalmente as indústrias, possam ter a infra-estrutura necessária para operarem. Nesse sentido, é necessário ampliar o asfaltamento de qualidade das rodovias e expandir o serviço de transporte aéreo, tanto de cargas quanto de passageiros.

Com o desenvolvimento dessas atividades econômicas, a oferta de empregos certamente será maior e, aos poucos, Roraima deixará de depender do funcionalismo público.

6 O ESTADO BOLÍVAR

Após uma repleta pesquisa sobre os dados necessários para descrever os Estados de Roraima e Bolívar, tentou-se realizar uma caracterização semelhante para ambos, entretanto as informações obtidas sobre Roraima se mostraram muito mais completas e abundantes do que aquelas sobre o Estado Bolívar. Portanto, ainda que tenha se seguido um mesmo roteiro para explicitar as características dos estados vizinhos, provavelmente os itens referentes à Roraima se mostraram mais densos.

6.1 Localização e Área

O Estado Bolívar se localiza ao sul-sudoeste da República Bolivariana da Venezuela (ver figura 18), possuindo as seguintes fronteiras:

- a) norte com os estados venezuelanos Anzoátegui, Guárico, Monaguas e Delta Amacuro;
- b) sul com o estado venezuelano denominado Amazonas e com o Brasil, especificamente o estado de Roraima;
- c) oeste com o estado venezuelano Apure;
- d) leste com a República Cooperativista da Guiana, sendo essa região de fronteira ainda assunto de discórdia entre os países vizinhos. A Venezuela trata a área, que possui cerca de 150.000 km², como Zona de Reclamação, pois considera que por direito a região deve fazer parte de seu território e não da Guiana;



Figura 18: Mapa político da Venezuela destacando o Estado Bolívar.
 Fonte: ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE, 2006.

Bolívar é o maior estado venezuelano, possuindo 233.498 km², ou seja, 26% da área total do país (BETANCOURT, 2005; VENEZUELA, 2010) e sua capital denomina-se Ciudad Bolívar. Este estado está inserido em uma região conhecida como

Guayana, localizada ao noroeste da América do Sul, compreendida entre o Oceano Atlântico e os rios Orinoco, Casiquiare, Negro e Amazonas. Esta região abrange, além do Bolívar, o estado venezuelano Amazonas e parte do Delta Amacuro, totalizando 420.000 km². A Guayana venezuelana apresenta grande riqueza natural, muitos rios importantes, como o Orinoco e o Caroní, bem como uma biodiversidade muito grande tanto da fauna quanto da flora. A figura 19 mostra a bandeira do estado Bolívar.



Figura 19: Bandeira do Estado Bolívar (Venezuela).
Fonte: BETANCOURT, 2005.

6.2 Características Físicas

6.2.1 Relevo e Solos

A Venezuela possui uma riqueza muito grande de aspectos naturais. As terras que constituem o Estado Bolívar reproduzem essa mesma variedade. No relevo do estado se encontram áreas montanhosas e os *tepuyes*, que são altiplanos enormes de topo plano e escarpas abruptas. Os *llanos* correspondem a uma formação predominantemente quaternária, caracterizada por uma altitude média de 150 metros, estendendo-se desde a Cordilheira dos Andes até os rios Meta e Orinoco, apresentando uma inclinação constante até este último. Nas áreas a oeste apresentam-se mais planos, e nas áreas a leste apresentam formas denominadas mesas, cujo topo é plano e a altitude é maior do que as regiões ao seu redor (SALCEDO-

BASTARDO, 1962). Há também a *Cordillera de Imataca*, formada por terras altas e planas, cuja altitude varia entre 200 e 850 metros. Essa cordilheira é composta pela *Sierra de Imataca* (noroeste do Estado), a *Altiplanicie de Nuria* e a área de *Santa Bárbara–La Partid –Turagua*, também conhecida como *Zona del Hierro*.

Outra formação de relevo que se destaca é denominada *Gran Sabana*, a qual é uma unidade geomorfológica única, apresentando superfície ondulada e áreas planas e elevadas com encostas suaves. Esta região foi declarada oficialmente como Parque Nacional pela beleza da paisagem e seu valor ecológico. Próxima à fronteira com o Brasil existem as *Sierras de Pacaraima*, formadas por planícies intercaladas por formas de relevo mais altas e escarpadas, formando paisagens semelhantes a cânions. Dessa forma é comum a presença de quedas d'água (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA., 2010).

No que diz respeito à Geologia, o Estado Bolívar se desenvolveu sobre o embasamento mais antigo do país denominado *Escudo Guayanés*. Trata-se de um maciço montanhoso de grande estabilidade tectônica, de embasamento ígneo-metamórfico com cerca de 26.000 milhões de anos. Sua altitude média é de aproximadamente 400 metros e abrange cerca de 45% da superfície venezuelana. Na fronteira trinacional entre Brasil, Venezuela e Guiana encontra-se a porção deste maciço conhecida como Monte Roraima, com 2.810 metros de altitude (SISO Q; GRAU; RODRIGUEZ, 2008).

Os recursos minerais encontrados no Estado Bolívar são: alumínio, diamante, ferro, manganês, ouro, tório, quartzo, níquel, mercúrio, bauxita, entre outros (BETANCOURT, 2005).

Os solos do Estado são mais pobres na porção norte, entretanto apresentam maior fertilidade na porção leste. Na confluência dos rios Caroní e Paragua encontram-se solos mais argilosos, ácidos, profundos, de coloração vermelha, denominados *Oxisoles*. Em áreas do município de Padre Pedro Chien encontram-se solos ácidos, provenientes de sedimentos de rochas da superfície, tais como granito. Na porção nordeste e norte do Estado, passando por localidades como Villa Lola, Moitaco e Tumereno, os solos são ácidos, profundos e arenosos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010). Os principais produtos agrícolas cultivados no Estado são: inhame, milho e sorgo (BETANCOURT, 2005).

6.2.2 Hidrografia

No aspecto hidrográfico os principais rios do Estado são: Orinoco, Caroní, Paragua, Caura, Cuchivero, Cuyuní, Guaniamo, Parguasa, Raudales Arutani e Suapure. Dentre eles se destaca especialmente o Rio Orinoco. É o maior rio da Venezuela, o terceiro maior da América do Sul (SALCEDO-BASTARDO, 1962), sua nascente está localizada a 975 metros de altitude, na Serra Parima, extremo sudoeste do estado venezuelano Amazonas, próxima à fronteira com o Brasil. Seu curso segue a direção leste-oeste, possuindo mais de 751 afluentes em suas margens esquerda e direita. De sua nascente à foz, o Rio Orinoco possui 2.100 km de extensão (BETANCOURT, 2005). Este rio é a principal via de navegação tanto para o Estado Bolívar quanto para a Venezuela como um todo, localizando-se na Ciudad Guayana os principais portos.

6.2.3 Vegetação

A formação vegetal no Estado é diversificada. Nas áreas de altitude elevadas, atingindo em torno dos 2.000 metros, encontram-se matas densas. Ao sul tem-se uma vegetação melhor adaptada à umidade excessiva e à alta temperatura. Na região norte predominam os pastos naturais, compreendidos dentro das savanas e na região da Gran Sabana tem-se a predominância de uma vegetação herbácea de gramíneas, onde é possível encontrar as belas veredas ou buritizais, acompanhando os igarapés (BETANCOURT, 2005).

6.2.4 Clima

De uma maneira geral o clima no Estado Bolívar pode ser caracterizado como equatorial nas latitudes mais baixas e tropical nas demais regiões. As chuvas são mais abundantes no equatorial, apresentando uma média anual de 2.000 mm. Já no clima tropical as médias variam de 800 a 1.500 mm anuais, apresentando duas estações bem definidas, uma seca (inverno) e outra chuvosa (verão). Interessante destacar que o período chuvoso no

Bolívar é semelhante ao de Roraima, já que tanto o Estado venezuelano quanto a maior parte do Estado de Roraima estão localizados no Hemisfério Norte (SISO Q; GRAU; RODRIGUEZ, 2008).

6.3 Breve Histórico

A região em que se encontra hoje o Estado Bolívar compõe a parte central da Guayana Venezuela, região já descrita nesta dissertação e que ocupa quase a metade da Venezuela. Essas terras são muito antigas, apresentando uma idade geológica de cerca de 3.500 milhões de anos. É mais antiga que os Andes e todo o resto da Venezuela (FERNÁNDEZ, 1993).

Estima-se que os primeiros habitantes da Guayana surgiram há 17 mil anos, de acordo com estudos arqueológicos. Entretanto, a ocupação mais intensa ocorreu a partir da colonização européia (FERNÁNDEZ, 1993).

A exploração colonial da região começou no século XVI, mas a ocupação da área foi muito difícil e complexa, devido aos aspectos físicos que limitavam o deslocamento pelo território e à presença de nativos de comportamento bastante agressivo.

A Guayana foi a primeira terra venezuelana visitada por Cristóvão Colombo, que a penetrou através do Delta do Orinoco em 1498. Na conquista dessas terras destacam-se os nomes de Diego de Ordaz, que explorou a região em 1531, sendo o primeiro espanhol a penetrar e explorar quase toda a extensão do rio Orinoco, e Antonio de Berrio, que fundou os primeiros assentamentos na região, exercendo o governo sobre as terras da Guayana (FERNÁNDEZ, 1993).

Em fins do século XVI, aparece na história da região o nome de Sir. Walter Raleigh, inglês que acumulou funções em seu país de soldado, navegante, pirata, explorador, poeta e escritor. Raleigh teve acesso a uma documentação espanhola que se referia à conquista da Guayana, documentação essa interceptada através da pirataria em alto mar. Dessa forma, Raleigh chegou à região Guayana a qual o deixou deslumbrado, mas logo as intenções inglesas de ocupação daquele território foram brecadas pela Espanha. A respeito das impressões de Raleigh sobre a região Fernández (1993) afirma:

Ali encarcerado durante treze anos, escreveu um fabuloso livro tratando de justificar diante de caluniadores e fiadores de sua empresa expedicionária, que havia descoberto um mundo sobre o qual deveriam insistir na conquista, um mundo

extraordinariamente rico, com montanhas de cristal e palácios de ouro, onde havia mulheres amazonas sem marido, incríveis seres com o rosto no peito e rios cujas águas ingeridas em determinadas horas poderiam produzir a morte ou a vida eterna. Aquele mundo das mulheres cavalgando, de rios misteriosos (...) não era outro que o vasto, bonito e rico império de Guayana (FERNÁNDEZ, 1993, p. 34, tradução nossa)²⁶.

A presença de missionários franciscanos, capuchinhos e jesuítas também marcou a ocupação do território onde hoje se encontra o Estado Bolívar. Estes grupos fundaram povoados que foram a base para o surgimento de muitas cidades.

A maior parte da região onde hoje se localiza o Estado Bolívar pertencia à *Provincia de Andalucía* até 1752, quando então foi criada a Província de Guayana cuja capital era *Puerto Tablas*. Posteriormente este nome foi trocado por *San Félix de Guayana* (VENEZUELA, 2007).

No ano de 1777 a Província de Guayana passou a integrar a *Capitanía General de Venezuela* e, em 1821 fez parte do *Departamento Orinoco de la República de Colômbia*. Essa situação permaneceu até o ano de 1830, quando novamente adquire a posição de Província, devido à separação entre Venezuela e Gran Colômbia (GOVERNACIÓN DE BOLÍVAR, 2007).

Em 1846 a capital mudou para *Santo Tomás de Guayana* conhecida também como *Santo Tomás de Angostura*, que por fim acabou sendo denominada Ciudad Bolívar, em homenagem à Simon Bolívar²⁷ (VENEZUELA, 2007).

Em 1864 a Província passa a ser o Estado de Guayana, formado pelos *cantones* Heres, Upata e Alto Orinoco. No ano de 1871 o Congresso Nacional venezuelano criou o Estado Bolívar, formado por Apure e Guayana, cuja capital ficou sendo *Caicara del Orinoco* até 1881, quando Ciudad Bolívar voltou a ocupar esta posição (VENEZUELA, 2007).

No ano de 1909 a legislação ratificou a existência do Estado, sendo este composto pelos municípios de Heres, *Cedeño*, Roscio, Sucre e Piar. Em 1986 novos municípios são criados: Caroní, Gran Sabana, Raúl Leoni e Sinfuentes e, em 1991, surge o município *El*

²⁶ “Allí encerrado durante trece años escribió un fabuloso libro tratando de justificar ante detractores y fiadores de su empresa expedicionária, que había descubierto un mundo sobre el cual devía insistirse en plan de conquista, un mundo extraordinariamente rico, con montañas de cristal y palacios de oro, donde había mujeres amazonas sin marido, increíbles seres con el rostro en el pecho y ríos cuyas aguas ingeridas en determinadas horas podían producir la muerte o la eterna vida. Aquel mundo de las mujeres cabalgando, de rios misteriosos (...) no era outro que el vasto, hermoso y rico imperio de Guayana”.

²⁷ Um dos líderes da revolução para a independência dos países latino-americanos (1817-1825). Bolívar, o Libertador, “foi um exemplo dos ideais da elite *criolla*. Nascido na Venezuela, republicanos, comandou a luta pela libertação da América Latina, partindo da Venezuela e do Peru em direção ao sul, defendendo uma América do Sul livre, unida e forte” (VICENTINO, 1997, p. 321).

Callao. Em 1995 cria-se o município Padre Pedro Chien, completando os onze existentes atualmente (VENEZUELA, 2007).

6.4 Municípios e População

A divisão política da Venezuela é diferente daquela que se tem no Brasil. Os estados venezuelanos são divididos em municípios e estes são subdivididos em *Parroquias*. Cada município e cada *Parroquia* possuem uma capital.

O Estado Bolívar é composto por onze municípios, conforme mostra o quadro 6 e a figura 18:

(continua)

MUNICÍPIOS E PARÓQUIAS	CAPITAIS
Municipio Caroní Parroquia Cachamay Parroquia Chirica Parroquia Dalla Costa Parroquia Once de Abril Parroquia Simón Bolívar Parroquia Unare Parroquia Universidad Parroquia Vista al Sol Parroquia Pozo Verde Parroquia Yocoima	Ciudad Guayana Ciudad Guayana Ciudad Guayana Ciudad Guayana Ciudad Guayana Ciudad Guayana Ciudad Guayana Ciudad Guayana Ciudad Guayana Ciudad Guayana Pozo Verde El Rosario
Municipio Cedeño Sección Capital Cedeño Parroquia Altagracia Parroquia Ascensión Farreras Parroquia Guaniamo Parroquia La Urbana Parroquia Pijiguaos	Caicara del Orinoco Caicara del Orinoco Las Bonitas Santa Rosalía El Milagro La Urbana Morichalito
Municipio El Callao	El Callao
Municipio Gran Sabana	Santa Elena de Uairén
Sección Capital Gran Sabana Parroquia Ikabarú	Santa Elena de Uairén Ikabarú
Municipio Heres	Ciudad Bolívar

(continuação)

MUNICÍPIOS E PARÓQUIAS	CAPITAIS
Parroquia Agua Salada Parroquia Catedral Parroquia José Antonio Páez Parroquia La Sabanita Parroquia Marhuanta Parroquia Vista Hermosa Parroquia Orinoco Parroquia Panapana Parroquia Zea	Ciudad Bolívar Ciudad Bolívar Ciudad Bolívar Ciudad Bolívar Ciudad Bolívar Ciudad Bolívar Almacén San José de Bongo La Carolina
Municipio Piar Sección Capital Piar Parroquia Andrés Eloy Blanco Parroquia Pedro Cova	Upata Upata El Pao de El Hierro El Manteco
Municipio Raúl Leoni Sección Capital Raúl Leoni Parroquia Barceloneta Parroquia San Francisco Parroquia Santa Bárbara	Ciudad Piar Ciudad Piar La Paragua San Francisco Santa Bárbara de Centurión
Municipio Roscio Sección Capital Roscio Parroquia Salom	Guasipati Guasipati El Miamo
Municipio Sifontes Sección Capital Sifontes Parroquia Dalla Costa Parroquia San Isidro	Tumeremo Tumeremo El Dorado Las Claritas
Municipio Sucre Sección Capital Sucre Parroquia Aripao Parroquia Guarataro Parroquia Las Majadas Parroquia Moitaco	Maripa Maripa Aripao Guarataro Las Majadas Moitaco
Municipio Padre Pedro Chien	El Palmar

Quadro 6: Divisão Política do Estado Bolívar.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE VENEZUELA, 2010.

A figura 20 mostra o mapa da divisão política do Estado Bolívar:

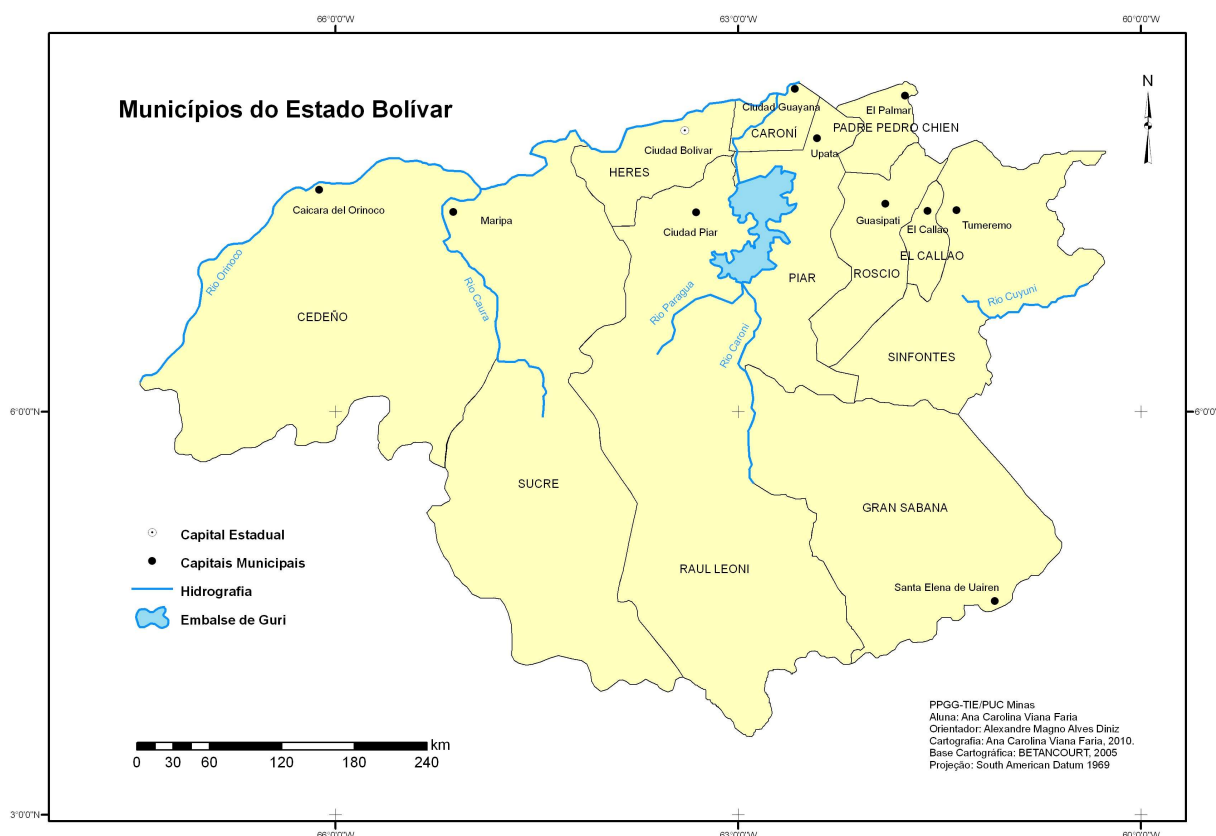


Figura 20: Mapa dos Municípios do Estado Bolívar.
Fonte: BETANCOURT, 2005.

No município Heres, localiza-se a capital do Estado, Ciudad Bolívar, que é também capital do próprio município ao qual pertence. Esta cidade possui uma importância histórica muito grande para o país e pela sua arquitetura, que possui edificações datadas de 1766, foi declarada patrimônio histórico da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (BETANCOURT, 2005).

Tabela 40 - Municípios do Estado Bolívar: capital, área, população e densidade demográfica – 2001

(continua)

Município	Capital	Área Absoluta (km ²)	População Hab 2001)	Área Relativa (%)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Heres	Ciudad Bolívar	5.851	314.649	2,50	53,78
Caroní	Ciudad Guayana	1.700	693.260	0,73	407,8
Cedeño	Caicara del Orinoco	46.016	72.247	19,71	1,47
El Callao	El Callao	2.236	19.277	0,96	8,62
Gran Sabana	Santa Elena do Uairén	46.000	28.009	19,70	0,61
Piar	Upata	15.899	96.319	6,91	6,06

(continuação)

Município	Capital	Área Absoluta	População hab	Área Relativa	Densidade Demográfica (hab/km²)
Raúl Leoni	Ciudad Piar	54.356	38.094	23,28	0,70
Roscio	Guasipati	6.820	20.377	2,90	2,99
Sinfontes	Tumeremo	6.182	35.135	2,64	5,68
Sucre	Maripa	46.163	21.050	19,77	0,46
Padre Pedro Chien	El Palmar	2.275	13.103	0,90	5,76
Total	-	233.498	1.351.520	100	-

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Venezuela, 2010

Fonte: BETANCOURT, 2005.

A população total do Estado Bolívar é de 1.351.520 habitantes de acordo com os dados de 2001 do *Instituto Nacional de Estadística* (INE) da Venezuela. Esta população está distribuída entre os onze municípios, conforme a tabela 40 anterior. Observa-se que há uma concentração desta população no nordeste do estado, sendo o município de Caroní o que apresenta maior densidade demográfica, seguido pelo município de Heres. No sul e sudoeste do estado há uma menor concentração de habitantes por km². Sucre apresenta a menor densidade demográfica, seguido de Gran Sabana e Raúl Leoni.

Os dados de densidade demográfica podem ser melhor evidenciados no mapa da figura 21:

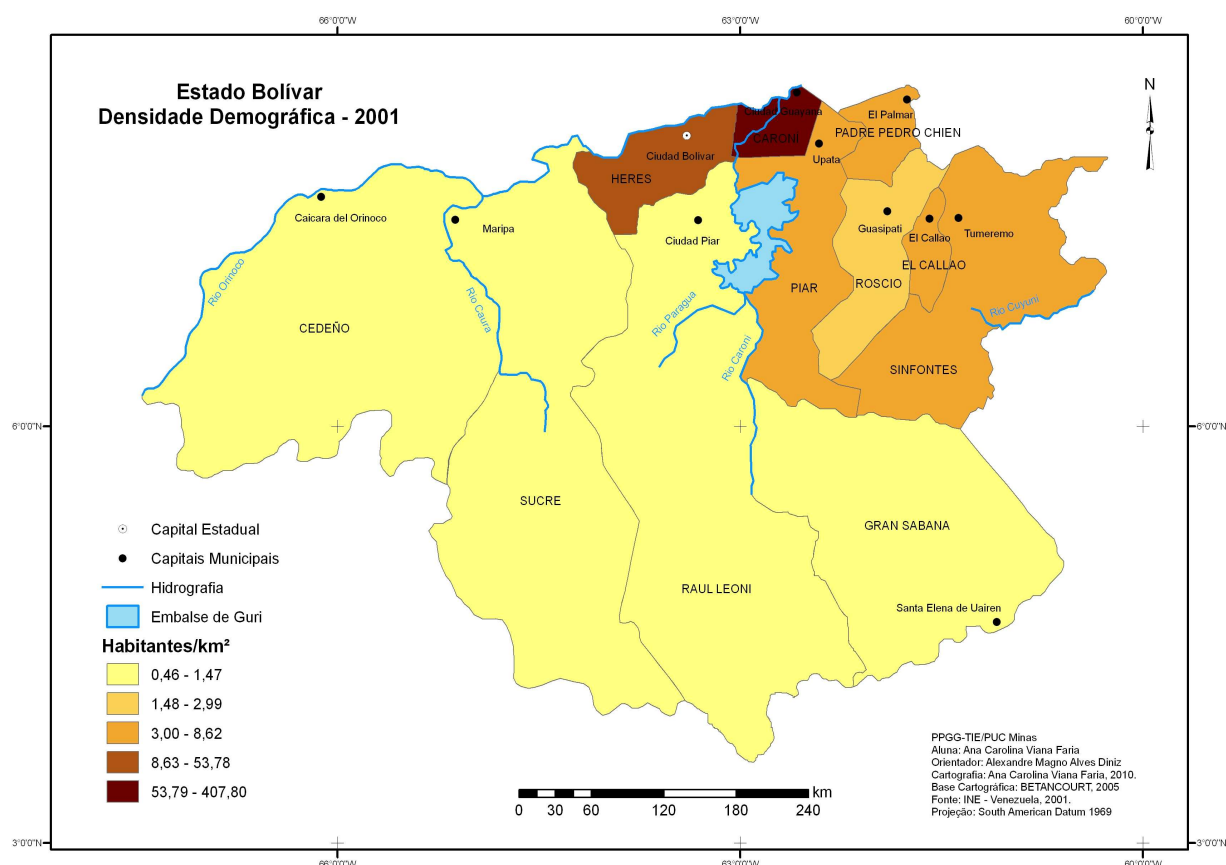


Figura 21: Mapa da Densidade Demográfica dos municípios de Bolívar, dados de 2001.
Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

A população indígena é abundante no Estado Bolívar e os dados sobre ela podem ser visualizados na tabela 41. Observa-se que mais de um quarto da população indígena venezuelana habita o Estado Bolívar.

Tabela 41 - População indígena, segundo a faixa etária (2001)

(continua)

Faixa etária	Venezuela	Estado Bolívar
0 - 4	31.813	7.731
5 - 9	29.051	7.084
10 - 14	22.542	5.565
15 - 19	19.132	4.725
20-24	15.367	3.501
25-29	12.270	2.966
30-34	10.096	2.403
35-39	9.277	2.166
40-44	7.132	1.720
45-49	5.646	1.337

(continuação)

Faixa etária	Venezuela	Estado Bolívar
50-54	4.496	1.032
55-59	3.076	737
60-64	3.043	610
65-69	1.809	380
70-74	1.526	293
75-79	893	187
80-84	651	100
85-89	274	58
90-94	173	29
95 ou mais	76	7
Total	178.343	42.631

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

6.5 Características Sócio-Econômicas

A expectativa de vida da população do Estado Bolívar gira em torno dos 73 anos. Como se pode observar nos dados da tabela 42, essa expectativa apresentou pequena variação negativa entre os anos de 2004 e 2005. A partir do ano de 2005 e até o ano de 2008 essa expectativa de vida voltou a subir, mas apresentando um aumento muito pequeno.

Tabela 42- Esperança de Vida ao nascer - Estado Bolívar (2004-2008)

Ano	Idade
2004	73,38
2005	72,57
2006	72,76
2007	72,95
2008	73,15

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

Com relação à taxa de mortalidade infantil, têm-se os seguintes dados (tabela 43):

Tabela 43 - Mortalidade Infantil para o Estado Bolívar (2004-2008)

(continua)

Ano	Taxa (por mil nascidos vivos)
2004	17,44
2005	17,08

(continuação)

Ano	Taxa (por mil nascidos vivos)
2006	16,72
2007	16,36
2008	16

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

Observa-se que essa taxa sofreu uma queda pequena, mas gradativa, no período de 2004 a 2008, evidenciando que o Estado tem apresentado melhorias que influenciaram na redução da mortalidade das crianças de até um ano de idade.

Sobre a PEA do Estado Bolívar tem-se a tabela 44:

Tabela 44 – Condição de Atividade da População do Estado Bolívar - 2006

Grupo de Idade	Condição de atividade (2006)					
	Economicamente Ativa			Não Economicamente Ativa		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 anos ou mais	587.481	367.417	220.064	344.158	101.445	242.713

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

Observa-se que no Estado Bolívar há mais homens economicamente ativos do que mulheres.

No que diz respeito ao IDH do Estado, tem-se os seguintes dados evidenciados na tabela 45, os quais mostram uma elevação desse índice em 2005, seguida de uma queda em 2006. No ano de 2007 o IDH do Estado voltou a subir, mas sem superar o índice de 2005.

Tabela 45 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado Bolívar (2004-2007)

Ano	IDH
2004	0,8030
2005	0,8197
2006	0,7957
2007	0,8084

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

6.5.1 Saúde

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística da Venezuela (INE) sobre a saúde no Estado Bolívar, evidenciados na tabela 46, os município de Heres e Padre Pedro Chien, juntos, dispõe de maior quantidade de unidades de saúde no Estado. Os municípios de El Callao e Roscio são os que contam com menor quantidade de unidades de saúde.

Tabela 46 – Unidades de Saúde no Estado Bolívar (2009)

Municípios	Hospitais	Ambulatórios		Total
		Urbanos	Rurais	
Caroní	-	17	21	38
Cedeño	1	2	45	48
El Callao/Roscio	-	2	10	12
Gran Sabana	1	-	24	25
Heres/Padre Pedro Chien	2	24	83	109
Piar/Raúl Leoni/Sucre	1	8	40	49
Sifontes	1	-	14	15
Total	6	53	237	296

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

6.5.2 Educação

Sobre a educação básica no Estado tem-se a tabela 47:

Tabela 47 - Alunos Matriculados na Educação Básica (2004-2007)

Ano	Total
2004/2005	286.304
2005/2006	290.717
2006/2007	299.924

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

Observa-se que o número de matrículas na Educação Básica vem aumentando sucessivamente. O que traz conseqüências positivas para o Estado, uma vez que o acesso à escola é uma das causas para a melhoria da qualidade de vida da população.

6.5.3 Economia

As atividades econômicas que se destacam no Estado Bolívar são (BETANCOURT, 2005; VENEZUELA, 2007).

- a) A produção de energia através do seu grande potencial hidrelétrico. Neste Estado encontram-se as represas de El Guri, Macagua I, Macagua II e Tocoma;
- b) O Estado também possui intensa atividade mineradora, devido à considerável presença de ouro, ferro, diamante, níquel, manganês e bauxita em seu subsolo;
- c) O setor industrial é desenvolvido, destacando-se as usinas siderúrgicas;
- d) O Estado ainda conta com a região da Gran Sabana, que abriga áreas naturais que atraem muitos turistas em busca do turismo ecológico.

6.5.4 Exportações e Importações

Não foi possível encontrar dados específicos de comércio exterior do Estado Bolívar, e sim da Venezuela como um todo. Diante disso, apresenta-se as tabelas a seguir que mostram importações e exportações realizadas pelas principais aduanas do país, sendo os dados da primeira linha das tabelas 48 e 49 (Matanzas, San Félix, Puerto Ordaz, Santa Elena), correspondentes a aduanas localizadas no Estado Bolívar.

Tabela 48 - Valor das exportações realizadas pela Venezuela, segundo as principais aduanas (2008-2009)
(continua)

Principais Aduanas	Milhões de US\$ (2008)	2008 (%)	Milhões de US\$ (2009)	2009 (%)	Variação (%)
Matanzas, San Félix, Puerto Ordaz e Santa Elena	2.871	51,10	1.411	59,20	50,90
Valencia e Puerto Cabello	928	16,50	313	13,20	66,20

(continuação)

Principais Aduanas	Milhões de US\$ (2008)	2008 (%)	Milhões de US\$ (2009)	2009 (%)	Varição (%)
San Antonio, Ureña e La Fría	220	3,90	110	4,60	50,10
Maracaibo, Paraguachón La Chinita e El Tablazo	610	10,90	202	8,50	66,90
Guanta	386	6,90	137	5,80	64,40
La Guaira	144	2,60	42	1,80	70,80
Maiquetía	222	4,00	77	3,20	65,50
Las Piedras, La Vela e Cumarebo	82	1,50	30	1,30	63,20
Restante	152	2,70	60	2,50	60,40
Total	5.616	100,00	2.382	100,00	-60,30

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

Tabela 49 - Valor das importações realizadas pela Venezuela, segundo as principais aduanas (2009-2010)

(continua)

Principais Aduanas	Milhões de US\$ 2009	2009 %	Milhões de US\$ 2010	2010 %	Varição %
Puerto Ordaz	43	1,20	31	1,80	-27,40
Maiquetía	442	12,00	284	16,40	-35,70
Puerto Cabello	1.226	33,30	716	41,20	-41,60
Valencia	51	1,40	38	2,20	-24,30
Maracaibo, Chinita y Paraguachón	419	11,40	106	6,10	-74,60
Guanta	157	4,30	69	4,00	-56,40
San Antonio	280	7,60	68	3,90	-75,90
Guamache	146	4,00	26	1,50	-82,50
La Guaira	816	22,20	377	21,70	-53,80

(continuação)

Principais Aduanas	Milhões de US\$ 2009	2009 %	Milhões de US\$ 2010	2010 %	Variação %
Las Piedras	22	0,60	2	0,10	-89,00
Puerto Sucre	30	0,80	1	0,00	-97,70
Outros	48	1,30	18	1,10	-62,30
Total	3.681	100,00	1.736	100,00	-52,80

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

6.6 Infra-Estrutura

6.6.1 Segurança Pública

A tabela 50 abaixo mostra os dados das ocorrências registradas no ano de 2003 no Estado.

Tabela 50 – Tipos de Ocorrências no Estado Bolívar (2003)

Tipo	Ocorrências
Contra a pessoa	2.711
Contra o patrimônio	11.028
Contra os costumes	458
Contra o patrimônio público	208
Outros	1.264
Total	15.669

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

Das ocorrências especificadas, aquelas contra o patrimônio foram as mais evidentes.

6.6.2 Energia

Não foi possível encontrar dados sobre a matriz energética do Estado Bolívar. Os dados relacionados ao setor energético da tabela 51 mostram o consumo no estado dos produtos derivados do petróleo, que é um produto muito importante na Venezuela, para não dizer que é o principal produto de exportação do país.

Observa-se que o consumo maior do período foi no ano de 2006.

Tabela 51 – Consumo de produtos derivados do petróleo no Estado Bolívar (2001-2006)

Ano	Mil barris equivalentes de petróleo diário
2001	19.668
2002	20.856
2003	17.732
2004	17.438
2005	21.521
2006	22.638

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA, 2010.

O setor secundário do Bolívar é responsável por grande parte da economia do estado. Destacam-se nessa atividade econômica as indústrias siderúrgicas. A produção de energia é satisfatória, pois o estado possui usinas hidrelétricas com grandes capacidades. É verdade que a Venezuela tem enfrentado uma crise energética, a qual o Governo atribui à escassez de chuvas nos últimos anos e ao aumento excessivo da demanda. A oposição afirma que na realidade o problema é consequência da falta de investimentos no setor. Independente das causas da crise, é importante observar que o Bolívar tem potencial para produção energética para atender o setor industrial e, ainda que a falta de chuvas seja um entrave, a demanda tende a aumentar à medida que a economia do estado se desenvolve, portanto investimentos na produção de energia elétrica são fundamentais.

As importações e exportações do Bolívar tem diminuído, talvez um reflexo da falta de investimento por parte do Governo Federal, já que este tem priorizado o comércio do petróleo fazendo deste produto o principal responsável pelas divisas do país.

No setor primário destaca-se no Bolívar o extrativismo mineral, sendo os principais minérios extraídos: alumínio, diamante, ferro, manganês, ouro, tório, quartzo, níquel, mercúrio e bauxita. Entretanto na atividade agrícola o estado é pouco desenvolvido, mas, ao

contrário de Roraima, possui fábricas de insumos necessários para o plantio, como por exemplo, o cálcio. O clima e o solo do estado também favorecem a agricultura, mas há falta de tecnologia e investimentos na produção de alimentos.

O estado Bolívar tem um potencial grande para desenvolver-se economicamente, possui recursos naturais passíveis de serem utilizados como matéria-prima, possui produção energética, seu país é um grande produtor de petróleo e suas terras são propícias à produção de alimentos.

7 BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA

As relações entre o Brasil e a Venezuela sempre foram pacíficas. Mesmo durante a formação de suas fronteiras, como exposto na seção 2.7.4 da presente dissertação, o diálogo sempre foi possível e no fim entrou-se em acordo. Os atuais limites entre esses países vizinhos se fundamentam no Tratado de Limites e Navegação Fluvial, assinado em Caracas em 05 de maio de 1859 (ZURITA, 1995). Neste Tratado é descrito o percurso da linha divisória, e define as condições de navegação fluvial entre ambos os territórios nacionais. No artigo 1º os países declaram que haverá entre eles “paz perfeita, firme e sincera” (BRASIL; VENEZUELA, 1998).

Nos últimos anos esses dois países estreitaram suas relações ainda mais, o que foi motivado principalmente pelo tipo de governo apresentado do lado brasileiro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do lado venezuelano pelo presidente Hugo Chávez Frias. Entretanto, foi na década de 70 que se realizou pela primeira vez uma reunião presidencial entre os dois países, quando os então presidentes Rafael Caldera (Venezuela) e General Emílio Garrastazu Médici (Brasil) se entrevistaram em 20 de fevereiro de 1973, na cidade de Santa Elena do Uairén (ZURITA, 1995).

Em 04 de março de 1994, os presidentes Itamar Franco (Brasil) e Rafael Caldera (Venezuela) se reuniram em La Guzmania e na ocasião assinaram um Comunicado Conjunto através do qual expressaram

sua inequívoca determinação de atribuir renovado impulso às relações bilaterais, dentro do tradicional espírito de amizade que as tem caracterizado e de uma visão prospectiva de integração entre os dois países. Com tais propósitos, e com base na confiança recíproca existente entre os dois Governos, os Presidentes decidiram ampliar as áreas de cooperação bilateral e utilizar plenamente os mecanismos de consulta e diálogo político, atribuindo-lha nova dimensão e alta prioridade, de modo a permitir o aproveitamento eficaz das imensas potencialidades de cooperação entre os dois países (FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO, 1998, p. 25).

Em 04 de julho de 1995, em Caracas, o presidente da Venezuela Rafael Caldera recebeu o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso e juntos assinaram a Declaração de Caracas, na qual afirmam que

em pouco mais de um ano, nossos países (Brasil e Venezuela) construíram uma ampla e renovada agenda de entendimento, cooperação e integração. Oportunidades foram identificadas, obstáculos superados, projetos concretizados. (...) Ao repassar o caminho percorrido, comprovamos que as relações entre nossos países alcançaram densidade e fluidez sem precedentes em sua história, propiciando condições para

que se realizem em sua plenitude as enormes potencialidades de cooperação entre ambos (FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO, 1998, p. 81).

Em 20 de maio de 1996, foi a vez de Caldera visitar o Brasil e se reuniu com o presidente Fernando Henrique Cardoso em Brasília. Na ocasião assinaram a Declaração de Brasília, na qual expressaram sua convicção de que “o aprofundamento e a ampliação dos vínculos de cooperação entre nossos países (Brasil e Venezuela), em uma visão prospectiva de integração, (...) constituem objetivo permanente no relacionamento bilateral” e comprometeram-se a “tomar as decisões destinadas a concretizar e a consolidar as linhas de ação definidas de comum acordo, de modo a fazer avançar” seus objetivos de cooperação e integração (FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO, 1998, p. 113).

De acordo com Bansart (1995) a relação entre o Brasil e a Venezuela representa um elo entre os países membros do MERCOSUL bem como entre os países andinos e os países membros da Associação dos Estados do Caribe. Essa situação é muito importante tendo em vista que o estreitamento de relações, principalmente com países mais próximos geograficamente, é fundamental para o desenvolvimento econômico em tempos de globalização.

Bansart (1995, p. 65) afirma:

Os interesses do Brasil e da Venezuela são comuns. As relações especiais, baseadas nesses interesses, demonstram um potencial sumamente sólido e duradouro. Subsistirão e se fortalecerão porque, à margem de algumas diferenças de tamanho, de cultura ou de língua, a visão de mundo é similar, os grandes objetivos de desenvolvimento chegam a identificar-se e a determinação, por ambas as partes, com relação aos meios apropriados podem estreitar seus destinos (BANSART, 1995, p. 65).

Em nível nacional existem muitos acordos firmados entre os Governos do Brasil e da Venezuela. Podem-se destacar mais dois destes documentos que interessam à região de fronteira. Estes dizem respeito à área de saúde. Um deles é o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países. Este acordo foi firmado em 07 de novembro de 1979, em Caracas e tem o objetivo de lograr um melhor controle das enfermidades de animais na região de fronteira, priorizando a luta contra a febre aftosa. O documento prevê uma colaboração de caráter técnico como controle de vacinas e produtos zooterápicos, além de diagnósticos e pesquisas, bem como intercâmbio permanente de informações epizoóticas na região de fronteira e a sincronização das datas de vacinação anti-aftosa (BRASIL; VENEZUELA, 1979).

Outro ponto importante explicitado no documento é a necessidade de uma estreita e permanente coordenação das medidas destinadas a controlar o trânsito de animais vivos e de produtos derivados, através da fronteira comum. As partes também concordaram em constituir uma Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Sanidade Animal, de caráter permanente (BRASIL; VENEZUELA, 07 de novembro de 1979).

Ainda no âmbito da saúde outro documento importante é o Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça, firmado em 19 de fevereiro de 1982, em Caracas, a partir do interesse comum dos países fronteiriços na promoção, no fomento, na conservação e na restituição da saúde. Nele os governos se comprometem a adotar medidas preventivas e de controle no que diz respeito a doenças como malária, tripanosomíase, febre amarela, oncocercose, hanseníase, doenças venéreas, tuberculose, hepatites e saneamento ambiental. Prevê a ajuda técnica, intercâmbio de pessoal, outros recursos, bem como a atenção às áreas indígenas e às áreas rurais da região de fronteira, pois carecem de infra-estrutura (BRASIL; VENEZUELA, 1982b). A área abrangida pelo acordo corresponde ao Estado de Roraima e aos estados venezuelanos Amazonas e Bolívar, e deixa claro que não seriam adotadas em nenhum momento medidas de profilaxia que impliquem o fechamento total de suas fronteiras (BRASIL; VENEZUELA, 1982b). Os demais acordos estão listados no anexo A.

O Intercâmbio Comercial entre Brasil e Venezuela pode ser observado pelos dados da tabela 52:

Tabela 52 – Intercâmbio Comercial entre Brasil e Venezuela, US\$ mil, FOB (2005-2010)

BRASIL/ VENEZUELA	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (jan-ar)
Intercâmbio	2.479.311	4.156.977	5.069.865	5.688.737	4.191.957	1.014.728
Exportações	2.223.706	3.565.424	4.723.940	5.150.188	3.610.339	777.595
Importações	255.605	591.553	345.925	538.549	591.618	237.133
Saldo	1.968.101	2.973.871	4.378.015	4.611.639	3.028.720	510.461

Fonte: BRASIL, 2010

O Comunicado Conjunto dos Presidentes do Brasil e da Venezuela, datado de 30 de setembro de 2008, relata que desde dezembro de 2007 os Presidentes têm realizado encontros trimestrais “com vistas a fortalecer a densa agenda política, comercial, econômica, cultural e de cooperação agrícola, educacional, energética e industrial”, evidenciando as áreas nas quais os países têm efetuado parcerias (BRASIL, 2008).

O encontro presidencial mais recente entre Brasil e Venezuela ocorreu em 28 de abril de 2010, em Brasília, com a visita do presidente venezuelano Hugo Chávez Frias. Na ocasião os presidentes assinaram um Comunicado Conjunto, no qual o assunto sobre integração fronteiriça foi abordado (BRASIL, 2008).

Os presidentes confirmaram a importância do fortalecimento da integração entre os estados e municípios vizinhos para ambos os países, na medida em que propicia a melhoria da qualidade de vida da população residente na região de fronteira.

Foi citado o Acordo sobre o Estabelecimento de um Regime Especial Fronteiriço entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén, cuja assinatura seria efetivada o mais breve possível.

No Comunicado

Os Presidentes saudaram a importância da inauguração, na primeira semana de maio, de uma agência bancária da Caixa Econômica Federal em Pacaraima, na área de fronteira entre o Brasil e a Venezuela. O Presidente Chávez indicou sua intenção de instalar uma agência do Banco de Venezuela em Santa Elena do Uairén, do lado venezuelano, com vistas a estabelecer uma parceria com a agência da Caixa em Pacaraima para atender as necessidades da população residente naquela região. Os Presidentes ressaltaram que essa estratégia constituirá importante instrumento de integração e desenvolvimento fronteiriço (BRASIL, 2008).

O Comunicado Conjunto também felicitou a assinatura do Memorando de Entendimento para a criação de Centros Binacionais de Atendimento às Mulheres Migrantes na Fronteira Brasil-Venezuela.

O progresso das relações entre o Brasil e a Venezuela tem sido crescente, mas com relação à região de fronteira ainda há muito a ser feito. Essas questões serão melhor discutidas nas seções 7 e 8.

8 RELAÇÕES ENTRE RORAIMA E ESTADO BOLÍVAR

Nesta seção serão apresentadas as relações bilaterais entre Roraima e Bolívar que vem se desenvolvendo desde 2006. Estes dados fazem parte dos resultados da presente dissertação. Aqui relata-se um histórico detalhado desde 2006, quando teve início um diálogo mais freqüentes entre os dois estados, através, principalmente, dos nove Encontros de Governadores realizados no período de 2006 a 2010. Os resultados concretos alcançados até agora estão evidenciados na seção 8, na qual estão explicitados também as conquistas, avanços e obstáculos obtidos com os projetos de integração.

Desde o ano de 2006, as relações entre Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela) tem se estreitado. Isso foi possível a partir de um diálogo mais efetivo entre os governadores de ambos os estados (iniciado na gestão do governador de Roraima Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, falecido em 11 de dezembro de 2007 e sucedido por seu vice Engenheiro José de Anchieta Junior; por parte do estado Bolívar o governador General Francisco Rangel Gómez), o que pode ser evidenciado nos Encontros de Governadores Bolívar/Roraima que vem ocorrendo desde então. Desses Encontros resultaram assinaturas de alguns acordos e termos de compromissos, principalmente nas áreas de Educação, Saúde, Agricultura e Segurança. Além disso, entre um Encontro e outro, diversos eventos foram realizados ao longo dos últimos cinco anos, como por exemplo, o Seminário Oportunidades de Negócios com o Estado de Roraima – Brasil, realizado no dia dois de maio de 2006, em Caracas (Venezuela).

Para promover uma integração mais efetiva, membros do governo de Roraima e representantes de setores da economia realizaram e ainda realizam muitas viagens ao país vizinho, visitando autoridades e defendendo os projetos que envolvem a região de fronteira. Da mesma maneira, Roraima também recebe regularmente a visita de comitivas venezuelanas com os mesmos objetivos.

Um retrospecto dos Encontros de Governadores se faz necessário para que se possa evidenciar o processo de evolução dos trabalhos em prol de uma aproximação economicamente saudável entre os estados vizinhos.

8.1 Ano de 2006

O I Encontro de Governadores aconteceu em Boa Vista, na data de 17 e 18 de abril de 2006. Nesse encontro foram estabelecidas diretrizes e metas que seriam implementadas pelos governos dos dois estados fronteiriços, no sentido de “fortalecer seus vínculos de amizade, cooperação e integração” (RORAIMA; BOLÍVAR, 29 de abril de 2010).

Desse encontro originou-se o Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Bolívar da República Bolivariana de Venezuela, assinado em 18 de abril de 2006. As partes mais relevantes deste texto estão citadas a seguir:

Considerando a amizade e identificação humana que se tem cultivado através do tempo em diferentes áreas, entre seus povos e diferentes Instituições Públicas e Privadas, seja em atos de promoção das potencialidades dos Estados fronteiriços (Roraima – Bolívar), seja no desenvolvimento e intercâmbio cultural, na prática de esportes, na transferência de conhecimento, no desfrute, através do turismo, das belezas naturais de ambas as regiões (...), acordam fortalecer e ampliar os vínculos de irmandade entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, com mecanismos de comunicação permanentes que permitam ao longo do tempo alcançar os resultados almejados, seja na complementação de atividades econômicas, através da produção e comercialização de produtos com base nas vantagens comparativas de cada Estado, no crescimento do intercâmbio de atividades culturais, esportivas, comunitárias, sociais, na troca de experiências exitosas no âmbito da administração pública, bem como participar com destaque e ter poder de influência na formulação das políticas para o MERCOSUL que afetam essas regiões (BRASIL; VENEZUELA, 2006a).

Nos dias 30 e 31 de maio de 2006 realizou-se, desta vez em Ciudad Bolívar, o II Encontro de Governadores Bolívar/Roraima. Nesse encontro

[...] Foram discutidos diversos assuntos de interesse comum entre os dois Estados, em especial para a integração fronteiriça, com destaque aos setores de saúde, educação, turismo, segurança pública, interligação aérea, comércio fronteiriço, transferência tecnológica na área agrícola, redução da burocracia na área de fronteira e parceria na área de fornecimento de insumos agrícolas (RORAIMA, BOLIVAR, 2006a).

Depois de serem definidas diretrizes para se desenvolver os temas propostos, as equipes técnicas dos dois estados elaboraram Termos de Cooperação. Um deles foi o Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Segurança entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela. Este Termo deixa claro que pelo fato de serem estados fronteiriços, existem

elementos de segurança em comum, o que solicita uma troca de experiências em práticas e procedimentos policiais. Com este documento foi definido que haveria cursos de capacitação na área de segurança pública promovidos pelo estado de Roraima, através da Academia Integral de Polícia, vinculada à Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado de Roraima. Para esses cursos seriam destinadas vagas a oficiais venezuelanos do Estado Bolívar. Em contrapartida o estado venezuelano promoveria cursos para oficiais brasileiros do Estado de Roraima. Esses cursos seriam ditados pela Direção Estadual de Proteção Civil e Administração de Desastres, vinculada à Secretaria de Segurança Cidadã - instituições venezuelanas- (BRASIL; VENEZUELA, 2006b).

Outra área contemplada pelos Termos assinados foi a Saúde, a partir do Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Saúde entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela.

Este termo afirma que

O serviço da saúde é de interesse público e eminentemente social. (...) Que o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil, e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, apresentam territórios limítrofes, com diversos problemas de enfermidades endêmicas, requerendo um esforço de assistência sanitária levando em conta a distância territorial que dificulta a atenção imediata e direta das patologias de que padecem os cidadãos de ambos os Estados (BRASIL; VENEZUELA, 2006c).

Através deste termo, os governos dos estados estabeleceram uma série de alvos, destacando-se:

- a) intercâmbio tecnológico e científico para a prevenção, controle e erradicação de enfermidades endêmicas e epidemiológicas que afetam ambos os Estados;
- b) executar ações intergovernamentais para a atenção médico-assistencial à população localizada nos municípios fronteiriços de ambos os Estados;
- c) estabelecer um sistema de informação compartilhada que contenha os dados das pessoas vacinadas contra a febre amarela.

Para a área da Agricultura estabeleceu-se o Termo de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica em Matéria Agrícola entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela. Esse Termo considera que ambos os estados “apresentam territórios limítrofes com condições agroclimáticas similares” (BRASIL; VENEZUELA, 2006d), o que justifica a parceria, partindo

das potencialidades de cada um. O acordo previa um apoio tecnológico por parte de Roraima ao estado vizinho para o desenvolvimento do cultivo da soja. O Estado Bolívar se comprometeu a “disponibilizar pessoal técnico, apoio logístico, todos os insumos necessários para o desenvolvimento dos ensaios e coordenar todo o concernente à localização das fazendas e maquinarias necessárias para o sucesso da experiência” (BRASIL; VENEZUELA, 2006d).

A área da Educação também foi contemplada, através do Termo de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica em Matéria de Educação entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela. Neste Termo os governos de Roraima e do Estado Bolívar se dispuseram a “estabelecer um convênio de caráter científico, tecnológico, técnico e pedagógico, onde se estabeleçam mecanismos de registro de diplomas entre universidades, localizadas nas respectivas regiões dos Estados assinantes” do mencionado convênio (BRASIL; VENEZUELA, 2006e). O Termo previa para o convênio os seguintes programas:

- a) Programa de Graduação na Universidade Estadual de Roraima;
- b) Programa de Professores Visitantes;
- c) Programa de Doutorado Binacional em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável;
- d) Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais;
- e) Programa de Mestrado em Educação Regional.

Nos dias 07 e 08 de julho de 2006, realizou-se em Santa Elena do Uairen (Venezuela) o Encontro Binacional Brasil-Venezuela de Educação Superior, promovido pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) e pela Secretaria de Educação do Estado de Bolívar. Esse encontro teve como objetivo principal dar seqüência às atividades previstas para a área de educação. As conclusões do Encontro foram apresentadas na Carta de Santa Elena de Uairen (RORAIMA, 2006).

A Carta revelou que as discussões e documentos elaborados possuíam um caráter inicial, servindo de instrumentos de base para as futuras negociações. Além disso, decidiu-se que os projetos que fossem desenvolvidos nos cursos pertencentes ao Convênio deveriam ter aplicabilidade às problemáticas da realidade dos municípios de Pacaraima (Roraima) e Gran Sabana (Bolívar). O início das atividades acadêmicas ficou previsto para agosto de 2006, com

turmas em quatro cursos oferecidos pela UERR: Comércio Exterior, Computação Turismo e Ensino das línguas Portuguesa e Espanhola. As aulas seriam ministradas do *campus* de Pacaraima.

Em contrapartida outros cursos passariam a ser ministrados em Santa Elena do Uairen por universidades venezuelanas a partir de março de 2007. Estes cursos seriam Enfermagem, Geologia, *Estúdios Jurídicos*, Administração e *Contaduría Pública*.

O III Encontro de Governadores Bolívar/ Roraima ocorreu em Pacaraima (Roraima), no dia 17 de agosto de 2006. Até essa data alcançou-se cerca de 30% das metas estabelecidas nos Encontros anteriores (RORAIMA ; BOLIVAR, 2006b). As áreas em que se teve mais avanço foram Educação e Segurança Pública. Neste Encontro defendeu-se a assinatura de mais um Termo, sendo este na área do Turismo. Entre outros assuntos discutiu-se a necessidade da abertura da fronteira durante 24 horas e sobre a dificuldade de se transitar pela fronteira com mercadorias e a morosidade dos processos de autorização.

Em setembro de 2006 realizou-se o III Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO DE FRONTEIRAS, 2006), em Boa Vista. Os seguintes temas foram abordados:

- a) a integração da América do Sul por meio do turismo e a entrada da Venezuela no MERCOSUL;
- b) integração aérea – Desafios para a Região Amazônica;
- c) as potencialidades do turismo na Fronteira Norte – Corredor Amazônia-Caribe;
- d) MERCOSUL Jurídico – Acordos em vigência e fluxo no passo fronteiro: os desafios do Norte;
- e) turismo e meio ambiente- Modelo de desenvolvimento para a Amazônia;
- f) integração cultural e turismo – a visão acadêmica;
- g) o caso transfronteiro Portugal-Espanha;
- h) o caso fronteiro Iguassu-Misiones.

Nesse Seminário, durante os debates, levantaram-se as necessidades a serem supridas para que o turismo na região de fronteira entre Brasil e Venezuela seja dinamizado.

8.2 Ano de 2007

O IV Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar ocorreu no dia 12 de abril de 2007 em Boa Vista. Neste Encontro os governadores de ambos os estados exultaram os esforços em manter esses encontros “com alcance de resultados concretos, apesar das inúmeras dificuldades que se apresentam no dia-a-dia nessa região de fronteira que extrapolam a competência dos governos regionais para solucioná-las” (RORAIMA; BOLÍVAR, 12 de abril de 2007a).

Neste encontro foram elucidados os avanços com relação ao cumprimento de tudo o que havia sido estabelecido através dos Termos assinados no II Encontro, em maio de 2006. Os resultados estão apresentados em síntese a seguir: (RORAIMA; BOLÍVAR, 2006a).

8.2.1 Educação

Os cursos oferecidos pela UERR aos venezuelanos estavam funcionando. Entretanto a contrapartida ainda não havia ocorrido devido às dificuldades do lado venezuelano em oferecer cursos de graduação para brasileiros em Santa Elena do Uairen, “bem como regularizar a documentação dos alunos venezuelanos que estão frequentando os cursos de graduação oferecidos pela Universidade Estadual de Roraima em Pacaraima” (RORAIMA; BOLÍVAR 12 de abril, 2007a).

8.2.2 Saúde

Constatou-se uma carência de diálogo entre os setores de saúde dos dois estados, “principalmente dos diretores das unidades de saúde emissoras e receptoras de pacientes” (RORAIMA; BOLÍVAR 12 de abril, 2007a). Tornava-se necessário um entrosamento maior das partes com o objetivo de definir as responsabilidades em determinadas questões como, por exemplo, a remoção do paciente com alta para o seu estado de origem e os custos elevados de alguns tratamentos.

8.2.3 Segurança Pública

Na ocasião, o estado de Roraima já havia ofertado cursos para oficiais venezuelanos. Era necessário definir a contrapartida do estado Bolívar (RORAIMA; BOLÍVAR 12 de abril, 2007a).

8.2.4 Agricultura

Afirmou-se que os experimentos realizados em três fazendas venezuelanas com relação ao plantio de soja alcançaram sucesso, entretanto a necessidade de insumos, tais como calcário e fósforo, era muito grande. Esses insumos deveriam ser fornecidos pela Venezuela já que este país possui jazidas capazes de atender tanto o mercado venezuelano quanto o norte do Brasil. Afirmou-se que “como a Venezuela tem calcário de boa qualidade e sendo disponibilizado o fósforo, o setor do agronegócio nos dois Estados teria um grande impulso, já que a tecnologia nessa região está dominada” (RORAIMA; BOLÍVAR 12 de abril, 2007a).

8.2.5 Turismo

Apresentou-se uma proposta de cooperação na área do turismo para ser analisada pela equipe técnica responsável por este assunto no Estado Bolívar (RORAIMA; BOLÍVAR 12 de abril, 2007a).

Sete dias depois do IV Encontro de Governadores Roraima/Bolívar, aconteceu uma reunião na Secretaria Estadual de Saúde de Roraima (SESAU/RR) para discutir as melhorias necessárias para que pacientes dos dois estados fossem atendidos em unidades de saúde venezuelanas (em Santa Elena do Uairen) e brasileiras (Pacaraima e Boa Vista). Dessa reunião participaram autoridades dos dois estados e foram diagnosticados alguns entraves.

A falta de diálogo entre as unidades de saúde dos dois estados, que já havia sido mencionada no IV Encontro de Governadores foi novamente citada. Além disso, observou-se

que alguns pacientes provenientes da Venezuela, mesmo recebendo alta, permaneciam internados sem necessidade, pois aguardavam meios para retornar ao lar.

Outro ponto levantado foi o fato de que o Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS) não ressarcia o hospital de Roraima os valores gastos em tratamentos de alto custo a pacientes estrangeiros, o que estava onerando os gastos com saúde do estado. Dentre outros problemas levantados, a falta de documentação dos pacientes estrangeiros também se configurava como um obstáculo. Definiu-se que outras reuniões seriam realizadas para dar andamento à resolução dos problemas levantados e, dessa forma, prosseguir com qualidade os trabalhos referentes ao acordo de cooperação na área de saúde entre os estados de Roraima e Bolívar (RORAIMA; BOLÍVAR 12 de abril, 2007a).

No dia 18 de maio de 2007, uma reunião para tratar dos assuntos ligados ao transporte de carga na região de fronteira entre Brasil e Venezuela foi realizada em Santa Elena do Uairen. Estiveram presentes alguns dirigentes de instituições venezuelanas ligadas ao tema, bem como representantes dos empresários roraimenses. Reclamações por parte dos brasileiros foram explicitadas, principalmente sobre os procedimentos de fronteira complexos e morosos. Algumas sugestões foram feitas e houve um comprometimento da parte venezuelana para melhorar a situação (RORAIMA; BOLÍVAR 12 de abril, 2007a).

Sobre esse assunto existe o decreto brasileiro nº 2.975, de 1º de março de 1999, que validou o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Este acordo apresenta, em sua primeira parte, uma definição dos principais termos do texto, tais como transporte por rodovia, transporte comercial, transporte de passageiros, carga, etc. Neste acordo as partes (Brasil e Venezuela) estabelecem regras básicas para que se possa cruzar a fronteira, seja como pessoa física ou jurídica (BRASIL, 1999).

Os veículos somente podem cruzar a fronteira nas áreas habilitadas. As leis de trânsito e demais disposições legais aplicadas pelo país aos seus cidadãos são válidas também para os visitantes. Com relação ao transporte de cargas, estas poderão ser submetidas à fiscalização aduaneira e deverão estar em conformidade com a legislação. A tripulação do veículo deve estar devidamente documentada e há uma obrigatoriedade do veículo possuir um seguro que “poderá ser contratado no país em que se interne temporariamente o veículo, ou no país de origem do mesmo, obedecendo ao princípio da reciprocidade. Neste último caso, deverá responsabilizar-se pelo seguro uma entidade ou organismo do país onde se interne” (BRASIL, 1999).

Existem mais dois documentos anteriores a esse que praticamente foram englobados neste decreto nº 2.975/99. São eles:

- a) Convênio sobre transporte terrestre fronteiro de carga entre o governo da república federativa do Brasil e o governo da república da Venezuela (BRASIL; VENEZUELA, 19 de fevereiro de 1982a).

Firmado em 19 de fevereiro de 1982, em Caracas, este Convênio considera transporte fronteiro aquele que se realiza entre o Território Federal de Roraima e o Estado Bolívar, sempre que a carga se originar de ou se destinar à referida região. O acordo tem como objetivo, disciplinar o transporte fronteiro de carga e consolidar suas condições de operação, de modo a harmonizar os interesses econômicos e sociais das regiões fronteiriças e facilitar a tarefa aos organismos encarregados da aplicação das normas de controle. Os transportadores são obrigados a estar com situação legalizada no país de origem e seu veículo devidamente autorizado. Os veículos devem ter apólice de seguro válida em ambos os países e os órgãos responsáveis pelo assunto são o DNER (Brasil) e o DGSTT (Venezuela).

- b) Memorando de entendimento entre os governos da república federativa do Brasil e o governo da república da Venezuela, para regulamentar o transporte fronteiro de passageiros entre o território de Roraima e o estado Bolívar (BRASIL; VENEZUELA, 04 de fevereiro de 1988b).

Firmado em quatro de fevereiro de 1988, em Caracas, com o objetivo de lograr um maior intercâmbio comercial, turístico e cultural na região de fronteira. Além disso, este Memorando determina que as empresas de transporte devem ter experiência comprovada na prestação de serviços na região e deverão estar amparadas de apólices de seguro com cobertura no outro país. Os órgãos responsáveis pelo assunto tratado neste Memorando são novamente o DNER (Brasil) e o DGSTT (Venezuela).

Em 20 de junho de 2007, em solenidade realizada Ciudad Bolívar (Estado Bolívar, Venezuela) foi assinado entre o Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional entre a Universidade Estadual de Roraima e a Universidad Nacional Experimental de Guayana (UNEG), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Educação firmado entre os governos dos Estados de Roraima e Bolívar (RORAIMA; BOLÍVAR, 22 de junho de 2007c).

O Convênio considera importante e necessário o fortalecimento das atividades acadêmicas proporcionado pela cooperação entre a UERR e a UNEG, “a fim de que se faça mais eficiente o uso de seus recursos para formar redes sólidas e produtivas nas suas áreas de interesse” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA; UNIVERSIDADE EXPERIMENTAL DE GUAYANA, 2007).

Os interesses em comum entre UERR e UNEG perpassavam os campos acadêmico, tecnológico, científico e cultural, além de projetos voltados para o ensino, a pesquisa e a extensão. Para atingir esses objetivos de integração, destacam-se algumas atividades cuja proposta de realização constava no documento do Convênio (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA; UNIVERSIDADE EXPERIMENTAL DE GUAYANA, 2007):

- Integração acadêmica através da racionalização das atividades de graduação e pós-graduação otimizando os recursos de ambas as Instituições;
- Apoio acadêmico no desenvolvimento dos estudos de Graduação e Pós-Graduação em cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado;
- Realização conjunta de projetos de pesquisa, assistência e acessória técnica e pedagógica nas áreas de interesse comum às partes;
- Intercâmbio e mobilização de pesquisadores, pessoal docente e/ou estudante (...);
- Promoção e apoio à criação e funcionamento de redes e grupos de estudos e pesquisas em qualquer dos ramos de interesse comum;
- Apoio e acessória em matéria de novas tecnologias da informação e de comunicação aplicadas aos processos de ensino-aprendizagem;
- (...) Intercâmbio de material didático, bibliográfico e de divulgação;
- Edição conjunta de material didático, bibliográfico e de divulgação que responda ao interesse dos signatários, respeitando as normas vigentes em matéria de propriedade intelectual;
- Organização de foros, congressos, seminários, jornadas, conferências e outras atividades de similar natureza que fomentem a formação e a extensão das partes envolvidas neste convênio (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA; UNIVERSIDADE EXPERIMENTAL DE GUAYANA, 2007).

O documento do Convênio afirma que este teria duração de quatro anos contados a partir da data de sua assinatura, podendo então ser renovado caso houvesse interesse das partes.

Posteriormente outro convênio sobre a integração na área de educação seria firmado, em 2008, o que será mencionado adiante.

Para acompanhar e avaliar os trabalhos realizados dentro das metas dos Termos de Cooperação Técnicas e Científica em Matéria de Saúde, Agricultura, Educação e Segurança Pública, foi realizada uma Reunião de Trabalho dos Secretários de Roraima e Bolívar, nos dias 06 e 07 de agosto de 2007, em Boa Vista. Os responsáveis por cada setor explicitaram os objetivos alcançados, bem como as demandas para o prosseguimento dos trabalhos. As

reivindicações foram praticamente as mesmas daquelas mencionadas no IV Encontro de Governadores.

O V Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar ocorreu na cidade de Puerto Ordaz (Estado Bolívar), no dia três de outubro de 2007. No Encontro

Primeiramente fizeram uso da palavra os dois Governadores, onde expressaram a satisfação pelo esforço em manter esses encontros com alcance de resultados concretos, apesar das inúmeras dificuldades que se apresentam no dia-a-dia nessa região de fronteira que extrapolam a competência dos governos regionais para solucioná-las. Cabe destacar a importância e o interesse manifestado pelos Governadores em estreitar cada vez mais as relações entre os dois estados fronteiriços, pois fizeram questão de destacar que em apenas um ano e meio já ocorreram (havia ocorrido até outubro de 2007) cinco encontros binacionais de governadores e um encontro conjunto com o Presidente da República Bolivariana de Venezuela – Hugo Chávez Frias (RORAIMA; BOLÍVAR, 2007b).

O trecho da Ata da Reunião demonstrado acima reflete as intenções de ambos os Governadores em realmente intensificar o diálogo e as trocas entre os estados fronteiriços.

Neste V Encontro de Governadores foram assinados três memorandos e uma declaração conjunta “como uma forma de propiciar o desenvolvimento de programas e projetos específicos relacionados” ao setor agropecuário, segurança, saúde e educação (RORAIMA; BOLÍVAR, 2007b).

A Declaração Conjunta dos Governadores do Estado de Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil foi firmada

com o propósito de estreitar e intensificar os vínculos de amizade e integração entre os estados fronteiriços referidos, (os Governos) declaram a ambos Estados entidades irmãs e se comprometem a consolidar as relações de amizade entre seus habitantes. Assim mesmo, comprometeram-se a estreitar laços sociais, culturais e econômicos sobre a base dos princípios de solidariedade e fraternidade. (...) Entendem que os Estados de Bolívar e Roraima são a porta de entrada ao MERCOSUL. Reafirmaram a vontade política de cooperar em todas as áreas permitidas pelas respectivas legislações e de comum interesse para os Estados signatários (BRASIL; VENEZUELA, 03 de outubro de 2007b).

Com esta Declaração, além da reiteração do compromisso assumido com o Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional entre a Universidade Estadual de Roraima e a Universidad Nacional de Guayana, em junho de 2007, foram assinados três Memorandos de Entendimento ligados às áreas de agricultura, saúde e capacitação de pessoal na área policial, que serão explicitados a seguir:

- c) Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica na Área Agrícola entre o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil.

Neste memorando os Governos dos estados de Roraima e Bolívar consideram que estes apresentam “territórios limítrofes com condições agroclimáticas similares” e reconhecem as potencialidades de cada um, apresentando Roraima o desenvolvimento da agricultura “através da utilização de modernas técnicas” e o Estado Bolívar, solos e clima muito favoráveis (RORAIMA; BOLÍVAR, 03 de outubro de 2007d).

As atividades a serem desenvolvidas a partir deste Memorando seriam coordenadas pelas instituições de cada estado responsáveis pelo assunto. No caso de Roraima, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e no caso do Bolívar, a Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Agroindustrial. Estas instituições foram responsabilizadas por planejar e executar projetos de intercâmbio de experiências na área, bem como “avaliar a adaptabilidade, validação e sustentabilidade de novas tecnologias em ambas as regiões” (RORAIMA; BOLÍVAR, 03 de outubro de 2007d).

Houve um comprometimento entre os estados de que suas respectivas secretarias responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de integração no setor agrícola se reunissem a cada três meses, para a troca de informações e a avaliação do andamento dos trabalhos.

- d) Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica na Área de Saúde entre o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil.

Este documento afirma que o serviço de saúde é considerado como interesse público, constituindo-se como um direito de âmbito internacional ligado ao direito fundamental à vida de todo ser humano, devendo-se, desta maneira, garantir-se uma atenção integral estendida até a zona mais distante e limítrofe dos estados (RORAIMA; BOLÍVAR, 03 de outubro de 2007e). Para o desenvolvimento do serviço de saúde em Roraima e Estado Bolívar, considera-se necessário um apoio mútuo entre eles, alicerçado nas potencialidades de cada um, para o atendimento às populações das áreas de fronteira entre os Estados.

A partir destas afirmações, foram acordados principalmente intercâmbios de experiências nas áreas tecnológica e científica, no que diz respeito à prevenção, controle e

erradicação de enfermidades endêmicas e epidemiológicas que afetam as populações de ambos os Estados (RORAIMA; BOLÍVAR, 03 de outubro de 2007e).

O Memorando também previa realização de campanhas de saúde de maneira conjunta entre os estados, de forma bilíngüe, bem como um controle mais eficiente dos pacientes atendidos no país vizinho. Também houve um comprometimento de se realizar reuniões trimestrais para dar continuidade e realizar um acompanhamento dos trabalhos.

- e) Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica na Área de Segurança Pública entre o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil.

Este Memorando considera que “existem elementos comuns de segurança por serem estados (Roraima e Bolívar) fronteiriços, que podem afetar a ordem pública dos estados e que requerem a homologação de práticas e procedimentos policiais” (RORAIMA; BOLÍVAR, 03 de outubro de 2007f). O Memorando previa a cooperação através de cursos de especialização policial, proteção civil e administração de desastre, no sentido de capacitar as forças policiais de cada Estado.

Alguns cursos foram citados no documento como prioritários e, a princípio, o governo de Roraima se comprometeu a arcar com o transporte, alimentação e hospedagem dos oficiais venezuelanos que fariam o curso no Brasil, a maior parte em Boa Vista. Posteriormente, o elevado custo desses serviços oneraria o governo roraimense e essa prática seria alterada, conforme informações obtidas em entrevista na Academia de Polícia Integrada de Roraima, responsável pelo desenvolvimento dos cursos em questão.

Houve um comprometimento em realizarem-se reuniões semestrais para o acompanhamento dos trabalhos.

Em novembro de 2007, foi realizada em Brasília uma Audiência Pública no Congresso Nacional sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Alguns representantes do Governo roraimense estavam presentes, pois o assunto era de grande interesse para o estado. Roraima, “como unidade da federação brasileira, faz parte do MERCOSUL de direito, mas de fato ainda não desfruta dos benefícios econômicos e sociais oportunizados pela formação desse bloco econômico, que teve início em 1994” (RORAIMA, 23 de novembro de 2007d). De acordo com o relato da reunião, o Governo de Roraima afirma que:

Com a Venezuela no MERCOSUL, abrem-se novas oportunidades para nossa economia, pois fazemos fronteira com a Venezuela e poderemos ser muito competitivos em vários produtos que a Venezuela atualmente importa do Centro-Sul do país (Brasil) e de outros países mais distantes, especialmente os produtos originários do agronegócio (RORAIMA, 2007d).

Diante desta declaração, fica evidenciado que para Roraima participar efetivamente do MERCOSUL e desfrutar de seus benefícios, e entrada da Venezuela neste bloco econômico é fundamental.

8.3 Ano de 2008

O VI Encontro de Governadores de Governadores aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2008, em Boa Vista. Neste encontro foram “discutidas ideias e diretrizes políticas para aprofundar as ações de integração entre Roraima e Bolívar” (RORAIMA, 26 de fevereiro de 2008a). Muitos dos assuntos tratados não são inéditos e vem sendo discutidos desde o início das conversas entre os governadores dos estados fronteiriços, tais como a necessidade da fronteira estar aberta 24 horas, a praticidade de se dispensar o uso de passaporte para percorrer os estados fronteiriços, a urgência de uma agilidade maior nos processos burocráticos, integração aérea entre os estados, construção de um Centro Integrado Binacional, etc. Discutiu-se também sobre a Integração dos Sistemas de Comunicação por Fibra Óptica entre Roraima e Bolívar.

Nesta mesma data, foi assinada por ambos os governadores uma Declaração Conjunta dos Governadores dos Estados de Roraima da República Federativa do Brasil e de Bolívar da República Bolivariana da Venezuela. Mediante a assinatura desta declaração foi reafirmada a “importância da continuidade do processo de cooperação técnica e transferência de tecnologia em matéria agrícola, de segurança, saúde, educação entre os Estados de Roraima e Bolívar”, bem como o “interesse na ampliação das parcerias para áreas de cultura, desporto, turismo e estatística” (RORAIMA; BOLÍVAR, 26 de fevereiro de 2008a).

O documento apresentou os seguintes pontos como plataforma:

- a) planejamento e execução de projetos de integração de bancos de dados sobre os estados de Roraima e Bolívar e até mesmo dos seus respectivos países, Brasil e Venezuela, no que diz respeito a características sócio-econômicas regionais e nacionais, ampliando assim o

- conhecimento existente, que servirá de “suporte para novos investimentos por parte de empresários interessados em fazer uma busca de informações para decidir onde irão instalar seus novos negócios” (RORAIMA; BOLÍVAR, 26 de fevereiro de 2008a);
- b) definição de um calendário integrado anual de eventos culturais e esportivos, com a participação dos dois Estados, objetivando a integração cultural e desportiva para “ampliar os laços sociais e culturais dos povos irmãos de Roraima e Bolívar” (RORAIMA; BOLÍVAR, 26 de fevereiro de 2008a);
- c) “o intercâmbio de experiências na área do turismo, através da promoção conjunta de eventos, divulgação de material bilíngue, capacitação de pessoal”, com o objetivo de promover a integração turística, ampliando desta maneira “as oportunidades de negócios no setor, bem como os laços de amizade e fraternidade entre Roraima e Bolívar” (RORAIMA; BOLÍVAR, 26 de fevereiro de 2008a).

Em 21 de junho de 2008, na cidade de Boa Vista, foi realizado o VII Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar. Em sua fala, o governador de Roraima ressaltou mais uma vez o interesse de Roraima e ver a Venezuela membro definitivo do MERCOSUL e a importância deste acontecimento para a economia roraimense. O governador explicitou também que o comércio entre Brasil e Venezuela cresceu muito entre os anos de 2003 e 2007, entretanto os estados de Roraima e Bolívar participaram muito pouco dessa atividade. Portanto é necessário que a integração entre Brasil e Venezuela “se estenda além de Caracas e São Paulo”, permitindo uma participação maior das economias regionais, e para esse avanço é preciso envolver “as três esferas de governo (...): municipal, estadual e federal” (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008b).

Com a palavra, o governador do Estado Bolívar afirmou:

Estamos trabalhando (ele e sua equipe), somando esforços cada vez mais para que essa integração que começou há aproximadamente dois anos e que seguimos trabalhando e lutando por ela e que a cada dia estamos vendo mais possibilidades de avanços. Sem dúvida temos muitas coisas que resolver, algumas coisas temos resolvido, aspectos importantes que resolvemos ao nosso nível, outros aspectos de nível federal no Brasil e nível nacional na Venezuela que estão para serem resolvidos. Porém vejo (...) que vamos pelo melhor caminho (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008b).

Os governadores de Roraima e Bolívar estavam de acordo em relação às prioridades a serem tratadas, que são as mesmas já mencionadas em outros Encontros, situações

importantes como a dispensa da exigência de passaporte entre os estados vizinhos, e que ainda não fora alcançada a solução.

Outra declaração interessante do governador de Bolívar foi a respeito do convênio na área de educação, o qual possibilita jovens venezuelanos estudarem em Pacaraima. Ele afirmou que não só a possibilidade da formação acadêmica era proveitosa neste processo de integração, mas também o intercâmbio cultural, estreitamento dos laços de amizade, à medida que os jovens

estarão se encontrando (*sic*), se conhecendo, em contato, ou melhor, que se casem e construam famílias que cresçam na integração com os filhos estudando juntos e, que no futuro venham a ser ou governadores ou prefeitos ou exercer qualquer outra função seja no setor público ou na iniciativa privada que tenha a ver com a integração (RORAIMA; BOLÍVAR, 2008b).

Esse encontro também serviu para ambos os estados se prepararem para um encontro entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Hugo Chávez Frías (Venezuela) que aconteceria pouco tempo depois. Os governadores foram convidados e aproveitariam a oportunidade para expor as necessidades que a região de fronteira revelava. Para o governador de Roraima os cinco principais pontos eram (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008b):

- a) integração do sistema de transmissão de dados entre os Estados através da fibra óptica;
- b) liberação da exigência de passaporte entre os Estados;
- c) integração do corredor turístico Amazonas – Caribe com participação efetiva dos Estados;
- d) abertura da fronteira durante vinte e quatro horas como fator importante para a integração econômica e cultural dos dois Estados e, conseqüentemente, dos dois países;
- e) melhoria da infra-estrutura nas cidades fronteiriças de Santa Elena de Uairén, (Venezuela) e Pacaraima (Brasil).

Estas reivindicações serão melhor explicadas a seguir.

Foi argumentado no VII Encontro de Governadores que a Venezuela dependia naquele momento de 70% de importações no setor alimentício e que o potencial agrícola de Roraima faria deste estado um forte aliado (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008b).

Resultou desse VII Encontro de Governadores a Carta Conjunta dos Governadores de Roraima e de Bolívar aos Presidentes do Brasil e da Venezuela, datada em 21 de junho de 2008. Nesta carta, destinada aos presidentes do Brasil e da Venezuela, os governadores de Roraima e Bolívar apresentaram os principais pontos que foram discutidos nos sete Encontros de Governadores Roraima/ Bolívar, no período de 17 de abril de 2006 a 21 de junho de 2008, considerados essenciais para o processo de integração e desenvolvimento dos estados fronteiriços.

A carta expõe a existência dos Memorandos de Cooperação Técnica e Transferência de Tecnologia nas áreas de Saúde, Educação, Agricultura e Segurança, que foram firmados em maio de 2006 e renovados em outubro de 2007. Deixa claro que tais Memorandos estão sendo acompanhados por parte de Roraima através da Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais e, pelo Estado Bolívar através da Secretaria de Relações Interinstitucionais, criadas especificamente para esse fim (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008c).

Com essa carta os estados de Roraima e Bolívar apresentaram os pontos mais importantes e que necessitavam da atenção dos presidentes do Brasil e da Venezuela para que fossem solucionados (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008c):

- a) importância da Integração Brasil/ Venezuela para as economias de Roraima e Bolívar, especialmente com a efetivação da Venezuela no MERCOSUL (o que ainda não havia sido consumado);
- b) acordo entre Brasil e Venezuela para que não se exija o passaporte para livre circulação de cidadãos brasileiros e venezuelanos entre os Estados de Roraima e Bolívar, bem como se aceite, nas respectivas aduanas, a apresentação da documentação original dos veículos de passeio e de turismo. Dessa forma o fluxo de turistas aumentaria e o intercâmbio cultural, esportivo e social, com certeza se dinamizaria de imediato, “com ganhos significativos para os povos irmãos que habitam e acreditam no potencial dessa região” (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008c);
- c) integração dos Sistemas de Comunicação por Fibra Óptica entre Roraima e Bolívar, viabilizando desta forma uma maior cooperação entre os dois Estados.

Uma das justificativas do Governo de Roraima para essa integração foi a distância entre os seus municípios e destes à capital Boa Vista. Nesse caso o acesso ao ensino superior foi ampliado com a implantação da Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR), “cuja

plataforma tecnológica depende de um bom e eficiente serviço de comunicação” (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008c).

A vantagem da existência de uma infra-estrutura já implantada foi explicitada como fator estimulante para a integração dos sistemas de comunicação:

Com a implantação do Linhão de Guri para provimento pelo Governo da República Bolivariana da Venezuela de energia elétrica ao Estado de Roraima em 2001, foi instalada uma rede de distribuição dotada de cabo OPGW (Optical Ground Wire) com 24 fibras ópticas que saem da estação de Macagua-II, San Félix, indo até a subestação de Santa Elena de Uairén e de lá seguindo até Boa Vista. A gestão desses cabos ficou sob a responsabilidade da CVG – EDELCA (Venezuela) e Eletronorte (Brasil) nos seus respectivos territórios (RORAIMA; BOLÍVAR, 2008c).

Segundo o documento, havia a disponibilidade de vinte das vinte e quatro fibras ópticas para fins diversos, pois as outras quatro são reservadas para uso pelos sistemas de monitoramento da rede de distribuição de energia. Além disso, com apenas um par de fibras ópticas seria possível, com a tecnologia apropriada, atender à demanda de toda a região Norte do Brasil (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008c).

Os benefícios do projeto foram citados da seguinte maneira:

Este projeto permite atender às seguintes demandas: Projetos de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica entre os Estados de Roraima e Bolívar em virtude das parcerias já estabelecidas (Memorandos de Entendimento e Declarações Conjuntas); dotar o Governo do Estado de Roraima e o governo do Estado Bolívar de Internet Banda Larga na área envolvida pelo projeto que contribua para o melhor atendimento ao cidadão; permitir o tráfego técnico e científico entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela através da Rede Clara, minimizando os custos pagos pelos dois países pelo uso de cabos internacionais, contribuindo assim para a ampliação e promoção da ciência e tecnologia em ambos os países; permitir o acesso da população roraimense e do sul do Estado Bolívar a uma Internet de qualidade e preço acessível, contribuindo ainda, para a disponibilização de serviços de telecomunicação celular, educação à distância, tele medicina, televisão e rádios digitais, entre outros (RORAIMA; BOLÍVAR, 2008c).

- a) implantação de infra-estrutura urbana nas sedes dos municípios de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela). Nesse caso a evolução da precária infra-estrutura existente serviria como um cartão de visitas para os turistas que circulam pela região de fronteira entre Brasil e Venezuela;
- b) a integração dos procedimentos na área de fronteira, no sentido de uniformizá-los, bem como promover condições mais adequadas no que diz respeito à infra-estrutura e do pessoal disponível para atender às demandas na fronteira. Demanda

essa que ainda não pode ser considerada alta, mas tende a aumentar à medida que a integração for se desenvolvendo;

- c) integração aérea do Norte do Brasil (Boa Vista) com o Sul da Venezuela (Puerto Ordaz), com a implantação de uma linha aérea regional Roraima- Bolívar. “Essa opção aérea irá incrementar nossas (entre Roraima e Bolívar) relações comerciais, turísticas e culturais, sendo o primeiro passo significativo nessa nova fase de concretização de metas de integração” (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008c);
- d) parceria entre Brasil e Venezuela (Roraima e Bolívar) para a implantação de em Centro Integrado Binacional que serviria para a realização de convenções, oficinas de teatro, dança, realização de feiras, shows, mostras, atendimento ao turista, etc. Este Centro Binacional se localizaria na região de fronteira e daria suporte à dinâmica de integração (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008c);
- e) consolidação do Corredor Turístico Amazonas- Caribe (Roraima – Bolívar). Para isso se fazem necessárias melhorias nas questões de segurança, transporte, capacitação de pessoal, infra-estrutura, etc;
- f) fornecimento de insumos agrícolas, especialmente calcário e fósforo do Estado Bolívar para Roraima, e de produtos do agronegócio no caminho inverso, ou seja, de Roraima para o Estado Bolívar. Nesse caso “é importante que sejam agilizados os procedimentos de despacho aduaneiro para que não seja inviabilizado o transporte desses insumos e produtos” (RORAIMA; BOLÍVAR, 21 de junho de 2008c);
- g) solicitação para que o projeto do gasoduto que sairia da Venezuela chegando à Argentina passasse por Roraima, acompanhando o trajeto da Rodovia Pan-Americana (BR 174). Assim Roraima contaria com uma nova alternativa de energia;
- h) autorização para que o comércio fronteiriço realize negociações em moeda nacional a exemplo do tratamento que é dispensado às cidades limítrofes do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai. Essa medida facilitaria o comércio fronteiriço, beneficiando as comunidades locais, regularizando o câmbio na fronteira;
- i) implantação de Sistema Informatizado para troca de informações entre Roraima e Bolívar, nos setores de saúde, educação, segurança, indústria, comércio e serviços em geral;

- j) estruturação do *Campus* da Universidade Estadual de Roraima em Pacaraima, para o atendimento à demanda dos estudantes venezuelanos, bem como da Universidade Nacional Experimental de Guayana, em Santa Elena de Uairén, para atender a demanda de estudantes brasileiros;
- k) apoio à formação de capital intelectual em Roraima e Bolívar, através do financiamento de cursos de pós-graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento e integração fronteiriços, envolvendo estudantes brasileiros e venezuelanos;
- l) implantação de agências bancárias oficiais e casas de câmbio em Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela) para apoiar o processo de desenvolvimento econômico na região fronteiriça, tendo em vista que os turistas nacionais e estrangeiros são o foco principal da economia local;
- m) fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em Roraima (EMBRAPA/ RR) para, a partir de Roraima, promover cooperação técnica e científica com o Estado Bolívar.

Esses pontos foram submetidos à análise por parte da presidência de cada país. Na verdade as demandas não se esgotaram até hoje, pois implicam não só intenções, mas também ações efetivas para derrubar os entraves à integração.

Há um bom tempo Roraima e Bolívar discutiam a relevância da construção de um Centro Binacional na região de fronteira e essa foi uma das reivindicações na carta apresentada aos Presidentes da Venezuela e do Brasil. Portanto, no dia 27 de junho de 2008, em Caracas, foi assinado o Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén, sendo este firmado em nível nacional. Esta seria uma experiência-piloto para a cooperação entre ambos os países, tendo como influência o Sul da Venezuela e o Norte e Noroeste do Brasil. As áreas de trabalho do centro concentrar-se-iam principalmente em: inovação e propriedade intelectual, educação, agricultura, meio ambiente e desenvolvimento tecnológico e outras que se decidirem. Os órgãos responsáveis pelo projeto seriam o Ministério de Assuntos Estratégicos (Brasil) e o Ministério do Poder Popular para o Planejamento e o Desenvolvimento (BRASIL; VENEZUELA, 27 de junho de 2008a).

Nesta mesma data, foi assinado em Caracas o Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder

Popular para a Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a Interconexão Elétrica. Os objetivos deste memorando foram o fortalecimento do processo de integração da América do Sul, bem como possibilitar estudos que permitam às Partes avaliar os aspectos técnicos, ambientais, econômicos e financeiros dos possíveis projetos de interconexão entre os sistemas elétricos de ambos os países, assim como a comercialização de eletricidade, através de esquemas de associação binacional (BRASIL; VENEZUELA, 27 de junho de 2008b).

Neste documento as partes declararam-se “conscientes de que uma integração energética poderá contribuir para o desenvolvimento econômico e social de nossos povos” (BRASIL; VENEZUELA, 27 de junho de 2008b).

Para o desenvolvimento do projeto seria formado um Comitê Binacional constituído de cinco representantes de cada país e seriam avaliados, entre outros temas,

o impacto tanto social como ambiental, a valoração da energia elétrica em função do custo marginal de desenvolvimento de longo prazo, o balanço probabilístico de energia e os custos de transmissão associados com o projeto, tendo como base os estudos e avaliações realizados até o momento pelas Partes, subordinando ao cumprimento das necessidades de abastecimento do mercado nacional de cada uma das Partes (BRASIL; VENEZUELA, 2008b).

Sobre a questão fronteiriça, foi firmado na mesma data de 27 de junho de 2008 o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela Relativo aos Procedimentos para Autorização de Sobrevôos em Área de Fronteira, que teve como objetivo

estabelecer os mecanismos de cooperação com vistas a assegurar a eficiente implementação dos procedimentos para a solicitação, a autorização e o controle de sobrevôo de aeronaves militares entre os dois países, na região de fronteira de interesse comum, com base nos princípios de cooperação, reciprocidade, solidariedade, complementaridade e respeito mútuo à soberania, e de conformidade com a legislação interna de cada Parte (BRASIL; VENEZUELA, 2008c).

A área ambiental também foi contemplada entre os acordos firmados na data de 27 de junho de 2008, em Caracas. Exemplo disso foi a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação Ambiental. Este memorando foi fruto da necessidade de uma cooperação técnica mais profunda para proteger o meio ambiente. O objetivo do documento foi o de “estreitar os laços de cooperação entre as Partes na área ambiental” (BRASIL; VENEZUELA, 27 de junho de 2008d). Para isso foram estabelecidos alguns setores para a realização desta cooperação. São eles (BRASIL; VENEZUELA, 2008d):

- a) a conservação e o uso sustentável do meio ambiente e o manejo dos recursos naturais;
- b) a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica, com ênfase na proteção dos conhecimentos tradicionais, no acesso aos recursos genéticos e na distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos ou de conhecimentos tradicionais associados;
- c) o manejo e uso sustentável das florestas;
- d) a gestão integral das águas;
- e) a educação ambiental e a participação comunitária;
- f) a realização de encontros entre ambas as partes com a participação de técnicos e especialistas com vistas a desenvolver aquelas atividades consideradas de interesse e de comum acordo;
- g) qualquer outra área considerada de interesse comum pelas partes.

Na área de educação, um novo documento foi assinado, dessa vez entre instituições de ensino. Trata-se do Convênio Específico de Cooperação Interinstitucional entre a Universidade Estadual de Roraima (UERR) e a Universidad Nacional Experimental de Guayana (UNEG), firmado em Pacaraima, em 15 de agosto de 2008. Este convênio entre a UERR (Brasil) e UNEG (Venezuela) tem como objetivo desenvolver um programa conjunto de graduação na fronteira entre Brasil e Venezuela, a fim de permitir que estudantes venezuelanos venham estudar no *campus* da UERR situado no município de Pacaraima (Roraima) e em contrapartida, estudantes brasileiros estudem na UNEG, em seu *campus* no Bolívar (BRASIL ; VENEZUELA, 2008c?).

No quadro 7 estão relacionados os cursos que cada universidade oferece através deste convênio:

(continuação)

UNEG	UERR
Ingeniería en Informática	Administração (Licenciatura en Administración de Empresas)
Ingeniería Industrial	Comércio Exterior (Licenciatura en Comércio Exterior)
Ingeniería en Industrias Forestales	Ciências Contábeis (Licenciatura en Ciencias Contables)
Ingeniería en Producción Animal	Engenharia Florestal (Ingeniería Forestal)
Licenciatura en Educación	Letras (Licenciatura en Letras)

(continuação)

UNEG	UERR
Licenciatura en Administración de Empresas	Turismo (Licenciatura en Turismo)
Licenciatura en Contaduría Pública	Agronomía (Ingeniería en agronomía)
Tecnología en Turismo	Ciencias da Computação (Licenciatura en Ciencias de la Computación)
-	Pedagogia (Licenciatura en Pedagogia)

Quadro 7: Cursos oferecidos nas universidades através do convênio.

Fonte: BRASIL ; VENEZUELA 2008 **LETRA**.

O Convênio também possibilita a revalidação de títulos de graduação e equivalência de estudos através de um processo acordado entre as universidades. O documento estabelece alguns requisitos para que a revalidação aconteça e explicita a existência de uma comissão para avaliar os pedidos de revalidação e equivalência de títulos. Além disso, ambas as universidades se comprometeram a garantir um acervo bibliográfico que atenda às necessidades de seus estudantes.

8.4 Ano de 2009

O VIII Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar realizou-se em Ciudad Bolívar, nos dias 08 e 09 de maio de 2009. Este Encontro teve como principais objetivos a manutenção do diálogo entre os estados fronteiriços, bem como a “definição de diretrizes para aprofundar as ações de integração” (RORAIMA; BOLÍVAR, 2010). Além disso priorizou-se também a “revisão e apresentação, por parte das comitativas respectivas (Roraima e Bolívar) dos avanços registrados nos memorandos de entendimento, declaração conjunta e convênios subscritos nas áreas de saúde, segurança, agricultura e educação” (RORAIMA; BOLÍVAR, 2010).

Os responsáveis por cada área em pauta, a saber educação, agricultura, segurança pública, saúde, turismo e cultura fizeram uma exposição dos avanços alcançados e dificuldades encontradas em suas respectivas áreas, no que diz respeito à integração entre Roraima e Bolívar.

Em algumas áreas como educação, segurança pública e agricultura a relação entre os dois estados se encontrava mais próxima, já que as propostas alcançaram resultados satisfatórios.

Entretanto nas áreas de turismo e cultura nada de concreto havia sido estabelecido. Nenhum convênio fora firmado e os avanços seguiam a passos lentos (RORAIMA; BOLÍVAR, 2009).

Na área de saúde as parcerias existentes se deram de maneira historicamente natural, ou seja, sem documentos que obrigassem os estados a fazê-lo, tendo em vista que é uma região de fronteira e o auxílio mútuo é muito importante para o bem estar da população de ambos os estados. Com a aproximação dos governos de Roraima e Bolívar, foram fortalecidas as ações de cooperação na área de saúde. Em sua fala, a presidenta do *Instituto Autónomo de Salud Pública del Estado Bolívar* (ISP) afirmou que Roraima apresenta maior desenvolvimento no terceiro nível de atenção médica, caracterizado como medicina crítica, enquanto o Estado Bolívar apresenta desenvolvimento nos níveis I e II, que correspondem respectivamente à medicina preventiva e curativa (RORAIMA; BOLÍVAR, 2009).

Neste Encontro foi assinada uma Declaração Conjunta na qual os governadores de Roraima e Bolívar reafirmaram o anseio pela continuidade das práticas de cooperação nas áreas legalmente permitidas pelas legislações brasileiras e venezuelanas e que sejam de interesse de ambos os estados. Dessa maneira manifestaram o interesse na revalidação dos memorandos de entendimento assinados em outubro de 2006.

A comitiva de Roraima aproveitou a oportunidade para cumprimentar o governo de Bolívar

manifestando que nesta etapa das relações é necessário dispensar um esforço especial ao impulso de programas, cujas metas sejam alcançar o desenvolvimento econômico e social compartilhado, eliminar a pobreza e fortalecer o sistema democrático participativo que é a vontade dos povos como meio para garantir a estabilidade e a suprema felicidade de todos os cidadãos (RORAIMA; BOLÍVAR, 2009, tradução nossa).²⁸

8.5 Ano de 2010

O IX Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar ocorreu em Boa Vista, nos dias 29 e 30 de abril de 2010, do qual a autora desta presente pesquisa esteve presente como ouvinte. Este encontro contou com a participação da liderança de diversos setores da economia do Estado de Roraima. Estes líderes foram convidados para participar da reunião a fim de que

²⁸ “...manifestando que en esta etapa de las relaciones es necesario poner un especial esfuerzo en el impulso de programas, cuyas metas sean alcanzar el desarrollo económico y social compartido, eliminar la pobreza y fortalecer el sistema democrático participativo que es la voluntad de los pueblos como vía para garantizar la estabilidad y la suprema felicidad de todos los ciudadanos”.

cada setor tivesse a oportunidade de expor suas idéias a respeito das potencialidades e entraves às atividades econômicas entre os estados fronteiriços. Com esta discussão pretendeu-se ampliar a integração econômica e melhorar os mecanismos relacionados a este processo. (RORAIMA; BOLÍVAR,2010)

Neste mesmo encontro foram ratificados os memorandos já existentes em matéria de saúde, educação, agricultura e segurança, bem como a Declaração Conjunta de Cooperação entre os dois Estados sobre a matéria de cultura e turismo.

No dia que sucedeu à reunião mencionada, os governadores e suas comitivas visitaram, em território roraimense, projetos de desenvolvimento do agronegócio (fruticultura, piscicultura e rizicultura irrigada) a fim de evidenciar o potencial agropecuário de Roraima.

Diante do que foi exposto nesta seção, observa-se que certamente houve um progresso nas relações entre os estados fronteiriços Roraima e Bolívar. Desde o ano de 2006 os governos destes estados têm mantido um diálogo frequente, principalmente através dos Encontros de Governadores.

O fato de estes governos vizinhos se declararem parceiros, nações amigas, e de existir explicitamente a vontade de ampliar a integração entre ambos, sobretudo nas áreas de maior interesse: agricultura, educação, segurança pública, turismo, cultura e saúde, faz com que as perspectivas sejam as melhores possíveis. Todavia, os trabalhos intensos realizados no período de 2006 a 2010 muitas vezes esbarram em problemas de caráter burocrático, pois nem sempre as decisões podem ser tomadas em nível estadual e Roraima e Bolívar dependem de seus respectivos governos nacionais para dar continuidade aos avanços nas relações bilaterais.

Ainda que a integração entre Roraima e Bolívar tenha avançado muito mais na teoria do que na prática, não se pode negar de que mesmo a teoria já se constitui em um passo importante para os objetivos alcançados e todos os outros ainda almejados. A relação próxima e amistosa entre os governos de Roraima e Bolívar não é algo muito comum em regiões de fronteira, pelo menos não com esse nível de proximidade.

Não se pode deixar de mencionar a importância que tal integração possui tanto para Roraima quanto para o Bolívar, devido ao fato de que os acordos e parcerias que já se efetivaram tem gerado muitos benefícios para a população e a economia da região de fronteira. Além disso, os diversos acordos, protocolos e memorandos assinados apresentam as propostas e metas que podem auxiliar o desenvolvimento de ambos os estados vizinhos.

A seção 8 apresenta os resultados concretos conquistados a partir das relações entre Roraima e Bolívar. Os dados foram organizados de acordo com as seguintes áreas: cultura, turismo, agricultura, educação, fluxo na fronteira, saúde, comércio, energia, internet banda

larga, gasolina. Nesta seção também serão analisados os principais obstáculos às ações de integração.

9 RESULTADOS CONCRETOS DAS RELAÇÕES ENTRE RORAIMA E BOLÍVAR

Com base no conjunto de entrevistas realizadas, nos trabalhos de campo desenvolvidos nos estados de Roraima e Bolívar e nos documentos fornecidos pelo Governo de Roraima, elaborou-se esta seção para apresentar os resultados concretos conquistados até hoje a partir das relações estabelecidas, ao longo dos últimos anos, entre os estados de Roraima e Bolívar.

Observa-se que as relações entre Roraima e o Estado Bolívar se estreitaram a partir do ano de 2006 e se intensificaram à medida que seus respectivos governadores travaram diálogos mais frequentes e firmaram acordos, convênios e parcerias nas áreas de educação, segurança pública, agricultura, turismo, cultura e saúde.

Ao longo dos IX Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar, muitos avanços foram alcançados, produzindo resultados concretos, os quais serão explicitados a seguir.

9.1 Cultura

Na área da cultura a ação de integração de maior destaque é o Arraial das Três Nações, realizado em Roraima, com a participação da Venezuela e da Guiana. Este evento teve três edições, sendo a terceira realizada em junho de 2010. No Arraial, Brasil, Venezuela e Guiana, representados pela sua população de fronteira, tem a oportunidade de realizar apresentações artísticas, montar estandes de comidas típicas e assim apreciar os aspectos culturais dos países vizinhos. O Arraial das Três Nações contribui para estimular também o turismo na região de fronteira (Informação Verbal²⁹).

²⁹ Dados da entrevista de Onésimo de Souza Cruz Netto, Secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima, em 27/04/2010.

9.2 Turismo

O Turismo através da fronteira entre Brasil e Venezuela tem se deteriorado muito nos últimos anos. Era muito comum que a população de Roraima buscasse o litoral venezuelano como opção de lazer, principalmente no período de férias, destacando-se como destino a Ilha de Margarita. Esse grande fluxo turístico se dava por que a proximidade do litoral venezuelano é maior do que o litoral nacional. Além disso, o custo da viagem se torna mais barato tendo em vista que os turistas podem seguir viagem em veículos, não havendo necessidade de utilizar o transporte aéreo, e o combustível dentro da Venezuela é de boa qualidade e com preços extremamente baixos (Informação Verbal³⁰).

Nos últimos anos a insegurança em território venezuelano aumentou, o que espantou os turistas. Além disso, novas normas e novas exigências do Governo da Venezuela dificultaram o acesso do turista ao país. O Governo de Roraima, na tentativa de facilitar esse processo, criou um guia denominado Informações ao Turista. Neste guia são encontrados os pré-requisitos, passo a passo, que tem de ser sanados para que o indivíduo consiga prosseguir viagem (Informação Verbal³¹).

O turista brasileiro que deseja atravessar a fronteira da Venezuela e prosseguir viagem para além da cidade de Santa Elena deve, obrigatoriamente, possuir passaporte. O procedimento necessário envolve um carimbo do passaporte na saída do Brasil, junto à Delegacia da Polícia Federal em Pacaraima. Um carimbo de entrada na Venezuela junto à Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén; a Contratação de um Seguro de Responsabilidade Civil, caso o turista esteja em um veículo particular. Este seguro varia de Bs. F. 115,00 a Bs. F. 535,11, de acordo com o tipo de veículo.

Para estes turistas que entram com um veículo particular ainda é exigida uma documentação referente a ele: cópias do Certificado de Registro do Veículo; cópias da carteira de habilitação do condutor; cópias do passaporte do proprietário; e a Licença para Trânsito na Venezuela, documento expedido pelo DETRAN/RR (RORAIMA, 2010).

Há um fluxo diário de brasileiros que cruzam a fronteira com destino à cidade de Santa Elena de Uairén (para isso não há a necessidade do passaporte) com o objetivo principal de fazer compras. A moeda brasileira está, em 2010, mais valorizada que a moeda venezuelana, e

³⁰ Dados obtidos a partir da entrevista com Onésimo de Souza Cruz Netto, que na época da entrevista, realizada em Boa Vista, em 27/04/2010, ocupava o cargo de Secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima

³¹ Entrevista realizada em Santa Elena de Uairén em 05/11/2008.

quando isso acontece, o comércio fica vantajoso para os consumidores brasileiros que se dirigem à Santa Elena em busca dos produtos que são encontrados ali com um preço melhor do que no Estado de Roraima, como por exemplo, aparelhos de ar condicionado, materiais de limpeza doméstica e higiene pessoal, perfumes, dentre outros³².

Também existem venezuelanos que cruzam a fronteira diariamente com destino à Pacaraima, também para fazer compras ou desfrutar dos restaurantes que existem na cidade, principalmente churrascarias. Para Pacaraima também não há a necessidade do passaporte e isso facilita o trânsito dos turistas. Os principais produtos consumidos são chocolates, carnes, cosméticos, ovos, açúcar e *souvenirs* tais como artesanatos (bolsas, chapéus, peças em pedras semi-preciosas, bijuterias, etc.) (Informação Verbal³³).

Em entrevista com a vice-consulesa brasileira em Santa Elena de Uairén (Venezuela), o turismo na região de fronteira era muito mais intenso, recebendo visitantes até mesmo de outros países do mundo, entretanto com o atual governo venezuelano, houve uma intensificação da militarização no país, o que tem espantado os turistas (Informação Verbal³⁴).

Em entrevista com o Secretário Haroldo Eurico Amóras dos Santos, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN-RR), existem propostas de integração entre Roraima e Bolívar na área do turismo, mas esta questão é delicada, pois envolve transporte de pessoas, bagagens, e o Governo de Bolívar alega que não possui autonomia para estabelecer mecanismos desse tipo, tais decisões são da alçada do Governo Nacional da Venezuela. A expectativa é que com a entrada da Venezuela para o MERCOSUL esta parceria se torne mais efetiva

9.3 Agricultura

Os acordos e projetos entre Roraima e Bolívar na área de agricultura baseavam-se principalmente na troca de tecnologia e insumos. Entretanto na prática aconteceu muito pouco. Foram desenvolvidos alguns projetos experimentais em solo venezuelano, no plantio de soja, milho e sorgo, nos quais profissionais brasileiros contribuíram com seu conhecimento nas práticas agrícola e de manejo do solo. Mas a parcerias entre governos, apesar dos acordos

³² Entrevista realizada em Santa Elena de Uairén em 05/11/2008

³³ Entrevista realizada em Santa Elena de Uairén em 05/11/2008

firmados, ficou travada pelos processos burocráticos existentes e a iniciativa privada tomou a frente do projeto, como por exemplo, a Cooperativa Grão Norte. Era de interesse dessa iniciativa privada, estreitar as relações com o Estado vizinho, de modo que ao mesmo tempo em que a produção de Roraima seria atenderia a região de fronteira venezuelana, os insumos agrícolas produzidos no Estado Bolívar fossem vendidos para o agronegócio roraimense. Entretanto os custos gerados passaram a onerar o orçamento da iniciativa privada, que tinham de arcar com viagens, materiais, com a mão-de-obra, etc. (Informação Verbal³⁵).

O mercado venezuelano possui grande importância para o agronegócio de Roraima, pois a produção agrícola deste país não é suficiente para atender a toda a população. De acordo com Vinhal (Informação Verbal³⁶), o mercado caribenho também é uma realidade possível para o Estado de Roraima, tendo em vista a proximidade territorial e a baixa produção agrícola dos países que compõem o Caribe.

Se a Venezuela fizer parte do MERCOSUL efetivamente, Roraima será extremamente beneficiado. Sua produção será estimulada e o Estado terá condições de atingir um desenvolvimento, deixando de ser dependente de uma economia baseada em cargos públicos nos quais a maior parte da população se encontra empregada (Informação Verbal³⁷).

Vinhal afirma também que Roraima possui mais uma vantagem com relação aos outros estados do país. A maior parte de seu território se localiza ao norte da Linha do Equador, o que faz com que sua produção aconteça em períodos anuais distintos. Dessa forma o Estado poderá comprar os produtos necessários para a agricultura em épocas de menor demanda, o que tornará os preços mais baixos. Para isso o volume de compra deve ser o suficiente para garantir os bons preços. Além disso, essa situação propicia a Roraima vender seus produtos agrícolas para o mercado nacional em um momento em que tais produtos estarão em falta no mercado, já que as terras agricultáveis dos outros estados não os estarão produzindo

Segundo Dirceu Vinhal, se Roraima desenvolver uma produção agrícola de qualidade em 10% de seu território promoverá um crescimento econômico gigantesco para o Estado. Os interessados no agronegócio não devem apenas esperar do governo soluções para os entraves à comercializações com a Venezuela. Se existir demanda e trabalho, os fluxos de mercadorias,

³⁵ Dados da Entrevista Dirceu Vinhal, ex-presidente da Cooperativa Grão-Norte. Pesquisa de campo realizada em Boa Vista em 26/04/2010.

³⁶ Dados da Entrevista Dirceu Vinhal, ex-presidente da Cooperativa Grão-Norte. Pesquisa de campo realizada em Boa Vista em 26/04/2010.

³⁷ Dados da Entrevista Dirceu Vinhal, ex-presidente da Cooperativa Grão-Norte. Pesquisa de campo realizada em Boa Vista em 26/04/2010.

pessoas, veículos, na região de fronteira irão aumentar e os problemas certamente irão se esolver pouco a pouco. Mas se a demanda e o trabalho não existirem a realidade permanecerá como está: muitas reuniões e muita teoria, mas pouca prática (Informação Verbal³⁸).

9.4 Educação

O Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional entre a Universidade Estadual de Roraima (República do Brasil) e a Universidad Nacional Experimental de Guayana (República Bolivariana de Venezuela), firmado em 2007 e, posteriormente aperfeiçoado em 2008 com o Convênio Específico de Cooperação Interinstitucional entre a Universidade Estadual de Roraima (UERR) e a *Universidad Nacional Experimental de Guayana* (La UNEG) permitiu que estudantes venezuelanos frequentassem cursos de graduação da Universidade Estadual de Roraima (UERR), no *campus* Pacaraima, localizado na sede da Escola Estadual Casimiro de Abreu. O ingresso dos alunos foi feito a partir de um processo de análise de currículo realizado pela UNEG (QUEIROZ, 2009).

As aulas foram iniciadas em agosto de 2006, com 80 alunos venezuelanos, matriculados em quatro cursos: Comércio Exterior, Letras, Turismo e Informática. Estavam distribuídos 20 alunos em cada curso, correspondendo a 50% das vagas disponíveis naquele período. Todos os selecionados eram moradores de Santa Elena de Uairén, cidade fronteiriça com o Brasil. A UNEG incentivou os venezuelanos com uma bolsa de estudos de 200 bolívares, equivalentes, na época, a 75 reais, e forneceu um ônibus para o traslado entre o *campus* e a cidade de Santa Elena (QUEIROZ, 2009, p. 15).

Os estudantes, portanto, se distribuíram da seguinte maneira (ver tabela 53):

³⁸ Dados da Entrevista Dirceu Vinhal, ex-presidente da Cooperativa Grão-Norte. Pesquisa de campo realizada em Boa Vista em 26/04/2010.

Tabela 53 – Ingresso de alunos venezuelanos na UERR em 2006, por curso.

Curso	Total de Alunos
Letras	20
Turismo	20
Informática	20
Comércio Exterior	20
Total	80

Fonte: QUEIROZ, 2009.

Verificou-se que o número de alunos que irão concluir o curso iniciado em 2006 é muito pequeno em comparação ao total de alunos matriculados no início da graduação (ver tabela 56). Isso se deve a alguns problemas encontrados pelos estudantes e também pela UERR ao longo do tempo. O principal deles foi o fato de que todas as aulas são ministradas em português. As avaliações e trabalhos também são realizados em português e, pensou-se no início que pelo fato de serem habitantes da região de fronteira, muitos venezuelanos de Santa Elena do Uairén seriam bilíngües. Entretanto isso não se confirmou e com isso “houve uma desistência de 50% dos estrangeiros, tendo como principal motivo o impacto com o idioma” (QUEIROZ, 2009, p. 15).

A tabela 54 mostra o número de alunos venezuelanos matriculados na UERR através do Convênio nos anos de 2006 e 2010:

Tabela 54 - Dados do Departamento de Registro Acadêmico da UERR, 2006 e 2010

Alunos venezuelanos que ingressaram na UERR a partir do Convênio	
Período	Total de Alunos
Matriculados em 2006	80
Matrículas renovadas em 2010	28

Fonte: Universidade Estadual de Roraima, Departamento de Registro Acadêmico, 2010³⁹.

No ano de 2010 foram renovadas, portanto, 28 matrículas das 80 já citadas, distribuídas da seguinte maneira (ver tabela 55):

³⁹ Dados da Entrevista.

Tabela 55 – Matrículas renovadas por curso em 2010

Alunos matriculados em 2010	
Curso	Número de Alunos
Comércio Exterior	11
Ciências da Computação	6
Letras	3
Turismo	8
Total	28

Fonte: Universidade Estadual de Roraima, Departamento de Registro Acadêmico, 2010⁴⁰.

9.5 Fluxo na fronteira entre brasil e venezuela

A fronteira entre Brasil e Venezuela é uma fronteira aberta, através da qual circulam diariamente muitos brasileiros e estrangeiros. Esse movimento migratório é controlado, do lado brasileiro, pela Polícia Federal, a partir da Delegacia de Fronteira, localizada na cidade de Pacaraima. As tabelas 56 e 57 a seguir mostram o fluxo de brasileiros e estrangeiros na fronteira Brail/Venezuela, no ano de 2009.

Tabela 56 – Fluxo de estrangeiros na fronteira Brasil/Venezuela, 2009

Fluxo na Fronteira entre Brasil e Venezuela – 2009		
Mês	Entrada de estrangeiros no Brasil provenientes da Venezuela	Saída de estrangeiros do Brasil para a Venezuela
Janeiro	1192	1098
Fevereiro	862	929
Março	533	677
Abril	875	9363
Maio	556	468
Junho	583	464
Julho	764	758
Agosto	1104	1054
Setembro	838	886
Outubro	847	736
Novembro	768	788
Dezembro	1219	1170
Total	10141	18391

Fonte: Polícia Federal, Delegacia de Pacaraima, 2009.⁴¹

⁴⁰ Dados da Entrevista.

⁴¹ Dados da Entrevista.

Tabela 57 – Fluxo de brasileiros na fronteira Brasil/Venezuela, 2009

Fluxo na Fronteira entre Brasil e Venezuela – 2009		
Mês	Saída de Brasileiros do Brasil para a Venezuela	Entrada de Brasileiros no Brasil provenientes da Venezuela
Janeiro	7488	-*
Fevereiro	1894	685
Março	1029	575
Abril	1216	495
Maió	1011	328
Junho	1234	606
Julho	3025	1758
Agosto	1168	771
Setembro	1498	711
Outubro	1615	802
Novembro	1239	960
Dezembro	2213	1586
Total	24630	9277

Fonte: Polícia Federal, Delegacia de Pacaraima, 2009.⁴²

O fluxo migratório na fronteira Brasil/Venezuela também pode ser evidenciado a partir do número de autorizações expedidas pelo Departamento Nacional de Trânsito de Roraima (DETRAN-RR) para que veículos brasileiros entrem em território venezuelano e sigam viagem depois do município de Santa Elena do Uairén. As tabelas a seguir (tabelas 58, 59 e 60) mostram estes dados para os anos de 2008, 2009 e 2010:

Tabela 58 - Número de documentos expedidos pelo Detran-RR para a entrada de veículos de passeio na Venezuela (depois de Santa Elena do Uairén), 2008

(continua)

Número de Documentos de autorização à entrada de veículos de passeio brasileiros na Venezuela – 2008	
Mês	Número Total
Janeiro	843
Fevereiro	135
Março	138
Abril	140
Maió	93
Junho	154
Julho	268
Agosto	82

* Dados não obtidos.

⁴² Dados da Entrevista.

(continuação)

Documentos de autorização à entrada de veículos de passeio brasileiros na Venezuela – 2008	
Mês	Número Total
Setembro	137
Outubro	156
Novembro	148
Dezembro	380
Total	2674

Fonte: Departamento de Trânsito de Roraima, 2010.⁴³

Tabela 59 - Número de documentos expedidos pelo DETRAN - RR para a entrada de veículos de passeio na Venezuela (depois de Santa Elena do Uairén), 2009

Documentos de autorização à entrada de veículos de passeio brasileiros na Venezuela – 2009	
Mês	Número Total
Janeiro	399
Fevereiro	134
Março	54
Abril	104
Maio	55
Junho	151
Julho	212
Agosto	64
Setembro	100
Outubro	99
Novembro	70
Dezembro	227
Total	1669

Fonte: Departamento de Trânsito de Roraima, 2010.

Tabela 60 - Número de documentos expedidos pelo DETRAN - RR para a entrada de veículos de passeio na Venezuela (depois de Santa Elena do Uairén), 2009

Documentos de autorização à entrada de veículos de passeio brasileiros na Venezuela – 2010 (Janeiro a abril)	
Mês	Número Total
Janeiro	237
Fevereiro	101
Março	63
Abril	40
Total	441

Fonte: Departamento de Trânsito de Roraima, 2010.

⁴³ Dados da Entrevista.

Observa-se que os meses com maior demanda de autorizações são julho, dezembro e janeiro. Essa maior demanda se justifica por serem períodos que correspondem aos meses nos quais grande parte da população de Roraima entra de férias, procurando o litoral venezuelano para turismo e lazer. As praias caribenhas na Venezuela, principalmente as localizadas na Ilha de Marguerita localizam-se a uma distância muito menor do Estado de Roraima do que a distância entre este e o litoral brasileiro. A estrada (BR 174) é de boa qualidade e o combustível venezuelano é muito barato, fatores que influenciam muito na escolha do destino da população de Roraima no período de férias.

9.6 Segurança pública

A partir do Acordo Intergovernamental de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Segurança entre o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar da República Bolivariana da Venezuela, policiais venezuelanos participaram de diversos cursos em Roraima, oferecidos pela API/RR. Em contrapartida, o Estado Bolívar também ofereceu cursos para policiais brasileiros. Os quadros a seguir (quadros 8 e 9) mostram os dados de 2008 sobre esse assunto:

Curso	Período	Quantitativo de Participantes Venezuelanos
Uso da força e armas não-letais	31/03 s 11/04	10
Gerenciamento de Crises	14/04 a 25/04	05
Direitos Humanos	14/04 a 25/04	05
Defesa Pessoal	28/04 a 09/05	05
Investigação de crimes violentos	02/06 a 06/06	10
Investigação Criminal	09/06 a 20/06	10
Gerenciamento de Crises – 2ª turma	30/06 a 11/07	10
Defesa Pessoal – 2ª turma	14/07 a 25/07	10
Gerenciamento de Crises – 3ª turma	13/10 a 24/10	07
Direitos Humanos – 2ª turma	13/10 a 24/10	09
Investigação Criminal – 2ª turma	29/10 a 31/10	10
Multiplicador de Polícia Comunitária	03/11 a 14/11	10
Uso da força e armas não-letais – 2ª turma	17/11 a 28/11	08
Investigação Criminal – 2ª turma	08/12 a 19/12	09
Total		118

Quadro 8: Relação dos Cursos Ministrados e Número de Participantes Venezuelanos - 2008

Fonte: Academia de polícia Integrada de Roraima (API/RR)⁴⁴

⁴⁴ Dados da Entrevista.

Curso	Período	Quantitativo de Participantes Venezuelanos
Sala Situacional	28/04 a 02/05	19
Despliegue Nacional de Búsqueda y Rescate (S.A.R.)	13 a 16/05	20
Atenção Médica Pré-Hospitalar e Trauma	16/06 a 20/06	21
Evacuaciones Aeromédicas	28/07 a 01/08	19
Búsqueda y Salvamento en Selva	01/09 a 05/09	20
Curso Avanzado de Manobras Helitáticas de Emergências	29/09 a 03/10	10
Curso Básico de manejo de Emergência de Materiais Perigosos	08/12 a 12/12	10
Total		119

Quadro 9: Relação dos Cursos Ministrados (contrapartida venezuelana) e nº de participantes brasileiros ,2008
 Fonte: Academia de polícia Integrada de Roraima (API/RR)

9.7 Saúde

Na área da saúde foi feita a institucionalização do que já ocorria, ou seja, atendimento de pacientes venezuelanos que habitam a região de fronteira e necessitam de um serviço de saúde de média ou alta complexidade. Isso é justificado pelo fato de tais pacientes não disporem desse tipo de serviço em seu país a uma proximidade menor do que Boa Vista.

Os dados da tabela 61 mostram o atendimento a pacientes estrangeiros no sistema de saúde do Estado de Roraima. Devido à proximidade de suas fronteiras, habitantes tanto da Guiana quanto da Venezuela buscam no Brasil atendimento que não conseguem em seus territórios. A capital Boa Vista está a uma distância menor da população que mora na região fronteira do que outras cidades grandes. No caso da população venezuelana, Boa Vista dista da região de fronteira, no caso a cidade de Santa Elena do Uairén 230 km.

Tabela 61 - Atendimento de Estrangeiros em Hospitais de Boa Vista, 2005 a 2009

Paciente	Ano				
	2005	2006	2007	2008	2009
índio brasileiro	723	1003	840	1198	1124
índio estrangeiro	149	151	57	141	131
guianense	82	116	41	103	81
venezuelano	67	35	16	38	33

Fonte: Secretaria de Saúde de Roraima (SESAU)/Hospital Geral de Roraima (HGR)/Assistência Hospitalar aos Povos Indígenas.⁴⁵

⁴⁵ Dados da Entrevista.

Este atendimento a estrangeiros não é custeado pelo Governo Federal do Brasil, o que acaba onerando o sistema de saúde do estado de Roraima. Atualmente há uma discussão em nível Federal para sanar esta dificuldade.

Em nível nacional, a Portaria nº 455, de 04 de março de 2010, do Ministério da Saúde do Brasil, institui, dentro do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço (GTDF), da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN), o Subgrupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira (STSF), o qual tem como principal objetivo coordenar e promover as ações de saúde na fronteira entre Brasil e Venezuela a partir das seguintes Comissões de Trabalho:

- a) Saúde Indígena;
- b) Atenção à Saúde;
- c) Assistência e Prevenção da DST/HIV/AIDS;
- d) Vigilância Sanitária;
- e) Vigilância Epidemiológica;
- f) Saúde Ambiental.

9.8 Comércio

De acordo com entrevista realizada com a Presidente da Associação Comercial de Pacaraima, cidade de Roraima localizada na fronteira, o comércio local está voltado para os turistas venezuelanos, principalmente a população de Santa Elena do Uairén, que é a cidade venezuelana mais próxima, e de onde provém um fluxo diário de visitantes (informação verbal⁴⁶). Visitantes estes que chegam à Pacaraima com o objetivo principal de realizar compras. Segundo a entrevistada, os produtos mais procurados pelos venezuelanos são os alimentícios, tais como carnes, cosméticos e chocolates.

Por outro lado há um fluxo constante de brasileiros que vão à Santa Elena do Uairén também em busca de produtos, tais como produtos de limpeza doméstica.

A Presidente da Associação relatou que as vendas aumentam muito no período de datas comemorativas, principalmente o natal. Além disso, o período de férias na Venezuela é o melhor para o comércio em Roraima, pois o fluxo de turistas aumenta muito.

⁴⁶ Dados da Entrevista realizada por telefone com a Presidente da Associação Comercial de Pacaraima, em março de 2010.

Com a desvalorização da moeda venezuelana, as vendas em Pacaraima tem diminuído, pois isso faz com que o preço final dos produtos brasileiros fique muito elevado. Isso prejudica e muito o comércio local, que depende desse público para se manter (Informação Verbal⁴⁷).

A respeito do comércio internacional com a Venezuela, Roraima importa principalmente (dados de janeiro a abril de 2009) (SISTEMA, 2009):

- a) material para andaimes, armações, ferro fundido/ferro/aço;
- b) cimento Portland, comuns;
- c) energia elétrica;
- d) mármore, travertino, talhada/serrada, superfície plana/lisa;
- e) outros polímeros de etileno, em formas primárias.

No caso das exportações, os principais produtos que Roraima vende para a Venezuela são (dados de janeiro a abril de 2009): (SISTEMA,2009)

- a) outras madeiras serradas / cortadas em folhas, etc. esp. > 6mm;
- b) folhas para folheado, etc. de outras madeiras;
- c) outras madeiras perfiladas, etc., não coníferas;
- d) outras madeiras tropicais, serradas / cortadas em folhas, etc. esp. > 6mm;
- e) madeira de coníferas, perfilada.

A tabela 62 mostra a participação do Estado de Roraima no comércio entre Brasil e Venezuela:

Tabela 62 - Participação de Roraima no comércio exterior entre Brasil e Venezuela

ANO	EXPORTAÇÃO	RK	IMPORTAÇÃO	RK
2005	42,27%	1	84,68%	1
2006	35,60%	2	34,28%	1
2007	35,62%	2	62,55%	1
2008	36,22%	1	66,05%	1
2009 ⁴⁸	25,24%	2	76,43%	1

Fonte: SISTEMA , 2009.

⁴⁷ Dados da Entrevista realizada por telefone com a Presidente da Associação Comercial de Pacaraima, em março de 2010.

⁴⁸ Período de Janeiro / Abril - 2009

De acordo com Eduardo Bayma Oestreicher, Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria – Seção de Roraima e que à época da entrevista havia ocupado no lugar do senhor Onésimo Cruz, o cargo de Secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima, a madeira é o principal e praticamente o único produto exportado de Roraima para a Venezuela. Uma indústria que teria possibilidades de exportar para esse mercado seria a indústria de arroz, mas os custos necessários para esse comércio internacionais ainda são inviáveis (entraves burocráticos, inspeção venezuelana nas indústrias de Roraima, etc.) (Informação Verbal⁴⁹).

A política atual na Venezuela tem o objetivo de favorecer a importação de gêneros de primeira necessidade como alimentos e medicamentos, garantindo um câmbio diferenciado. Essa política, associada ao potencial agropecuário de Roraima, faz com que o comércio de gêneros agrícolas através da região de fronteira seja promissor. Para que isso aconteça, é necessário superar os obstáculos existentes e certamente tais entraves só serão resolvidos se existir uma demanda significativa e constante.

O processo de comercialização com a Venezuela envolve a compra de dólares oficiais por parte dos compradores dos produtos estrangeiros que irão entrar no país. Com a queda do superávit da balança comercial, dependente do principal produto de exportação que é o petróleo, a Venezuela fica com poucas reservas de dólares. Diante disso, o governo venezuelano prioriza a compra de produtos de primeira necessidade (Informação Verbal⁵⁰).

Para o importador venezuelano conseguir estes dólares oficiais, é necessário efetuar uma solicitação a um órgão denominado *Comisión de Administración de Divisas* (CADIVI), e só começa o processo de importação a partir do momento em que obtém essa autorização. Caso ele não consiga a autorização do governo venezuelano para a obtenção dos dólares oficiais, terá de sair às ruas e comprar a moeda no preço que ela estiver, no chamado Câmbio Paralelo, e assim os gastos são bem mais elevados (Informação Verbal⁵¹).

⁴⁹ Dados obtidos em entrevista realizada com o senhor Eduardo Bayma Oestreicher, Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria – Seção de Roraima e que à época da entrevista havia ocupado no lugar do senhor Onésimo Cruz, o cargo de Secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima, em Boa Vista no dia 29 de abril de 2010.

⁵⁰ Dados obtidos em entrevista realizada com o senhor Eduardo Bayma Oestreicher, Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria – Seção de Roraima e que à época da entrevista havia ocupado no lugar do senhor Onésimo Cruz, o cargo de Secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima, em Boa Vista no dia 29 de abril de 2010.

⁵¹ Dados obtidos em entrevista realizada com o senhor Eduardo Bayma Oestreicher, Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria – Seção de Roraima e que à época da entrevista havia ocupado no lugar do senhor Onésimo Cruz, o cargo de Secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima, em Boa Vista no dia 29 de abril de 2010.

Esse processo tem dificultado o comércio atual entre a Venezuela e Roraima, pois como o Estado não é produtor de medicamentos e sua produção de alimentos ainda é pouco expressivo, tem dificuldades de exportar para o país vizinho as mercadorias que produz atualmente, pois elas não são consideradas prioritárias pelo CADIVI (Informação Verbal⁵²).

Para tentar melhorar a situação a Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria – Seção de Roraima, auxiliada pela Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima, está solicitando ao governo da Venezuela que libere o valor anual de US\$ 40 milhões exclusivos para o comércio com o Estado de Roraima, ou seja, as mercadorias que tenham sua saída originadas de Roraima, tenham uma cota anual diferenciada do restante do Brasil (Informação Verbal⁵³).

Para Eduardo Oestreicher, o valor solicitado de US\$ 40 milhões, não se configura em um valor alto para a economia venezuelana. Essa cota anual se configura no dobro do valor máximo que Roraima conseguiu exportar até hoje para a Venezuela. Entretanto a partir do momento em que existir essa cota diferenciada, o setor empresarial roraimense se mobilizará para tentar alcançar valores maiores de exportação (Informação Verbal⁵⁴).

Segundo Oestreicher, o Brasil já permite que todas as unidades da federação exportem em reais para qualquer parte do mundo, entretanto não é possível ainda receber esses valores na moeda corrente do país com o qual se está negociando. O Brasil tem um acordo cambial com a Argentina que resolve esse entrave. O importador paga ao Banco Central do Brasil o valor na moeda argentina, o Banco Central transforma esse valor em dólar e de dólar para real, de acordo com a taxa do dia, depositando na conta do exportador brasileiro. É almejado pelos empresários roraimenses que um acordo desse tipo seja feito entre Brasil e Venezuela. Caso o processo de adesão deste país ao MERCOSUL se efetive, será mais fácil realizar acordos dessa natureza (Informação Verbal¹).

Para entender-se o grau de dificuldade para a entrada de produtos roraimenses na Venezuela, toma-se como exemplo a madeira, principal produto exportado atualmente para o país vizinho. Toda mercadoria de origem vegetal precisa de uma autorização para ser exportada tanto do órgão brasileiro quanto de seu órgão similar na Venezuela. No Brasil a

⁵² Dados obtidos em entrevista realizada com o senhor Eduardo Bayma Oestreicher, Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria – Seção de Roraima e que à época da entrevista havia ocupado no lugar do senhor Onésimo Cruz, o cargo de Secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima, em Boa Vista no dia 29 de abril de 2010.

⁵³

⁵⁴

instituição que estava responsável por isso era o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que recentemente repassou esta responsabilidade a órgãos estaduais. Para a exportação desse tipo de mercadoria é exigida a documentação, constituída pelo Documento de Origem Florestal (DOF) e a nota fiscal do produto (Informação Verbal⁵⁵).

O DOF só vale em território nacional. Dessa forma, é necessário que o governo da Venezuela também emita, através de seu órgão ambiental, uma documentação que possibilite a entrada das mercadorias de origem vegetal no país. Tal documento é chamado de Guia de Mobilização. O problema é que o escritório mais próximo capaz de emitir essa Guia está localizado na Ciudad Bolívar, capital do Estado Bolívar, não havendo um escritório dessa natureza na fronteira com o Brasil. A distância entre a capital e a fronteira é de aproximadamente 750 km, o que contribui para a demora na emissão da documentação. Outro fator que contribui para a lentidão do processo é o fato de que a madeira é uma mercadoria cuja produção é alta no Estado Bolívar, portanto o órgão ambiental da capital atende não só a demanda da fronteira, mas também de todo o Estado Bolívar (Informação Verbal⁵⁶).

A reivindicação de Roraima é que a Venezuela abra um escritório capaz de emitir a Guia de Mobilização em um local mais próximo da fronteira, ou mesmo que aceite o Certificado de Origem emitido por órgãos brasileiros como documento válido para que a mercadoria possa entrar do país (Informação Verbal⁵⁷).

Segundo Eduardo Oestreicher, se o processo burocrático para o comércio internacional for economicamente viável, o exportador e o importador se mobilizarão para desenvolver tal atividade (Informação Verbal⁵⁸).

Em Roraima há uma demanda por calcário, para ser utilizado como insumo na agricultura. O Estado Bolívar produz esta mercadoria e comercializa tal produto esporadicamente com Roraima. Este comércio também encontra barreiras burocráticas para se efetivar e os agricultores roraimenses acabam por recorrer a outros estados brasileiros, apesar da distância ser maior se comparada à distância entre Roraima e Bolívar.

O calcário é um produto de grande demanda também dentro do Estado Bolívar e é produzido a partir de subsídios do Governo Venezuelano. Entretanto esta produção de

⁵⁵ Dados obtidos em entrevista realizada com o senhor Eduardo Bayma Oestreicher, Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria – Seção de Roraima e que à época da entrevista havia ocupado no lugar do senhor Onésimo Cruz, o cargo de Secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima, em Boa Vista no dia 29 de abril de 2010

⁵⁶

⁵⁷

⁵⁸

calcário tem diminuído. Nesse contexto, há um interesse tanto por parte do Estado Bolívar quanto por parte de Roraima em estabelecer uma parceria para a produção do calcário, de tal forma que haja investimento dos dois estados (Informação Verbal⁵⁹).

Em entrevista com o senhor Sérgio Pillon Guerra, Secretário-chefe da Casa Civil do governo de Roraima, outro entrave para as trocas comerciais através da fronteira é a rotatividade das autoridades venezuelanas que atuam ali, tanto da Guarda Nacional e Exército, como na Aduana. Isso dificulta o relacionamento entre os Estados vizinhos, uma vez que são necessárias reuniões para chegar a consensos sobre determinados assuntos e a falta de entrosamento entre as autoridades dificulta o processo (Informação Verbal⁶⁰).

Pillon afirma que a perspectiva econômica de Roraima está voltada especialmente para a Venezuela e a região do Caribe, pois não conseguiria competir nacionalmente com o Centro-Sul do Brasil. Ou as barreiras a esses mercados são superadas ou o estado está fadado à estagnação. Nesse sentido, as relações com o Estado Bolívar são muito importantes para o desenvolvimento de relações econômicas satisfatórias (Informação Verbal⁶¹).

Com relação às cidades vizinhas, Pacaraima e Santa Elena do Uairén, as observações de campo permitiram evidenciar que Pacaraima, com 6.990 habitantes (Pacaraima, 2000), localiza-se ao longo da linha de fronteira e sua economia é em grande parte dependente do mercado consumidor venezuelano que visita diariamente a cidade em busca do que chamam de comércio formiga, ou seja, são os habitantes da região de fronteira que buscam Pacaraima para adquirir mercadorias para consumo próprio. Já Santa Elena de Uairén está mais distante da linha de fronteira, localizada no município de Gran Sabana que possui em torno de 38.524 habitantes (BETANCOURT, 2005). Santa Elena possui um comércio mais independente do mercado consumidor roraimense. apesar de também receber diariamente visitantes brasileiros interessados no comércio formiga, volta-se mais para o comércio que atende aos turistas que visitam a Gran Sabana e suas áreas naturais. Estes turistas podem ser inclusive de outras partes da Venezuela.

Silva (2009), compara as duas cidades:

Santa Elena, como é simplesmente conhecida nessa fronteira, é sede do município da Gran Savana, situado no estado Bolívar, estando quase exclusivamente dependente do fluxo de turistas, que se deslocam para o Parque Canáima, além de

⁵⁹ Dados obtidos em entrevista realizada com o senhor Eduardo Bayma Oestreicher, Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria – Seção de Roraima e que à época da entrevista havia ocupado no lugar do senhor Onésimo Cruz, o cargo de Secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima, em Boa Vista no dia 29 de abril de 2010

⁶⁰ Dados da Entrevista realizada em Pacaraima com comerciantes locais em 04/11/2008.

⁶¹ Dados da entrevista realizada em 06/05/2010.

ser um pequeno centro comercial de ouro e diamantes e sediar um *Puerto Libre*. Essa cidade abriga um consulado brasileiro, e a guarda nacional venezuelana, formalizando a fronteira burocrática daquele país, nessa cidade. Pacaraima, município que se localiza nessa fronteira com a Venezuela, sedia o Pelotão Militar de Fronteira, sendo um dos municípios-símbolo da fronteira setentrional brasileira. Com o fluxo nessa área, se desenvolveu próximo a fronteira, as margens da rodovia, um comércio de alimentos, artesanatos entre outras mercadorias, disponível para os que irão ultrapassar a barreira (SILVA, 2009).

Em entrevistas com alguns comerciantes locais, estes afirmaram que 95% de seus clientes são venezuelanos e os produtos mais vendidos em seu estabelecimento, que um mercadinho, são fogos de artifício, presunto, calabresa, frango, refrigerantes, cosméticos e cidra (Informação Verbal⁶²).

Tanto os estabelecimentos comerciais de Santa Elena de Uairén quanto os de Pacaraima aceitam as moedas Real (Brasil) e Bolívar (Venezuela).

Em Roraima foi implantada a partir de 2008, uma Área de Livre Comércio em Boa Vista, através da Lei nº 11.732, de 2008. Dessa maneira, as empresas localizadas em um perímetro de 80 quilômetros quadrados em relação à capital roraimense obtêm isenção de impostos federais como IPI, PIS, Confins e PASEP e o Imposto de Importação. As operações interestaduais obtêm isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em 30 de junho de 2010 o Presidente brasileiro assinou um decreto criando em Boa Vista uma Zona de Processamento e Exportação (ZPE). As ZPE são áreas de livre comércio com o mercado internacional, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro, o que as isenta de alguns impostos e as dispensa de alguns processos burocráticos.

⁶² Dados da Entrevista realizada em Pacaraima com comerciantes locais em 04/11/2008.

9.9 Energia

No Estado de Roraima atuam duas empresas no fornecimento de energia elétrica. A Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) fornece energia para Boa Vista e Mucajaí, onde se concentra cerca de 80% da população do estado. A Companhia Energética de Roraima (CERR) fornece, por meio de termoelétricas, energia ao interior do estado (PINTO, 1995).

A Eletronorte é uma subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e chegou ao estado de Roraima em 1989. A partir de 2001, com base no Acordo de Complementação Energética, celebrado entre o Brasil e a Venezuela, em 14 de julho de 1994, na cidade de Caracas, passou a operar a interligação elétrica entre Brasil e Venezuela (CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS, 2010). Essa interligação funciona a partir de uma linha de transmissão, conhecida como Linhão de Guri, com cerca de 1.600 km de extensão que acompanham o traçado da BR 174, conectando o complexo hidrelétrico venezuelano Guri-Macaguá II, ao mercado de Boa Vista, incluindo as cidades fronteiriças de Pacaraima (Roraima) e Santa Elena do Uairén (Bolívar). Este complexo se localiza no Rio Caroní, que é afluente do Orinoco (PINTO, 1995).

O potencial energético do Brasil e da Venezuela é apresentado na tabela 63:

Tabela 63 – Potencial Energético do Brasil e da Venezuela

País	Potência Instalada (MW)	Energia Gerada (Gwh)	Energia Gerada/hab (KWh/hab)
Venezuela	17.190	66.047	3.212
Brasil	52.741	238.014	1.754

Fonte: ARAÚJO, 1995.

Sobre a integração energética, Bansart comenta:

As conquistas em matéria de energia são decisivas para o desenvolvimento. Quando utilizamos a palavra desenvolvimento não pensamos somente em termos econômicos. Para nós, o desenvolvimento é um conjunto de dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais que permitem uma melhor qualidade de vida. É fundamental que o setor energético não seja planejado isoladamente de objetivos regionais ou nacionais mais amplos. A finalidade de uma estratégia energética correta é a de assegurar a redução das disparidades econômicas entre a cidade e o campo, entre os setores modernos e os tradicionais, entre as classes privilegiadas e as camadas mais desfavorecidas (BANSART, 1995, p. 5).

Ainda segundo Bansart (1995), os estudos realizados pelo Brasil, através da Eletrobrás e pela Venezuela, através da empresa *Eletrificación del Caroní* (EDELCA), possibilitaram o levantamento dos benefícios da integração energética:

- a) fornecimento confiável de energia a Boa Vista sem altos custos;
- b) garantia do fornecimento contínuo de energia elétrica à população de Roraima;
- c) baixo impacto ambiental, muito pelo fato do Linhão de Guri acompanhar o caminho já traçado pela BR 174;
- d) para a Venezuela, permitiria alimentar o futuro desenvolvimento da mineração da zona atravessada pela linha de transmissão e de populações como Tumeremo e Santa Elena do Uairén, além de representar um ingresso adicional de divisas para o país.

Segundo Onésimo Netto⁶³ o Governo de Roraima está em processo de interiorização da energia elétrica que vem de Guri, na Venezuela. Dessa forma, os demais municípios do Estado contarão com esta fonte de energia mais eficiente, sem depender tanto das termoelétricas estatais.

9.10 Internet banda larga

Roraima não contava com o serviço de internet banda larga. Este serviço é recente no Estado e é feito através de cabos de fibra óptica que vem da Venezuela. O serviço de internet em Roraima é fornecido pela empresa Oi.

9.11 Gasolina

Um assunto muito discutido nos últimos anos entre Roraima e Bolívar e a questão do fornecimento de combustível venezuelano aos brasileiros, mais especificamente aos brasileiros residentes na região de fronteira. A gasolina venezuelana é de muito boa qualidade

⁶³ Dados obtidos a partir da entrevista com Onésimo de Souza Cruz Netto, que na época da entrevista, realizada em 27/04/2010, ocupava o cargo de Presidente da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima.

e é vendida a preço muito mais barato do que os encontrados em postos de gasolina brasileiros. O que ocorre é que muitos brasileiros de Roraima se dirigem à região de fronteira para abastecer seus automóveis. Ou mesmo aqueles que seguem viagem para dentro da Venezuela abastecem seus veículos neste país. Isso fluxo é muito intenso, mesmo porque existe um posto de abastecimento na fronteira destinado a atender justamente os brasileiros. Neste posto podem-se encontrar imensas filas, sendo que os motoristas chegam a esperar cerca de duas horas.

A grande procura pelo combustível gera outro problema ainda mais grave: o transporte e comércio ilegais. É possível observar veículos como pampas e outros tipos de camionetes, as quais o tanque comporta uma quantidade muito maior de gasolina do que os carros de passeio comuns. Branco e Oliveira relatam sobre o assunto:

O tráfico de combustível é uma fonte de renda para muitas famílias de Roraima, motivadas pela ausência de postos de trabalho e pelo baixo preço desse produto no país vizinho – 1 litro de gasolina chega a custar, em média, menos de R\$ 0,10 dentro do território venezuelano e R\$ 1,00 para os brasileiros que compram na fronteira. Apesar de ser uma atividade ilícita, os pampeiros (como são chamados os atravessadores de combustível) não são coibidos. Eles transportam gasolina em diferentes cidades de Roraima, sobretudo para a capital, Boa Vista, e revendem por preços abaixo dos cobrados pelos postos regulares. Mesmo com os postos de fiscalização, tanto do lado venezuelano quanto do lado brasileiro, a atividade de transporte e venda ilegal de combustível ocorre durante todo o dia (BRANCO ; OLIVEIRA, [2000?], p. 42).

Muitas foram as propostas para que a Venezuela fornecesse gasolina ao Estado de Roraima, mas ainda hoje o que se tem é o posto de combustíveis da fronteira, em solo venezuelano, que permite o abastecimento de veículos brasileiros.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roraima é um estado brasileiro que se localiza em uma posição geográfica muito interessante. Do ponto de vista geopolítico, suas relações com o país vizinho, a Venezuela, são bastante amigáveis e, mais do que isso, de cooperação. De modo geral, as relações entre Brasil e Venezuela têm se fortalecido, principalmente com os atuais governos de cada país. Em uma escala nacional, as relações entre os países em tela se dão muito mais através dos grandes centros econômicos, localizados na região Centro-Sul brasileira e no norte da Venezuela. Em uma escala regional, as relações entre Brasil e Venezuela que se estabelecem pela via terrestre, ou seja, pela fronteira, são relações que atendem a uma demanda local dos estados vizinhos: Roraima e Bolívar. Demanda esta também justificada pela proximidade dos estados fronteiriços e pela distância dos mesmos em relação aos seus respectivos centros econômicos nacionais.

Diante deste contexto, faz-se necessário um olhar mais atento por parte do governo brasileiro em relação a Roraima. Este Estado é resultado parcial de trabalhos fundamentados em teorias geopolíticas brasileiras, que defenderam a importância da integração do território nacional e uma atenção diferenciada para as regiões fronteiriças. Mario Travassos considerava a bacia amazônica uma das localidades estratégicas da América do Sul (MATTOS, 1975) e defendia a necessidade de uma maior articulação do território brasileiro através de redes ferroviárias. Everardo Backheuser afirmou ser do governo federal a responsabilidade sobre as fronteiras e suas idéias influenciaram na decisão política de se criar Territórios Federais, dentre eles, o de Roraima, que posteriormente, se tornaria Estado.

Em 1947, Lísias Rodrigues apresenta sua contribuição à Geopolítica Brasileira, defendendo a importância da aviação para o desenvolvimento das áreas mais isoladas do país, argumentando, também, sobre a importância de uma ocupação maior do interior, retirando a capital nacional das áreas litorâneas. Meira Mattos, em uma de suas obras, realizou uma análise geopolítica da Amazônia, chegando à conclusão de que havia uma necessidade de maior integração na fronteira entre Brasil e Venezuela e a construção de um pólo binacional nesta região.

Estas idéias, dentre outras, estimularam o governo do Brasil a dedicar-se mais à integração e ao desenvolvimento de áreas do território brasileiro mais isoladas, dentre elas, as regiões de fronteira e, em especial, a fronteira norte, onde a ocupação é ainda menor. O Estado de Roraima foi criado justamente por causa deste interesse político de integração do

território nacional, e as políticas públicas que, desde então, têm sido realizadas para promover seu povoamento e seu desenvolvimento econômico tem origem em estratégias geopolíticas que tinham como um de seus objetivos garantir a soberania nacional.

Entretanto, uma significativa melhora nos recursos e infra-estrutura deste Estado continuam pendentes, bem como uma política que dinamize e viabilize ainda mais as intenções e acordos firmados entre os estados vizinhos Roraima e Bolívar. Muitos destes acordos não alcançaram resultados práticos pela dependência de decisões dos Governos Federais e do processo burocrático moroso que estas decisões acarretam.

O potencial econômico de Roraima é, hoje, principalmente no setor agrícola. Mesmo com parte do seu território destinado a reservas indígenas, Roraima possui grande extensão de terras agricultáveis, sendo que alguma produção já existe no Estado. Contudo, para ampliar esta produção, é necessário garantir o suprimento dos insumos agrícolas necessários à correção do solo como, por exemplo, o calcário. Roraima não produz esses insumos e depende de outros Estados brasileiros para adquiri-los. A distância dos fornecedores torna o preço final do insumo mais caro, aumentando os custos de produção. Ainda assim, Roraima possui uma vantagem, já que a maior parte do estado se situa no hemisfério Norte e, dessa maneira, a agricultura roraimense desenvolve-se em épocas diferentes do restante do país. Isso faz com que os produtores possam adquirir insumos e outros produtos necessários para a agricultura a preços mais baratos, já que a época em que efetuarão a compra apresentará uma demanda nacional menor. A posição geográfica de Roraima lhe garante também produzir quando ninguém está produzindo, ou seja, em períodos distintos do restante do Brasil, tornando o Estado um fornecedor de produtos em falta no mercado.

Em sua relação com a Venezuela, como já explicitado ao longo desta dissertação, o país vizinho constitui-se em importante parceiro econômico, tanto no fornecimento de mercadorias que Roraima não produz, como por exemplo, os insumos agrícolas, como para se tornar um mercado consumidor de grande potencial, já que a produção venezuelana de alimentos é baixa e, portanto, há uma prioridade para importação de produtos alimentícios. O país vizinho ainda se configura como um corredor de transporte de mercadorias roraimenses para os países caribenhos, também possíveis consumidores de produtos roraimenses.

Sabe-se que a região Norte ainda hoje permanece de certa forma isolada do restante do país. O setor de transportes é insuficiente, são extensas as distâncias dos grandes centros econômicos tais como São Paulo e mesmo o turismo é pouco difundido, fazendo com que a população brasileira desconheça ou conheça pouco da realidade do norte do país. Os investimentos são baixos, uma vez que há poucos atrativos para o setor industrial, que com

exceção da Zona Franca de Manaus, não encontram muitos dos elementos primordiais à sua instalação: mão-de-obra qualificada, mercado consumidor, infra-estrutura, entre outros. A baixa industrialização reflete-se no setor terciário, que é pouco diversificado em Roraima, sendo que grande parte das vagas de emprego está vinculada ao setor público, seja através de cargos comissionados ou de concursos públicos.

Esse quadro tem grandes chances de ser amenizado com a integração que vem sendo promovida entre Roraima e Bolívar desde 2006. Os Estados vizinhos têm contribuído economicamente entre si, à medida que estabelecem parcerias em várias áreas onde um é mais forte do que o outro, tendo essas relações um caráter de colaboração. Nas diversas áreas em que vêm se estabelecendo parcerias, destacam-se a agricultura, a saúde, a educação, a segurança pública, a cultura e o turismo.

Como se pode observar nas seções 7 e 8, é evidente que Roraima tem colaborado muito mais com o Estado Bolívar do que o contrário. Na área de agricultura, projetos experimentais foram implantados em solo venezuelano, os quais tiveram investimentos brasileiros, mas não apresentaram resultados muito satisfatórios. Na área da saúde há um acordo de reciprocidade, em que pacientes brasileiros podem ser atendidos no Estado Bolívar, assim como pacientes venezuelanos podem ser atendidos em Roraima. Entretanto, o setor hospitalar de Roraima é melhor do que o de Bolívar, principalmente no que diz respeito à região de fronteira, fazendo com que muito mais venezuelanos sejam encaminhados à Roraima do que o contrário.

Se por um lado essa parceria é muito importante para a população da região de fronteira, salvando muitas vidas, por outro pode acabar gerando transtornos para a própria população roraimense, já que há poucos estabelecimentos de saúde para atender à população de todo o Estado. Além disso, o gasto que o setor de saúde pública de Roraima tem com pacientes estrangeiros não é coberto pelo Governo Federal, fato que causa estranheza, pois se há a permissão do atendimento desses pacientes, é razoável que os recursos sejam também repassados. Com o aumento do número de pacientes venezuelanos atendidos pelo sistema de saúde de Roraima haverá também um aumento nos gastos estaduais, comprometendo o atendimento da própria população do Estado.

Na área da educação tem-se o convênio entre a UERR e a UNEG, através do qual, estudantes venezuelanos matricularam-se em cursos de graduação no *campus* da UERR em Pacaraima. A contrapartida do Estado Bolívar ainda não ocorreu, mas os documentos de cooperação entre Roraima e Bolívar foram renovados em 2010, o que possibilitará o prosseguimento deste projeto de integração.

As parcerias na área de segurança pública foram bastante satisfatórias, possibilitando que oficiais de Roraima realizassem cursos e treinamentos no Estado Bolívar e vice-versa. Os números provenientes desta parceria foram apresentados na seção 8 e são significativos, mostrando que nessa área o projeto de integração prosperou e a tendência é que seja dado prosseguimento a esses trabalhos.

Na área de cultura há poucos feitos. Destacam-se apenas a festa denominada Arraial das Três Nações, que possibilita um contato maior entre a população da região de fronteira e as diferentes culturas, mas seria interessante tirar mais proveito da localização de Roraima, que se insere em uma fronteira trinacional, onde há a presença de duas línguas mundialmente importantes: o espanhol e o inglês, além do português. Na atualidade, o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais competitivo e o fato de uma pessoa saber falar mais de uma língua é um importante diferencial. Além disso, a população de Roraima teria mais chances de explorar as oportunidades oferecidas não só em seu Estado, mas também nos países vizinhos, como por exemplo, realizar intercâmbios, cursar uma graduação ou mesmo uma pós-graduação fora do país de origem, além da possibilidade de se entrar em contato com culturas e realidades diferentes, o que é sempre rico para a experiência pessoal.

No caso do turismo, esta é uma atividade econômica importante no Estado Bolívar, principalmente no que diz respeito ao turismo ecológico no Parque Nacional da *Gran Sabana*. O público que frequenta esta região é composto, em sua maioria, por venezuelanos de outras partes do país e poucos brasileiros. A população de Roraima busca na Venezuela um turismo voltado para as regiões litorâneas, destacando-se a Ilha de *Marguerita*.

Em Roraima o turismo é pouco desenvolvido, o que é uma reclamação inclusive dos próprios estudantes de turismo da UERR, que se formam em um curso de qualidade, mas não conseguem se inserir no mercado de trabalho, já que os investimentos na área são insatisfatórios. O potencial turístico do Estado envolve, principalmente, as áreas naturais cujas paisagens apresentam-se preservadas e o público é composto por brasileiros de outros Estados ou mesmo por estrangeiros que buscam conhecer alguns pontos turísticos e belezas naturais, como o Monte Roraima.

A maior parte das áreas com potencial para o turismo ecológico é controlada por grupos indígenas, que se fazem de guias para os visitantes, de maneira desorganizada. Este tipo de atividade apenas rende alguns trocados para as comunidades indígenas, mas não se configura como uma atividade econômica que contribua efetivamente para o desenvolvimento nem para os grupos nativos, nem para o Estado como um todo. Para que o turismo possa incrementar a economia de Roraima é necessário antes de tudo que não só a

Capital, mas também os demais municípios com potencial turístico sejam equipados para poder receber os visitantes e oferecer serviços de qualidade, tais como hotéis, gastronomia, *lan houses*, atrativos na cidade e um comércio que atenda às expectativas dos visitantes como, por exemplo, lojas de *souvenir*.

Há um projeto na área de turismo para estimular o desenvolvimento deste setor no eixo Caribe-Amazônia, impulsionando assim o fluxo de brasileiros para a Venezuela e para o Caribe, embora o objetivo maior seja incentivar o fluxo no sentido contrário, ou seja, a vinda de turistas caribenhos e venezuelanos à região Norte e, no caso, a Roraima também.

Atualmente o trânsito de veículos na fronteira entre Brasil e Venezuela é dificultado pelas normas existentes, já que ela é aberta somente à circulação entre as cidades vizinhas Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Para seguir em frente é necessário possuir o passaporte. Caso o visitante esteja de carro, há um procedimento necessário à obtenção da permissão que envolve a necessidade de se ter cópias do passaporte e da habilitação do proprietário, o pagamento de um seguro à Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén e a Licença para Trânsito na Venezuela, expedida pelo DETRAN-RR. Caso o condutor não seja o legítimo dono do veículo é necessário ainda que ele tenha uma autorização do proprietário registrada em cartório. As empresas de transporte e turismo também precisam cumprir muitas exigências para conseguir atuar no ramo e percorrer o trajeto Brasil-Venezuela-Brasil.

Com o processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL a tendência é que a maior parte destes entraves sejam solucionados, à medida em que os processos burocráticos se tornarão mais simples e as barreiras alfandegárias deixarão de ser um empecilho às trocas comerciais. O diálogo entre Brasil e Venezuela, que já é bom, se tornará ainda melhor e os Estados vizinhos Roraima e Bolívar poderão colocar em prática muitos acordos que até então não conseguiram sair do papel.

Este tipo de relação amistosa entre dois estados fronteiriços não é algo tão comum, principalmente com o nível de proximidade apresentado entre Roraima e Bolívar. Ainda que algumas fronteiras não apresentem grandes problemas e conflitos entre si, a integração na esfera de Governo Estadual é algo incomum sendo, ao mesmo tempo, delicado e fundamental. Delicado, porque os governos locais nem sempre possuem autoridade suficiente para tomarem decisões e estabelecerem acordos sem consultar outras esferas do poder, no caso do Brasil, o Governo Federal; fundamental, porque contribui para a melhoria da qualidade de vida da população que habita a região de fronteira, à medida que as partes podem estabelecer relações que ajudem a suprir as necessidades uma da outra.

Observou-se que desde 2006 os Governadores desses Estados mantêm encontros e diálogos frequentes, a fim de promover uma integração favorável às duas partes. A partir da análise dos documentos e das entrevistas realizadas, bem como da participação no IX Encontro de Governadores percebe-se que os principais interesses de Roraima nessas relações internacionais são adquirir insumos agrícolas, desenvolver um comércio mais efetivo com Bolívar, vendendo produtos alimentícios e adquirindo produtos industrializados a preços justos, não se esquecendo da energia elétrica e da internet banda larga, que são importadas da Venezuela e fundamentais ao desenvolvimento do Estado (acordos em nível federal).

Roraima também almeja uma circulação mais tranquila tanto de pessoas, quanto de mercadorias na região de fronteira, que, logicamente, necessita de um controle fronteiriço. Entretanto o desejo é que esse controle seja padronizado e simplificado, evitando, assim, transtornos como a retenção de cargas, morosidade no processo de obtenção dos documentos de permissão, fiscalização repetitiva ao longo do trajeto, inconsistência das informações quanto aos pré-requisitos para importação e exportação.

É importante ressaltar que os trabalhos do Governo de Roraima no que diz respeito à integração com o Estado vizinho não podem estar pautados nos interesses de uma minoria, composta por alguns poucos empresários que atuam no Estado, mas sim visando uma melhoria da qualidade de vida da população como um todo, aumentando a oferta de empregos, estimulando os investimentos do setor privado, aprimorando a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento econômico e divulgando a imagem positiva de Roraima para o restante do país, bem como para o exterior.

Conclui-se que Roraima apresenta um grande potencial para a intermediação das relações entre Brasil e Venezuela na região de fronteira, pois além da sua posição geográfica privilegiada, o Estado mantém uma relação muito próxima com o Estado vizinho, facilitando as relações entre Governos Federais e Estaduais. Pelo território roraimense passa a BR 174, rodovia que parte de Manaus, corta Boa Vista e se estende até a Venezuela. Nesse trajeto, fatores de extrema importância devem ser destacados: a existência da Zona Franca de Manaus, o fato de Boa Vista ser uma Área de Livre Comércio, a fronteira com a Venezuela, o fato de Santa Elena de Uairém abrigar um *Puerto Libre* e a saída para o Mar do Caribe. Tais fatores fazem desse eixo uma área propícia para investidores que pretendem desfrutar dos benefícios tarifários e de localização presentes ao longo da BR 174.

A fronteira entre Brasil e Venezuela estabelece a divisão espacial que marca a soberania de cada Estado Nacional sobre seu respectivo território. Entretanto, essa mesma fronteira apresenta-se como importante zona de intercâmbio, onde o avanço da tecnologia, no

âmbito dos meios de transporte e comunicação, contribui para a intensificação das trocas de mercadorias, informações e serviços, bem como o fluxo de pessoas, sejam elas turistas ou migrantes (temporários ou não). Grande parte das relações entre Brasil e Venezuela na região de fronteira são intermediadas pelos Estados vizinhos Roraima e Bolívar, que desde 2006 têm estreitado cada vez mais suas relações.

Os documentos mencionados nesta dissertação demonstram quão dinâmicas são as relações que vêm sendo estabelecidas entre Roraima e Bolívar ao longo do tempo e quão ricos têm sido seus frutos. Neste contexto, o Estado de Roraima vem cumprindo um papel importante no cenário geopolítico brasileiro, tendo em vista que tem operado nos últimos anos como um importante elo entre Brasil e Venezuela, somando-se a isso o fato de que o futuro tem exigido cada vez mais uma integração econômica dos países em desenvolvimento perante a economia global.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA RORAIMENSE DE NOTÍCIAS. **Energia em Roraima**: um problema histórico com solução possível. Boa Vista: ARN, 2010. Disponível em: <http://www.portal.rr.gov.br/arn/index.php?option=com_content&task=view&id=4732&Itemid=1> Acesso em: 26 de jul. 2010.
- ALBUQUERQUE, M. M. de. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 728 p.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A Embrionária Rede Urbana de Roraima. **Estudios Setentrionales**: revista de geografia. Tandil, Argentina, v. 5, n. 5, 2005a.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Boa Vista, Roraima: uma cidade média na fronteira setentrional do Brasil [2000]. In: GARCÍA, M. C. (Org.). **Ciudades Intermedias**: problemas de su estructura y funciones, conflictos ambientales y sociales en los años 2000. Tandil Argentina: FCH – UNCPBA, 2005b. p. 75-82.
- AMOROSO, Marta Rosa; FARAGE, Nádía (orgs.). **Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII**: documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994. 134 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a América Latina**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 79 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989. 64 p.
- AQUINO, Rubim S. Leão de; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de; LOPES, Oscar G. P. Campos. **História das Sociedades Americanas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 764 p.
- ARAÚJO, Luiz Eyer de. Relacionamento Brasil-Venezuela no setor de energia elétrica. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e Venezuela**: esperanças e determinação na virada do século. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais : Fundação Alexandre Gusmão, 1995. p. 139-146.
- ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO. **Quem Somos?** . 2010. Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VISITIOWEBp/quienessomosp>> Acesso em: 20 jul. 2010.

BANSART, A. Brasil-Venezuela: Integração Energética. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1995. p. 55-72.

BARBOSA, R. I. ; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997.630 p.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 168 p.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. 267 p.

BESERRA NETA, Luiza Câmara; TAVARES JÚNIOR, Stélio Soares. Geomorfologia do Estado de Roraima por imagens de Sensores Remotos. In: SILVA, Paulo Rogério de Freitas; OLIVEIRA, Rafael da Silva (Org..) **Roraima 20 anos: as geografias de um novo estado**. Boa Vista: UFRR, 2008. p. 169-192.

BETANCOURT, Carlos A. **El Estado Bolívar y sus Municipios**. 3. ed. Venezuela: [s.n.], 2005. 88 p.

BOA VISTA . Prefeitura Municipal. Boa Vista On Line. **Conheça Boa Vista**. Disponível em:< <http://www.boavista.rr.gov.br/conheca.php?>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

BORGES, Altamiro. **Venezuela: originalidade e ousadia**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005. 107 p.

BRANCO, Marcello Simão; OLIVEIRA, Rafael da Silva. Onde o Brasil acaba. **Discutindo Geografia**. São Paulo: Escala Educacional, ano 3, v. 17, p. 35-43, [2000?].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 07 de jul. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 2.975**. Promulga o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros, celebrado entre Brasil e Venezuela. Brasília, 1º de março de 1999. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/Venez.htm>> Acesso em: 13 de fev. de 2010.

BRASIL. Itamaraty. **Visita do Presidente Hugo Chávez Frías ao Brasil:** Comunicado Conjunto dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez, por ocasião do encontro bilateral realizado na cidade de Manaus, Brasil, em 30 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/das-ii-departamento-da-america-do-sul-ii/venezuela/comunicados-conjuntos-820846550497/visita-do-presidente-hugo-chavez-frias-ao-brasil-635642298153>> Acesso em 30 de jul. 2010.

BRASIL. Itamaraty. **Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez:** Comunicado Conjunto, em 28 de abril de 2010b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-venezuela-hugo-chavez-2013-brasilia-28-de-abril-de-2010-2013-comunicado-conjunto>> Acesso em: 30 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.634** de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília 02 de maio de 1979. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil.03/Leis/L6634.htm>> Acesso em: 21 jul. 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Temas políticos e Relações Bilaterais:** Venezuela. Brasília: MRE, 2010a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/venezuela/pdf>>. Acesso em: 21 de jul. 2010.

BRASIL. Sistema Integrado de Comércio Exterior. **Revista Venbras.** Ano V, nº 28. mar./abr. 2009.

BRASIL; VENEZUELA. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países.** Caracas, 07 de novembro de 1979. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_42_4138.htm> Acesso em: 13 fev. 2010.

BRASIL; VENEZUELA. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o Estabelecimento de uma Zona Non-Aedificandi na Fronteira entre os dois países.** Brasília, 17 de maio de 1988a. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_60_4151.htm> Acesso em: 13 de fev. 2010.

BRASIL; VENEZUELA. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela Relativo aos Procedimentos para Autorização de Sobrevôos em Área de Fronteira.** Caracas, 27 de junho de 2008c. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_120.htm> Acesso em: 13 fev. 2010.

BRASIL; VENEZUELA. **Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça.** Caracas, 19 de fevereiro de 1982a. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_50_4143.htm> Acesso em: 13 de fev. 2010.

BRASIL; VENEZUELA. **Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga entre o Governo República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.** Caracas, 19 de fevereiro de 1982b. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/carga.htm>> Acesso em: 13 de fev. 2010.

BRASIL; VENEZUELA. **Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, para regulamentar o transporte fronteiriço de passageiros entre o território de Roraima e o Estado Bolívar.** Caracas, 04 de fevereiro de 1988b. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_62_4153.htm> Acesso em: 11 jun. 2010.

BRASIL; VENEZUELA. **Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana de Venezuela sobre Cooperação Ambiental.** Caracas, 27 de junho de 2008d. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_121.htm> Acesso em: 13 fev. 2010.

BRASIL; VENEZUELA. **Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana de Venezuela para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén.** Caracas, 27 de junho de 2008a. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_125.htm> Acesso em: 13 fev. 2010.

BRASIL; VENEZUELA. **Memorando de Entendimento entre os Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a Interconexão Elétrica.** Caracas, 27 de junho de 2008b. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_123.htm> Acesso em: 13 de fev. 2010.

BRASIL; VENEZUELA. **Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Bolívar da República Bolivariana de Venezuela, em 18 de abril de 2006.** Boa Vista, 2006a.

BRASIL; VENEZUELA. **Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Segurança entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, em 31 de maio de 2006.** Estado Bolívar, 2006b.

BRASIL; VENEZUELA. **Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Saúde entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, em 31 de maio de 2006.** Estado Bolívar, 2006c.

BRASIL; VENEZUELA. **Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria Agrícola entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, em 31 de maio de 2006.** Estado Bolívar, 2006d.

BRASIL; VENEZUELA. **Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Educação entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, em 31 maio de 2006.** Estado Bolívar, 2006e.

BRASIL; VENEZUELA. Tratado de Limites e Navegação Fluvial. Caracas, 05 de maio de 1859. In.: FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela 1859-1997:** documentos oficiais. Brasília : FUNAG/MRE: 1998. 162 p.

CASTILLO, Rubén Carpio. **Geopolítica de Venezuela.** Caracas: Ariel-Seix Barral Venezolana, 1981. 287 p.

CASTRO, T. de. **Nossa América:** geopolítica comparada. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 304 p.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS (ELETROBRAS). **Eletronorte Regional Roraima.** Eletrobras/Eletronorte: 2010. Disponível em:<<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/aEmpresa/regionais/roraima/>> Acesso em: 24 jul.2010.

COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES. **Acuerdo de Integración Subregional Andino (1969). Acuerdo de Cartagena.** Disponível em:< <http://www.comunidadandina.org/normativa/tratprot/acuerdo.htm>> Acesso em: 14 nov.2008.

COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES. Secretaria Geral. **¿Quienes Somos?** CAN: 2010a. Disponível em:<<http://www.comunidadandina.org/quienes.htm>>.Acesso em: 17 jul. 2010.

COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES. **Unión de Naciones Suramericanas.** CAN: 2010b. Disponível em:<<http://www.comunidadandina.org/sudamerica.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil.** 3. ed.São Paulo: Contexto, 1991. 83 p.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: EDUSP, 1992. 374 p.

COSTA, José A. Vieira. Compartimentação do Relevo do Estado de Roraima. In: OLIVEIRA, Rafael da Silva (Org.). **Roraima em Foco: pesquisas e apontamentos recentes**. Boa Vista: UFRR Ed., 2008. p. 77-107.

DAMAS, Germán Carrera. **Una Nación Llamada Venezuela**. Caracas: Monte Ávila, 2006. 220 p.

DEFARGES, P. M.. **Introdução à Geopolítica**. Tradução de José Pedro Teixeira Fernandes. Lisboa: Gradiva, 2003. 189 p.

DINIZ, Alexandre M. Alves. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: Claudia Lima Esteves Alves. (Org.). **Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças**. Boa Vista: CCSG-UFRR, 1998. p. 150-179.

DINIZ, Alexandre M. Alves; SANTOS, R. O. dos. O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais. **Caderno de Geografia**. PUC Minas: Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 23-44, 2ª semestre. 2005.

DINIZ, Alexandre M. Alves. Fluxos Migratórios e Formação da Rede Urbana de Roraima. **Geografia**. Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 269-287, maio/ago. 2008.

DONGUI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 323 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Aeroporto de Boa Vista**. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/aero_prev_home.php?ai=91> Acesso em: 20 jul. 2010.

ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE. **Cartographic and data publishers**, 2006. Disponível em:<<http://www.esri.com/industries/map-chart-dataproduction/index.html>>. Acesso em : 22 jul. 2010.

FERNANDES NETO, Pedro. **Caracterização Geográfica da Faixa de Fronteira Continental Norte do Brasil**. 2003. 40f. Monografia (Conclusão de curso) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/2003-Characteriza%C3%A7%C3%A3o-Geogr%C3%A1fica-da-Faixa-de-Fronteira-PFN.pdf>>. Acesso em : 22 jul. 2010.

FERNÁNDEZ, Américo. **Historia del Estado Bolivar**. Ciudad Bolivar: Boscán, 1993. 223 p. v.1.

FLORES, Rafael Correa (Org.). **Construyendo el ALBA: nuestro norte es el sur**. Caracas: Parlamento Latinoamericano, 2005. 178 p.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. 2. ed. Manaus: Grafima, 1996. 154 p.

FREITAS, Aimberê. **Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros**. São Paulo: Corprint, 1998. 261 p.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. 7. ed. Boa Vista: IAF, 2009. 225 p.,

FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela 1859-1997: documentos oficiais**. Brasília : FUNAG/MRE, 1998. 162 p.

FUSER, Igor. **Geopolítica: o mundo em conflito**. São Paulo: Salesiana, 2006. 95 p.

GELLNER, E. **Nações e Nacionalismo**. Tradução de Inês Vaz Pinto. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1993.

GUERRA, Antônio T.; GUERRA, Antônio José T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 652 p.

HEINSFELD, Adelar. **A Geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino**. Joaçaba: UNOESC, 2003, 190 p.

HOBSBAWN, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro.2007. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/>. Acesso em: 21 jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Quatro picos brasileiros têm sua altitude alterada.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=215&id_pagina=1> Acesso em: 22 jul. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE LA VENEZUELA. **División Político Territorial y Datos Estadísticos.** Venezuela: 2010. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/seccion/menuprincipal.asp?nedo=07&Entid=70000&seccion=1&nvalor=1_1> Acesso em: 13 jul. 2010.

LACOSTE, Yves. **A Geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 15. ed. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988, 263 p.

MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima:** informações históricas. Rio de Janeiro: 1986, 192 p.

MANAUS. Superintendência da Zona Franca de Manaus **O que é o projeto ZFM?** SUFRAMA: 2010. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_o_que_e_o_projeto_zfm.cfm> Acesso em: 06 de nov.2010.

MARTIN, Geoffrey J.; JAMES, Preston E. **All Possible Worlds: a history of geographical ideas.** 3. ed. New York: John Wiley & Sons, 1993. 585 p.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e Nações.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 91 p.

MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil:** geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975. 109 p.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Trópicos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, 157 p.

MATTOS, Carlos de Meira. A Geopolítica Brasileira: predecessores e geopolíticos. In: **Revista da Escola Superior de Guerra.** Rio de Janeiro, ano XVII, n. 39, 2000. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2008/12/resg-39.pdf> > Acesso em 11 out. 2010.

MELLO, Leonel Itaussu A. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata.** 1987. 336p. Dissertação (Mestrado em Sociologia política) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MELLO, Leonel Itaussu A. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999, 228 p.

MELO, Valdinar F.; GIANLUPPI, Daniel; UCHÔA, Sandra Cátia P. **Características edafológicas dos solos do estado de Roraima**. Boa Vista: UFRR/Embrapa, 2004, 42 p.

MENDES JÚNIOR, A.; RONCARI, L.; MARANHÃO, R. **Brasil História: texto e consulta** : Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1976.v 1

MERCADO COMUM DO SUL. **Conheça o MERCOSUL. MERCOSUL 2010**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=661&site=1&channel=secretaria&seccion=2> Acesso em: 20 jul.2010.

MERCADO COMUM DO SUL. **Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela**. Caracas, 04 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.mercosur.org.uy/innovaportal/file/1107/1/2006_PROTOCOLO_PT_AdhesionVenezuela.pdf>. Acesso em: 28 abr.2009.

META LINHAS AÉREAS. **Horários de Vôos**. META: 2010. Disponível em: <<http://voemeta.reservaweb.com.br/horariovoos.asp>> Acesso em 30 jul.2010.

MORAES, Marcos Antônio de; FRANCO, Paulo Sérgio Silva. **Geopolítica: uma visão atual**. Campinas: Átomo, 2009, 271 p.

MORÓN, Guillermo et al. **Historia de Venezuela**. 2. ed. Caracas: Santilhana, 2008. 207 p.

NAVARRO, Ramón Herrera. **Chávez y el Mundo Árabe**. Caracas: Perroy Larana, 2008. 439 p.

NOGUEIRA, Ricardo J. Batista. **Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”**. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2007. 219 p.

OLIC, Nelson Bacic. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 1992. 96 p.

PINSKY, Jaime et al. **História da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2000. 173 p. (Textos e documentos ; 4)

PINTO, Marluce. Integração Energética: Brasil-Venezuela. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais : Fundação Alexandre Gusmão, 1995. p. 97-108.

PRADO, Maria Ligia. **A Formação das Nações Latino-Americanas**. São Paulo: Atual, 1987, 82 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. PNUD, 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> Acesso: em 10 dez. 2010.

QUEIROZ, Olendina. Bonet de. **Gestão e Alunos Estrangeiros: dificuldades no uso do idioma português no campus de Pacaraima**. 2009. 52p. Monografia (Especialização)- Universidade Estadual de Roraima, Boa vista.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. Ratzel e a Antropogeografia. **Discutindo Geografia**. São Paulo: Escala Educacional, ano 3, n.15, p. 20-21, 2007.

RODRIGUES, F. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.20, n.57, p.197-207, ago., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200015&lng=es&nrm=&tlng=PT> Acesso em: 16 set. 2006.

RORAIMA. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. **Informações ao Turista**. Governo do Estado de Roraima, 2010. Folheto.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento **Roraima: a última fronteira agrícola do Brasil**. Boa Vista: SEAPA/RR, 2010a. Disponível em: <http://www.seapa.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=188&Itemid=79> Acesso em 26 de jul. de 2010.

RORAIMA. Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços. **Relatório de Viagem, 09 de julho de 2006**. Boa Vista, 2006.

RORAIMA. Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços. **Relatório de Viagem, 18 de maio de 2007**. Boa Vista, 2007a.

RORAIMA. Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços.. **Relatório de Reunião na SESA/RR, 20 de abril de 2007**. Boa Vista, 2007b.

RORAIMA. Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços.. **Relatório de Viagem, 22 de junho de 2007**. Boa Vista, 2007c.

RORAIMA. Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais Institucionais com Países Fronteiriços. **Relatório de Viagem, 23 de novembro de 2007**. Boa Vista, 2007d.

RORAIMA. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima **Anuário Estatístico de Roraima 2009**. Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2009. 125 p. Disponível em: <http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=1>. Acesso em: 13 de fev. 2010.

RORAIMA(Estado). **PORTAL RR**, 2010b. Disponível em: <<http://www.portal.rr.gov.br/>> Acesso em: 26 jul. 2010.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Acta del VIII Encuentro de Gobernadores de los Estados de Roraima de la República Federativa de Brasil y el Estado Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela, assinada em 08 de maio de 2009**. Ciudad Bolívar, 2009.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Ata do II Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar, realizado em 30e 31 de maio de 2006**. 2006a

RORAIMA; BOLÍVAR. **Ata do III Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar, realizado em 17 de agosto de 2006**. 2006b

RORAIMA; BOLÍVAR.. **Ata do IV Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar, realizado em 12 de abril de 2007**. Boa Vista, 2007a.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Ata do V Encontro de Governadores Bolívar/ Roraima, realizado em 03 de outubro de 2007**. Puerto Ordaz, 2007b.

RORAIMA; BOLIVAR. **Ata do VI Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar, realizado em 26 de fevereiro de 2008**. Boa Vista, 2008a.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Ata do VII Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar, realizado em 21 de junho de 2008**. Boa Vista, 2008b.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Carta Conjunta dos Governadores de Roraima e de Bolívar aos Presidentes do Brasil e da Venezuela, assinada em 21 de junho de 2008**. Boa Vista, 2008c.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Declaração Conjunta dos Governadores do Estado de Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil assinada, em 03 de outubro de 2007.** Puerto Ordaz, 2007c.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Declaração Conjunta dos Governadores dos Estados de Roraima da República Federativa do Brasil e de Bolívar da República Bolivariana da Venezuela, em 26 de fevereiro de 2008.** Boa Vista, 2008d

RORAIMA; BOLÍVAR. **Encontros de Governadores Roraima/ Bolívar [resumo].** Boa Vista, 29 de abril de 2010. Boa Vista, 2010

RORAIMA; BOLÍVAR. **Memorandum de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica na Área Agrícola entre o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil em 03 de outubro de 2007.** Puerto Ordaz, 2007d.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Memorandum de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica na Área de Saúde entre o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil, em 03 de outubro de 2007.** Puerto Ordaz, 2007e.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica na Área de Segurança Pública entre o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil, em 03 de outubro de 2007.** Puerto Ordaz, 2007f.

RORAIMA; BOLÍVAR. **Relatório do II Encontro de Governadores Bolívar/Roraima e das Reuniões realizadas em Caracas no MICE/BANCOEZ/PDVSA, em 05 de junho de 2006.** Boa Vista, 2006.

SALCEDO-BASTARDO, J. L. (org.). **Venezuela: presente!** Rio de Janeiro: Embaixada da Venezuela no Brasil, 1962, 79 p.

SÁNCHEZ, Germán. **Cuba y Venezuela: reflexiones y debate.** Habana: Ocean Press, 2006. 325 p.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington).** São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 159 p.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO DE FRONTEIRAS, 3., 2006, Boa Vista. **Carta Roraima**. Roraima. Disponível em : < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/planejamento_gestao/downloads_planejamento_gestao/2006_Carta_Roraima.pdf. >. Acesso em: 21 de jul. 2010.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Roraima no Contexto Regional Fronteiriço: Brasil-Venezuela-Guiana. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, 3 a 7 de abril, 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo: EGAL, 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area01/1028_de_Freitas_Silva_Paulo_Rogeroio.pdf>. Acesso em: 27 out. 2010.

SILVEIRA, Isolda M. Da; GATTI, Marcela. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: antropologia**, v. 4, n.1, p. 43-64, 1988.

SISO, Q., GERARDO, J.; GRAU, P. C.; RODRÍGUEZ, R. **Geografia de Venezuela**. Caracas: Santillana, 2008. 224 p.

SISTEMA integrado de comércio exterior Brasil In: **Revista Venbras**. Ano V, n. 28, mar./abr. 2009.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. **Travessia**: análise de uma situação de passagem entre Oiapoque e Guiana Francesa. 1995. 112f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. **Sobre UNASUR**. UNASUR. 2010. Disponível em: <<http://www.pptunasur.com/contenidos.php?menu=1&submenu1=12&idiom=1>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS **Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas**. Brasília: UNASUL, 2008. Disponível em:<<http://www.pptunasur.com/downloads/tratado-constitutivo-UNASUR.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2010.

UNIVERSIDADE ESTATUAL DE RORAIMA; UNIVERSIDADE NACIONAL EXPERIMENTAL DE GUAYANA. **Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional entre a Universidade Estadual de Roraima e a Universidad Nacional Experimental de Guayana**. Ciudad Bolívar, 20 de jun. 2007.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular del Despacho de la Presidencia. **Gobierno Bolivariano de Venezuela: Datos Oficiales**. 2007. Disponível em:<http://www.presidencia.gob.ve/venezuela_datos_o.html>. Acesso em: 21 de jul. 2010.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Ciencia, Tecnología e Industrias Intermedias. **Gobierno en Línea: El Estado Bolívar**. 2010. Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.ve/venezuela/perfil_bolivar.html>. Acesso em: 30 de jul. 2010.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2003. 125 p.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997a. 495 p.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997b. 496 p.

VILA, Manuel Pérez. **Simon Bolívar: o Libertador**. Caracas: Ayacucho, 2007. 349 p.

ZURITA, Alejandro Mendible. Venezuela-Brasil: inventário de uma relação Amistosa. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais : Fundação Alexandre Gusmão, 1995. p. 109-133.

PACARAÍMA. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Delegacia de Polícia Federal. Ofício nº 0367/2010 – DPF/PAC/RR. Estatísticas mensais de imigração. Pacaraíma. 04, maio de 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Acordos em vigor entre Brasil e Venezuela (Continua)

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Tratado de Limites e Navegação Fluvial.	05/05/1859	31/07/1860	2726	01/01/1861
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	3/6/1919	3/6/1919		
Convênio Relativo à Manutenção da Ordem Interna.	13/4/1926	19/10/1927	18012	6/12/1927
Protocolo Relativo à Demarcação de Limites.	24/7/1928	31/8/1929	18905	17/9/1929
Acordo de Demarcação da Fronteira Brasileiro-Venezuelano.	7/11/1929	7/11/1929		
Tratado de Extradicação	7/12/1938	14/3/1940	5362	12/3/1940
Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias.	30/3/1940	9/1/1941	6712	15/1/1941
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Oficial por Via Aérea.	30/1/1946	30/1/1946		
Acordo para a Reativação da Comissão Mista.	20/5/1971	20/5/1971		
Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transportes Marítimos entre os Dois Países.	16/6/1971	16/6/1971		
Convênio Básico de Cooperação Técnica	20/2/1973	16/5/1974	74329	29/7/1974
Acordo sobre Radioamadorismo.	6/4/1976	6/4/1976		
Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, nos Campos da Ciência e da Tecnologia, entre o CNPq e o CONICIT (Venezuela).	16/11/1977	17/11/1977		
Convênio de Amizade e Cooperação	17/11/1977	27/11/1978	83320	10/4/1979

ANEXO A – Acordos em vigor entre Brasil e Venezuela (Continua)

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973, Referente à Cooperação em Matéria Sanitária para o Meio Tropical.	17/11/1977	10/4/1978		
Acordo para a Instalação de uma Sucursal de um Banco Brasileiro na Venezuela e de uma Sucursal de um Banco Venezuelano no Brasil.	17/11/1977	17/11/1977		
Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos.	5/3/1979	5/3/1979		
Memorando de Entendimento. (Bases para Cooperação).	27/7/1979	27/7/1979		
Acordo Cultural.	7/11/1979	23/7/1981	86304	19/8/1981
Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo.	7/11/1979	11/8/1981	86354	9/9/1981
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países.	7/11/1979	25/9/1981	86483	16/10/1981
Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça.	19/2/1982	6/11/1984	59	14/3/1991
Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga.	19/2/1982	17/11/1983	89327	25/1/1984
Acordo de Cooperação na Área da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.	30/11/1983	26/12/1991	422	14/1/1992
Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes de Substâncias Psicotrópicas.	3/6/1987	1/11/1990	99758	3/12/1990
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973, na Área das Comunicações.	3/6/1987	3/6/1987		

ANEXO A – Acordos em vigor entre Brasil e Venezuela (Continua)

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto n°	Data
Memorandum de Entendimento para Regulamentar o Transporte Fronteiriço de Passageiros entre o Território de Roraima e o Estado de Bolívar.	4/2/1988	17/5/1988		
Acordo para o Estabelecimento de uma Zona "Non Aedificandi" entre os Dois Países.	17/5/1988	20/11/1989	98452	30/11/1989
Acordo, ptn., para a Criação de Mecanismo Permanente de Cooperação que Favoreça a Análise, sob Enfoque Técnico, de Temas e Fatos no Âmbito Consular e a Promoção de Soluções Práticas Tendentes à Superação de Dificuldades Conjunturais que Possam a Vir a Afetar o Relacionamento Bilateral.	17/5/1988	17/5/1988		
Execução, ptn., do Programa de Cooperação Científica.	17/5/1988	17/5/1988		
Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Institucional entre a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil S/A e o Instituto de Comércio Exterior da Venezuela (ICE).	11/11/1988	11/11/1988		
Acordo sobre Transporte Aéreo Regular.	11/11/1988	13/8/1991	227	10/10/1991
Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta.	20/6/1990	20/6/1990		

ANEXO A – Acordos em vigor entre Brasil e Venezuela (Continua)

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto n°	Data
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973.	20/6/1990	20/6/1990		
Acordo, por Troca de Notas, Colocando em Vigor, o Regulamento Interno do Comitê de Assuntos Fronteiriços, Criando Durante a I Reunião Extraordinária do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Venezuela.	14/2/1992	14/2/1992		
Protocolo da Guzmania, Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação.	4/3/1994	4/3/1994		
Acordo que autoriza os Dependentes dos Funcionários acreditados Junto às Missões Diplomáticas e Consulares de ambos os Países a desempenharem Trabalho Remunerado.	29/7/1994	4/8/1994	3228	29/10/1999
Memorandum de Entendimento sobre Cooperação na Formação de Pessoal Diplomático Através do Instituto Rio Branco e do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos "Pedro Gual".	29/7/1994	29/7/1994		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Cooperação Amazônica e do Orenoco.	4/7/1995	4/7/1995		
Protocolo de Intenções (Petróleo).	4/7/1995	4/7/1995		
Memorando de Entendimento na Área de Mineração e Siderurgia.	4/7/1995	4/7/1995		

ANEXO A – Acordos em vigor entre Brasil e Venezuela (Continua)

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Cooperação em Matéria de Planejamento.	4/7/1995	4/7/1995		
Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga.	4/7/1995	16/10/1998	2975	1/3/1999
Declaração sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio.	4/7/1995	4/7/1995		
Ata de Miraflores.	4/7/1995	4/7/1995		
Declaração de Brasília.	20/5/1996	20/5/1996		
Ajuste Complementar ao Convênio de Amizade e Cooperação em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal	8/12/1997	7/1/1998		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Cooperação Turística	8/2/2000	21/5/2002	4351	27/8/2002
Acordo sobre Isenção de Visto em Passaporte Oficial/de Serviço	8/2/2000	31/3/2000		
Ajuste Complementar ao Acordo Cultural para a Divulgação Recíproca de Informações nas Áreas de Rádio, Televisão e Agências de Notícias.	6/4/2000	6/4/2000		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Agrário.	13/8/2001	13/8/2001		
Memorando de Entendimento entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela.	14/2/2005	14/2/2005		

ANEXO A – Acordos em vigor entre Brasil e Venezuela (Continua)

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios.	14/2/2005	14/2/2005		
Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da Venezuela sobre Cooperação na Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária.	14/2/2005	14/2/2005		
Declaração do Rio de Janeiro sobre o Primeiro Trecho do Grande Gasoduto do Sul	18/1/2007	18/1/2007		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala"	13/12/2007	13/12/2007		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos da Venezuela"	13/12/2007	13/12/2007		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação para implementação do Projeto "Produção de mudas e beneficiamento ecológico do café"	13/12/2007	13/12/2007		

ANEXO A – Acordos em vigor entre Brasil e Venezuela (Continua)

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação para a Implementação do Projeto "Produção de Mandioca nos Estados Anzoátegui e de Monangas"	13/12/2007	13/12/2007		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação para a Implementação do Projeto "Desenvolvimento Institucional do Instituto de Altos Estudos em Saúde Doutor Arnaldo Gabaldon"	13/12/2007	13/12/2007		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação para a Implementação do Projeto "Capacitação dos Recursos Humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da República Bolivariana da Venezuela em Vigilância e Controle dos Produtos de Uso e Consumo Humano"	13/12/2007	13/12/2007		
Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Industrial	13/12/2007	13/12/2007		
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a implantação e implementação de Bancos de Leite humano na Venezuela"	13/12/2007	13/12/2007		
Memorando de Entendimento em Matéria de Sistema de Reserva de Alimentos	26/3/2008	26/3/2008		

ANEXO A – Acordos em vigor entre Brasil e Venezuela

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo Relativo aos Procedimento para Autorização de Sobrevôos em Área de Fronteira	27/6/2008	27/6/2008		
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal da República Bolivariana da Venezuela	27/6/2008	27/6/2008		
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a Interconexão Elétrica	27/6/2008	27/6/2008		
Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén	27/6/2008	27/6/2008		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Ambiental	27/6/2008	24/12/2008		

Quadro 7: Acordos Vigentes entre Brasil e Venezuela.

Fonte: BRASIL, 2010a

ANEXO B - Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Bolívar da República Bolivariana de Venezuela

GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

GOVERNO DE RORAIMA



ANEXO
DISSERTAÇÃO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DE BOLÍVAR DA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA.

CONSIDERANDO a importância que tem a relação dos povos do mundo e, particularmente, os povos vizinhos, com o propósito supremo de desenvolvimento integral do homem, elemento fundamental da vida sobre a Terra e alentados por interesses comuns de crescimento econômico, social e cultural de regiões muito semelhantes, do norte do Brasil (Roraima) e do sul da Venezuela (Bolívar), o que faz que, a cada dia, estejamos mais perto uns dos outros, fazendo-nos mais interdependentes;

CONSIDERANDO a amizade e identificação humana que se tem cultivado através do tempo em diferentes áreas, entre seus povos e diferentes Instituições Públicas e Privadas, seja em atos de promoção das potencialidades dos Estados fronteiriços (Roraima – Bolívar), seja no desenvolvimento e intercambio cultural, na pratica de esportes, na transferência de conhecimento, no desfrute, através do turismo, das belezas naturais de ambas as regiões;

CONSIDERANDO que os Estados de Roraima/Bra e Bolívar/Ven dispõem de grandes potencialidades de recursos naturais, humanos e tecnológicos, que se bem orientados podem desenvolver de maneira exitosa nossas vantagens comparativas e competitivas de acordo com a legislação nacional vigente em cada país, motivados agora pela possibilidade concreta de poderem participar mais ativamente do processo de desenvolvimento econômico e social de seus países, através dos mecanismos e oportunidades que se abrem com a adesão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL.

ACORDAM

Art. 1º Fortalecer e ampliar os vínculos de irmandade entre o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil e o Estado de Bolívar da República Bolivariana de Venezuela com mecanismos de comunicação permanentes que permitam ao longo do tempo alcançar os resultados almejados, seja na complementação de atividades econômicas, através da produção e comercialização de produtos com base nas vantagens

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

comparativas de cada Estado, no crescimento do intercâmbio de atividades culturais, esportivas, comunitárias, sociais, na troca de experiências exitosas no âmbito da administração pública, bem como participar com destaque e ter poder de influência na formulação das políticas para o MERCOSUL que afetam essas regiões.


Art. 2º Para consecução dos propósitos descritos no artigo anterior os Governadores concordam em implementar ações coordenadas, tendo como órgãos consultores os Comitês de Integração Fronteiriça, instituídos em cada Estado, que terão como objetivo o de sugerir políticas e medidas capazes de promover maior integração e desenvolvimento fronteiriço, mediante o exame e proposição de medidas concretas no âmbito político, administrativo, fiscal, tributário, cambial, cuja abrangência, permitam acelerar o progresso e o relacionamento econômico e social entre os dois Estados fronteiriços.

Art. 3º Os Comitês de Integração Fronteiriça (Roraima – Bolívar) se reunirão periodicamente em data acordada entre as partes, a fim de que se permita avaliar os avanços dessa iniciativa e fortalecer o intercâmbio nas áreas de interesse. Para tal fim, se realizarão eventos alternando-se a sede.

Parágrafo Primeiro – De imediato, os Governadores de ambos os Estados elegem, como prioritárias, as áreas de interesse na cooperação como sendo: educação, saúde, turismo, segurança, agricultura, pecuária e abastecimento, planejamento e desenvolvimento econômico, habitação, trabalho e ação social, energia e infra-estrutura, sendo que as ações que serão desenvolvidas em cada uma dessas áreas nos respectivos Estados deverão ser objeto de termos específicos de entendimentos que serão considerados anexos a este Protocolo de Intenções, sob o princípio da reciprocidade entre ambos os estados.


Parágrafo Segundo - A agenda indicativa da primeira reunião dos Comitês de Integração Fronteiriça (Roraima – Bolívar), sem prejuízo da inclusão de outros assuntos, é a constante do Anexo Único.

Art. 4º Qualquer dúvida surgida na interpretação deste Protocolo de Intenções, será resolvida amigavelmente pelas partes.



GOVERNO DO ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

Art. 5º Este Protocolo de Intenções entrará em vigor no momento de sua assinatura que, por sua natureza, a vigência deste vínculo de irmandade


terá vigência de 5 (cinco) anos, renováveis automaticamente por períodos iguais, a menos que as partes expressem, por escrito, seu desejo de finalizá-lo, a cujos efeitos se estabelecem 6(seis) meses depois da data de recebimento da notificação para a oficialidade de sua finalização ou reconsideração, caso haja, sem que com isso venha a afetar programas, projetos e obrigações em execução, os quais continuarão até sua conclusão, salvo disposição em contrário concordada entre as partes.

Feito na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil, no dia 18 de Abril de 2006. Faz-se 2(dois) exemplares originais, em idioma Português e Espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Boa Vista (Roraima – Brasil) 18 de Abril de 2006


OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil

FRANCISCO RANGEL GOMEZ
Governador do Estado de Bolívar da
República Bolivariana de Venezuela



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

ANEXO ÚNICO

I. TURISMO

1. Modelo de Desenvolvimento Turístico Transfronteiriço, estruturado em três níveis: a) Estados – que coordenam a formulação da política de turismo; b) Empresários – que formulam e executam o desenvolvimento estratégico e operacional; c) Municipalidades e Organizações Sociais – que executam ações de fortalecimento do turismo transfronteiriço Roraima – Bolívar.
2. Criação de Zona Turística Comum para o desenvolvimento de uma estratégia de promoção conjunta de multidestinos turísticos internacionais;
3. Homologação de critérios para o controle e organização de serviços turísticos;
4. Implementação de mecanismos de capacitação e sensibilização para o desenvolvimento turístico, com base em código de ética de boas práticas turísticas dos setores público e privado.
5. Fortalecimento da Câmara Bilateral Mista de Turismo Roraima-Bra/Bolívar-Ven.
6. Definição de agenda de eventos e missões turísticas tendo em vista a promoção e operacionalização do turismo transfronteiriço.
7. Agilização dos trâmites na fronteira, com priorização do usuário turístico, com ênfase dos Governadores dos estados de Bolívar e de Roraima, quanto a necessidade de funcionamento da fronteira durante 24 horas/dia, para o que requerem prioridade dos respectivos governos nacionais.
8. Exame da possibilidade de criação de documento específico de trânsito de pessoas entre os estados de Bolívar e Roraima.
9. Criação de programa de intercâmbio intercultural bilíngüe, com ênfase em estudantes e trabalhadores do setor turístico.
10. O turismo é um vínculo para a paz e a solidariedade entre os povos de Bolívar/Ven e Roraima/Bra.



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

II – AGROPECUÁRIA

1. Definição de um Modelo de Desenvolvimento Agropecuário Integrado Bolívar/Ven e Roraima/Bra.
2. Definição de pautas de exportação e importação de produtos e insumos agropecuários entre Bolívar/Ven e Roraima/Bra, 'a luz dos mecanismos e acordos firmados entre os dois países.
3. Definição de mecanismos de cooperação técnica entre Bolívar/Ven e Roraima/Bra, tendo em vista a transferência de tecnologias e de formação e capacitação de capital intelectual nas áreas de interesses comuns. A primeira Missão Técnica Roraima/Bolívar deverá ocorrer dentro dos próximos 30 dias.

iii. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS

1. Cooperação Bolívar/Ven e Roraima/Bra mediante a implantação de Programa de Formação e Capacitação de Capital Humano tendo em vista a promoção do desenvolvimento integrado de ambos os povos.
2. Definição de Programa de Intercâmbio de Eventos Culturais e Desportivos entre Bolívar/Ven e Roraima/Bra.

IV. MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Definição de agenda ambiental comum constituída dos temas: a) planejamento, ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável; b) problemática ambiental fronteiriça e resíduos sólidos; e c) bacias hidrográficas/recursos hídricos.
2. Formação e Capacitação de Capital Intelectual (especialistas, mestres e doutores) nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
3. Definição de Programa de Cooperação Científica e Tecnológica entre os dois estados.
4. Implantação do Centro de Estudos da Fronteira Brasil-Venezuela.



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

V. SEGURANÇA E CIDADANIA

1. Cooperação para a formação e capacitação de agentes de segurança e cidadania.
2. Programa de intercâmbio de experiências na área de segurança pública e cidadania.

VI. SAÚDE

1. Estabelecimento de termo de cooperação e prestação de serviços de saúde pública entre os dois estados, principalmente quanto aos programas de tratamento das doenças endêmicas e de saúde integral para as comunidades indígenas.
2. Realização de Programa de Capacitação de Profissionais de Saúde.
3. Realização de Campanhas de Saúde Pública na fronteira, com o envolvimento dos governos municipais.

VII. TRANSPORTES

1. Operacionalização do Convênio de Transportes Fronteiriços Bolívar/Roraima – cargas, passageiros e turismo.
2. Implantação de linha aérea regular de transporte regional Roraima-Bra e Bolívar-Ven, sendo que a primeira missão técnica deverá ocorrer dentro dos próximos 30(trinta) dias.

VIII. COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1. Implantação de Centro de Atenção Empresarial em Pacaraima e Sarita Elena de Uairen.
2. Estabelecimento de Programa de Promoção Comercial na fronteira Brasil_Venezuela, inclusive quanto à instituição e operacionalização de mecanismos e instrumentos diferenciados.
3. Agilização dos trâmites na fronteira, com ênfase dos Governadores dos estados de Bolívar e de Roraima quanto a necessidade de funcionamento da fronteira durante 24 horas/dia, para o que requerem prioridade dos respectivos governos nacionais.



GOVERNO DO ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

4. Padronização de procedimentos aduaneiros na fronteira.
5. Estabelecer compromisso de junção de esforços tendo em vista o fornecimento de combustíveis, pela Republica Bolivariana de Venezuela, a preços diferenciados, para o Estado de Roraima da Republica Federativa do Brasil, a exemplo dos fornecimentos para Cuba e outros países caribenhos

IX. ASSUNTOS CONSULARES

1. Instalação do Vice-Consulado da República Bolivariana da Venezuela na cidade de Pacaraima/Roraima.

ANEXO C - Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Segurança entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela. Estado Bolívar, 31 de maio de 2006



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

TERMO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA ENTRE O ESTADO DE RORAIMA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O ESTADO BOLÍVAR, DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE CONFEREM AS NORMAS CONTIDAS NAS CARTAS FUNDAMENTAIS E LEIS ESPECIAIS RESPECTIVAS EM MATÉRIA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS DE RORAIMA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, E DO ESTADO BOLÍVAR, DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, PROCEDEM A CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE COOPERAÇÃO.

CONSIDERANDO

Que existem elementos comuns de segurança por serem Estados fronteiriços, que podem afetar a ordem pública dos Estados e que requerem a homologação das práticas e procedimentos policiais.

CONSIDERANDO

Que a segurança é de interesse público e eminentemente social, constituindo um direito de âmbito internacional, como direito fundamental à vida de todo ser humano.

CONSIDERANDO

Que para alcançar o desenvolvimento dos respectivos Estados é necessário oferecer apoio mútuo, baseado nas potencialidades de cada um quanto aos avanços científicos e tecnológicos, para fortalecer a segurança cidadã, contribuindo na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

GOVERNO DE RORAIMA

CONSIDERANDO

Que o presente acordo significa a continuação do processo de cooperação levado adiante entre as autoridades de ambos os Estados nos atuais momentos.

ACORDAM

Primeiro: O Governo de Roraima oferecerá cursos de especialização policial para a capacitação profissional dos corpos de segurança do Estado Bolívar como cooperação, os quais serão ditados pela Academia Integral de Polícia, vinculada à Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado de Roraima a partir do mês de junho do presente ano.

Segundo: Os primeiros cursos de interesse para o Governo de Bolívar, são: "Técnicas de Investigação Criminal", "Uso Legal de Armas de Fogo para a Preservação dos Direitos Humanos" e "Gerência de Crise - dirigidos a agentes e sargentos" e "Investigação de Crimes Violentos". Todos os módulos dos cursos possuem a 80 horas acadêmicas.

Terceiro: O Governo de Roraima oferecerá hospedagem e alimentação durante a permanência dos participantes no Estado de Roraima, para sua capacitação.

Quarto: O Governo de Bolívar oferecerá no Estado de Roraima, cursos de Proteção Civil, os quais serão ditados pela Direção Estadual de Proteção Civil e Administração de Desastres, vinculada à Secretaria de Segurança Cidadã, a partir do mês de julho do presente ano.

Quinto: Os primeiros cursos de interesse para o Governo de Roraima são: "Sala Situacional e Gestão de Riscos", "Atendimento de Emergências com Materiais Perigosos", "Busca e Resgate em Selva", "Evacuações Aeromédicas em Aviões



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

GOVERNO DO ESTADO
 BOLÍVAR

Pressurizados e não Pressurizados”, “Suporte de Vida Pré-hospitalar em Paciente Traumatizado”. Todos os módulos dos cursos possuem 32 horas acadêmicas.

Sexto: Ambos os Estados comprometem-se em continuar com a capacitação dos corpos de segurança pública de acordo com suas necessidades, propor os cursos acadêmicos para o fortalecimento da formação policial. Todas as despesas que ocasionarem os mesmos serão sufragados por cada Estado quando se realizem em sua área geográfica.

Sétimo: As Secretarias de Segurança dos Governos dos Estados de Roraima e Bolívar, da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana de Venezuela, respectivamente, ficam comprometidas em velar pelo cumprimento e execução do presente acordo.

Acordado, assinado e carimbado no Estado Bolívar, da República Bolivariana da Venezuela, aos trinta e um (31) dias do mês de maio do ano dos mil e seis (2006).

FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ

Governador do Estado Bolívar
 República Bolivariana da Venezuela

OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima
 da República Federativa do Brasil

EREN HERNÁNDEZ LEZAMA

Secretário de Segurança Cidadã
 Governo do Estado Bolívar
 República Bolivariana da Venezuela

ALEXSON SEIDE RABELO MEMED

Secretário de Segurança Pública
 Governo do Estado de Roraima
 República Federativa do Brasil

ANEXO D - Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Saúde entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela. Estado Bolívar, 31 de maio de 2006



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

TERMO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM MATÉRIA DE SAÚDE ENTRE O ESTADO DE RORAIMA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O ESTADO BOLÍVAR, DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE CONFEREM AS NORMAS CONTIDAS NAS CARTAS FUNDAMENTAIS E LEIS ESPECIAIS RESPECTIVAS EM MATÉRIA DE SAÚDE DOS ESTADOS DE RORAIMA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO ESTADO BOLÍVAR, DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, PROCEDEM A CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE COOPERAÇÃO.

CONSIDERANDO

Que o serviço da saúde é de interesse público e eminentemente social, constituindo um direito de âmbito internacional como direito fundamental à vida de todo ser humano, devendo-se garantir atenção integral e sanitária até as zonas mais distantes e limitrofes dos Estados.

CONSIDERANDO

Que o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil, e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, apresentam territórios limitrofes, com diversos problemas de enfermidades endêmicas, requerendo um esforço de assistência sanitária, levando em conta a distância territorial que dificulta a atenção imediata e direta das patologias de que padecem os cidadãos de ambos os Estados.

CONSIDERANDO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

GOVERNO DE RORAIMA

Que para alcançar o desenvolvimento integral da saúde nos respectivos Estados é necessário oferecer apoio mútuo baseado nas potencialidades de cada um quanto aos avanços científicos e tecnológicos que garantam o direito à saúde.

CONSIDERANDO

Que o presente acordo significa a continuação do processo de cooperação assistencial sanitária levado adiante nos atuais momentos entre as autoridades de ambos os Estados.

ACORDAM

Primeiro: O intercambio tecnológico e científico para a prevenção, controle e erradicação de enfermidades endêmicas e epidemiológicas que afetam ambos os Estados.

Segundo: Elaborar e executar projetos para o controle e erradicação das enfermidades endêmicas que afetam à população dos Estados assinantes.

Terceiro: Executar ações intergovernamentais para atenção médico-assistencial à população localizada nos municípios fronteiriços de ambos os Estados.

Quarto: Estabelecer um sistema de informação compartilhada que contenha os dados das pessoas vacinadas contra a febre amarela.

Quinto: Ambos os Estados comprometem-se em oferecer atenção médica e fornecer insumos e medicamentos para aos pacientes em estado crítico procedentes dos Estados assinantes, que requeiram tal assistência e que dependem de prévia autorização do Ministério da Saúde.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DO ESTADO
 BOLIVAR

GOVERNO DE RORAIMA

Sexto: O Governo do Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, compromete-se em realizar gestões junto aos organismos competentes para fornecer o material médico-cirúrgico que requerer o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil.

Sétimo: O Governo do Estado de Roraima compromete-se em realizar gestões necessárias junto aos organismos competentes da República Federativa do Brasil, para o fornecimento de medicamento para o tratamento da enfermidade Leishmaniose. De igual maneira compromete-se a efetuar os trâmites pertinentes para o fornecimento do soro antiofídico, que requeira o Estado Bolívar, com previa conformação do Ministério da Saúde da República Bolivariana da Venezuela.

Oitavo: As Secretarias de Saúde dos Governos do Estado de Roraima e do Estado Bolívar, da República Federativa do Brasil e República Bolivariana de Venezuela, respectivamente, comprometem-se velar pelo cumprimento e execução do presente acordo.

Acordado, assinado e carimbado no Estado Bolívar, da República Bolivariana da Venezuela, aos trinta e um (31) dias do mês de maio do ano dos mil e seis (2006).

FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
 Governador do Estado Bolívar
 República Bolivariana da Venezuela

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
 Governador do Estado de Roraima
 da República Federativa do Brasil

ALDO CATALDO BARLETTA C.
 Secretário de Saúde
 Governo do Estado Bolívar
 República Bolivariana da Venezuela

EUGENIA GLAUSY MOURA FERREIRA
 Secretária de Saúde
 Governo do Estado de Roraima
 República Federativa do Brasil

ANEXO E - Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria Agrícola entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela. Estado Bolívar, 31 de maio de 2006

05/06



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
Estado de Roraima - Brasil

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA EM MATÉRIA AGRÍCOLA ENTRE O ESTADO DE RORAIMA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O ESTADO BOLÍVAR, DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE CONFEREM AS NORMAS CONTIDAS NAS CARTAS FUNDAMENTAIS E LEIS ESPECIAIS RESPECTIVAS EM MATÉRIA AGRÍCOLA DOS ESTADOS DE RORAIMA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, E DO ESTADO BOLÍVAR, DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, PROCEDEM A CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE COOPERAÇÃO,

CONSIDERANDO


Que a atividade agrícola está associada a aspectos de segurança alimentar, constituindo um direito de âmbito internacional como direito fundamental à vida de todo ser humano, devendo-se garantir sua atenção até as regiões mais distantes e limítrofes dos Estados.

CONSIDERANDO

Que o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, apresentam territórios limítrofes com condições agro-climáticas similares.


CONSIDERANDO

Que a República Federativa do Brasil, tem desenvolvido tecnologias para o desenvolvimento de diferentes áreas agropecuárias em grande escala, que o coloca entre os líderes, a nível mundial, em matéria agrícola e que o Estado Bolívar, da República Bolivariana da Venezuela, apresenta grandes potencialidades para o desenvolvimento agropecuário devido às suas condições de solo e clima.



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

CONSIDERANDO

Que para alcançar o desenvolvimento integral da agricultura é necessário oferecer apoio mútuo baseado nas potencialidades de cada um, quanto aos avanços científicos e tecnológicos que garantam o direito à alimentação.

CONSIDERANDO

Que o presente acordo significa a continuação do processo de cooperação técnica e transferência tecnológica em matéria agrícola levado adiante nos atuais momentos entre as autoridades de ambos os Estados.

ACORDAM

Primeiro: Dar início às atividades de cooperação agropecuária com o apoio tecnológico do Governo de Roraima, representado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com o apoio da Cooperativa Grão-Norte, ao Governo do Estado Bolívar, representado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para o desenvolvimento do cultivo da soja no Estado Bolívar.

Segundo: Planejar e executar ensaios de adaptabilidade das variedades de soja em três fazendas de produtores agrícolas de diferentes localidades dos Municípios Raul Leoni e Sucre, com potencialidades para o desenvolvimento do cultivo.

Terceiro: Que a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Cooperativa Grão-Norte comprometem em aportar sementes, anti-sépticos, análise de solo, recomendações de quantidades no uso e controle de fertilizantes e agro-químicos, desde a semeadura até a colheita do cultivo.



GOVERNO DO ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

Quarto: Que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico através da Direção de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Comercial, se compromete em disponibilizar pessoal técnico, apoio logístico, todos os insumos necessários para o desenvolvimento dos ensaios e coordenar todo o concernente à localização das fazendas e maquinarias necessárias para o sucesso das experiências.

Quinto: Ambos os Estados darão início aos ensaios de adaptabilidade, dado que se têm cumprido todas as atividades preliminares, nos primeiros quinze dias do mês de junho do presente ano.

Sexto: As Secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Desenvolvimento Econômico dos Governos do Estado de Roraima e do Estado Bolívar, da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela, respectivamente, comprometem-se em zelar pelo cumprimento e execução do presente acordo.

Acordado, assinado e carimbado no Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, aos trinta e um (31) dias do mês de maio do ano dos mil e seis (2006).

FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
Governador do Estado Bolívar
República Bolivariana da Venezuela

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
República Federativa do Brasil

ALBERTO CANONICCO
Secretário de Desenvolvimento Econômico
Governo do Estado Bolívar
República Bolivariana da Venezuela

ÁLVARO LUIS CALEGARI
Secretário de Agricultura do
Governo do Estado de Roraima
República Federativa do Brasil

ANEXO F - Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Educação entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela. Estado Bolívar, 31 de maio de 2006

31/05/06



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



TERMO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO ENTRE O ESTADO DE RORAIMA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O ESTADO BOLÍVAR, DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE CONFEREM AS NORMAS CONTIDAS NAS CARTAS FUNDAMENTAIS E LEIS ESPECIAIS RESPECTIVAS EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO DOS ESTADOS DE RORAIMA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO ESTADO BOLÍVAR DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, PROCEDEM A CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE COOPERAÇÃO,

CONSIDERANDO

Que a educação é de interesse público e eminentemente social, constituindo um direito de âmbito internacional, como direito fundamental à vida de todo ser humano.

CONSIDERANDO

Que o Governo do Estado Bolívar e o Governo do Estado de Roraima se dispõem a estabelecer um convênio de caráter científico, tecnológico, técnico e pedagógico, onde se estabeleçam mecanismos de registro de diplomas entre universidades, localizadas nas respectivas regiões dos Estados assinantes do convênio.

CONSIDERANDO

Que o Governo do Estado Bolívar e o Governo de Roraima, entre as áreas prioritárias que se podem desenvolver no marco deste convenio, devem-se mencionar: turismo, comércio exterior, computação e aperfeiçoamento no ensino da língua espanhola e portuguesa e em outras áreas que ambos governos decidam.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



ACORDAM

Primeiro: O início do presente convênio será agosto de 2006, até agosto de 2007, com os seguintes programas:

1º. Programa de Graduação na Universidade Estadual de Roraima.

Este programa será nas áreas de: turismo, comércio exterior, computação e aperfeiçoamento da língua espanhola e portuguesa em Pacaraima, Estado de Roraima, com vinte (20) vagas em cada curso por nacionalidade, tendo o programa um total de oitenta (80) vagas para cada Estado. O programa estará a cargo da Universidade Estadual de Roraima e os docentes serão desta universidade e da universidade designada pela Secretaria de Educação e Desportos do Governo do Estado Bolívar, com a ênfase de que devam participar docentes universitários de ambos os países. Os custos da matrícula e dos registros acadêmicos ficarão a cargo da Universidade Estadual de Roraima. Um programa similar será instalado em Santa Elena de Uairén num segundo momento, um semestre depois, com uma universidade venezuelana designada pela Secretaria de Educação e Desportos do Governo do Estado Bolívar, que assumirá o custo da matrícula e dos registros acadêmicos. O programa e o perfil do acadêmico e a grade curricular, serão desenhados por cada universidade, considerando o concernente à autonomia universitária. Os certificados a serem expedidos serão outorgados pelas duas universidades ao mesmo tempo, atendendo à legislação pertinente.

2º. Programa de Professores Visitantes

Este programa terá como objetivo o intercâmbio de um número determinado de professores por semestre acadêmico, em número de cinco (5) por país, em primeira instância, com perfil acadêmico de mestrado ou doutorado, a fim de que possam



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais

integrar-se desde o ponto de vista acadêmico, cultural e social à região que os recebe em áreas, tais como: educação, gerência e administração, biologia, meio-ambiente,

desenvolvimento local, segurança pública, geografia, computação, agronomia, odontologia, esportes e ciências básicas. Este programa se realizará sob a modalidade de licença sabática, no qual a universidade de origem do professor efetiva o pagamento dos salários correspondentes, além de receber por parte da Universidade Estadual de Roraima, ou por parte do Governo do Estado Bolívar uma remuneração equivalente ao que recebe em sua universidade de origem. Os professores correspondentes a este programa comprometem-se em desenvolver linhas de pesquisa vinculadas às necessidades peremptórias de suas respectivas regiões. Estabelecer-se-ão relações com o Vice-ministério.

3º. Programa de Doutorado Binacional em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

Neste doutorado, que terá entre vinte (20) e trinta (30) estudantes, quinze (15) de cada país. O programa se desenvolverá de maneira conjunta entre a Universidade Estadual de Roraima, uma universidade venezuelana designada pelo Governo do Estado Bolívar e outra universidade latino-americana designada pelas duas primeiras instituições. A elaboração do presente programa será responsabilidade das duas universidades vinculadas.

4º. Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais.

Este programa já está em desenvolvimento entre a FLACSO, UNB, Universidade Federal de Roraima e o Governo do Estado de Roraima, onde se oferecerão cinco (5) vagas para estudantes venezuelanos, os quais serão indicados pelo Governo do Estado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



Bolívar e selecionados pelo comitê acadêmico de FLACSO. O financiamento da matrícula correrá por conta do Governo do Estado de Roraima e SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus, e o sustento dos estudantes nos locais onde estudem se estabelecerá através de aporte do Ministério da Educação Superior.

5º. Programa de Mestrado em Educação Regional.

Ambos os governos se comprometem em reunir-se para elaborar um programa de mestrado em educação regional binacional, com aportes da Universidade Estadual de Roraima, uma universidade venezuelana e uma universidade latino-americana. Os termos deste programa serão preparados no transcorrer das próximas semanas.

Segundo: A Secretaria de Educação do Governo do Estado Bolívar e a Secretaria de Educação, através da Universidade Estadual de Roraima, da República Bolivariana da Venezuela e a República Federativa do Brasil, respectivamente, ficam encarregadas de velar pelo cumprimento e execução do presente acordo.

Acordado, assinado e carimbado no Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, aos trinta e um (31) dias do mês de maio do ano dos mil e seis (2006).

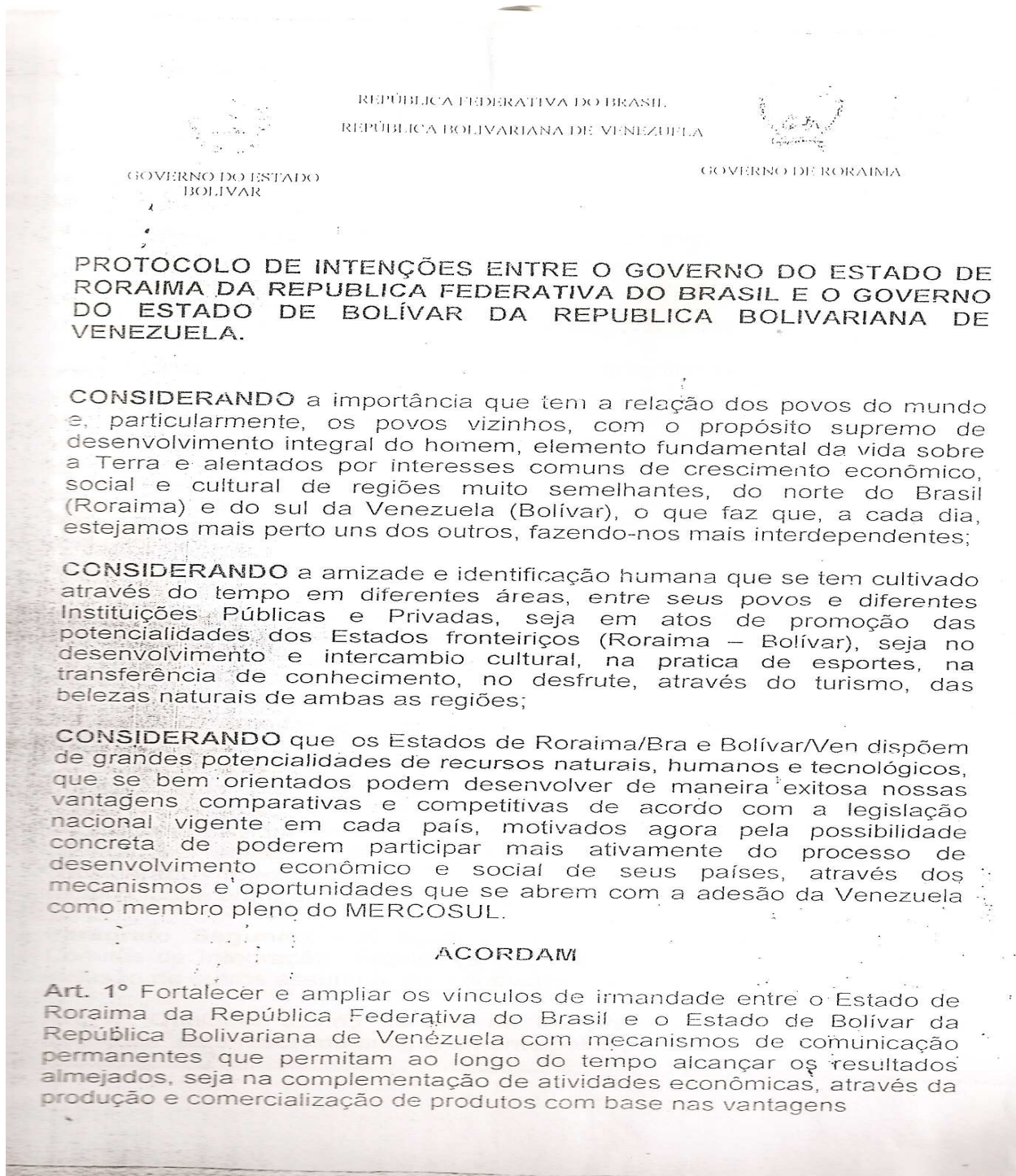
FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
Governador do Estado Bolívar
República Bolivariana da Venezuela

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil

ALFREDO CAMPOS
Secretário de Educação
Governo do Estado Bolívar da
República Bolivariana da Venezuela

JOSÉ HAMILTON GONDIN
Reitor da Universidade Estadual de Roraima
República Federativa do Brasil

ANEXO G – Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado de Roraima e o Governo do Estado de Bolívar





GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

comparativas de cada Estado, no crescimento do intercâmbio de atividades culturais, esportivas, comunitárias, sociais, na troca de experiências exitosas no âmbito da administração pública, bem como participar com destaque e ter poder de influência na formulação das políticas para o MERCOSUL que afetam essas regiões.

Art. 2º Para consecução dos propósitos descritos no artigo anterior os Governadores concordam em implementar ações coordenadas, tendo como órgãos consultores os Comitês de Integração Fronteiriça, instituídos em cada Estado, que terão como objetivo o de sugerir políticas e medidas capazes de promover maior integração e desenvolvimento fronteiriço, mediante o exame e proposição de medidas concretas no âmbito político, administrativo, fiscal, tributário, cambial, cuja abrangência, permitam acelerar o progresso e o relacionamento econômico e social entre os dois Estados fronteiriços.

Art. 3º Os Comitês de Integração Fronteiriça (Roraima – Bolívar) se reunirão periodicamente em data acordada entre as partes, a fim de que se permita avaliar os avanços dessa iniciativa e fortalecer o intercâmbio nas áreas de interesse. Para tal fim, se realizarão eventos alternando-se a sede.

Parágrafo Primeiro – De imediato, os Governadores de ambos os Estados elegem, como prioritárias, as áreas de interesse na cooperação como sendo: educação, saúde, turismo, segurança, agricultura, pecuária e abastecimento, planejamento e desenvolvimento econômico, habitação, trabalho e ação social, energia e infra-estrutura, sendo que as ações que serão desenvolvidas em cada uma dessas áreas nos respectivos Estados deverão ser objeto de termos específicos de entendimentos que serão considerados anexos a este Protocolo de Intenções, sob o princípio da reciprocidade entre ambos os estados.

Parágrafo Segundo - A agenda indicativa da primeira reunião dos Comitês de Integração Fronteiriça (Roraima – Bolívar), sem prejuízo da inclusão de outros assuntos, é a constante do Anexo Único.

Art. 4º Qualquer dúvida surgida na interpretação deste Protocolo de Intenções, será resolvida amigavelmente pelas partes.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



Art. 5º Este Protocolo de Intenções entrará em vigor no momento de sua assinatura que, por sua natureza, a vigência deste vínculo de irmandade

terá vigência de 5 (cinco) anos, renováveis automaticamente por períodos iguais, a menos que as partes expressem, por escrito, seu desejo de finalizá-lo, a cujos efeitos se estabelecem 6(seis) meses depois da data de recebimento da notificação para a oficialidade de sua finalização ou reconsideração, caso haja, sem que com isso venha a afetar programas, projetos e obrigações em execução, os quais continuarão até sua conclusão, salvo disposição em contrário concordada entre as partes.

Feito na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil, no dia 18 de Abril de 2006. Faz-se 2(dois) exemplares originais, em idioma Português e Espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Boa Vista (Roraima – Brasil) 18 de Abril de 2006

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil

FRANCISCO RANGEL GOMEZ
Governador do Estado de Bolívar da
República Bolivariana de Venezuela



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

ANEXO ÚNICO

I. TURISMO

1. Modelo de Desenvolvimento Turístico Transfronteiriço, estruturado em três níveis: a) Estados – que coordenam a formulação da política de turismo; b) Empresários – que formulam e executam o desenvolvimento estratégico e operacional; c) Municipalidades e Organizações Sociais – que executam ações de fortalecimento do turismo transfronteiriço Roraima – Bolívar.
2. Criação de Zona Turística Comum para o desenvolvimento de uma estratégia de promoção conjunta de multidestinos turísticos internacionais;
3. Homologação de critérios para o controle e organização de serviços turísticos;
4. Implementação de mecanismos de capacitação e sensibilização para o desenvolvimento turístico, com base em código de ética de boas práticas turísticas dos setores público e privado.
5. Fortalecimento da Câmara Bilateral Mista de Turismo Roraima-Bra/Bolívar-Ven.
6. Definição de agenda de eventos e missões turísticas tendo em vista a promoção e operacionalização do turismo transfronteiriço.
7. Agilização dos trâmites na fronteira, com priorização do usuário turístico, com ênfase dos Governadores dos estados de Bolívar e de Roraima, quanto a necessidade de funcionamento da fronteira durante 24 horas/dia, para o que requerem prioridade dos respectivos governos nacionais.
8. Exame da possibilidade de criação de documento específico de trânsito de pessoas entre os estados de Bolívar e Roraima.
9. Criação de programa de intercâmbio intercultural bilíngüe, com ênfase em estudantes e trabalhadores do setor turístico.
10. O turismo é um vínculo para a paz e a solidariedade entre os povos de Bolívar/Ven e Roraima/Bra.

GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

GOVERNO DE RORAIMA

II – AGROPECUÁRIA

1. Definição de um Modelo de Desenvolvimento Agropecuário Integrado Bolívar/Ven e Roraima/Bra.
2. Definição de pautas de exportação e importação de produtos e insumos agropecuários entre Bolívar/Ven e Roraima/Bra, 'a luz dos mecanismos e acordos firmados entre os dois países.
3. Definição de mecanismos de cooperação técnica entre Bolívar/Ven e Roraima/Bra, tendo em vista a transferência de tecnologias e de formação e capacitação de capital intelectual nas áreas de interesses comuns. A primeira Missão Técnica Roraima/Bolívar deverá ocorrer dentro dos próximos 30 dias.

iii. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS

1. Cooperação Bolívar/Ven e Roraima/Bra mediante a implantação de Programa de Formação e Capacitação de Capital Humano tendo em vista a promoção do desenvolvimento integrado de ambos os povos.
2. Definição de Programa de Intercâmbio de Eventos Culturais e Desportivos entre Bolívar/Ven e Roraima/Bra.

IV. MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Definição de agenda ambiental comum constituída dos temas: a) planejamento, ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável; b) problemática ambiental fronteiriça e resíduos sólidos; e c) bacias hidrográficas/recursos hídricos.
2. Formação e Capacitação de Capital Intelectual (especialistas, mestres e doutores) nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
3. Definição de Programa de Cooperação Científica e Tecnológica entre os dois estados.
4. Implantação do Centro de Estudos da Fronteira Brasil-Venezuela.



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
Estado de Roraima

V. SEGURANÇA E CIDADANIA

1. Cooperação para a formação e capacitação de agentes de segurança e cidadania.
2. Programa de intercâmbio de experiências na área de segurança pública e cidadania.

VI. SAÚDE

1. Estabelecimento de termo de cooperação e prestação de serviços de saúde pública entre os dois estados, principalmente quanto aos programas de tratamento das doenças endêmicas e de saúde integral para as comunidades indígenas.
2. Realização de Programa de Capacitação de Profissionais de Saúde.
3. Realização de Campanhas de Saúde Pública na fronteira, com o envolvimento dos governos municipais.

VII. TRANSPORTES

1. Operacionalização do Convênio de Transportes Fronteiriços Bolívar/Roraima – cargas, passageiros e turismo.
2. Implantação de linha aérea regular de transporte regional Roraima-Bra e Bolívar-Ven, sendo que a primeira missão técnica deverá ocorrer dentro dos próximos 30(trinta) dias.


VIII. COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1. Implantação de Centro de Atenção Empresarial em Pacaraima e Santa Elena de Uairen.
2. Estabelecimento de Programa de Promoção Comercial na fronteira Brasil_Venezuela, inclusive quanto à instituição e operacionalização de mecanismos e instrumentos diferenciados.
3. Agilização dos trâmites na fronteira, com ênfase dos Governadores dos estados de Bolívar e de Roraima quanto a necessidade de funcionamento da fronteira durante 24 horas/dia, para o que requerem prioridade dos respectivos governos nacionais.



GOVERNO DO ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
Departamento de Venezuela em Brasília, DF, 2011

4. Padronização de procedimentos aduaneiros na fronteira.
5. Estabelecer compromisso de junção de esforços tendo em vista o fornecimento de combustíveis, pela República Bolivariana de Venezuela, a preços diferenciados, para o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil, a exemplo dos fornecimentos para Cuba e outros países caribenhos

IX. ASSUNTOS CONSULARES

1. Instalação do Vice-Consulado da República Bolivariana da Venezuela na cidade de Pacaraima/Roraima.

ANEXO H - Ata do II Encontro de Governadores Bolívar/Roraima



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



ATA DO II ENCONTRO DE GOVERNADORES BOLÍVAR/RORAIMA

Em Ciudad Bolívar, capital do Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela, aos 30 e 31 dias do mês maio de 2006, reuniram-se no Palácio do Governo as comitivas dos Estados de Roraima e Bolívar, sob a liderança dos Governadores Francisco Rangel Gómez e Ottomar de Sousa Pinto onde foram discutidos diversos assuntos de interesse comum entre os dois Estados, em especial para a integração fronteiriça, com destaque aos setores de saúde, educação, turismo, segurança pública, interligação aérea, comércio fronteiriço, transferência tecnológica na área agrícola, redução da burocracia na área de fronteira e parceria na área de fornecimento de insumos agrícolas. Fizeram uso da palavra ambos os Governadores e os Secretários das pastas envolvidas, além de representantes do setor produtivo privado.

Sobre esses temas, após a definição das diretrizes por parte dos Governadores, as equipes técnicas de ambos os Estados reuniram-se e definiram as formas de parceria que resultaram na assinatura no dia 31.05.06 de 05(cinco) Acordos de Cooperação, conforme documentos em anexo.

Merece destaque também que ambos os Governadores, fizeram um balanço das ações desenvolvidas juntos aos Governos Nacionais para avançar no alcance dos objetivos traçados no I Encontro de Governadores Roraima/Bolívar e dos pontos discutidos no Seminário "Oportunidades de Negócios com o Estado de Roraima-Brasil" e na audiência com o Presidente da República Bolivariana de Venezuela – Hugo Chaves Frias. O Governador Ottomar de Sousa Pinto de forma detalhada fez comentário dos pleitos e dos avanços conseguidos nas audiências que manteve em Brasília que com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus Ministros, num total de 12(doze) encontros, conforme resumo constante no documento em anexo. O Governador Francisco Rangel Gómez relatou os contatos com as autoridades nacionais de seu país, especialmente com o Presidente Hugo Chaves Frias, reafirmando o desejo de ver concretizado vários acordos de cooperação por ocasião de sua visita à Roraima, que ocorrerá no próximo dia 20.06.06.

Sobre o setor produtivo de Roraima, o Presidente da Cooperativa Grão-Norte – José Dirceu Vinhal, em seu pronunciamento, afirmou a intenção de aquisição de 80.000 (oitenta mil) toneladas de calcário dolomítico, desde que o Governo de Roraima, através da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento participe no transporte desde Upata até Boa Vista, ficando os empresários do setor agrícola responsáveis pelos custos de aquisição e aduaneiros, conforme entendimentos entre as partes efetivada por ocasião da realização do I Encontro de Governadores Roraima/Bolívar, realizado no dia 18.04.06 e da realização do Seminário "Oportunidades de Negócios com o Estado de Roraima-Brasil" realizado em Caracas no dia 02.05.06. Ficou também acordado entre os representantes do setor produtivo da



GOVERNO DO ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

das Associações Comerciais do Estado de Roraima – Derval Furtado solicitou empenho de ambos os governadores para que façam gestões junto aos governos nacionais objetivando

concretizar acordo para circulação livre da moedas - Bolívar e Real - no comércio de Pacaraima e Santa Elena de Uairen. Também fizeram uso da palavra representantes do setor de transportes, madeireiro, da Câmara de Comercio e Indústria e do Sistema Fecomercio, todos felicitando a iniciativa dos Governadores pelo empenho na busca da integração efetiva, com ações concretas. Afirmaram o desejo de participarem nesse esforço de integração na busca da ampliação das oportunidades de negócios, cujo resultado será a melhoria das condições de vida dos povos, especialmente os que vivem na região fronteira.

Assinam esta Ata em duas vias de igual forma e teor, nos idiomas espanhol e português, em Ciudad de Guayana, aos trinta e um dias do mês de maio de 2006.

FRANCISCO RANGEL GOMEZ
Governador do Estado Bolívar da
República Bolivariana de Venezuela

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil



GOVERNO DE RORAIMA

"Amazônia: Cruzamento das Brasiléias"

RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE GOVERNADORES BOLIVAR/RORAIMA E DAS REUNIÕES REALIZADAS EM CARACAS NO MICE/BANCOEX/PDVSA.

Em Ciudad Bolívar, capital do Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela, aos 30 e 31 dias do mês maio de 2006, reuniram-se no Palácio do Governo as comitivas dos Estados de Roraima (Relação em anexo) e Bolívar, sob a liderança dos Governadores Francisco Rangel Gómez e Ottomar de Sousa Pinto onde foram discutidos diversos assuntos de interesse comum entre os dois Estados, em especial para a integração fronteiriça, com destaque aos setores de saúde, educação, turismo, segurança pública, interligação aérea, comércio fronteiriço, transferência tecnológica na área agrícola, redução da burocracia na área de fronteira e parceria na área de fornecimento de insumos agrícolas. Fizeram uso da palavra ambos os Governadores e os Secretários das pastas envolvidas, além de representantes do setor produtivo privado.

Sobre esses temas, após a definição das diretrizes por parte dos Governadores, as equipes técnicas de ambos os Estados, sobre a Coordenação do Secretário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços - Sérgio Pillon Guerra (pelo Estado de Roraima) e do Secretário de Desenvolvimento Econômico - Alberto Canonico (pelo Estado de Bolívar) reuniram-se e definiram as formas de parceria que resultaram na assinatura no dia 31.05.06 de 05 (cinco) Acordos de Cooperação, conforme documentos em anexo.

Merece destaque também que ambos os Governadores, fizeram um balanço das ações desenvolvidas juntos aos Governos Nacionais para avançar no alcance dos objetivos traçados no I Encontro de Governadores Roraima/Bolívar e dos pontos discutidos no Seminário "Oportunidades de Negócios com o Estado de Roraima-Brasil" e na audiência com o Presidente da República Bolivariana de Venezuela - Hugo Chaves Frias. O Governador Ottomar de Sousa Pinto de forma detalhada fez comentário dos pleitos e dos avanços conseguidos nas audiências que manteve em Brasília que com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus Ministros, num total de 12 (doze) encontros, conforme resumo constante no documento em anexo. O Governador Francisco Rangel Gómez relatou os contatos com as autoridades nacionais de seu país, especialmente com o Presidente Hugo Chaves Frias, reafirmando o desejo de ver concretizado vários acordos de cooperação por ocasião de sua visita à Roraima, que ocorrerá no próximo dia 20.06.06.

Sobre o setor produtivo de Roraima, o Presidente da Cooperativa Grão-Norte - José Dirceu Vinhal, em seu pronunciamento, afirmou a intenção de aquisição de 80.000 (oitenta mil) toneladas de calcário dolomítico, desde que o Governo de Roraima, através da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento participe no transporte desde Upatá até Boa Vista, ficando os empresários do setor agrícola responsáveis pelos custos de aquisição e aduaneiros, conforme entendimentos entre as partes efetivada por ocasião da realização do I Encontro de Governadores Roraima/Bolívar, realizado no dia 18.04.06 e da realização do Seminário "Oportunidades de Negócios com o Estado de Roraima-Brasil" realizado em Caracas no dia 02.05.06. Ficou também acordado entre os representantes do setor produtivo a necessidade de viabilizar a instalação de uma planta de iostoro no Estado de Bolívar para

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil

SECRETARIA



GOVERNO DE RORAIMA

"Amizania: Patrimônio dos Brasileiros"

atender a demanda desse importante insumo tanto por parte da Venezuela como pelo Brasil, especialmente pelos produtores dos Estados fronteiriços de Roraima e Bolívar. Ficou claro que o aporte de recursos deverá vir da iniciativa privada, de preferência de forma paritária de ambos os países, contando com o apoio dos Governos dos dois Estados. Já o Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de Roraima - Derval Furtado solicitou empenho de ambos os governadores para que façam gestões junto aos governos nacionais objetivando concretizar acordo para circulação livre da moeda - Bolívar e Real - no comércio de Pacaraima e Santa Elena de Uairen. Também fizeram uso da palavra representantes do setor de transportes, madeireiro, da Câmara de Comercio e Indústria e do Sistema Fecomercio, todos felicitando a iniciativa dos Governadores pelo empenho na busca da integração efetiva, com ações concretas. Afirmaram o desejo de participarem nesse esforço de integração na busca da ampliação das oportunidades de negócios, cujo resultado será a melhoria das condições de vida dos povos, especialmente os que vivem na região fronteira.

Nos dias 01 e 02 de Junho participei em Caracas na sede do Ministério da Integração e Comércio Exterior e Bancos de varias reuniões técnicas com representantes dos diversos órgãos federais venezuelanos, conforme relação em anexo, para discutir termos dos memorandos de entendimentos que deverão ser assinados por ocasião da visita à Roraima, no próximo dia 20.06.06, do Presidente da Republica Bolivariana de Venezuela - Hugo Chavez Frias. Foram abordados todos os pontos (12) da planilha em anexo, propostos por ocasião da realização do Seminário "Oportunidades de Negócios com o Estado de Roraima - Brasil" e discutidos na audiência com o Presidente Hugo Chavez Frias no dia 02.05.06. No encerramento das reuniões do dia 01.06.06(18:00hs) tive a oportunidade de falar com o Ministro de Estado da Integração e Comércio Exterior - Gustavo Márquez Marin, oportunidade em que relatei as ações que o Governo de Roraima estava desenvolvendo, principalmente do esforço feito pelo Governador Ottomar de Sousa Pinto em percorrer quase todos os ministérios em Brasília em audiências com os Ministros que direta ou indiretamente terão que contribuir para efetivação dos acordos que envolvem demandas de Roraima. Também discuti com o ministro alguns pontos que poderão fazer parte da agenda do Presidente, que foram propostos pelo Governador Ottomar de Sousa Pinto. No dia 02, por solicitação do Gerente de Abastecimento e Logística Internacional da PDVSA Sr. Gilmar Gonzáles, elaborei uma proposta de Memorando de Entendimento (Minuta) sobre tema: combustível, em versão português e espanhol, que esta sendo analisada pela PDVSA. Também foi discutido alguns tópicos da logística, sendo que eu fiquei de informar à PDVSA, após retornar à Boa Vista, as especificações técnicas da Gasolina e do Óleo Diesel. No dia 03.06.06 regressi para Boa Vista.

Boa Vista-RR, 05 de junho de 2006.

SERGIO PILLON GUERRA
Secretário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
Palácio Senador Hólio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil

ENDEREÇO

pagina 2
anteriores

ANEXO I - Relatório de Viagem. Boa Vista, 09 de julho de 2006

GOVERNO DE RORAIMA
"Ampliar o Parâmetro dos Brasileiros"

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL: Santa Elena de Uairen - Venezuela

DIAS: 07 e 08 de Julho de 2006.

OBJETIVO

Participar do Encontro Binacional Brasil-Venezuela de Educação Superior, promovido pela Universidade Estadual de Roraima e pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Bolívar - Venezuela, objetivando dar andamento as ações previstas no Termo de Acordo Intergovernamental de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Educação, firmado pelos Governadores do Estado de Roraima e do Estado de Bolívar em 31 de maio de 2006, cópia em anexo.

PROGRAMAÇÃO

A programação aconteceu nas dependências da CVG/EDELCA em Santa Elena de Uairen e contou com a participação de representantes do Governo do Estado de Bolívar, do Governo do Estado de Roraima, da Universidade Estadual de Roraima e da Prefeitura Municipal de Pacaraima.

CONCLUSÕES

As conclusões foram transcritas na Carta de Santa Elena de Uairen, documento em anexo, devidamente assinada pelas seguintes autoridades: Paulo César Justo Quartiero - Prefeito Municipal de Pacaraima; José Hamilton Gondim Silva - Reitor da Universidade Estadual de Roraima; Alfredo José Campos Rojas - Secretário de Educação e Desporto do Estado de Bolívar; e Sergio Pillon Guerra - Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços.

Boa Vista, RR, 09 de julho de 2006.

SÉRGIO PILLON GUERRA

Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
Av. Ville Roy, nº 842 - 1º Andar - São Pedro/CEP: 69.301-470 - Boa Vista-RR - Brasil
Tel: 0055 (095) 3621-3669, Fax: 0055 (095) 3623-5065 - Celular: 0055 (095) 9972-9646

RORAIMA



GOVERNO DE RORAIMA



PROGRAMAÇÃO

REUNIÃO BINACIONAL SANTA ELENA de UAIIRÉN

DIA 07 DE JULHO

- 6h30 → Saída de Boa Vista
 9h30 → Chegada em Santa Elena
 10h → Abertura dos Trabalhos

Apresentação Prof. Dr. Hamilton Gondim

- 1) UERR
- 2) Convênio Brasil/Venezuela
- 3) Mestrado e Doutorado

11h → Apresentação do Exmº. Sr. Paulo César Justo Quartiero – Prefeito de Pacaraima

11h20 Apresentação do Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado Bolívar/
 Venezuela – Alfredo Campos

11h40 Explicação sobre os Grupos de Trabalho e divisão dos mesmos

12 h - Almoço no Restaurante Venezuela Primeiro

14h → Retorno do Almoço / Reinício dos Trabalhos

GRUPOS DE TRABALHO

GT1 → Mestrado em Educação Regional.

Coordenador - Prof. Mestre. Devair Fiorotti

Componentes – Prof. Especialista Juliana Viégas
 Prof. Mestre Rildo Dias da Silva

Assuntos: Linhas de Pesquisa;
 Estrutura curricular;
 Corpo docente;
 Ementas e bibliografias;
 Projeto Pedagógico.



GT2 → Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

Coordenador - Prof. Dr. Luis Fernando Guterres
 Componente - Prof. Dr. Patricia Guterres
 Prof. Dr. Felipe Augusto Gonçalves
 Prof. Dr. César Augusto Aguilar

Assuntos: Linhas de Pesquisa;
 Estrutura curricular;
 Corpo docente;
 Ementas e bibliografias;
 Projeto Pedagógico.

GT3 → Logística

Coordenador - Prof. Alfredo Campos – Secretário de Educação do Estado Bolívar/
 Venezuela
 Componentes – Prof. Especialista Raimundo Nonato Vilarins
 Prof. Joyce Vânia de Souza Cruz Nascimento – Secretária Estadual de
 Educação de Roraima
 Sérgio Pillon – Secretário Estadual Extraordinário de Assuntos
 Institucionais e Relações Forasteiras
 Paulo César Justo Quartiero – Prefeito de Pacaraima - Roraima

Assuntos: Datas limites para a indicação dos alunos venezuelanos
 Documentação necessária
 Indicação dos nomes dos professores visitantes e condições

16h → Lanche
 sucos / café / chá / biscoitos e pães.

18h → Elaboração do documento conclusivo de cada GT

18 h 30 → Apresentação do Coral "Vozes de Pacaraima"

20 h → Jantar

21 h → Noite Livre

DIA 08 DE JULHO

9h → Exposição para a plenária de documento elaborado por cada grupo
 10h → Cartá de Santa Elena
 12h → Retorno para Boa Vista



CONVÊNIO MARCO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
UNIVERSIDAD NACIONAL EXPERIMENTAL DE GUAYANA

Entre a UNIVERSIDAD NACIONAL EXPERIMENTAL DE GUAYANA, Instituto de Educação Superior criado pelo Decreto Presidencial No. 1.432, de 09 de março de 1982, publicado na Gaceta Oficial No. 32.429 da mesma data, representada por seu Reitor, JOSÉ ALEXIS TARAZONA, venezuelano, maior de idade, titular da Cédula de Identidade No. 5.031.292, Doutor em Ciências da Educação, residente e domiciliado na Cidade de Ciudad Guayana, proclamado eleito para o cargo em 8 de outubro de 2004 e juramentado pela Comissão Eleitoral da Universidade em 18 de outubro de 2004; atuando neste ato facultado pelo número 2 do Artigo 17, do Regulamento Geral da Casa de Estudos e de acordo ao aprovado pelo Conselho Universitário mediante a Resolução No. CU-O-10-472 do dia 13-06-2007, que doravante e para todos os efeitos derivados da presente convênio se denominará "UNEG", por uma parte e pela outra, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA - UERR, Instituição pública estadual criada pela Lei Complementar No. 091 de 10 de novembro de 2005, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima - Brasil, Rua Sete de Setembro, 231 - Canarinho, CEP.: 69.306 - 530, Telef.: (95) 3624.1376, neste ato representada pelo seu Reitor pró tempore, Professor RAIMUNDO NONATO DA COSTA SABÓIA VILARINS, brasileiro, maior de idade, titular da Cédula de Identidade No. 533306 SSP/MA e do CPF No 235.767.873 - 15, que doravante se denominará "UERR", subscrevem o presente Convênio de Cooperação Interinstitucional,

CONSIDERANDO

- Que o ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvidas pelas Instituições de Educação Superior, através de seus programas e projetos, são atividades essenciais às mesmas, já que consolidam sua capacidade de produzir e transmitir conhecimento criativo e inovador.
- A importância e a necessidade de fortalecer cada vez mais as atividades acadêmicas através de redes de cooperação mútua entre as duas Instituições, a fim de que se faça mais eficiente o uso de seus recursos para formar redes sólidas e produtivas nas suas áreas de interesse.

- Que o "UERR" e a "UNEG" compartilham interesses e objetivos nos campos: acadêmico, tecnológico, científico e cultural, dentro dos quais poderão ser criadas alianças estratégicas através de projetos de pesquisa, ensino e extensão.
- Que as Instituições signatárias deste convênio consideram a importância de executar projetos conjuntos de cooperação orientados ao fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão como estratégia para o desenvolvimento da excelência acadêmica na educação superior de seus respectivos países.
- Que a "UERR" e a "UNEG" como Instituições participantes deste convênio, trabalharão conjuntamente para incentivar a interdisciplinaridade e a cultura de trabalho em equipe, mediante a reciprocidade entre suas unidades acadêmicas e administrativas, em prol de alcançar seus fins específicos.
- O acordo Intergovernamental de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Educação firmado entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela em 31 de maio de 2006.

CONCORDAM

Celebrar o presente Convênio Geral de Cooperação Interinstitucional, cujo alcance e conteúdo se define nas seguintes:

CLÁUSULAS

PRIMEIRA: O presente convênio tem por objeto fundamental estabelecer os termos gerais de cooperação mútua entre a "UERR" e a "UNEG", a fim de unir esforços e recursos para fortalecer e potencializar a docência, o intercâmbio docente, a pesquisa e a extensão de ambas instituições.

SEGUNDA: Com a finalidade de dar cumprimento ao exposto na cláusula primeira, as partes poderão desenvolver atividades destinadas a cumprir com os seguintes propósitos:

- a. Integração acadêmica através da racionalização das atividades de graduação e pós-graduação otimizando os recursos de ambas Instituições.

- b. Apoio acadêmico no desenvolvimento dos estudos de Graduação e Pós Graduação em cursos de Especialização e Mestrado e Doutorado.
- c. Realização conjunta de projetos de pesquisa, assistência e assessoria técnica e pedagógica nas áreas de interesse comum às partes.
- d. Intercâmbio e mobilização de pesquisadores, pessoal docente e/ou estudantes, dentro do marco das disposições e procedimentos internos de cada instituição, porém com a decidida intenção de suprimir os obstáculos acadêmicos, tanto formais como materiais, de modo que se agilizem as atividades de cooperação entre os membros de ambas Instituições.
- e. Promoção e apoio à criação e funcionamento de redes e grupos de estudos e pesquisas em qualquer dos ramos de interesse comum.
- f. Apoio e assessoria em matéria de novas tecnologias da informação e de comunicação aplicadas aos processos de ensino-aprendizagem.
- g. Desenvolvimento profissional do pessoal de ambas Instituições por meio de diferentes cursos de pós-graduação oferecidos pelas mesmas; desenvolvimento de teses, dissertações, assim como a participação em cursos, seminários, estágios e treinamento.
- h. Intercâmbio de material didático, bibliográfico e de divulgação.
- i. Edição conjunta de material didático, bibliográfico e de divulgação que responda ao interesse dos signatários, respeitando as normas vigentes em matéria de propriedade intelectual.
- j. Organização de foros, congressos, seminários, jornadas, conferências e outras atividades de similar natureza que fomentem a formação e a extensão das partes envolvidas neste convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atividades que se mencionam nesta cláusula estarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e designação de fundos específicos de ambas instituições, ou na sua falta aos financiamentos externos que cada parte gerará para sua efetiva execução.

TERCEIRA: O "UERR" e a "UNEG", se comprometem nos termos do presente convênio a:

- a. Permitir o acesso aos serviços acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais que cada uma possui, levando em consideração a normativa que rege estas matérias em cada instituição.
- b. Propiciar o intercâmbio em todas as disciplinas ou áreas de estudo ministradas por cada instituição signatária.
- c. Informar sobre as atividades que favoreçam o fortalecimento da Cooperação Interinstitucional de ambas Instituições.

QUARTA: Fica expressamente pactuado que o presente convênio se instrumentará através de Termos Aditivos, cuja natureza e respectivas aplicações serão definidas para cada programa, projeto ou atividade concreta que as partes concordem executar, firmados pelas autoridades de ambas Instituições. Estes Termos Aditivos conterão:

- a. A origem, o objeto, a natureza, a descrição e a duração do programa ou projeto proposto.
- b. Os nomes dos responsáveis e participantes de cada Instituição.
- c. Os recursos financeiros previstos para cobrir os gastos relacionados com o projeto e a sua distribuição.
- d. As previsões feitas para o conhecimento e a convalidação acadêmica em casos de programas de estudos conjuntos.
- e. As previsões realizadas para o alojamento e a participação dos convidados em atividades universitárias.
- f. O plano de trabalho com o detalhamento das ações e o cronograma de execução.

QUINTA: As partes concordam em constituir uma Comissão Coordenadora, a qual será integrada por um (1) representante da "UERR" e um (1) representante da "UNEG". Esta Comissão poderá ser ampliada, com o acordo prévio entre as partes, e terá as seguintes responsabilidades:

- a. Planejar anualmente as atividades do convênio.
- b. Estabelecer os requisitos para sua execução.
- c. Avaliar periodicamente os planos e atividades que serão desenvolvidas.

- d. Apresentar semestralmente um informe de Gestão perante as respectivas instâncias.

SEXTA: A Comissão Coordenadora será a responsável em zelar pelo cumprimento de todos os objetivos e fins pautados no presente convênio, propor às partes fórmulas de conciliação às diferenças que possam surgir no curso do mesmo e realizar quaisquer outras funções que as partes as partes signatárias lhe adjudiquem. O mesmo se reunirá com a frequência que considere conveniente.

SÉTIMA: As partes concordam que a titulação dos Direitos de Autor e Propriedade Intelectual que se originem dos trabalhos realizados neste convênio, pertencerão aos signatários em proporção a sua participação, dando-lhe o reconhecimento necessário a quem participou de sua realização.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica expressamente entendido que as partes poderão utilizar os resultados obtidos nas atividades amparadas por este convênio nas suas tarefas acadêmicas.

OITAVA: O pessoal comprometido no presente convênio que dependa de quaisquer das partes, não adquirirá nenhuma relação trabalhista ou vínculo trabalhista com a outra parte na qual preste serviços nos termos deste convênio.

NONA: O presente convênio terá uma duração de 04 (quatro) anos, contados a partir da data de sua assinatura e poderá ser renovado, ampliado, modificado ou rescindido por escrito, por vontade de uma das partes, com uma antecipação pelo menos de três (3) meses do vencimento, perante a Comissão Coordenadora.

DECIMA: O convênio renovado será tramitado seguindo todas e cada uma das instancias administrativas e de aprovação da "UERR" e da "UNEG".

DÉCIMA PRIMEIRA: As dúvidas e controvérsias que cheguem a ser suscitadas na interpretação e aplicação das cláusulas contidas no presente convênio, serão resolvidas de comum acordo entre as partes. Em nenhum caso a dissolução antecipada deste convênio dará lugar à conclusão das atividades que estejam sendo desenvolvidas, as quais seguirão executando-se até sua total culminação.

DÉCIMA SEGUNDA: O que não foi previsto no presente convênio que seja considerado como benéfico para ambas partes, assim como as possíveis diferenças que poderiam suscitar-se na implementação do mesmo será estudado e decidido de mútuo acordo, com o mesmo espírito que as animou a subscrevê-lo, sendo estas as únicas instancias competentes para seu conhecimento e decisão.

DECIMA TERCEIRA: Para todos os efeitos deste convênio se escolheu como foros alternativos a Justiça Federal na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima-Brasil e a Justiça Federal na Cidade Guayana, Estado Bolívar-Venezuela.


Estando de acordo firmam em dois (2) exemplares de um mesmo teor e a um só efeito em castelhano y em sua versão em língua portuguesa,

Ciudad Bolívar, 20 de junio de 2007.

Pela Universidade Estadual de
Roraima - UERR,


Raimundo Nonato da C. Sabóia Vilarins
Reitor Pro-tempore da UERR

Pela Universidad Nacional
Experimental de Guayana - UNEG,


José A. Tarazona
Reitor da UNEG



CONVENIO ESPECÍFICO DE COOPERACIÓN INTERINSTITUCIONAL
UNIVERSIDAD ESTADUAL DE RORAIMA
(REPÚBLICA DE BRASIL)
UNIVERSIDAD NACIONAL EXPERIMENTAL DE GUAYANA
(REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA)

Entre la **UNIVERSIDAD NACIONAL EXPERIMENTAL DE GUAYANA**, Instituto de Educación Superior creado por Decreto Presidencial No. 1.432, de fecha 09 de marzo de 1982, publicado en la Gaceta Oficial No. 32.429 de igual fecha, representada por su Rector, **JOSE ALEXIS TARAZONA**, venezolano, mayor de edad, titular de la Cédula de Identidad No. 5.031.292, Doctor en Ciencias de la Educación y domiciliado en Ciudad Guayana, Estado Bolívar, República Bolivariana de Venezuela, proclamado electo para el cargo y juramentado por la Comisión Electoral de la Universidad en fecha 18 de octubre de 2004; actuando en este acto facultado por el numeral 2do. del Artículo 17 del Reglamento General de dicha Casa de Estudios, y conforme a lo aprobado en el Consejo Universitario mediante Resolución No. _____ de fecha _____, que en lo adelante y para todos los efectos derivados del presente convenio se denominará "LA UNEG" por una parte, y por la otra, la "**UNIVERSIDAD ESTADUAL DE RORAIMA - UERR**", institución pública del estado de Roraima, creada por la Ley Complementaria N° 091 del 10 de noviembre de 2005, con sede en la ciudad de Boa Vista, Estado de Roraima - Brasil, calle siete de septiembre, 231 - Canarinho, CEP.: 69.306 -530, Telefax: (95) 3624.1376, representada en este acto por su Rector Pro Tempore, Profesor **RAIMUNDO NONATO DA COSTA SABÓIA VILARINS**, brasileño, mayor de edad, titular de la Cédula de Identidad No. 533306 SSP/MA y de CPF No. 235.767.873 -15, que en lo adelante se denominará "**LA UERR**", tomando en consideración el Convenio Marco de Cooperación celebrado entre ambas instituciones en fecha 20-06-2007, convienen en suscribir el presente Convenio Específico de Cooperación Interinstitucional, para el desarrollo de un programa conjunto de pregrado en la frontera Brasil-Venezuela, el cual se registrará por las cláusulas siguientes:

PRIMERA: Ambas universidades convienen en otorgar Reválidas de títulos de pregrado y Equivalencias de estudios a los egresados o estudiantes de dichas Instituciones que así lo soliciten por escrito y que cumplan los requisitos exigidos en el presente convenio, en la normativa interna de cada universidad y en las leyes que regulen dicha materia en el país de la casa de estudios en que será revalidado el título o concedida la equivalencia de estudios.

SEGUNDA: Queda entendido que sólo podrá otorgarse reválida de títulos en aquellas carreras de pregrado que sean dictadas por ambas universidades y cuyos pensa de estudios coincide en al menos setenta y cinco por ciento (75%).

Convenio Específico de Cooperación UERR - UNEG
 Pág. 1 de 7



TERCERA: Queda entendido que sólo podrá otorgarse equivalencia de estudios a aquellos estudiantes que hayan aprobado al menos dos semestres de la carrera de graduación correspondiente

CUARTA: Las carreras de la UNEG y de la UERR contempladas en este convenio están en el Anexo 1. Lo Anexo 1 formará parte integral del presente convenio.

Parágrafo Único: En caso de ser aprobadas nuevas carreras, se podrá incorporar a este convenio, previa notificación escrita de la institución signataria de este convenio interesada a su contraparte.

QUINTA: A los efectos del otorgamiento de Reválida de título de pregrado o para la Equivalencia de estudios, ambas universidades convienen en designar, a través de sus respectivos Rectores, una Comisión Especial de Reválidas de Títulos y Equivalencias de Estudios, en cada institución (diferente a la que funcionan normalmente).

SEXTA: La respectiva Comisión Especial de Reválida de Títulos y Equivalencias de Estudios, según el caso, revisará los planes de estudios de las carreras, los contenidos programáticos de las asignaturas y los diseños curriculares para determinar el porcentaje de coincidencia entre las disciplinas dictadas en cada universidad y elaborará las Tablas de Reválida de Títulos y Equivalencias respectivas, bajo los siguientes criterios básicos:

- a. Coincidencia en carga horaria y contenido de al menos setenta y cinco por ciento (75%).
- b. Las asignaturas a ser cursadas para la Revalida de Títulos no debe ser superior a tres semestres.
- c. Para los aspirantes a revalidar su título en la UNEG deben cumplir lo previsto en la Ley de Servicio Comunitario.
- d. Para los aspirantes a revalidar su título en la UERR deben cumplir: actividades complementarias que pueden ser las disciplinas que no son aceptadas a este efecto.
- e. Para la revalida de Títulos no se considerarán los sistemas de pre-requisitos de las asignaturas.

SÉPTIMA: Las universidades, a través de sus Rectores, convienen en designar un Comité Coordinador de Enlace integrado por un (1) representante de "LA UERR" y un (1) representante por parte de "LA UNEG".

OCTAVA: La Comisión Coordinadora del presente Convenio elaborará el procedimiento respectivo para la Reválida de títulos y Equivalencias de estudios.

Parágrafo Único: El interesado hará su solicitud de Reválida de Título o Equivalencia de Estudios en el inicio del lapso académico precedente al lapso en que desea iniciar sus estudios correspondientes, sujeto a la disponibilidad de la institución receptora. Los



requisitos para eso se encuentran en el Anexo 2. Lo Anexo 2 formará parte integral del presente convenio.

NOVENA: La Comisión Coordinadora del Convenio tendrá las responsabilidades siguientes:

- a. Planificar semestralmente las actividades propias de la operacionalización de este convenio.
- b. Revisar y ajustar anualmente los requerimientos.
- c. Presentar semestralmente informes de gestión ante las instancias respectivas.
- d. Velar por el cumplimiento de las cláusulas estipuladas en el presente convenio específico, así como también por las actividades que de ella se deriven. El Comité se reunirá con la frecuencia que considere conveniente.
- e. Vigilar el adecuado uso de los recursos asignados.
- f. El Comisión Coordinadora será responsable de la elaboración de un Boletín informativo, semestralmente.

DÉCIMA: Ambas universidades promoverán la consolidación del acervo bibliográfico requerido en los programas de estudios contemplados en el presente convenio, utilizando recursos humanos, financieros e infra-estructura, provenientes de sus recursos propios y de donaciones que puedan ser efectuadas por instituciones públicas o privadas.

DÉCIMA PRIMERA: El presente convenio tendrá una duración de siete (7) años, contados a partir de la fecha de su firma y podrá ser renovado, ampliado, modificado o rescindido, por voluntad de una de las partes, manifestada por escrito ante el Comité Coordinador, con una anticipación por lo menos de tres (03) meses a la fecha de su vencimiento.

Parágrafo Único: En caso de que este convenio sea rescindido, se garantiza la continuidad de los estudiantes que hayan sido amparados previamente por el mismo.

DÉCIMA SEGUNDA: Las dudas y controversias que lleguen a suscitarse en la interpretación y aplicación de las cláusulas contenidas en el presente convenio, serán resueltas de común acuerdo entre las partes. En ningún caso la disolución anticipada de este convenio dará lugar a la conclusión de las actividades que se estén llevando a cabo, las cuales seguirán ejecutándose hasta su total culminación.

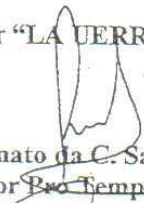
DÉCIMA TERCERA: Lo no previsto en el presente convenio que sea considerado como beneficioso para ambas partes, así como las posibles diferencias que pudieran suscitarse en la implementación del mismo, será estudiado y decidido de mutuo acuerdo por las partes, con el mismo espíritu que las animó a suscribirlo, siendo éstas las únicas competentes para su conocimiento y decisión.



DÉCIMA CUARTA: Para todos los efectos derivados de este convenio se eligen como domicilios alternativos la ciudad de Boa Vista, Estado de Roraima, República Federativa de Brasil y Ciudad Guayana, Estado Bolívar, República Bolivariana de Venezuela.

Enteradas las partes del contenido de todas y cada una de las cláusulas del presente convenio, se hacen dos (2) ejemplares de un mismo tenor y a un solo efecto en castellano; y dos (2) versiones en lengua portuguesa, de un mismo tenor y a un solo efecto, en Pacaraima a los quince días del mes de Agosto del año dos mil ocho.

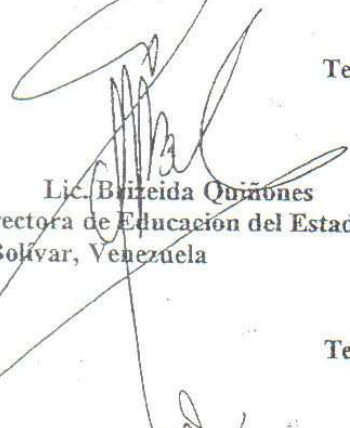
Por "LA UERR",

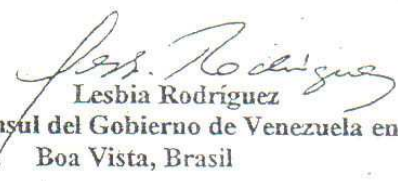

Raimundo Nonato da C. Sabóia Vilarins
Reitor Pro Tempore

Por "LA UNEG",



José A. Tarazona
Rector

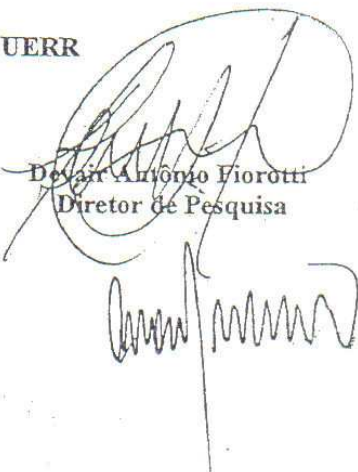
Testigos de UNEG


Lic. Brizelda Quiñones
Directora de Educación del Estado
Bolívar, Venezuela


Lesbia Rodríguez
Cónsul del Gobierno de Venezuela en
Boa Vista, Brasil

Testigos de UERR


Leila Ferrissolo
Pró-reitora de Ensino


Devar Antonio Fiorotti
Diretor de Pesquisa



ANEXO 1

LISTA DE CARRERAS DE LA UNEG

Ingeniería en Informática
 Ingeniería Industrial
 Ingeniería en Industrias Forestales
 Ingeniería en Producción Animal
 Licenciatura en Educación
 Licenciatura en Administración de Empresas
 Licenciatura en Contaduría Pública
 Tecnología en Turismo

LISTA DE CARRERAS DE LA UERR

Administração (Licenciatura en Administración de Empresas)
 Comércio Exterior (Licenciatura en comercio exterior)
 Ciências Contábeis (Licenciatura en Ciencias Contables)
 Engenharia Florestal (Ingeniería Forestal)
 Letras (Licenciatura en Letras)
 Turismo (Licenciatura en Turismo)
 Agronomia (Engenearía en Agronomia)
 Ciências da Computação (Licenciatura en Ciências de la Computación)
 Pedagogia (Licenciatura en Pedagogia)



ANEXO 2
PROCEDIMIENTO PARA REVALIDA DE TÍTULOS
Y EQUIVALENCIAS DE ESTUDIOS

REQUISITOS

INSTITUCION	EQUIVALENCIA DE ESTUDIOS	PARA REVALIDA DE TÍTULOS
UNEG	Pasaporte Cédula de identidad 02 fotografías tipo carnet Certificado de Culminación de Enseñanza Media Constancia de Calificaciones de Enseñanza Media Certificado de salud Constancia de Inscripción en el Servicio militar, para mayores de 18 años de edad.	Diploma de Graduación Constancia o Histórico de Graduación Pasaporte Cédula de identidad 02 fotografías tipo carnet Certificado de Culminación de Enseñanza Media Constancia de Calificaciones de Enseñanza Media Certificado de salud Constancia de Inscripción en el Servicio militar, para mayores de 18 años de edad.
UERR	Pasaporte Cédula de identidad 02 fotografías tipo carnet Constancia de vacuna contra la fiebre amarilla Título de Bachiller Constancia de Calificaciones de Bacillerato (Histórico de notas) Constancia de Servicio militar o baja, para mayores de 18 años de edad.	Título de la Carrera Constancia de Calificaciones Pasaporte Cédula de identidad 02 fotografías tipo carnet Constancia de vacuna contra la fiebre amarilla Título de Bachiller Constancia de Calificaciones de Bacillerato (Histórico de notas) Constancia de Servicio militar o baja, para mayores de 18 años de edad.

Nota:

- Estos documentos deben ser traducidos por un traductor oficial al español para el caso de los estudiantes que desean ingresar a la UNEG, y al portugués para los estudiantes que desean ingresar a la UERR, debidamente legalizados y registrados por la Embajada o Consulado respectivo. Los gastos derivados de este trámite deben ser cancelados por el respectivo estudiante.
- El aspirante debe aprobar el examen de suficiencia del idioma ante la UERR o la UNEG, de español y portugués.



ARANCELES

El aspirante debe cancelar los aranceles que tenga previsto la institución para la Revalida de Títulos o Equivalencias de Estudios.

PROCEDIMIENTO

Recepción de Documentos

Para la UERR: Las planillas de solicitud, junto con las fotocopias de sus documentos, se hacen ante el Departamento de Registro Académico (Boa Vista) y en los campi, en el Sector de Registro Académico.

Para la UNEG: Las planillas de solicitud, junto con las fotocopias de sus documentos, se hacen ante la Coordinación de Admisión y Control de Estudios o ante la Coordinación de Sede.

Las Unidades receptoras de documentos las envían al Comité Coordinador del Convenio UERR-UNEG y los remiten a la Comisión de Revalidas de Títulos y Equivalencias de Estudios.

Análisis de los Expedientes

La Comisión de Revalidas de Títulos y Equivalencias de Estudios hacen el análisis respectivo de los documentos y emiten un informe para cada solicitud que será remitido a la Unidad de Registro Académico de la UERR o a la Coordinación de Admisión y Control de Estudios de la UNEG, según sea el caso:

- a. **Para las Equivalencias de Estudios:** La lista de asignaturas aprobadas por equivalencia y la lista de asignaturas que deben ser cursadas.
- b. **Para la solicitudes de Revalida de Títulos:** indicaran las asignaturas que deben ser cursadas.
- c. Cualquier otro requisito reglamentario o legal exigido por la UNEG o la UERR.

Por Ley, La UNEG y la UERR no podrán otorgar Revalida de Títulos ni Equivalencias de Estudios en una Carrera determinada si aún no tiene egresados de la misma.

Emisión de Resultados

La Unidad de Registro Académico de la UERR o la Coordinación de Admisión y Control de Estudios de la UNEG informarán por escrito al aspirante y le indicarán la fecha de inscripción correspondiente.

A los efectos de la inscripción, el aspirante deberá presentar los documentos originales respectivos.

CARTA DE SANTA ELENA DE UAIREN

07 - 08 de Julio de 2006

Reunidos en Santa Elena de Uairen, Municipio Gran Sabana de la Republica Bolivariana de Venezuela, los representantes de la Gobernación del Estado Bolívar y los representantes de la Universidad Estadual de Roraima, la Gobernación del estado de Roraima y el Prefecto del Municipio de Pacaraima de la Republica Federativa de Brasil en el **Encuentro Binacional Brasil - Venezuela de Educación Superior**, en el marco de la necesaria integración binacional la cual nos obliga formar una masa critica comprometida con el desarrollo sostenible de esta región fronteriza y vinculados con los principios bolivarianos y la intención ética y solidaria de ofrecerle a nuestro pueblo educación de calidad a todos, hemos conversado, analizado y convenido los siguientes aspectos:

1. Hemos acordado una reunión de docentes universitarios venezolanos y el equipo de docentes de la Universidad Estadual de Roraima para darle profundidad a la estructura de la Maestría y el Doctorado de Gestión Ambiental y Desarrollo Sustentable y la Maestría en Educación Regional, con relación a las líneas de investigación, cuerpo de profesores, cursos obligatorios y optativos y otros elementos necesarios a fin de darle solidez a esta experiencia de integración educativa.
2. Los documentos generados en esta reunión vinculados a los estudios para graduados, tienen un carácter de inicial a fin de que puedan servir como instrumentos para próximas discusiones. El carácter definitivo de los documentos será avalado por las universidades vinculadas y las gobernaciones de Roraima y Bolívar
3. Los documentos de la Maestría en Educación Regional y la Maestría y el Doctorado en Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental presentan elementos importantes relacionados con duración, lugar de realización, numero de créditos, cuerpo de profesores, posibles líneas de investigación y aplicabilidad, cursos obligatorios y optativos que son considerados por los asistentes a esta reunión factibles de ser ejecutados con las consideraciones del caso.
4. Consideramos que se hace necesario darle direccionalidad a estos estudios en el sentido de que los proyectos desarrollados en los cursos, deban tener aplicabilidad en las problemáticas reales presentadas en los municipios Pacaraima y Gran Sabana, sin que esto se considere limitativo ya que se puedan presentar propuestas

105-106-107-108-109-110-111-112-113-114-115-116-117-118-119-120-121-122-123-124-125-126-127-128-129-130-131-132-133-134-135-136-137-138-139-140-141-142-143-144-145-146-147-148-149-150-151-152-153-154-155-156-157-158-159-160-161-162-163-164-165-166-167-168-169-170-171-172-173-174-175-176-177-178-179-180-181-182-183-184-185-186-187-188-189-190-191-192-193-194-195-196-197-198-199-200-201-202-203-204-205-206-207-208-209-210-211-212-213-214-215-216-217-218-219-220-221-222-223-224-225-226-227-228-229-230-231-232-233-234-235-236-237-238-239-240-241-242-243-244-245-246-247-248-249-250-251-252-253-254-255-256-257-258-259-260-261-262-263-264-265-266-267-268-269-270-271-272-273-274-275-276-277-278-279-280-281-282-283-284-285-286-287-288-289-290-291-292-293-294-295-296-297-298-299-300-301-302-303-304-305-306-307-308-309-310-311-312-313-314-315-316-317-318-319-320-321-322-323-324-325-326-327-328-329-330-331-332-333-334-335-336-337-338-339-340-341-342-343-344-345-346-347-348-349-350-351-352-353-354-355-356-357-358-359-360-361-362-363-364-365-366-367-368-369-370-371-372-373-374-375-376-377-378-379-380-381-382-383-384-385-386-387-388-389-390-391-392-393-394-395-396-397-398-399-400-401-402-403-404-405-406-407-408-409-410-411-412-413-414-415-416-417-418-419-420-421-422-423-424-425-426-427-428-429-430-431-432-433-434-435-436-437-438-439-440-441-442-443-444-445-446-447-448-449-450-451-452-453-454-455-456-457-458-459-460-461-462-463-464-465-466-467-468-469-470-471-472-473-474-475-476-477-478-479-480-481-482-483-484-485-486-487-488-489-490-491-492-493-494-495-496-497-498-499-500-501-502-503-504-505-506-507-508-509-510-511-512-513-514-515-516-517-518-519-520-521-522-523-524-525-526-527-528-529-530-531-532-533-534-535-536-537-538-539-540-541-542-543-544-545-546-547-548-549-550-551-552-553-554-555-556-557-558-559-560-561-562-563-564-565-566-567-568-569-570-571-572-573-574-575-576-577-578-579-580-581-582-583-584-585-586-587-588-589-590-591-592-593-594-595-596-597-598-599-600-601-602-603-604-605-606-607-608-609-610-611-612-613-614-615-616-617-618-619-620-621-622-623-624-625-626-627-628-629-630-631-632-633-634-635-636-637-638-639-640-641-642-643-644-645-646-647-648-649-650-651-652-653-654-655-656-657-658-659-660-661-662-663-664-665-666-667-668-669-670-671-672-673-674-675-676-677-678-679-680-681-682-683-684-685-686-687-688-689-690-691-692-693-694-695-696-697-698-699-700-701-702-703-704-705-706-707-708-709-710-711-712-713-714-715-716-717-718-719-720-721-722-723-724-725-726-727-728-729-730-731-732-733-734-735-736-737-738-739-740-741-742-743-744-745-746-747-748-749-750-751-752-753-754-755-756-757-758-759-760-761-762-763-764-765-766-767-768-769-770-771-772-773-774-775-776-777-778-779-780-781-782-783-784-785-786-787-788-789-790-791-792-793-794-795-796-797-798-799-800-801-802-803-804-805-806-807-808-809-810-811-812-813-814-815-816-817-818-819-820-821-822-823-824-825-826-827-828-829-830-831-832-833-834-835-836-837-838-839-840-841-842-843-844-845-846-847-848-849-850-851-852-853-854-855-856-857-858-859-860-861-862-863-864-865-866-867-868-869-870-871-872-873-874-875-876-877-878-879-880-881-882-883-884-885-886-887-888-889-890-891-892-893-894-895-896-897-898-899-900-901-902-903-904-905-906-907-908-909-910-911-912-913-914-915-916-917-918-919-920-921-922-923-924-925-926-927-928-929-930-931-932-933-934-935-936-937-938-939-940-941-942-943-944-945-946-947-948-949-950-951-952-953-954-955-956-957-958-959-960-961-962-963-964-965-966-967-968-969-970-971-972-973-974-975-976-977-978-979-980-981-982-983-984-985-986-987-988-989-990-991-992-993-994-995-996-997-998-999-1000

de otras regiones que tengan la caracterización de binacional y fronteriza.

5. Fue sugerido que las actividades de la Maestría y el Doctorado en Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental se lleven a cabo en la ciudad de Boa Vista, y la Maestría en Educación Regional tenga su sede en Ciudad Guayana, siendo el cuerpo docente compuesto paritariamente
6. Se establecieron 10 cupos para el Doctorado y 20 Cupos para cada Maestría con participación paritaria de ambos estados.
7. Se estableció el inicio de actividades académicas para el mes de Agosto de 2006 en cuatro cursos de pregrado en las áreas de Computación, Comercio Exterior, Turismo y enseñanza de la lengua española y portuguesa, a realizarse en la Universidad Estadual de Roraima en su campus de Pacaraima. En un segundo momento académico (Marzo 2007) se dará inicio de cuatro cursos de pregrado en Santa Elena de Uaiyén en las áreas de enfermería, geología, estudios jurídicos, administración y contaduría pública (sugeridas) con universidades venezolanas. La participación de los estudiantes será paritaria
8. Se plantea una reunión en dos semanas en Ciudad Guayana, donde asistan el Secretario de relaciones institucionales y fronteras Sergio Pillón, el Rector Hamilton Gondim de la Universidad Estadual de Roraima y su equipo a fin de que se establezcan relaciones directas con las universidades venezolanas involucradas en estos estudios con el objetivo de definir las particularidades de la participación de cada institución, las aprobaciones de los proyectos pedagógicos por los respectivos consejos universitarios y las fechas de inicio de estos programas de estudios.
9. Sugerimos que en el marco de la realización del 3er encuentro Binacional entre los Gobernadores del Estado de Roraima y el Estado Bolívar en la línea de frontera (Pacaraima), se lleve a cabo dos clases magistrales de los mencionados gobernadores sobre el tema de Integración y progreso, dando inicio a las actividades académicas de la Universidad Estadual de Roraima en los curso de pregrado.
10. La Gobernación del estado de Roraima, la Prefectura de Pacaraima y la Gobernación del estado Bolívar se comprometen a darle todo el apoyo necesario a esta iniciativa de integración binacional, la cual se enmarca en la reciente inclusión de Venezuela en MERCOSUR con el decidido apoyo del Gobierno de Brasil

Firman este Documento

Paulo Cesar Justo Quartiero
Prefecto del Municipio Pacaraima

José Hamilton Gondim Silva
Rector UERR

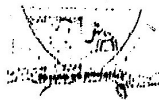
Alfredo José Campos Rojas
Secretario de Educación y Deportes
Gobernación Estado Bolívar

Sergio Pillon Guerra
Secretario de Relaciones Fronterizas
Gobernación Estado Roraima

Participaron en este evento las siguientes personalidades

Raimundo Nonato Da Costa S. Vilarins
Patrícia Macedo de Castro Guterres
Elissan Paula Rodrigues E S Pena Barrios
Teresinha Roriz
Luis Fernando Dos Reis Guterres
Felipi Augusto Goncalves de Melo
César Augusto Lopez Aguilar
Devair Antonio Fiorotti
Juliana Viegas Pinto
Rildo Dias Da Silva
Larry Tonny Efeson Alves de Almeida
Rodrigo Leonardo
Orlando Macuare
Carmen Garcia
Mafía Alejandra Arzola
Janete Pimentel

ANEXO J - Relatório de Reunião na SESAU/RR. Boa Vista, 20 de abril de 2007



GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

RELATÓRIO DE REUNIÃO NA SESAU/RR

DIA: 19.04.07

OBJETIVO

Discutir com dirigentes das unidades de saúde do Governo do Estado de Roraima (HMI, HGR, PS, LABORATORIO CENTRAL), da Prefeitura Municipal de Boa Vista(Hospital Santo Antônio), da Diocese de Roraima e da FUNASA(Casa do Índio) e dirigentes das unidades de saúde de Santa Elena de Uairen(Hospital e Laboratório) e Coordenação Indígena do Governo Nacional Venezuelano, formas de melhorar o atendimento de pacientes dos dois Estados que procuram atendimento de saúde, seja em Pacaraima, Santa Elena de Uairen ou Boa Vista.

CONCLUSÕES

Essa reunião se realizou no Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde, atendendo a determinação dos Governadores de Roraima e Bolívar que no IV Encontro de Governadores realizado em Boa Vista no dia 12.04.07, determinaram as equipes de saúde dos dois Estados que se reunisse o mais breve possível para identificar formas de melhorar cada vez mais o prestação de serviços na área de saúde para os cidadãos venezuelanos e brasileiros que demandam por atendimento na rede de saúde dos dois Estados. Para iniciar os trabalhos o Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços – Sergio Pillon e a Cênsul Geral da Venezuela em Roraima – Léssia Rodriguez, fizeram um amplo relato sobre os esforços que os governadores Ottomar de Sousa Pinto e Francisco Rangel Gómez estão fazendo para acelerar o processo de integração Roraima/Bolívar. Prova disso é que, em apenas um ano, já se reuniram por cinco vezes para tratar de temas importantes de interesse dos dois Estados. Esse esforço está sendo traduzido através da implementação de 04 Termos de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Saúde, Educação, Segurança e Agricultura, firmados pelos dois governadores em 31/05/06. Para tanto o resultado desse esforço tem que refletir na melhoria constante dessas parcerias em benefício dos cidadãos venezuelanos e brasileiros que demandam por esse tipo de cooperação. Após essa explanação os dirigentes das unidades de saúde fizeram ampla exposição sobre a realidade de cada unidade e apresentaram sugestões que serão avaliadas pelas partes para que em no máximo 30 dias possam efetivamente definir os procedimentos que deverão ser seguidos para melhorar a cooperação na área de saúde.

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
 Av. Ville Roy, nº 842 – 1º Andar – São Pedro/CEP: 69.301-470 – Boa Vista-RR - Brasil
 Tel: 0055 (095) 3621-3669 Fax: 0055 (095) 3623-5065 – Celular: 0055 (095) 9972-9646

RORAIMA



GOVERNO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio de Brasileiros"

Podemos destacar como pontos principais levantados, havendo concordância de ambas as partes:

1. Falta de comunicação entre dirigentes e profissionais das unidades de saúde de Santa Elena de Uairen e de Roraima, em Boa Vista, havendo necessidade de se estabelecer protocolos para traslado de pacientes;

2. Definição das responsabilidades sobre o transporte dos pacientes pós alta hospitalar. Foi relatado que por falta de uma definição sobre o assunto, muitos pacientes ficam vários dias internados, sem necessidade, aguardando um transporte para retornarem a Santa Elena de Uairen;

3. Definir claramente quais os procedimentos que podem ser realizados em Boa Vista-RR, tendo em vista que muitas vezes os pacientes venezuelanos são deslocados até os hospitais em Boa Vista e os mesmos não têm condições técnicas para resolução do problema;

4. Pacientes que vão a óbito, muitos deles são de famílias pobres que não tem condições para adquirir a urna funerária e fazer o traslado para a Venezuela, sendo que em muitos casos não dispõem de documentação. Foi sugerido que o Governo do Estado de Bolívar firmasse um convenio com uma funerária local para equacionar o problema das urnas e do traslado e que as autoridades venezuelanas pudessem agilizar a documentação para a passagem do corpo na fronteira Brasil/Venezuela, tendo em vista os problemas que ocorrem atualmente com a grande dificuldade para levar o corpo de volta para a Venezuela, principalmente quando for indígena e que geralmente não dispõe de documentos;

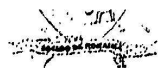
5. Definição clara das responsabilidades sobre os altos custos das internações nas UTIs e na implantação de orteses e próteses em cidadãos venezuelanos, já que esses custos não são cobertos pelo SUS e há deficiência de leitos na rede pública estadual;

6. Dificuldade de comunicação telefônica entre Santa Elena de Uairen e Boa Vista, além dos altos custos por ser consideradas ligações internacionais. Foi sugerido pelo Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços – Sergio Pillon, que o Governo Estadual pudesse apresentar um pleito ao Ministério das Comunicações/ANATEL para que na região de fronteira Brasil/Venezuela as comunicações pudessem ser regionalizadas, barateando dessa forma seus custos;

7. Ficou acordado que as equipes técnicas dos dois Estados se reunirão mais frequentemente para avaliar o andamento da cooperação da área de saúde, com o objetivo de melhorar cada vez mais a prestação de serviços nessa área. Para isso nos próximos 30 dias uma equipe de dirigentes de saúde do Estado de Bolívar virá a Roraima para conhecer todas as unidades de Saúde que atendem os cidadãos venezuelanos e acertar os procedimentos a serem implementados a partir dessa visita;

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
 Av. Ville Roy, nº 842 – 1º Andar – São Pedro/CEP: 69.301-470 – Boa Vista-RR - Brasil
 Tel: 0055 (095) 3621-3669 Fax: 0055 (095) 3623-5065 – Celular: 0055 (095) 9972-9646

RORAIMA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Obs. Nessa reunião, além dos dirigentes das unidades de saúde de Roraima (federal, estadual e municipal) e dirigentes das unidades de saúde de Santa Elena de Uairen e da Coordenação Nacional de Saúde Indígena da Venezuela, estiveram presentes a Secretária Estadual de Saúde – Eugenia Glaucy, o Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços – Sergio Pillon e a Cônsul Geral da Venezuela em Roraima – Lésbia Rodriguez.

Boa Vista-RR, 20 de Abril de 2007.

SERGIO PILLON GUERRA
Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
Av. Ville Roy, nº 842 – 1º Andar – São Pedro/CEP: 69.301-470 – Boa Vista-RR - Brasil.
Tel: 0055 (095) 3621-3669 Fax: 0055 (095) 3623-5065 – Celular: 0055 (095) 9972-9646

RORAIMA

ANEXO K - Relatório de Viagem. Boa Vista, 18 de maio de 2007

GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL: Santa Elena de Uairen – Venezuela e Pacaraima – Brasil, sede da Aduana Ecológica

DIA: 18.05.07

OBJETIVO

Participar de uma reunião com dirigentes da Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairen, da Guarda Nacional, do Instituto Nacional de Transporte Terrestre e com empresários brasileiros que operam no setor de transporte internacional (dirigentes do Sindicato dos Transportadores de Roraima, Transportadores Autônomos, Dirigentes da Coopertran, Dirigentes da Câmara Brasileira Venezuelana de Indústria e Comércio de Roraima) para discutir alternativas que possam melhorar e agilizar o transporte de carga entre Brasil e Venezuela, especialmente em relação aos procedimentos de fronteira.

Resumo das Atividades Realizadas

A reunião teve início às 9:30hs e se encerrou às 12:00hs, sendo coordenada pela Cônsul Geral da Venezuela em Roraima – Lic. Lésbia Marina Rodríguez e pelo Gerente da Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairen – Lic. Otto Pérez, sendo que inicialmente eu e os demais representantes dos órgãos públicos fizemos uso da palavra, fazendo um breve relato das ações que estavam sendo desenvolvidas para melhorar e incrementar o intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela, especialmente em relação ao Estado de Roraima.

Dando seqüência foram discutidos todos os pontos apresentados pelo Sindicato de Transportadores de Roraima e pela Câmara Brasileira Venezuelana de Indústria e Comércio de Roraima, conforme documento em anexo.

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
Av. Ville Roy, nº 842 – 1º Andar – São Pedro/CEP: 69.301-470 – Boa Vista-RR - Brasil
Tel: 0055 (095) 3621-3669 Fax: 0055 (095) 3623-5065 – Celular: 0055 (095) 9972-9646



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio das Brasileiras"

Ao final os dirigentes das duas instituições que apresentaram o documento se manifestaram otimistas com os resultados da reunião, pois tanto o Gerente da Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairen, como o Comandante da Guarda Nacional se comprometeram pessoalmente em dar uma solução para todos os problemas o mais rápido possível, demonstrando uma boa vontade em ver melhorado esse intercambio comercial entre Brasil e Venezuela. Também cobraram da parte brasileira alguns procedimentos para melhorar a **imagem do setor** (apresentação dos motoristas – uniforme; identificação – crachá; local para descanso, comer e fumar – restaurante e não em frente da Aduana Ecológica; estacionamento das carretas – em local próprio). Também foi dado um prazo para que a Armazenadora (representante estava presente a Reunião) resolvesse todas as deficiências que estão causando grandes transtornos aos transportistas.

Ao encerrar a reunião as autoridades presentes e empresários acordaram que pelo menos uma vez por mês voltarão a se reunir para avaliar o andamento das providencias, bem como propor novas sugestões para melhorar cada vez mais esse processo.

Boa Vista-RR, 18 de Maio de 2007.

SERGIO PILLON GUERRA

Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
 Av. Ville Roy, nº 842 – 1º Andar – São Pedro/CEP: 69.301-470 – Boa Vista-RR - Brasil
 TEL. (68) (0800) 0001-0000 FAX. (68) (0800) 0000-0000 – E-MAIL: (68) (0800) 0000-0000

ANEXO L - Relatório de Viagem. Boa Vista, 22 de junho de 2007

GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio das Brasileiras"

RELATORIO DE VIAGEM

Objetivos:

Participar, no Palácio do Governo do Estado de Bolívar, de Solenidade de Assinatura do Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional entre a Universidade Estadual de Roraima e a Universidad Nacional Experimental de Guayana - UNEG, de conformidade com o Termo de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Educação firmado entre os Governos dos Estados de Roraima e Bolívar em 30.05.06.
 Acompanhar os dirigentes da Universidade Estadual de Roraima em visitas as instalações dos cursos de graduação e pós-graduação da UNEG.
 Participar de Reuniões com Dirigentes do Governo do Estado Bolívar para tratar de assuntos referentes ao andamento dos Termos de Cooperação firmados entre os Governadores de Roraima e Bolívar;

Período:

Dia 17 a 21 de Junho de 2007.

Local:

Cidade de Puerto Ordaz, Ciudad Bolívar e Ciudad de Upata, Estado de Bolívar, República Bolivariana de Venezuela.

RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Agenda/Programação:

Deslocamento de Boa Vista a Puerto Ordaz em carro particular (próprio) com saída de Boa Vista às 06:30hs e chegada em Puerto Ordaz às 18:30hs.

Dia 18.06.07 (Segunda-Feira)

9:30hs - Visita as instalações da UNEG em Puerto Ordaz - Cursos de Pós Graduação (Mestrado e Doutorado). Na oportunidade foram apresentados pela coordenadora do centro todos os programas em funcionamento, as parcerias possíveis, as condições de acesso, enfim um amplo relato com dircito a perguntas sobre o funcionamento de todos os cursos de mestrado e doutorado coordenados pela UNEG, oportunidade em que foram identificadas algumas áreas de interesse da UERR como: mestrado e doutorado em educação; mestrado e doutorado em ciências ambientais; mestrado em matemática; mestrado em gerência - gestão

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
 Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil

GOVERNO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros."

educativa; mestrado em tecnologia da informação; mestrado em saúde ocupacional; e outros. Ficou acordado que os dirigentes da UERR estudarão e proporão cooperação em alguns cursos de mestrado e doutorado de maior interesse para o Estado de Roraima.

12:00hs – Visita as instalações do restaurante universitário;

15:00hs – Visita as instalações dos cursos de graduação, bibliotecas etc.

Dia 19.06.07

Visita as instalações da UNEG em Ciudad de Upata – Curso de Engenharia Florestal Industrial; Laboratório de Análise das Propriedades da Madeira; Marcenarias para prática dos alunos; Fazenda Experimental do Curso de Tecnologia Agropecuária e Laboratório de produção de mudas in vitro. Durante essas visitas pudemos perceber o grande avanço tecnológico na produção de mudas e principalmente na boa infra-estrutura do curso de Engenharia Florestal Industrial. Como Roraima tem um grande potencial madeireiro e exporta quase toda madeira simplesmente serrada, seria muito interessante a formação de jovens nesse curso, pois assim estaríamos disponibilizando ao setor madeireiro profissional capacitado para agregar valor a madeira e tornar o setor mais competitivo. Os dirigentes da UERR ficaram de estudar um intercâmbio nessa área que me pareceu uma das mais viáveis e de interesse do Estado de Roraima.

Dia 20.06.07

Viagem a Ciudad Bolívar – Capital do Estado Bolívar, onde participei juntamente com os dirigentes da UERR e UNEG, da solenidade de assinatura do Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional (cópia em anexo) entre as duas universidades. A solenidade aconteceu no salão de reuniões do Palácio do Governo de Bolívar e contou com a presença do Governador do Estado de Bolívar – General Francisco Rangel Gómez e praticamente toda sua equipe de governo.

Almoço de trabalho com o Governador do Estado de Bolívar – General Francisco Rangel Gómez e assessores, onde foram tratados os seguintes assuntos:

1. Avaliação dos Termos de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Educação, Saúde, Agricultura e Segurança (metas, dificuldades, novas proposições);
2. Regularização da documentação dos alunos venezuelanos que estão estudando na UERR em Pacaraima;
3. Proposição do número de alunos que deverão estar permanentemente estudando fruto dessa parceria entre UERR e universidades venezuelanas (80 alunos brasileiros e 80 alunos venezuelanos em cursos de graduação);
4. Discussão sobre calendário para início da entrada de alunos brasileiros em cursos de graduação nas universidades venezuelanas conveniadas com o Governo do Estado de Bolívar (possivelmente para setembro de 2007 – 40 alunos e no primeiro semestre de 2008, mais 40 alunos);

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil

GOVERNO DE RORAIMA

"Amizade: Patrimônio das Brasileiras"

5. Discussão sobre pontos importantes apresentados pelo Governador Ottomar de Sousa Pinto (documento em anexo) ao Embaixador da Venezuela no Brasil – General Julio José Montoya, por ocasião da visita do mesmo a Roraima em 12.06.07;
6. Formação de um comitê gestor e de acompanhamento das ações previstas nos Termos de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Educação, Saúde, Agricultura e Segurança, firmados entre os Governadores de Roraima - Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto e de Bolívar - General Francisco Rangel Gómez em 30.05.06;
7. Ficou acertado com o Governador de Bolívar – General Francisco Rangel Gómez que no mês de agosto deverá ocorrer uma reunião em Boa Vista entre os Secretários responsáveis pela execução das ações previstas nos Termos de Cooperação Técnica e Científica firmado pelos Governadores de Roraima e Bolívar, oportunidade em que deverão fazer uma avaliação mais detalhada das metas alcançadas e propor mudanças caso necessárias, bem como a ampliação das metas e áreas de cooperação. Ao final da reunião com o Governador Francisco Rangel Gómez e sua assessoria (Secretaria de Educação, Secretário da Casa Civil, e Controladora de Seguimento e Gestão) recebi a incumbência de entregar ao Governador do Estado de Roraima - Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto um convite especial para participar da inauguração do Estádio Cachamay – em Puerto Ordaz e da abertura da Copa América com o jogo Brasil e México, a ser realizado no dia 27.06.07.

16:00hs – Retorno a Puerto Ordaz

Visita as instalações esportivas do Estádio Cachamay, onde serão realizados 03 jogos da Copa América;

Reunião com o Secretário de Turismo para tratar dos ajustes na proposta a ser apresentada aos Governadores de Roraima e Bolívar no próximo encontro (V Encontro de Governadores) a ser realizado no final do mês de setembro de 2007 em Santa Elena de Uairen.

Dia 21.06.07 – Retorno a Boa Vista –RR

08:00hs – Saída de Puerto Ordaz – via terrestre (carro particular)

19:00hs – Chegada em Boa Vista-RR.

Boa Vista-RR, 22 de Junho de 2007.

SERGIO PILLON GUERRA

Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista – Roraima - Brasil

ANEXO M - Relatório de Viagem. Boa Vista, 23 de novembro de 2007



GOVERNO DE RORAIMA

"Amazônia Parlatória dos Povos"

RELATÓRIO DE VIAGEM

Data: 18 a 22.11.07

Local: Brasília - DF

Objetivo: 1)- Participar de reunião preparatória com todos os representantes dos governos estaduais da Amazônia brasileira, para tratar dos últimos detalhes do Encontro de Governadores da Frente Norte do MERCOSUL; 2)- Participar de Audiência Pública no Congresso Nacional sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL; 3)- Acompanhar os debates e votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados sobre a efetivação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL; 4)- Acompanhar o Governador do Estado de Roraima - Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto nas seguintes audiências: a) - Audiência Pública junto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal onde foi discutido o Relatório sobre a demarcação da Terra Indígena "Raposa Serra do Sol"; b)- Audiência com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Miguel Jorge; 5)- Elaborar e protocolar junto a Secretaria da Receita Federal documento solicitando o restabelecimento do plantão fiscal de 24 horas da Receita Federal no Aeroporto Internacional de Boa Vista.

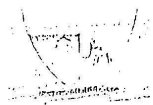
Deslocamento: BVB/BSB dia 18.11.07 - Saída de Boa Vista Voo Gol 1975 (14:30hs - 20:55hs) e BSB/BVB dia 22.11.07 - Voo Gol 1782 (21h35 - 00h15), conforme comprovante em anexo.

RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

1. Reunião no Palácio do Planalto

Essa reunião foi coordenada pela Secretaria de Relações Institucionais - Subchefia de Assuntos Federativos, pelo Dr. Alberto Kleiman, oportunidade em que foram discutidos e acertados os detalhes finais para o Encontro de Governadores da Frente Norte do MERCOSUL que se realizará no período de 04 a 06 de dezembro de 2007 em Belém -PA. Foram acertadas as questões de logística, do formato final do evento, com a definição dos temas a serem debatidos, da participação dos Estados, da apresentação dos Painéis, da formação dos Grupos de Trabalho, dos moderadores dos Grupos de Trabalho, da realização de uma mostra dos principais potenciais dos estados do Norte do Brasil, da realização de uma reunião de Secretários de Planejamento da Região Norte no primeiro dia do evento, entre outros assuntos que envolvem esse importante encontro, conforme programação em anexo. A coordenação do evento informou que deverão participar do encontro em torno de 45 governadores, sendo que no último dia, ou seja, no encerramento do Encontro de Governadores da Frente Norte do MERCOSUL, deverá estar presente o Presidente da República Federativa do Brasil - Luiz Inácio Lula da Silva. Foi discutido também o formato do que será apresentado para apreciação dos Governadores no último dia do encontro, ou seja, a "Agenda de Cooperação da Frente Norte do MERCOSUL" oportunidade em que

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
 Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil
 PABX: 0**(95) 3623-1410



GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ficou decidido que a base do documento será as contribuições apresentadas pelos estados, dentro dos eixos temáticos definidos nas reuniões anteriores (o representante de Roraima ficou responsável pela apresentação de um resumo executivo do Sub-tema "Integração e Infra-estrutura Fronteiriça" do eixo temático Desenvolvimento Regional Sustentável - ver cópia em anexo). Também foi acatada a solicitação do representante do Governo do Estado de Roraima para que representantes do Governo da República da Guiana fossem convidados a participar do evento tendo em vista que esse País faz fronteira com o Brasil, sendo muito importante para as relações econômicas e sociais com o Estado de Roraima. Também foi confirmado o convite ao Governador do Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela, cujo estado também faz fronteira com o Brasil, para concluir uma parceria na cooperação em várias áreas com o Estado de Roraima. Para concluir foi solicitado que cada estado do Norte do Brasil fosse representado no referido evento com uma equipe de no mínimo 05 pessoas, preferencialmente com Secretário para Assuntos Internacionais ou equivalente, Secretário de Planejamento, Reitor, Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente ou equivalente, representante de uma ONG, além de pessoal da área de comércio exterior e turismo que serão os responsáveis pela montagem do stand com a mostra de cada Estado.

2. Audiência Pública sobre a Efetivação da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL

A audiência pública foi promovida pela Câmara dos Deputados oportunidade em que o assunto foi amplamente discutido, sendo verificadas posições bastante divergentes sobre o tema. O Secretário Geral do Itamaraty - Embaixador Samuel Pinheiro, como representante do governo brasileiro, fez a defesa da entrada da Venezuela no MERCOSUL de forma muito enfática, sendo contestado duramente por parlamentares integrantes da base oposicionista ao governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente do DEM. Minha participação nessa audiência pública se deveu ao fato de que Roraima tem todo o interesse que a Venezuela venha a fazer parte do MERCOSUL o mais rápido possível, pois Roraima, como unidade da federação brasileira faz parte do MERCOSUL de direito mas de fato ainda não desfruta dos benefícios econômicos e sociais oportunizados pela formação desse bloco econômico, que teve início em 1994. Com a Venezuela no MERCOSUL abrem-se novas oportunidades para nossa economia, pois fazemos fronteira com a Venezuela e poderemos ser muito competitivos em vários produtos que a Venezuela atualmente importa do centro sul do País e de outros Países mais distantes, especialmente os produtos originários do agronegócio. Neste sentido aproveitei a oportunidade para fazer contatos com parlamentares objetivando mostrar a importância da Venezuela, tanto do ponto de vista econômico como geopolítico para a consolidação do MERCOSUL, bem como a oportunidade de negócios que se abrem, especialmente para os Estados do Norte e Nordeste.

3. Reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para apreciação e votação do parecer para efetivação da entrada da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL.



GOVERNO DE RORAIMA

"Amizade e Paridade dos Povos"

Participei como convidado do Deputado Federal Luciano Castro - Líder do PR, oportunidade em que tive contato com parlamentares e pude justificar, do ponto de vista de quem vive na fronteira Brasil/Venezuela e conhece muito bem aquele País, a importância da entrada da Venezuela no MERCOSUL, conforme justificativas descritas no item anterior. Tive a oportunidade de apresentar ao Deputado Federal Luciano Castro material informativo (indicadores econômicos e sociais, potencial de mercado etc) sobre a Venezuela, fazendo um amplo relato das ações que o Governo de Roraima tem feito em prol da integração, especialmente com o Estado Fronteiriço de Bolívia. Neste sentido o Deputado Federal Luciano Castro fez um pronunciamento, na condição de líder do PR, defendendo a entrada da Venezuela no MERCOSUL, seguido de outros parlamentares, especialmente do Líder do Governo, Deputado Federal José Múcio Monteiro (PTB). Os parlamentares opositoristas ao governo, especialmente do DEM, se posicionaram contrários a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Ao final prevaleceram os argumentos dos líderes partidários e do governo encerrando a votação com a aprovação da matéria por 44 votos a favor e 17 contrários. A matéria agora irá para apreciação do plenário da Câmara dos Deputados e se aprovado segue para apreciação do Senado Federal.

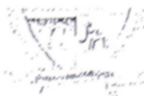
4. Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para tratar do Relatório final sobre demarcação da T.I. Raposa Serra do Sol

Além dos senadores que compõem a referida comissão, estiveram presentes o Governador de Roraima - Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, seis deputados estaduais de Roraima, três deputados federais pelo estado de Roraima, e dois Secretários do Estado de Roraima (Relações Institucionais com Países Fronteiriços e de Planejamento e Desenvolvimento). Na oportunidade vários parlamentares estaduais e federais se posicionaram sobre o tema, além do Governador Ottomar de Sousa Pinto. A referida Audiência Pública foi presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, sendo que em todos os pronunciamentos ficou claro que a demarcação da T.I. Raposa Serra do Sol foi feita de forma truculenta, não atendendo aos princípios de justiça e legalidade, tão pouco aos interesses dos índios e não índios que residem naquela área, bem como da sociedade em geral e da classe política de Roraima.

5. Audiência com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

A audiência foi marcada, por solicitação do Governo de Roraima, pelo Deputado Federal Luciano Castro - Líder do PR, para tratar da regulamentação das Áreas de Livre Comércio de Pacajá e Bonfim e da implantação de uma Zona de Processamento de Exportação em Boa Vista-RR. Participaram da Reunião com o Ministro Miguel Jorge: Governador do Estado de Roraima - Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto; Deputado Federal Luciano Castro; Secretário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços - Sérgio Pillon; Secretário de Planejamento e Desenvolvimento - Haroldo Eurico Amorim dos Santos. Nessa audiência o governador Ottomar de Sousa Pinto solicitou ao Ministro Miguel Jorge prioridade na regulamentação e implantação da Área de Livre Comércio de Bonfim e a implantação de uma Zona de Processamento de Exportação - ZPE em Boa Vista, conforme ofícios em anexo. O Governador relatou que no primeiro trimestre de 2008 deverá ser

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
 Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-300 - Boa Vista - Roraima - Brasil
 PABX: 0**95) 3623-1410



GOVERNO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

concluída a ponte internacional sobre o rio Itacutu (fronteira Brasil/Guina) ocasião em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá participar da inauguração juntamente com o Presidente da República da Guina. Justificou que seria oportuno que a regulamentação e implantação pudessem ocorrer em ato solene nessa oportunidade, o que teve a concordância do Ministro Miguel Jorge que afirmou que o processo já passou pelo seu Ministério estando atualmente na Casa Civil para análise e procedimentos finais de assinatura do Decreto por parte do Presidente da República. Em relação à ZPE o Ministro afirmou que esse assunto passou a ser prioridade do governo federal e que o Ministério está aguardando a regulamentação da lei que trata desse tema para poder dar sequência à análise do projeto apresentado pelo Governo do Estado. Também foi entregue ao Ministro Miguel Jorge documento assinado pelo Dep. Federal José Mucio Monteiro - Líder do Governo na Câmara dos Deputados e pelo Dep. Luciano Castro - Líder do PR (Of. 160/07 - cópia em anexo) apoiando os pleitos do Governo do Estado de Roraima para que seja priorizada a regulamentação da Área de Livre Comércio de Bonfim e implantada uma Zona de Processamento de Exportação - ZPE em Boa Vista-RR, conforme proposta apresentada pelo Governo do Estado de Roraima no ano de 2001. Também nessa audiência o Governador Ottomar de Sousa Pinto solicitou apoio do Ministro Miguel Jorge para que interceda junto aos Ministérios do Planejamento e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como junto à Secretaria da Receita Federal para sejam reforçadas as equipes de pessoal dos órgãos federais que atuam na fronteira Brasil/Guiana e Brasil/Venezuela, bem como no Aeroporto Internacional de Boa Vista. O governador pediu ao Ministro para que o governo federal dê mais atenção a essas fronteiras, pois são eixos importantes de integração e de escoamento dos produtos tanto de Roraima como da Amazônia Ocidental. Na oportunidade, por solicitação do Governador Ottomar de Sousa Pinto, também opinaram e justificaram os pleitos de Roraima o Deputado Federal Luciano Castro e os Secretários Sérgio Pillon e Haroldo Amoras dos Santos. Ao final o Governador Ottomar de Sousa Pinto convidou o Ministro Miguel Jorge para visitar Roraima o que foi prontamente aceito, ficando as assessorias incumbidas de propor uma futura data e agenda.

6. Elaboração e entrega de documento junto a Secretaria da Receita Federal

Aproveitando a presença do Governador em Brasília, foi elaborado um documento (GAB/GOV/Of. 151/07 - cópia em anexo) ao Secretário da Receita Federal - Jorge Antônio Deifel Ráchid e entregue em seu gabinete, solicitando providências para que seja restabelecido o plantão 24 horas da Receita Federal no Aeroporto Internacional de Boa Vista tendo em vista os prejuízos que o Governo do Estado de Roraima está tendo com a redução da arrecadação do ICMS, além dos transtornos que a suspensão desse serviço, após as 18:00hs nos dias úteis e nos sábados e domingos, tem causado as empresas que operam com voos executivos, bem como a prestadora dos serviços - INFRATERO (ver justificativas no referido documento).

Boa Vista-RR, 23 de Novembro de 2007.

SÉRGIO PILLON

Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços
 Palácio Senador Hélio Crimpos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-300 - Boa Vista - Roraima - Brasil
 PABX: 0** (95) 3623-1410

ANEXO N - Ata do III Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar.Pacaraima, 17 de agosto de 2006



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



ATA DO III ENCONTRO DE GOVERNADORES RORAIMA/BOLÍVAR

Na Cidade de Pacaraima, sede do Município de Pacaraima, Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil, no dia 17 de agosto de 2006, reuniram-se as comitivas dos Governos dos Estados de Roraima e Bolívar, sob a liderança dos Governadores Ottomar de Sousa Pinto e Francisco Rangel Gómez, respectivamente.

Os Governadores e Comitiva encontraram-se, inicialmente, na Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairen, oportunidade em que foram recebidos pelo Gerente Geral Hernan Acosta, o qual mostrou todas as instalações, ressaltando a importância da integração em um único imóvel de todos os órgãos federais, estaduais e municipais que tem atuação na área de fronteira.

O Governador Ottomar de Sousa Pinto fez questão de visitar as obras de instalação do aparelho de RX que irá facilitar a fiscalização das cargas e agilizar os procedimentos de liberação. A ideia do Governador de Roraima manifestada ao Governador de Bolívar é de propor uma parceria entre as duas aduanas – Brasileira e Venezuelana – onde, através de um contrato de prestação de serviços, a Aduana Venezuelana poderia fazer o procedimento para a aduana brasileira de RX da carga, tendo em vista que não há previsão para instalação, do lado brasileiro, de equipamento de RX de cargas.

Após as inspeções à Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairen, os Governadores e Comitivas deslocaram-se até o Auditório do Fórum da Comarca de Pacaraima para cumprir a agenda da segunda etapa do III Encontro de Governadores Roraima/Bolívar.

Primeiramente fizeram uso da palavra os dois Governadores, onde expressaram a satisfação pelo esforço em manter esses encontros e os resultados concretos que vêm alcançando. Cabe destacar a importância e o interesse manifestado pelos Governadores em estreitar cada vez mais as relações entre os dois Estados fronteiriços, pois em apenas cinco meses ocorreram três encontros binacionais de governadores e um encontro com o Presidente da República Bolivariana de Venezuela – Hugo Chávez Frias. Também fez uso da palavra o Prefeito de Pacaraima – Paulo Cezar Quartiero, ocasião em que deu as boas-vindas às autoridades dos dois Estados, enaltecendo a importância da realização do III Encontro de Governadores Roraima/Bolívar Pacaraima, fronteira Brasil/Venezuela.

Em seguida, deu-se início aos relatos sobre os avanços alcançados nos Termos de Cooperação Técnica e Científica firmados em Puerto Ordaz, no dia 31 de maio de 2006, em Matéria de Agricultura, Saúde, Segurança e Educação. Os Secretários das referidas áreas, de ambos os governos, fizeram suas exposições. Em termos gerais, até a presente data as metas alcançaram uma execução de aproximadamente 30%, sendo os mais adiantados os Termos de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Segurança e Educação. Na área de Turismo, o lado venezuelano apresentou um vídeo sobre o potencial turístico do Estado de Roraima, sendo que logo em seguida o lado brasileiro fez convite para que representantes do setor participem do III FRONTUR, que será realizado de 4 a 6 de setembro de 2006, em Boa Vista – RR. Sobre o tema Turismo, os Governadores acordaram que as equipes técnicas ligadas ao setor reunir-se-ão para definir uma proposta de cooperação entre os dois Estados para que, até o final deste exercício, possa ser assinado o Termo de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Turismo entre os Estados de Roraima e Bolívar.

Dando sequência, o Governador do Estado de Roraima – Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto passou



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



confirmando na oportunidade a disposição do órgão central da Receita Federal de implantar na fronteira Brasil/Venezuela uma nova infra-estrutura para melhorar o atendimento. Disse que a abertura da fronteira 24 horas depende de decisão de Brasília;

2. Polícia Federal: Sua representante, Dra. Raquel Caofin informou que a solicitação feita pelo Governo de Roraima, para abertura da fronteira 24 horas, já está tramitando no âmbito central e a Superintendência local está na espera de instruções. Comentou sobre a dificuldade dos venezuelanos residentes nessa região de fronteira têm para conseguir um passaporte, a Polícia Federal do Brasil tem flexibilizado a entrada de venezuelanos no Brasil através da outorga de permissões especiais para tratamento de saúde e por interesses pessoais, principalmente quando necessitam ir a Boa Vista, no Consulado da Venezuela, para retirar passaportes. Aproveitou a oportunidade para solicitar da parte Venezuelana que tramite processo para também estudar a possibilidade de abertura da fronteira 24 horas, além da adoção do princípio da reciprocidade no cumprimento dos horários de atendimento aos cidadãos, tendo em vista que o setor de migração venezuelano, a Onidex, somente está operando até às 6 horas da tarde;
3. ANVISA: Sua representante, Dra. Sandra Regina Alves de Oliveira informou que está previsto para a segunda quinzena de setembro a vinda a Roraima de um engenheiro da ANVISA (Diretoria de Brasília) que cuidará do Projeto Arquitetônico para adaptação do espaço a ser cedido pelo Governo do Estado de Roraima no prédio da Receita Estadual, onde futuramente se fará o controle do cartão internacional de vacina contra a febre amarela (amarelo) para turistas que queiram deslocar-se até Boa Vista. Disse também, que está no aguardo da confirmação de uma reunião em Caracas com as autoridades dos governos nacionais dos dois países para tratar do estudo epidemiológico, estratégias de conscientização (campanhas publicitárias) etc.;
4. Setor Empresarial: Alguns representantes do setor empresarial binacional também deram opinião em relação aos processos de trâmites de documentos nas aduanas, sendo que os Srs. Jose Dirceu Vinhal, brasileiro, Presidente da Cooperativa Grão-Norte e Francisco Fernandez, venezuelano, Diretor da Câmara Venezuelana-Brasileira de Comércio e Indústria, expressaram sua inconformidade com o processo extremamente burocrático para a tramitação das autorizações fitossanitárias na Venezuela e solicitaram, encarecidamente, ao Governador do Estado de Bolívar – General Francisco Rangel Gómez seu apoio junto às autoridades competentes para haver maior celeridade na tramitação da referida documentação. Já o empresário do setor de transporte da Venezuela, Francisco Serão, solicitou empenho dos governos para solucionar o problema do seguro internacional sobre transporte de cargas e passageiros, bem como da isenção da taxa para turistas que entram na Venezuela via terrestre através de Vans, Microônibus e Ônibus. Imediatamente o Governador Francisco Rangel Gómez disse que iria, pessoalmente, empenhar-se para que essas questões fossem solucionadas dando maior dinamismo aos negócios entre empresários brasileiros e venezuelanos, bem como incrementar o fluxo turístico na região.

Após as manifestações dos dois Governadores, que ressaltaram a necessidade de continuar lutando para reduzir os entraves que dificultam a verdadeira integração econômica, social e cultural entre os dois povos irmãos, foram dadas por encerradas as atividades relativas à segunda etapa do encontro, sendo as Comitivas convidadas a deslocarem-se para o Ginásio Esportivo de Pacaraima para que



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



Ordaz, no dia 31 de maio de 2006. No total 80 alunos brasileiros e 80 alunos venezuelanos começaram a freqüentar os cursos superiores de turismo, comércio exterior, ciência da computação e línguas (espanhol e português).

O Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Roraima, Professor Doutor Hamilton Gondim, saudou os Governadores de Roraima e Bolívar e suas Comitivas e fez um relato sobre a UERR e as motivações que levaram a instalação de 4 cursos de graduação no Campus de Pacaraima. Logo em seguida, concluindo o III Encontro de Governadores Roraima/Bolívar, o General Francisco Rangel Gómez, por Bolívar e o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, por Roraima proferiram, respectivamente, conferência sobre o Tema *Integração e Progresso*, ratificando seus compromissos com a integração e melhoria das condições de vida dos povos irmãos dos dois Estados fronteiriços.

Assinam esta Ata, em duas vias de igual forma e teor, nos idiomas espanhol e português, em Pacaraima – Roraima - Brasil, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis (2006).

FRANCISCO RANGEL GOMEZ
Governador do Estado Bolívar

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima

ANEXO O - Ata do IV Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar. Boa Vista, 12 de abril de 2007



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



ATA DO IV ENCONTRO DE GOVERNADORES RORAIMA/BOLÍVAR

Na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil, no dia 12 de abril de 2007, reuniram-se as comitivas dos Governos dos Estados de Roraima e Bolívar, sob a liderança dos Governadores Ottomar de Sousa Pinto e Francisco Rangel Gómez, respectivamente.

Os Governadores e Comitiva encontraram-se inicialmente no Aeroporto Internacional de Boa Vista, onde o Governador Ottomar de Sousa Pinto e comitiva foram recepcionar o Governador Francisco Rangel Gómez, sendo prestada uma homenagem à comitiva venezuelana, pelo Coral Canarinhos da Amazônia e banda de música do Exército Brasileiro.

Após esse ato os Governadores e Comitivas deslocaram-se até a sala de Reuniões do Palácio Senador Hélio Campos para cumprir a agenda do IV Encontro de Governadores Roraima/Bolívar.

Primeiramente fizeram uso da palavra os dois Governadores, onde expressaram a satisfação pelo esforço em manter esses encontros com alcance de resultados concretos, apesar das inúmeras dificuldades que se apresentam no dia-a-dia nessa região de fronteira que extrapolam a competência dos governos regionais para solucioná-las. Cabe destacar a importância e o interesse manifestado pelos Governadores em estreitar cada vez mais as relações entre os dois estados fronteiriços, pois fizeram questão de destacar que em apenas um ano já ocorreram quatro encontros binacionais de governadores e um encontro conjunto com o Presidente da República Bolivariana de Venezuela – Hugo Chávez Frias.

Em seguida, deu-se início aos relatos sobre os avanços alcançados nos Termos de Cooperação Científica e Tecnológica firmados em Puerto Ordaz, no dia 31 de maio de 2006, *uma Entensão de* Agricultura, Saúde, Segurança e Educação. Os Secretários das referidas áreas fizeram suas exposições. Em termos gerais, até a presente data as metas alcançadas foram satisfatórias, principalmente em matéria de Segurança e Educação. No entanto, os governadores determinaram aos responsáveis pela execução dos respectivos Termos de Cooperação Científica e Tecnológica que seja feito os ajustes necessários para que efetivamente possa se alcançar o que foi idealizado como prioritário desde o dia 17.04.06, por ocasião da realização do I Encontro de Governadores Roraima/Bolívar, até a presente data, pois no decorrer desse período surgiram outras demandas importantes, bem como foi possível identificar as principais dificuldades na execução das metas acordadas. Podemos destacar a dificuldade do lado venezuelano em atender de imediato a contrapartida na área de educação com o oferecimento dos cursos de graduação para brasileiros em Santa Elena de Uairen, bem como regularizar a documentação dos alunos venezuelanos que estão frequentando os cursos de graduação oferecidos pela Universidade Estadual de Roraima em Pacaraima. Na área de saúde verificou-se a necessidade de um maior entrosamento e comunicação entre os dirigentes de saúde dos dois Estados e principalmente dos diretores das unidades de saúde emissoras e receptoras de pacientes, objetivando definir responsabilidades quanto ao atendimento social e transporte dos pacientes após a alta hospitalar, bem como em relação a quem compete arcar com os altos custos das internações nas unidades de tratamento intensivo e na utilização de hórteses e próteses. Na área de segurança pública, verificou-se a necessidade da definição da contraparte venezuelana aos cursos já oferecidos pelo Governo de Roraima no ano de 2006 e os entendimentos em relação à programação mais apropriada para ser implementada no decorrer de 2007. Na área de



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

impulso, já que a tecnologia nessa região está dominada. Na área de Turismo, o lado brasileiro apresentou uma proposta de Cooperação, consolidando algumas demandas apresentadas anteriormente pela equipe de turismo do Governo de Bolívar, atendendo assim a determinação feita pelos governadores por ocasião da realização do III Encontro de Governadores Roraima/Bolívar. Essa proposta será analisada pela equipe técnica do setor turismo do Governo de Bolívar para que, no próximo Encontro de Governadores, o Termo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Turismo possa ser assinado pelos dois Governadores. Foi ressaltado, pelos dois governadores e pelos dirigentes da área de turismo, tanto do setor público como do setor privado, a importância da realização de ações conjuntas entre os dois Estados no sentido de fortalecer e incrementar esse segmento da economia.

Dando seqüência, os governadores e comitivas deslocaram-se até o salão nobre do Palácio Senador Hélio Campos para realização do evento de divulgação da Copa América aos operadores de turismo do Estado de Roraima e imprensa em geral, sendo ao final concedida entrevista coletiva, onde foram apresentados os resultados do IV Encontro de Governadores Roraima/Bolívar.

Após as manifestações dos dois Governadores, que ressaltaram a necessidade de continuar lutando para reduzir os entraves que dificultam a verdadeira integração econômica, social e cultural entre os dois povos irmãos, foram dadas por encerradas as atividades relativas ao IV Encontro de Governadores Roraima/Bolívar.

Assinam esta Ata, em duas vias de igual forma e teor, nos idiomas espanhol e português, em Boa Vista- Roraima - Brasil, aos doze dias do mês de abril de 2007.

FRANCISCO RANGEL GOMEZ
Governador do Estado Bolívar

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima

ANEXO P - Ata do V Encontro de Governadores Bolívar/ Roraima. Puerto Ordaz, 03 de outubro de 2007



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



Após as apresentações dos Secretários das referidas pastas e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Secretário Extraordinário de Relações Institucionais com Países Fronteiriços, o Governador do Estado Bolívar – General Francisco Rangel Gómez sugeriu um intervalo de duas horas, convidando todos os presentes para o almoço que foi servido nas próprias instalações de Macagua II.

Logo após o almoço foi dada seqüência as atividades do V Encontro de Governadores Bolívar/Roraima, oportunidade em que os Governadores em seus pronunciamentos que antecederam a assinatura de Memorandos de Entendimentos e Declaração Conjunta, manifestaram o propósito de estreitar e intensificar os vínculos de amizade e integração entre os Estados fronteiriços, no sentido de estreitar cada vez mais os laços sociais, culturais e econômicos sobre a base dos princípios de solidariedade e fraternidade.

Para conseguir alcançar os objetivos acima propostos, dando seqüência, em função da orientação repassada pelos representantes do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, os Governadores resolveram firmar Memorandos de Entendimentos de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica nas Áreas de Saúde, Segurança e Agricultura, e Declaração Conjunta definindo como prioritárias parcerias nas áreas de Educação e Turismo como uma forma de propiciar o desenvolvimento de programas e projetos específicos relacionados com:

1. Desenvolvimento e fortalecimento do setor agropecuário.
2. Intercâmbio de experiências na área tecnológica e científica para a prevenção, controle e erradicação de doenças endêmicas e epidemiológicas que afetam às populações de ambos estados.
3. Promoção da cooperação mediante cursos de especialização, cursos, programas de administração de desastre, para a capacitação, adestramento e especialização profissional dos corpos policiais de ambos Estados.

Após as manifestações dos dois Governadores, que externaram o desejo de continuarem nesse esforço de integração na busca da ampliação das oportunidades de negócios entre os dois estados fronteiriços e os dois países, na ampliação das formas de cooperação nas diversas áreas de atuação e competência dos governos regionais, na incansável busca da melhoria das condições de vida dos povos, especialmente os que vivem na região fronteira, e depois de ressaltarem a necessidade de continuar lutando para reduzir os entraves que dificultam a verdadeira integração econômica, social e cultural entre os dois povos irmãos, foram dadas por encerradas as atividades relativas ao V Encontro de Governadores Roraima/Bolívar.



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Ao término de sua visita, o Governador do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil agradeceu ao povo e à Governadoria do Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela por sua hospitalidade e as múltiplas atenções recebidas durante a visita, retribuindo o Convite para que o Governador de Bolívar passa estar em Roraima no início do próximo ano para a realização do VI Encontro de Governadores Roraima/Bolívar. Aproveitando a oportunidade o Governador Francisco Rangel Gómez agradeceu o convite afirmando que irá a Roraima com muito gosto, ressaltando, no entanto, que poderão se encontrar novamente ainda este ano, pois no dia 07 de novembro deste ano estarão sendo inauguradas as instalações do Aeroporto Internacional de Santa Elena de Uaiyén, possivelmente com a presença do Presidente da República Bolivariana de Venezuela – Hugo Chávez Frias e para tanto disse que se sentiria muito honrado com a presença do Governador de Roraima – Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto a esse importante evento, oportunidade que de pronto o convite foi aceito pelo governador de Roraima.

Assinam esta Ata em duas vias de igual forma e teor, nos idiomas espanhol e português, em Ciudad de Puerto Ordaz, aos três dias do mês de outubro de 2007.

FRANCISCO RANGEL GOMEZ
Governador do Estado Bolívar da
República Bolivariana de Venezuela

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil

**ANEXO Q - Declaração Conjunta dos Governadores do Estado de Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil.
Puerto Ordaz, 03 de outubro de 2007**



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS GOVERNADORES DO ESTADO DE BOLIVAR DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA E DO ESTADO DE RORAIMA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Os Governadores dos Estados Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e de Roraima da República Federativa de Brasil reunidos no município Caroní, Estado Bolívar, no dia 03 de outubro de 2007, no marco do "V Encontro de Governadores", com o propósito de estreitar e intensificar os vínculos de amizade e integração entre os estados fronteiriços referidos,

Declararam a ambos Estados entidades irmãs e se comprometem a consolidar as relações de amizade entre seus habitantes.

Assim mesmo, comprometeram-se a estreitar laços sociais, culturais e econômicos sobre a base dos princípios de solidariedade e fraternidade.

Afirmaram que são objetivos fundamentais e responsabilidades comuns e compartilhadas na região, a superação da pobreza e, em particular, sua erradicação, mediante a criação de melhores condições de acesso à alimentação, a saúde, a educação, o emprego, o turismo e a recreação mediante uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento.

Reconheceram a importância da Educação como um meio para reivindicar a dignidade do ser humano e de eliminar as barreiras do conhecimento, pelo qual reiteraram seus compromissos de apoiar as ações que realizam as Universidades do Estado Bolívar – Universidad Nacional Experimental de Guayana (UNEG) e do Estado de Roraima – Universidade Estadual de Roraima (UERR) no marco do Acordo Interinstitucional assinado em 20 de junho de 2007.

Entendem que os Estados de Bolívar e Roraima são a porta de entrada ao MERCOSUL



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Reafirmaram a vontade política de cooperar em todas as áreas permitidas pelas respectivas legislações e de comum interesse para os Estados signatários.

Para conseguir alcançar os objetivos estabelecidos na presente Declaração, assinaram três (3) Memorandos de Entendimento nas áreas de agricultura, saúde e capacitação de pessoal na área policial, como uma forma de propiciar o desenvolvimento de programas e projetos específicos relacionados com:

1. Desenvolvimento e fortalecimento do setor agropecuário.
2. Intercâmbio de experiências na área tecnológica e científica para a prevenção, controle e erradicação de doenças endêmicas e epidemiológicas que afetam às populações de ambos estados.
3. Promoção da cooperação mediante cursos de especialização policial, proteção civil, administração de desastre, para a capacitação, adestramento e especialização profissional dos corpos policiais de ambos Estados.

Ao termino de sua visita, o Governador do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil agradeceu ao povo e à Governadoria do Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela por sua hospitalidade e as múltiplas atenções recebidas durante sua visita.



FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
Governador do Estado Bolívar da
República Bolivariana de Venezuela

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil

ANEXO R - Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica na Área Agrícola entre o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil. Puerto Ordaz, 03 de outubro de 2007



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

MEMORÁNDUM DE ENTENDIMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA NA ÁREA AGRÍCOLA ENTRE O ESTADO BOLÍVAR DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA E O ESTADO DE RORAIMA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Entre o **ESTADO BOLÍVAR** da República Bolivariana de Venezuela e o **ESTADO DE RORAIMA** da República Federativa do Brasil, doravante denominados "as Partes".

CONSIDERANDO que ambos estados apresentam territórios limítrofes com condições agroclimáticas similares;

EM VISTA que a atividade agrícola está associada a aspectos de segurança alimentar, constituindo um direito de âmbito internacional como direito fundamental à vida de todo ser humano, devendo ser estendida essa garantia de atendimento até as zonas mais longínquas e limítrofes dos estados;

RECONHECENDO que no Estado de Roraima da República Federativa do Brasil a agropecuária está desenvolvendo-se através da utilização de modernas técnicas e que o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela, apresenta grandes potencialidades para o desenvolvimento agropecuário devido a suas condições de solo e clima;

CONSIDERANDO que para conseguir o desenvolvimento integral da agricultura é necessário compartilhar um apoio mútuo baseado nas potencialidades de cada um, quanto aos avanços científicos e tecnológicos em garantia do direito à alimentação;

CONSIDERANDO que o presente Memorandum de Entendimento significa a continuação do processo de cooperação técnica e transferência de tecnologia em matéria agrícola que se levam adiante no atual momento entre as autoridades de ambos estados;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

As partes acordam celebrar o presente Memorandum de Entendimento sob os seguintes termos:

ARTIGO PRIMEIRO: O presente Memorandum de Entendimento tem por objeto dar início às atividades de intercâmbio de experiências entre as Partes, na área agropecuária com a participação direta da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como representante do Estado de Roraima e a Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Agroindustrial, como representante do Estado Bolívar, para o desenvolvimento e fortalecimento do setor agropecuário em ambos estados. A inclusão de outros organismos ou instituições nas atividades programadas no marco do presente Memorandum de Entendimento deverá ser canalizada, autorizada e supervisionada diretamente por cada Secretaria, de acordo com os ordenamentos jurídicos de cada país.

ARTIGO SEGUNDO: As Partes planejarão e executarão projetos de intercâmbio de experiências na área, tendo que avaliar a adaptabilidade, validação e sustentabilidade de novas tecnologias em ambas as regiões.

ARTIGO TERCEIRO: As Partes acordam que toda atividade de caráter inovador realizada no marco do presente Memorandum de Entendimento deverá ser consultada e aprovada previamente pelos ministérios e organismos centralizados segundo sua competência e dar cumprimento pleno às normas e legislação vigente que regem cada país.

ARTIGO QUARTO: As Partes, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Agroindustrial do Estado Bolívar e da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Roraima, comprometem-se a aportar toda a logística, pessoal e demais recursos necessários, para garantir o êxito das diferentes provas.

ARTIGO QUINTO: Para o alcance do objeto do presente Memorandum de Entendimento as Partes realizarão mesas de trabalho para determinar as áreas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

GOVERNO DE RORAIMA
"Amuzônia: Patrimônio dos Brasileiros"

de intercâmbio de experiências com potencial para serem desenvolvidas de maneira complementar entre ambas as Partes, com a intenção de aproveitar as experiências de cada um.

ARTIGO SEXTO: As Partes, através da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Roraima e da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Agroindustrial do Estado Bolívar, da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana de Venezuela, respectivamente, comprometem-se a realizar reuniões trimestrais, com a participação de seus representantes nos respectivos estados, a fim de realizar intercâmbio de informação de interesse comum, bem como avaliar o cumprimento dos termos do presente Memorandum de Entendimento.

ARTIGO SÉTIMO: Os investimentos ou gastos que forem ocasionados em atendimento ao previsto nos termos acordados, bem como, os que sejam gerados e não se tenham mencionado neste documento, serão custeados por cada estado de acordo as suas respectivas legislações.

ARTIGO OITAVO: Qualquer dúvida ou controvérsia que possa surgir da interpretação ou aplicação do presente Memorandum Entendimento, será resolvida através da negociação direta entre as partes.

ARTIGO NONO: O presente Memorandum Entendimento poderá ser emendado por mútuo consentimento entre as Partes, sendo que as emendas entrarão em vigor na forma em que as Partes as acordaram.

ARTIGO DÉCIMO: O presente Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá uma duração de um (1) ano prorrogável por períodos iguais, salvo que uma das Partes comunique à outra, sua intenção de não o prorrogar, com um mínimo de trinta (30) dias de antecipação a data de sua expiração.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Qualquer das Partes poderá dar por encerrado, em qualquer momento, o presente Memorandum de Entendimento, mediante prévio aviso por escrito à outra Parte. O encerramento sortirá efeitos aos trinta (30) dias de recebida a comunicação.

O encerramento do presente Memorandum de Entendimento não afetará o desenvolvimento dos programas e/ou projetos acordados pelas Partes, os quais continuarão em execução, a não ser que as Partes acordem o contrário.

Assinado no município Caroní do Estado Bolívar, aos três (03) dias do mês de outubro de dois mil sete (2007), em dois (2) exemplares originais redigidos em idioma castelhano e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
Governador do Estado Bolívar da
República Bolivariana de Venezuela

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil

ANEXO S - Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica na Área de Saúde entre o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil. Puerto Ordaz, 03 de outubro de 2007



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

MEMORANDUM DE ENTENDIMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA NA ÁREA DE SAÚDE ENTRE O ESTADO BOLÍVAR DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA E O ESTADO DE RORAIMA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Entre o ESTADO BOLÍVAR da República Bolivariana de Venezuela e o ESTADO DE RORAIMA da República Federativa do Brasil, em adiante denominados "as Partes".

CONSIDERANDO que o serviço de saúde é de interesse público e eminentemente social, constituindo um direito de âmbito internacional como direito fundamental à vida de todo ser humano, devendo garantir-se um atendimento integral e sanitário estendida até as zonas mais longínquas e limítrofes dos estados;

EM VISTA de que o Estado do Roraima da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela, possuem territórios limítrofes que apresentam diversos problemas de doenças endêmicas, requerendo um esforço da assistência sanitária, tomando em conta a extensão territorial que dificulta a assistência imediata e direta das patologias que apresentam os cidadãos de ambos estados;

RECONHECENDO que para conseguir o desenvolvimento integral da saúde nos respectivos estados, é necessário compartilhar um apoio mútuo baseado nas potencialidades de cada um, quanto aos avanços científicos e tecnológicos em garantia do direito à saúde;

CONSIDERANDO que o presente Memorandum de Entendimento significa a continuação do processo de cooperação assistencial sanitária que se leva adiante no atual momento, entre as autoridades de ambos estados;

As partes acordam celebrar o presente Memorandum de Entendimento sob os seguintes termos:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOBIERNO DEL ESTADO
 BOLIVAR

GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ARTIGO PRIMEIRO: O presente Memorandum de Entendimento tem por objeto o intercâmbio de experiências nas áreas tecnológica e científica para a prevenção, controle e erradicação de doenças endêmicas e epidemiológicas que afetam às populações de ambos estados.

ARTIGO SEGUNDO: Para o alcance do objeto do presente Memorandum de Entendimento as Partes acordam a impulsionar campanhas bilingües de maneira conjunta, em promoção da saúde e prevenção de doenças endêmicas que afetam à população dos estados signatários, sujeitando-se aos ordenamentos jurídicos de cada país.

ARTIGO TERCEIRO: As partes desenharão e implementarão um sistema de referência e contra-referência único, em ambos os idiomas, que contenha os dados dos pacientes atendidos por ambos estados.

ARTIGO QUARTO: As Partes, através das Secretarias de Saúde dos Estados de Roraima e Bolívar, da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana de Venezuela, respectivamente, comprometem-se a realizar reuniões trimestrais, com a participação de seus representantes nos respectivos estados, a fim de realizar intercâmbio de informação de interesse comum, bem como avaliar o cumprimento dos termos do presente Memorandum de Entendimento.

ARTIGO QUINTO: Os investimentos ou gastos que forem ocasionados em atendimento ao previsto nos termos acordados, bem como, os que sejam gerados e não se tenham mencionado neste documento, serão custeados por cada Parte de acordo as suas respectivas legislações.

ARTIGO SEXTO: Qualquer dúvida ou controvérsia que possa surgir da interpretação ou aplicação do presente Memorandum de Entendimento será resolvida através da negociação direta entre as partes.



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ARTIGO SÉTIMO: O presente Memorandum de Entendimento poderá ser emendado por mútuo consentimento entre as partes, sendo que as emendas entrarão em vigor na forma em que as partes as acordaram.

ARTIGO OITAVO: O presente Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá uma duração de um (1) ano prorrogáveis por períodos iguais, salvo que uma das Partes comunique à outra, sua intenção de não o prorrogar, com um mínimo de trinta (30) dias de antecipação à data de sua expiração.

Qualquer das Partes poderá dar por encerrado, em qualquer momento, o presente Memorandum de Entendimento, mediante prévio aviso por escrito à outra Parte. O Encerramento sortirá efeitos aos trinta (30) dias de recebida a comunicação.

O encerramento do presente Memorandum de Entendimento não afetará o desenvolvimento dos programas e/ou projetos acordados pelas Partes, os quais continuarão em execução, a não ser que as Partes acordem o contrário.

Assinado no município Caroní do Estado Bolívar, aos três (03) dias do mês de outubro de dois mil sete (2007), em dois (2) exemplares originais redigidos em idioma castelhano e português, sendo ambos textos igualmente autênticos.



FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
Governador do Estado Bolívar da
República Bolivariana de Venezuela

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil

**ANEXO T - Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica na Área de Segurança Pública entre o Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela e o Estado de Roraima da República Federativa do Brasil.
Puerto Ordaz, 03 de outubro de 2007**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR

GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

MEMORANDUM DE ENTENDIMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA ENTRE O ESTADO BOLÍVAR DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA E O ESTADO DE RORAIMA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Entre o ESTADO BOLÍVAR da República Bolivariana de Venezuela e o ESTADO DO RORAIMA da República Federativa do Brasil, em diante denominados "as Partes".

CONSIDERANDO que existem elementos comuns de segurança por ser estados fronteiriços, que podem afetar a ordem pública dos estados e que requerem a homologação das práticas e procedimentos policiais;

EM VISTA que a segurança é de ordem pública e eminentemente social, constituindo um direito de âmbito internacional como direito fundamental à vida de todo ser humano;

RECONHECENDO que para obter o desenvolvimento integral dos respectivos estados, é necessário compartilhar um apoio mútuo baseado nas potencialidades de cada um, quanto aos avanços científicos e tecnológicos para fortalecer a segurança pública contribuindo à melhora da qualidade de vida dos cidadãos;

CONSIDERANDO que o presente Memorandum de Entendimento significa a continuidade do processo de cooperação que se leva adiante no atual momento entre as autoridades de ambos estados;

As partes acordam celebrar o presente Memorandum de Entendimento sob os seguintes termos:

ARTIGO PRIMEIRO: O presente Memorandum de Entendimento tem por objeto promover a cooperação entre as Partes, mediante cursos de especialização policial, proteção civil, administração de desastre, para a capacitação, adestramento e especialização profissional dos corpos policiais de cada uma das Partes. Ditos cursos deverão ser realizados de acordo às diretrizes que em



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

matéria policial ditam os organismos nacionais competentes de Venezuela e Brasil.

ARTIGO SEGUNDO: Os primeiros cursos de interesse para o Estado Bolívar são: Promotor de Polícia Comunitária (05 cotas por curso), Técnicas de Investigação Criminosa (10 cotas por curso), Multiplicador de Polícia Comunitária (10 cotas por curso), Gerenciamento de Crise (10 cotas por curso), Direitos Humanos (10 cotas por curso), Defesa Pessoal (10 cotas por curso), Negociação (02 cotas por curso), Inteligência Policial (10 cotas por curso), Táticas Especiais (02 cotas por curso).

ARTIGO TERCEIRO: O Governo do Estado de Roraima oferecerá transporte, hospedagem e alimentação durante a permanência dos participantes no estado de Roraima para sua capacitação.

ARTIGO QUARTO: Os cursos de interesse para o Estado de Roraima são: Sala Situacional e Gestão de Risco, Atendimento de Emergências com Materiais Perigosos, Busca e Resgate em Selva, Evacuações Aero Médicas em Aviões Pressurizados e não Pressurizados, e Suporte de Vida Pré-Hospitalar em Pacientes Traumatizados, sendo que serão oferecidos até 30 vagas por cada um dos cursos assinalados.

ARTIGO QUINTO: O Governo do Estado Bolívar oferecerá inicialmente, a partir do mês de Outubro do presente ano, cursos de Proteção Civil e Administração de Desastres aos profissionais dos Órgãos de Segurança do Estado de Roraima, como cooperação.

ARTIGO SEXTO: O Governo do Estado Bolívar oferecerá transporte, hospedagem e alimentação, durante a permanência dos participantes no Estado Bolívar, em ocasião dos referidos cursos.

ARTIGO SÉTIMO: Ambas as Partes se comprometem em continuar com a capacitação dos Corpos de Segurança Pública, de acordo com suas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

necessidades através dos Cursos Acadêmicos para o fortalecimento da formação policial, sendo que todos os gastos que ocasionem os mesmos serão sufragados por cada Parte quando se realizem em sua área geográfica.

ARTIGO OITAVO: As Partes, através das Secretarias de Segurança dos Estados de Bolívar e Roraima, da República Bolivariana de Venezuela e da República Federativa do Brasil, respectivamente, comprometem-se a realizar reuniões semestrais, entre representantes das polícias de cada uma das Partes, com a finalidade de intercambiar informações técnicas e tecnológicas, bem como avaliar o cumprimento dos termos do presente Memorandum de Entendimento.

ARTIGO NONO: Os investimentos ou gastos que forem ocasionados em atendimento ao previsto nos termos acordados, assim como, os que sejam gerados e não foram mencionados neste Memorandum de Entendimento, serão custeados por cada uma das Partes de acordo as suas respectivas legislações.

ARTIGO DÉCIMO: Qualquer dúvida ou controvérsia que possa surgir da interpretação ou aplicação do presente Memorandum de Entendimento será resolvida através da negociação direta entre as partes.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO: O presente Memorandum de Entendimento poderá ser emendado por mútuo consentimento entre as partes, sendo que as emendas entrarão em vigor na forma em que as partes as acordaram.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO: O presente Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá uma duração de um (1) ano prorrogável por períodos iguais, salvo que uma das Partes comunique à outra, sua intenção de não o prorrogar, com um mínimo de trinta (30) dias de antecipação à data de sua expiração.

Qualquer das Partes poderá dar por encerrado, em qualquer momento, o presente Memorandum de Entendimento, mediante prévio aviso por escrito à



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



outra Parte. O encerramento sortirá efeitos aos trinta (30) dias de recebida a comunicação.

O encerramento do presente Memorandum de Entendimento não afetará o desenvolvimento dos programas e/ou projetos acordados pelas Partes, os quais continuarão em execução, a não ser que as Partes acordem o contrário.

Assinado no município Caroní do Estado Bolívar, aos três (03) dias do mês de outubro de dois mil sete (2007), em dois (2) exemplares originais redigidos em idioma castelhano e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil

ANEXO U - Ata do VI Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar. Boa Vista, 26 de fevereiro de 2008



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



ATA DO VI ENCONTRO DE GOVERNADORES – RORAIMA/BOLÍVAR

Na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, República Federativa do Brasil, no dia 26 de fevereiro de 2008, reuniram-se os Governadores dos Estados de Roraima e Bolívar com suas respectivas comitivas para cumprirem a agenda do VI Encontro de Governadores Roraima/Bolívar.

Comitiva de Bolívar: Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Bolívar da República Bolivariana da Venezuela - General Francisco Rangel Gómez; Diretora da Consultoria Jurídica - Maria Arias; Secretária de Educação - Briceida Quinonez; Secretário de Segurança - Efrén Hernández; Secretário em Exercício de Agricultura - Orlando Rivas;

Comitiva de Roraima: Excelentíssimo Senhor Governador de Roraima da República Federativa do Brasil - Engenheiro José de Anchieta Junior; Secretária do Trabalho e Bem Estar Social - Marluce Moreira Pinto; Secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais - Sergio Pillon Guerra; Secretário Chefe da Casa Civil - João Bezerra Magalhães; Secretário Extraordinário de Tecnologia de Informação - Carlos Roberto; Secretário de Educação, Cultura e Desporto - Luciano Moreira; Secretária de Saúde - Eugenia de Moura Glauco; Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Rodolfo Pereira; Secretário de Fazenda - Antônio Leocádio Vasconcelos Filho; Secretário de Planejamento e Desenvolvimento - Haroldo Eurico Amoras dos Santos; Secretário Chefe da Casa Militar - Edison Prola; Secretário de Segurança Pública - Gerson Chagas; Comandante da Polícia Militar - Márcio Santiago; Diretor da Academia da Polícia Integrada - Jairo Francisco Moura Elgaly; Procurador Geral do Estado - Luciano Alves Queiroz; Diretor da Universidade Virtual de Roraima - Adjalmo Abad; Reitor da Universidade Estadual de Roraima - Raimundo Nonato Sabóia Vilarins.

O Governador Francisco Rangel Gómez e sua comitiva foram recepcionados pelo Governador de Roraima - Engenheiro José de Anchieta Júnior e comitiva no Aeroporto Internacional de Boa Vista. Logo após foi feita uma visita ao túmulo onde se encontra sepultado o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto no Cemitério Nossa Senhora da Conceição. Após a visita ao cemitério os governadores e suas respectivas comitivas se dirigiram ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção - 6º BEC, onde foi feita uma homenagem ao Libertador Simón Bolívar, oportunidade em que o Governador do Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela - General Francisco Rangel Gómez fez a doação ao 6º BEC de uma tela do artista plástico Cardoso. Na oportunidade fizeram uso da palavra o Governador de Bolívar - General Francisco Rangel Gomes e o Comandante do 6º BEC - Coronel Mário Brasil do Nascimento, sendo que ambos destacaram o papel histórico do



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

libertador Simon Bolívar e as justas homenagens concedidas a esse libertador com a designação de seu nome ao 6º BEC bem como a fixação de uma bela obra de arte com seu busto na entrada principal do 6º Batalhão de Engenharia e Construção Simón Bolívar. Logo após a solenidade foi oferecido pelo Comandante do 6º BEC um almoço as comitivas dos dois Estados.

Após o almoço os dois governadores e suas comitivas voltaram a se encontrar às 15h30min no Palácio Senador Helio Camps para uma reunião de trabalho, na sala de despacho, onde foram expostas idéias e diretrizes políticas para aprofundar as ações de integração entre Roraima e Bolívar, bem como abordados os seguintes pontos:

- a) A importância da continuidade e ampliação das parcerias Roraima/Bolívia (atuais: agricultura, saúde, educação, segurança; em análise: turismo, cultura, desporto, comunicação, ciência e tecnologia, informações sócio-econômicas etc) – legado deixado pelo Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto;
- b) Importância da Integração Brasil/Venezuela para as economias de Roraima e Bolívar, especialmente com a efetivação da Venezuela no MERCOSUL (trabalho do Governo junto à base parlamentar para aprovação da matéria no Congresso Nacional);
- c) Redução da burocracia especialmente em relação à agilização na liberação dos permissos fitossanitários e de guias de mobilização de madeira, através da descentralização desses procedimentos para a fronteira Brasil/Venezuela (Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairen) permitindo assim o aumento dos fluxos econômicos (importações e exportações);
- d) Dispensa da exigência de passaporte nos Estados Fronteiriços (Roraima/Bolívia), medida essa que irá estimular o desenvolvimento do turismo regional transfronteiriço (essa medida tinha sido acertada para acontecer por ocasião da inauguração da II Ponte sobre o rio Orinoco);
- e) Autorização para o comércio fronteiriço com transações em moeda nacional;
- f) Melhoria da infra-estrutura aduaneira na fronteira Brasil/Venezuela, especialmente do lado brasileiro e reforço dos quadros de pessoal, principalmente em alta temporada, nas duas aduanas;
- g) Abertura da fronteira Brasil/Venezuela, 24 horas;
- h) Viabilização da integração aérea entre os Estados de Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela);



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

- i) Integração dos Sistemas de Comunicação por fibra Óptica entre os Estados de Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela), viabilizando desta forma uma maior cooperação entre os dois Estados;
- j) Implantação de Sistema Informatizado para troca de informações entre estados fronteiriços nos setores de saúde, educação, segurança e indústria, comércio e serviços;
- l) Implantação de infra-estrutura urbana nas sedes dos municípios de Pacaraima/Brasil e Santa Elena de Uairén/Venezuela (deve ser considerado o cartão de visita para os turistas que entram nos dois países pela fronteira Brasil/Venezuela (Pacaraima/Santa Elena de Uairén)).
- m) Complementação da matriz energética, com a viabilização do arrojado projeto do gasoduto do sul; (irá beneficiar inicialmente o sul da Venezuela e o norte do Brasil, especialmente os Estados de Bolívar e Roraima);
- n) Parceria entre Roraima e Bolívar para a implantação de um Centro Integrado Binacional (centro de convenções, oficinas de teatro, dança, realização de feiras, shows, mostras, atendimento aos turistas, etc) na fronteira Brasil/Venezuela;
- o) Estruturação do Campus da Universidade Estadual de Roraima em Pacaraima, para atender a demanda de estudantes venezuelanos e da Universidade Nacional Experimental de Guayana, em Santa Elena de Uairén, para atender a demanda de estudantes brasileiros;
- p) Compatibilização dos tempos médios de despacho aduaneiro (liberação das cargas – importação e exportação) nas aduanas de Pacaraima/Brasil e Santa Elena de Uairén/Venezuela (cobrar das autoridades federais a operacionalização dessa proposição tratada na última reunião da ANTT e INTTT);
- q) Apoio a formação de capital intelectual nos estados de Roraima/Brasil e Bolívar/Venezuela, através do financiamento de cursos de mestrado e doutorado nas áreas estratégicas para o desenvolvimento e integração fronteiriça, envolvendo estudantes brasileiros e venezuelanos;
- r) Implantação de agências bancárias oficiais e casas de câmbio em Pacaraima/Brasil e Santa Elena de Uairén/Venezuela;
- s) Viabilizar financiamentos para projetos empresariais privados de interesse ao desenvolvimento das economias dos estados fronteiriços (Roraima-Bolívar), especialmente uma planta de fósforo e a ampliação da planta de calcário agrícola em Upata e a construção de um porto multipropósito em Puerto Ordaz (Estado Bolívar – Venezuela);



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

t) Corredor Turístico Amazonas – Caribe (Roraima/Bolívar) com promoção conjunta de eventos e material de divulgação, melhoria das condições de segurança e de infra-estrutura, etc;

Em seguida os governadores e comitivas se dirigiram para a sala de reuniões, onde concederam uma entrevista coletiva (rodada de imprensa).

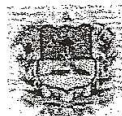
Logo após o término da entrevista coletiva, os governadores e as respectivas comitivas se dirigiram ao salão nobre do Palácio Senador Hélio Campos para a abertura do VI Encontro de Governadores Roraima / Bolívar, onde se encontravam presentes secretários, políticos, empresários, funcionários públicos e outras autoridades.

I Parte - Abertura

Abertura com os Hinos da Venezuela e do Brasil

Palavras do Excelentíssimo Governador do Estado Bolívar da República Bolivariana da Venezuela - General Francisco Rangel Gómez, que agradeceu as boas-vindas e a acolhida calorosa do Governador de Roraima – Engenheiro José de Anchieta Junior, oportunidade em que expressou seus sentimentos pela irreparável perda do grande homem público – Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, dizendo que essa verdadeira integração que juntos buscavam desde o I Encontro de Governadores Roraima – Bolívar, realizado em Boa Vista-RR em 17 e 18 de abril de 2006, que deu origem as parcerias nas áreas de educação, saúde, segurança e agricultura, bem como na articulação junto aos governos centrais para reduzir a burocracia que emperra o aumento dos fluxos econômicos entre os dois estados fronteiriços e conseqüentemente os avanços no processo de integração social e cultural, citando o memorável encontro no Palácio Miraflores com o Presidente da Venezuela Hugo Chaves Frias e posteriormente a realização de mais 04 Encontros de Governadores Roraima-Bolívar, além do Encontro de Governadores da Frente Norte do MERCOSUL realizado em Belém-PA, em Dezembro de 2007, que contou com a presença do Presidente do Brasil Luiz Ignácio Lula da Silva, tem que ter continuidade com muito mais força, como forma de homenageá-lo, pois o Brigadeiro Ottomar em seus ideais, com visão de estadista buscava o melhor para nossos povos irmãos que ocupam essas regiões fronteiriças.

Palavras do Excelentíssimo Governador do Estado de Roraima - Engenheiro José de Anchieta Junior, inicialmente disse que nessa primeira participação como Governador de Roraima, queria afirmar e garantir ao Governador Francisco Rangel Gómez, que iria continuar essa obra de integração, resultado da arquitetura e da engenharia de Vossa Excelência e do Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, inspirados no libertador Simón Bolívar, que pregava: unión, unión, o la anarquía os devorará (união, união, ou a anarquia nos devorará). Foi isso, Governador



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Rangel, que Vossa Excelência e o Brigadeiro Ottomar fizeram nos últimos três anos: uniram forças para vencer a burocracia, a distância e o ceticismo. Sabemos, porém que temos muito a fazer para compensar o tempo que as nossas regiões fronteiriças estiveram relegadas a um segundo plano. A Venezuela como sócia do MERCOSUL avança no seu processo de integração comercial com o Brasil e nós que moramos na fronteira precisamos trabalhar para que essa integração se estenda para além de Caracas e de São Paulo. Por isso, Vossa Excelência e o Brigadeiro Ottomar estiveram em Belém, na reunião dos governadores, em dezembro do ano passado, para tratar do eixo norte do MERCOSUL, defendendo os interesses de Roraima e de Bolívar. Naquela ocasião, percebemos com clareza que Roraima e Bolívar estão bem à frente dos demais estados da região nesse esforço de integração das nossas fronteiras. Podemos avançar mais, articulando uma grande parceria envolvendo as três esferas de governo dos nossos países: municipal, estadual e federal. Mas, enquanto isso não acontece de forma plena, vamos continuar no nosso esforço de cooperação, fazendo o que estiver ao nosso alcance. Eu diria Governador Rangel, que Vossa Excelência e o Brigadeiro Ottomar estabeleceram pontes que nos permitirão construir, de forma solidária, a prosperidade de nossos povos serenos e justos. Afinal Vossas Excelências sempre destacaram com ênfase a idéia bolivariana de que quando o povo, por meio da instrução, sabe quais são os seus deveres e direitos, então teremos consolidado a República. Para concluir, aproveitando a presença de lideranças empresariais, políticas e da imprensa, o Governador de Roraima – José de Anchieta Junior fez um relato sobre todos os tópicos discutidos na reunião de trabalho realizada em seu gabinete, no início da tarde, entre os dois Governadores e Secretários, conforme detalhado acima.

II PARTE – Reunião Técnica

Deu-se início aos relatos sobre as realizações dos trabalhos e seus avanços bem como suas perspectivas para o futuro das seguintes áreas: Educação, Segurança e Agricultura e Saúde conduzida pelo Secretário para Assuntos Internacionais - Sérgio Pillon Guerra. Após a manifestação de todos os secretários e dos comentários de ambos os Governadores sobre cada tema apresentado, foi concedida à palavra a Secretária do Trabalho e Bem Estar Social - Marluce Moreira Pinto para expor as experiências bem sucedidas e os projetos em andamento a cargo de sua Secretaria. A Secretária apresentou os principais projetos que estão em desenvolvimento na sua secretaria e expressou seu interesse em participar das próximas reuniões, deixando expresso, o agradecimento ao Governador do Estado Bolívar da República Bolivariana da Venezuela – General Francisco Rangel Gómez pela sua iniciativa em fazer uma visita ao tumulo do ex-governador Ottomar de Sousa Pinto. Dando continuidade aos trabalhos, foi dada oportunidade para manifestação de um representante do setor privado Sr. Laerte Oestreicher – Vice - Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria de Roraima. Na oportunidade o empresário teceu vários comentários e apresentou sugestões para melhorar a integração comercial Brasi/Venezuela,



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Autonomia: Patrimônio dos Brasileiros"

especialmente entre os Estados de Roraima e Bolívar. Solicitou apoio do Governador de Bolívar para que interceda junto às autoridades competentes da Venezuela no sentido de que seja reduzida a burocracia nas aduanas da fronteira Brasil/Venezuela, especialmente com a necessidade de descentralizar para a Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairen a autonomia para emissão das guias de mobilização de madeira e dos permisos fitossanitários. Reclamou e pediu providências quanto a excesso de fiscalização de turistas e cargas nas diversas alcabalas ao longo da troncal 10 (Santa Elena de Uairén a Puerto Ordaz), da falta de regra clara quanto a aceite de fiança bancária e dispensa de acompanhamento de guardas para cargas em trânsito em território venezuelano. Solicitou também maior agilidade por parte da aduana venezuelana no processo de despacho aduaneiro, compatibilizando com os tempos médios adotados pela aduana brasileira. Após essas colocações do representante das classes empresariais, os Governadores de Roraima e Bolívar fizeram uso da palavra, oportunidade em que teceram comentários sobre os pontos levantados assumindo compromissos de empenharem-se junto às autoridades nacionais dos dois países no sentido de solucionar tais entraves que estão dificultando o aumento dos fluxos econômicos entre os dois Estados / Países. Em seguida o Governador de Roraima Engenheiro José de Anchieta Júnior, agradeceu a presença de todos e deu por encerrado o VI Encontro de Governadores Roraima – Bolívar.

Assinam esta Ata em duas vias de igual forma e teor, nos idiomas espanhol e português, na Capital Boa Vista do Estado de Roraima da Republica Federativa do Brasil, no dia 26 do mês de fevereiro de 2008.

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Governador do Estado de Roraima
República Federativa do Brasil

FRANCISCO RANGEL GÓMEZ
Governador do Estado Bolívar
República Bolivariana da Venezuela

**ANEXO V - Declaração Conjunta dos Governadores dos Estados de Roraima da República Federativa do Brasil e de Bolívar da República Bolivariana da Venezuela.
Boa Vista, 26 de fevereiro de 2008**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS GOVERNADORES DOS ESTADOS DE RORAIMA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DE BOLÍVAR DA REPUBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA.

Os Governadores dos Estados de Roraima da República Federativa do Brasil e de Bolívar da República Bolivariana da Venezuela, reunidos na Capital Boa Vista do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil, no dia 26 de Fevereiro de 2008, no marco do “VI Encontro de Governadores Roraima/Bolívar” com o propósito de estreitar e intensificar os vínculos de amizade e integração entre os estados fronteiriços comprometeram-se a intensificar a cooperação entre os dois estados objetivando estreitar cada vez mais os laços sociais, culturais e econômicos sobre a base dos princípios da solidariedade e fraternidade, enaltecendo os grandes avanços e resultados já alcançados nesse processo de cooperação que teve início por ocasião da realização do I Encontro de Governadores – Roraima/Bolívar, em 17 de Abril de 2006.

Tendo em vista que ambos Estados apresentam territórios limítrofes com condições socioeconômicas similares, e convictos de que a integração de ações culturais, desportivas, de turismo, bem como conhecimento das informações sócio-econômicas de ambos os estados e países são fundamentais para o desenvolvimento de ações que estão sendo levadas adiante neste momento por ambos governos;

Certos de que para conseguir o desenvolvimento integral é necessário compartilhar um apoio mútuo baseado nas potencialidades de cada Estado, quanto aos avanços científicos e tecnológicos, especialmente no primeiro momento, conhecendo as potencialidades de cada um e seus indicadores econômicos e sociais;

Reafirmaram a importância da continuidade do processo de cooperação técnica e transferência de tecnologia em matéria agrícola, de segurança, saúde, educação entre os Estados de Roraima e Bolívar, bem como demonstraram interesse na ampliação das parcerias para áreas de cultura, desporto, turismo e estatística.

A presente Declaração Conjunta define como prioridade a ampliação da cooperação entre os dois governos, tendo como plataforma:

1. O intercâmbio de informações sócio-econômicas com a participação direta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e da Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DO ESTADO
 BOLÍVAR

GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

como representantes do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico como representante do Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela, para subsidiar e auxiliar a implementação de ações no sentido de desenvolver e fortalecer os setores sócio-econômicos de ambos Estados. Para tanto deverão planejar e executar projetos de integração de bancos de dados com informações sócio-econômicas regionais e se possível nacionais com objetivo de ampliar os conhecimentos destas informações de ambas as regiões (Roraima e Bolívar) e países (Brasil e Venezuela) que certamente serão muito importantes para o suporte de novos investimentos por parte de empresários interessados em fazer uma busca de informações para decidir onde irão instalar seus novos negócios.

2. O intercambio cultural e desportivo entre os dois Estados fronteiriços, através da definição de um calendário integrado anual de eventos com a participação de representação de ambos os estados em cada um deles, com a participação direta da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto, através de seus departamentos de Cultura e Desporto, respectivamente, e da Secretaria Extraordinária de Promoção Humana e Desenvolvimento como representantes do Estado de Roraima da Republica Federativa do Brasil e da Secretaria de Educação como representante do Estado Bolívar da Republica Bolivariana de Venezuela. Para tanto deverão planejar e executar projetos de integração cultural e desportiva com objetivo de ampliar os laços sociais e culturais dos povos irmãos de Roraima e Bolívar;
3. O intercambio de experiências na área do turismo, através da promoção conjunta de eventos, divulgação de material bilíngüe, capacitação de pessoal etc, com a participação direta da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, através de seu Departamento de Turismo, como representante do Estado de Roraima da Republica Federativa do Brasil e da Secretaria de Turismo como representante do Estado Bolívar da Republica Bolivariana de Venezuela. Para tanto deverão planejar e executar projetos de integração turística com objetivo de ampliar as oportunidades de negócios no setor, bem como os laços de amizade e fraternidade entre Roraima e Bolívar.

As Secretarias de ambos os Estados responsáveis pelas áreas de Cultura, Desporto, Turismo e Estatística (informações sócio-econômicas) deverão aportar toda a logística, pessoal e demais recursos necessários, para garantir o êxito da implementação dos objetivos definidos nesta Declaração Conjunta.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DO ESTADO
BOLIVAR

GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Gestores das áreas definidas como prioritárias para cooperação entre os dois Estados, ou seja, Cultura, Desporto, Turismo, Estatística (informações sócio-econômicas), ou técnicos por eles designados, comprometem-se a realizar reuniões trimestrais, nos respectivos Estados, a fim de avaliar e aperfeiçoar o intercâmbio previsto nesta Declaração Conjunta.

Os investimentos ou gastos que forem ocasionados em atendimento ao previsto nesta Declaração Conjunta serão custeados, de forma igualitária, por cada estado, de acordo as suas respectivas legislações.

Ao termino de sua visita o Governador do Estado Bolívar da República Bolivariana de Venezuela, General Francisco Rangel Gómez, agradeceu ao Governador de Roraima, Engenheiro José de Anchieta Junior e toda sua equipe por sua hospitalidade e pelas múltiplas atenções recebidas durante sua visita.

Assinada na Capital Boa Vista do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil, no dia vinte e seis (26) do mês de fevereiro de dois mil e oito (2008), em dois (2) exemplares originais redigidos em idioma castelhano e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
Governador do Estado Bolívar
da República Bolivariana da Venezuela

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Governador do Estado de Roraima
da República Federativa do Brasil

ANEXO W - Ata do VII Encontro de Governadores Roraima/ Bolívar. Boa Vista, 21 de junho de 2008



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ATA DO VII ENCONTRO DE GOVERNADORES – RORAIMA/BOLÍVAR

Na cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, República Federativa do Brasil, no dia 21 de junho de 2008, reuniram-se os Governadores dos Estados de Roraima e Bolívar com suas respectivas comitivas para cumprirem a agenda do VII Encontro de Governadores Roraima/Bolívar.

Comitiva Venezuelana: Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Bolívar, da República Bolivariana da Venezuela - General Francisco Rangel Gómez; Primeira Dama e Presidente da Fundação da Criança do Estado Bolívar – Sra. Nídia Escobar de Rangel; Cônsul Geral de Primeira da Venezuela em Roraima – Lic. Lésbia Marina Rodriguez; Diretora da Consultoria Jurídica – Sra. Maria Arias; Secretária de Educação – Brizeida Quiñonez; Secretária de Desenvolvimento Agrícola e Agroindústria – Eng^a. Sobeida Sánchez; Secretário de Turismo e Meio Ambiente – Ecol. Ricardo José Aquino; Secretário de Cultura – Lic. Nestor Bolívar; Secretário de Segurança – Cel. Efren Hernández; Assessor da Coordenação de Cooperação do Ministério do Poder Popular de Relações Exteriores – Lic. Ricardo Rauseo; Assessor de Consultoria Jurídica do Ministério do Poder Popular de Relações Exteriores – Dr. Pedro Amato; Presidente da Câmara Venezuelana - Brasileira de Indústria e Comércio - Engenheiro Nelson Quijada; Diretor da Câmara Venezuelana - Brasileira de Indústria e Comércio – Francisco Fernandez Gonzalez; Chefe de Operações da Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén - Lic. Javier Conejo; Fiscal de Pátio da Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén – Lic. Argenes Alvarez.

Comitiva Brasileira: Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil - Engenheiro José de Anchieta Júnior; Primeira Dama e Secretária Extraordinária de Promoção Humana e Desenvolvimento – Shéridan de Anchieta; Secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais - Sérgio Pillon Guerra; Secretário de Educação, Cultura e Desporto - Luciano Moreira; Secretária de Saúde - Eugenia de Moura



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Glauco; Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Rodolfo Pereira; Secretário de Fazenda - Antônio Leocádio Vasconcelos Filho; Secretário de Planejamento e Desenvolvimento - Haroldo Eurico Amoras dos Santos; Secretário de Segurança Pública - Cláudio Lima; Diretor da Universidade Virtual de Roraima - Adjalmo Abad; Reitor da Universidade Estadual de Roraima - Raimundo Nonato Sabóia Vilarins; Diretor Presidente da Fundação de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - Daniel Gianluppi; Secretário - Chefe da Casa Civil - José Magalhães; Secretário Extraordinário de Tecnologia da Informação - Carlos Roberto Albuquerque Dias da Silva; Secretário Adjunto da Comunicação Social - Gustavo Abreu; Comandante da Primeira Brigada de Infantaria e Selva - General Elieser Monteiro Filho; Secretário de Incentivo e Fomento à Cultura do Ministério da Cultura - Roberto Nascimento; Coordenadora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em Roraima - Sandra Regina Alves de Oliveira; Chefe Geral da Embrapa - Francisco Joacir de Freitas Luz; Delegado Adjunto da Receita Federal do Brasil em Roraima - André Luís Spagnulo Andrade; Auditor da Receita Federal do Brasil em Roraima - José Silvino Fortunato Barreiro; Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima - Francisco Derval da Rocha Furtado; Presidente da Federação da Agricultura - Almir Moraes Sá; Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Guiana - Laerte Eloy Oestreicher; Presidente da Câmara Venezuelana - Brasileira de Comércio e Indústria - Eduardo Bayma Oestreicher; Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Pacaraima - Marelize Macuglia; Cônsul Honorário da República da Guiana em Roraima - Paulo do Vale Pereira Filho; entre outros: empresários, servidores públicos, militares, e imprensa.

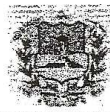
O Governador Francisco Rangel Gómez e sua comitiva foram recepcionadas pelo Governador do Estado de Roraima - Engenheiro José de Anchieta Júnior, e comitiva no Aeroporto Internacional de Boa Vista. Logo após, dirigiram-se a sala de despacho do Governo de Roraima, no Palácio Senador Hélio Campos, para uma reunião com seus assessores. Em seguida se dirigiram ao salão nobre do Palácio Senador Hélio Campos para a solenidade de abertura do VII Encontro de Governadores Roraima / Bolívar que foi feita pelo Governador de Roraima - Engenheiro José de Anchieta Junior, oportunidade em que deu as boas vindas a todos, fazendo uma referência especial ao Governador do Estado Bolívar - General Francisco Rangel Gómez e sua comitiva, destacando que em menos de quatro meses era a segunda vez



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



que o Governador de Bolívar estava em Roraima para participar de reuniões de trabalho. Logo em seguida convidou a todos para assistirem a apresentação do Hino Nacional da República Bolivariana da Venezuela e do Hino Nacional da República Federativa do Brasil, interpretado pelo coral da Associação Cultural Canarinhos da Amazônia. Dando continuidade foram apresentados também dois vídeos contando a história dos Estados de Bolívar e Roraima, bem como suas respectivas tradições culturais e potenciais econômicos e turísticos. Logo após essas apresentações, em cumprimento a pauta prevista para o VII Encontro de Governadores em seu item primeiro - Revisão e apresentação dos avanços registrados nos Memorandos de Entendimento e na Declaração Conjunta nas áreas de Saúde, Segurança, Agricultura, Educação e Turismo – o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, Engenheiro José de Anchieta Junior iniciou seu pronunciamento dizendo que era uma honra poder receber pela segunda vez, neste ano, em Roraima, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Bolívar – General Francisco Rangel Gómez e distinta comitiva. Como havia ressaltado no último encontro de Governadores Roraima-Bolívar, realizado no dia 26 de fevereiro de 2008, disse uma vez mais que queria continuar essa obra de integração, resultado da arquitetura e da engenharia de Vossa Excelência e do Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, que inspirados no libertador Simón Bolívar, nos últimos dois anos uniram forças para vencer a burocracia, à distância e o ceticismo. Queremos aproveitar dois momentos importantes que estamos presenciando e que diretamente impactarão positivamente em nossa região: a efetivação eminente da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL; e a recente conformação da União de Nações Sul-americanas – UNASUL. Assim gostaria de reafirmar meu entendimento sobre a formação desse novo e importante mercado. As economias do norte do Brasil, especialmente a de Roraima, têm uma vocação de complementaridade com as economias dos países andinos, amazônicos e caribenhos, se identificando mais fortemente em relação a seus costumes, cultura e realidade econômica, do que com as economias dos países platinos que atualmente formam, juntamente com o Brasil, o MERCOSUL (Uruguai, Paraguai e Argentina). Há muitos anos nosso estado de Roraima sonha e espera com ansiedade a ampliação desse bloco econômico (mercado comum do sul), idealizado para ser o eixo estruturante do processo de integração sul-americana, especialmente com a entrada da Venezuela e dos países da comunidade andina de nações (Colômbia, Peru, Equador e Bolívia), pois desde 1994, faz parte do MERCOSUL de direito, como parte da federação



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

brasileira, no entanto de fato ainda não desfruta de praticamente nenhum benefício do MERCOSUL "platino", pois está muito distante desse mercado e de sua realidade econômica. É necessário perceber que o MERCOSUL, tal como foi concebido e desenvolvido até o presente, não é um projeto do qual a região norte do Brasil faça parte integralmente, sendo antes um projeto que beneficia o sul e o sudeste brasileiros, tendo em vista as largas distâncias que separam nossa região, bem como o nível de desenvolvimento de nossa economia e as deficiências de infra-estrutura. A efetivação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL tornará o estado de Roraima o portal de integração desse novo MERCOSUL, com características mais amazônicas, andinas e caribenhas. Assim entendemos que a ampliação do MERCOSUL, inicialmente com a entrada da Venezuela, o norte do Brasil, especialmente o estado de Roraima e o sul da Venezuela, especialmente o estado Bolívar, terão a oportunidade de desfrutar dos benefícios que inspiraram à formação desse bloco, seja no aumento dos fluxos econômicos, com a melhoria das condições de vida da população, bem como na ampliação dos laços de irmandade entre seus povos. Importante ressaltar que os Presidentes Lula e Chávez tem priorizado a integração comercial entre os dois países, prova disso são os altos índices de crescimento do comércio bilateral entre Brasil e Venezuela. Em 2003 os fluxos econômicos entre os dois países eram de 883 milhões de dólares e em 2007 fechou em mais de cinco bilhões de dólares, representando um crescimento nesse período de 474%. Infelizmente Roraima e Bolívar participam muito pouco desse comércio. Nós que administramos estados fronteiriços precisamos trabalhar para que essa integração se estenda para além de Caracas e de São Paulo. Não podemos nos conformar, precisamos trabalhar fortemente para buscar uma maior participação de nossas economias regionais nesse processo, aproveitando as vantagens comparativas que nossa geografia nos oportunizou associada aos estímulos que os governos centrais e regionais estão colocando a disposição da classe produtora. Sabemos que Roraima e Bolívar estão bem avançados em relação aos demais estados da região norte nesse esforço de integração das nossas fronteiras. Podemos avançar mais, articulando uma grande parceria, envolvendo as três esferas de governo dos nossos países: municipal, estadual e federal. Mas, enquanto isso não acontece de forma plena, vamos continuar no nosso esforço de cooperação, fazendo o que estiver ao nosso alcance. Enfrentamos a deficiente infra-estrutura urbana fronteiriça com sistemas de comunicação precários e custos elevados de operação; ressentimo-nos da integração aérea



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

entre os dois estados fronteiriços; presenciamos a burocracia excessiva e o contingente reduzido de pessoal dos órgãos federais em nossas fronteiras. Além disso, as fronteiras não ficam abertas 24 horas. O fluxo de veículos e de pessoas não flui adequadamente. Importante destacar que em 2004, Brasil e Peru firmaram acordo para que seus nacionais possam circular em seus territórios sem necessidade de passaporte. Em 2007 o Brasil firmou instrumento similar com a Colômbia. Acredito que devemos lutar com todas nossas forças para que Brasil e Venezuela façam o mesmo no mais curto espaço de tempo possível. Alguns desafios foram superados, pois avançamos muito em alguns pontos. A nossa cooperação nas áreas de educação, segurança e saúde está avançando bem. Precisamos reforçar a cooperação em relação a agricultura, com o apoio da EMBRAPA, do SENAR e das empresas privadas. Também necessitamos ampliar nossa cooperação nas áreas do turismo, desporto e cultura. Desde maio de 2006 quando foram firmados os memorandos de entendimentos de cooperação técnica e científica em matéria de educação, saúde, segurança e agricultura, muitas ações concretas já foram realizadas, resultando em benefícios diretos aos nossos povos fronteiriços. Seguindo a metodologia da reunião de trabalho o Governador de Roraima, Engenheiro José de Anchieta Junior fez um relato detalhado dos avanços conquistados na cooperação entre os dois estados nas áreas de educação, saúde, segurança, agricultura e turismo, apresentando dados estatísticos, bem como as metas a serem alcançadas no decorrer deste exercício. Após esse relato, o Governador de Roraima disse que além dos temas propostos na pauta do VII Encontro de Governadores: liberação dos permissos fitossanitários na fronteira Brasil / Venezuela (Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén); dispensa da exigência de passaporte nos Estados fronteiriços (Roraima / Bolívar); abertura da fronteira Brasil-Venezuela 24 horas; integração dos sistemas de comunicação por fibra óptica entre os Estados de Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela); apoio da formação de capital intelectual nos Estados de Roraima e Bolívar, através do financiamento de cursos de mestrado e doutorado; implantação de agências oficiais de bancos e casas de câmbio em Pacaraima / Brasil e Santa Elena de Uairén / Venezuela; viabilização de financiamento para o projeto de uma fábrica de fósforo e de adubo em Puerto Ordaz e de ampliação da capacidade de produção de calcário agrícola da planta de Upatá; da construção de um porto multipropósito em Puerto Ordaz com a finalidade de reduzir as distâncias no transporte terrestre; regularizar o problema de



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

abastecimento de gasolina na Fronteira; análises de possíveis inscrições de novos instrumentos de cooperação entre IRTAB e EMBRAPA na área agrícola; O Governador de Roraima, propôs também a discussão de outros temas considerados importantes para a integração Roraima/Bolívar, como: a integração aérea Roraima/Bolívar; a implementação de uma agenda comum para a integração do turismo; o projeto de construção de um centro integrado binacional Brasil/Venezuela (portal de integração do novo MERCOSUL - fronteira Brasil/Venezuela); definição de um calendário de eventos turísticos, culturais e desportivos Roraima/Bolívar; além de participarmos efetivamente da elaboração da proposta para criação de uma zona de integração e desenvolvimento fronteiriço, proposto no último encontro dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías, em Recife (26.03.08). Nesse encontro a que se refere o Governador de Roraima, os presidentes abordaram muitos temas que diretamente temos interesse e que poderão beneficiar nossa região, como: cooperação industrial; cooperação agrícola e segurança alimentar; cooperação educacional; MERCOSUL; UNASUL; e desenvolvimento da Amazônia, com destaque a criação de uma zona de integração e desenvolvimento fronteiriço. Como ficou definida no último encontro de Presidentes do Brasil e Venezuela, o próximo encontro deverá acontecer em Santa Elena de Uairén (fronteira Brasil/Venezuela) no dia 27 de junho deste ano. Essa será uma grande oportunidade para apresentarmos nossas propostas e contribuições para avançarmos na integração econômica, social e cultural de nossas regiões fronteiriças. Assim sugiro que após esse encontro nossas equipes técnicas possam se reunir quantas vezes necessárias com representantes dos governos centrais para em comum acordo elaborarem as propostas a serem apresentadas aos dois presidentes. Ao encerrar esta intervenção quero agradecer mais uma vez a Vossa Excelência, Senhor Governador Rangel, e sua equipe, por acreditar e persistir nessa luta, esperando que neste encontro possamos pavimentar novos caminhos na busca da integração plena de nossos estados fronteiriços. Dando continuidade fez uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Bolívar, da República Bolivariana da Venezuela – General Francisco Rangel Gómez, que iniciou seu pronunciamento dizendo: minha saudação, meu respeito muito especial em nome de todo o povo do Estado Bolívar da República Bolivariana da Venezuela, ao Senhor Governador do Estado de Roraima da República Federativa do Brasil – Engenheiro José de Anchieta Júnior e a Senhora Primeira Dama Shéridan de Anchieta, e pedimos que seja extensivo a todo o povo



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

de Roraima. Acompanha-me nesta visita de trabalho a Roraima, minha Senhora - a Primeira Dama do Estado de Bolívar, grande parte do meu gabinete executivo, como também funcionários do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, Ricardo Rauseo e Pedro Amato e de nossa Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén, Argenes Alvarez e Javier Conejo. É com essa equipe que estamos trabalhando, somando esforços cada vez mais para que essa integração que começou aproximadamente há dois anos e que seguimos trabalhando e lutando por ela e que a cada dia estamos vendo mais possibilidades de avanços. Sem dúvida, temos muitas coisas que resolver, algumas coisas temos resolvido, aspectos importantes que resolvemos ao nosso nível, outros aspectos de nível federal no Brasil e nível nacional na Venezuela que estão para serem resolvidos. Porém vejo Governador Anchieta, que vamos pelo melhor caminho. Eu sinto que as palavras dos nossos Presidentes Chávez e Lula quando nos encontramos em março em Recife "para que sigamos lutando por essa integração" e o convite que nos fizeram ao encontro que vai ter agora dia 27 deste mês, que ainda está por definir o local, provavelmente em Caracas, nos dá a certeza do que foi discutido lá, no âmbito federal, será uma decisão com grande serenidade que beneficiará nossos estados fronteiriços. Prezadas Senhoras, Prezados Senhores, o Senhor Governador José de Anchieta Júnior, mencionava em suas palavras alguns aspectos que eu considero muito importantes como: a integração do sistema de comunicação por fibra óptica entre os Estados de Roraima e Bolívar; abertura da fronteira Brasil/Venezuela durante 24 horas; reabilitação do projeto da fábrica de fertilizantes; implantação do centro binacional; descentralização das liberações da emissão do certificado fitossanitário para a Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén; dispensa da exigência de passaporte entre os Estados de Roraima e Bolívar; integração aérea entre o Estado de Roraima e Bolívar; autorização para que o comércio fronteiriço faça transações em moeda nacional; instalações de agências bancárias e casa de câmbio em Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Pacaraima (Brasil); apoio para formação de capital intelectual; regularização do problema de abastecimento de gasolina na fronteira Venezuela/Brasil e alguns outros itens que já vínhamos conversando. Eu estou muito otimista, por que as coisas que podemos tratar entre governadores e equipes de trabalho estão sendo encaminhadas. Temos ainda, alguns pequenos problemas que devemos seguir resolvendo com maior habilidade tanto no âmbito federal (Brasil) quanto no nacional (Venezuela). Nesse encontro dos presidentes é a oportunidade, como conversávamos



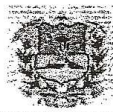
GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Anuzônia: Patrimônio dos Brasileiros"

recentemente em sua sala de despacho Senhor Governador Anchieta, de que pudéssemos entregar um documento com as solicitações de que estamos clamando. Mas, no nosso caso, quero esclarecer que há 15 dias atrás aproximadamente, estive numa reunião muito importante com o Vice-Presidente Executivo da República Bolivariana da Venezuela, onde estivemos analisando ponto a ponto tudo o que estamos falando aqui. Já acertamos pequenas coisas. Como na Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén, onde foi dada maior agilidade nos processos de liberação de cargas. Algumas pequenas coisas estão caminhando, falta ainda um passo, que levemos todas essas solicitações, todas essas necessidades que aqui argumentamos ao conhecimento dos presidentes Chávez e Lula. Acredito que com esta carta vamos completar esses pontos. Quero dizer que tenho conversado com o Presidente Chávez, sobre todos esses pontos, especialmente sobre a integração do sistema de comunicação de dados através de fibra óptica entre nossos estados e tenho certeza que brevemente teremos uma resposta positiva para esse importante projeto. Existem avanços importantes também, para a construção de um novo posto de gasolina internacional, na fronteira Venezuela/Brasil, para prestar melhor atendimento aos brasileiros. Há avanços importantes também relacionados à PDVSA, para implantação de uma unidade de envasamento de gás que é uma necessidade que existe em Santa Elena de Uairén, em Roraima e no restante do norte do Brasil. Estou empenhado pessoalmente para que isto aconteça. A PEQUIVEN (Petroquímica da Venezuela) está em estudos para implantar uma fábrica de fertilizantes que atenda também a Roraima. O Presidente Chávez me pediu que desta visita a Roraima, como eu já vinha explicando ao Senhor Governador Anchieta Junior no trajeto do aeroporto até aqui e em sua sala de despachos, além dos cumprimentos que ele mandou a todo povo e ao Governo de Roraima, me pediu que buscasse e levasse até ele, um projeto para fazer a construção de algo que identifique aos dois Estados e aos dois Países. E acredito que este projeto deveria ser um Centro Binacional que serviria para cultura, comércio, encontros, convenções etc. Acredito que tem que ser este o projeto que levaremos ao Presidente Chávez e ao Presidente Lula, para que nos apoiem com os recursos para construção deste Centro Binacional Intercultural entre Roraima e Bolívar e, portanto, sem dúvida alguma, entre Brasil e Venezuela. Um dos efeitos notórios desse processo em que estamos trabalhando é a integração de nossos jovens através das universidades, apesar de termos uma dívida com os jovens brasileiros, pois atualmente os jovens venezuelanos que estão estudando na Universidade Estadual de Roraima sabem que



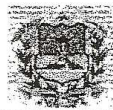
GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

em algum momento vamos ter jovens do Estado de Roraima estudando na Universidade de Bolívar ou na Universidade de Guayana ou em outras universidades conveniadas. Esse projeto educacional representa verdadeiramente a integração para o futuro. Porque eles estarão se encontrando, se conhecendo, em contato, ou melhor, que se casem e construam famílias que cresçam na integração com os filhos estudando juntos e, que no futuro venham a ser ou governadores ou prefeitos ou exercer qualquer outra função seja no setor público ou na iniciativa privada que tenha a ver com essa integração. Por isso, considero que entre muitos temas que temos para analisar e fortalecer, este, o da Educação, tem que ser fortalecido cada vez mais. Faz duas semanas exatamente que eu estive em Santa Elena de Uairén, e fui visitar o lugar onde estava sendo ministrando um curso de operações táticas e de resgate para a Defesa Civil, onde estavam participando Bombeiros Militares do Estado de Roraima, assim como sabemos da quantidade de oficiais da polícia de Bolívar que vieram a Roraima para se qualificarem em diferentes cursos, com os quais estamos muitíssimo agradecidos, igualmente como também nós estamos fazendo lá. Mas, pude notar algo muito importante, um sentimento que também pude notar aqui quando novamente pisei ao solo de Roraima, que é o carinho, o amor, a receptividade quando o coral cantou os Hinos Nacionais da Venezuela e do Brasil, já é como se estivéssemos em nossa casa. Isto faz com que a integração se consolide e fique cada vez mais forte, como por exemplo nossa mostra sobre o turismo e a cultura que trouxemos para contribuir com o Arraial das 3 Nações que o Senhor Governador Anchieta Junior vai inaugurar hoje, no qual agradecemos profundamente o convite. Acredito também, que com a inauguração em breve do aeroporto de Santa Elena de Uairén, se fortaleça ainda mais a nossa integração. Estamos lutando para que a empresa AVIOR que vai chegar a Santa Elena Uairén, possa também fazer uma escala em Boa Vista, mas até o momento não concretizamos esta operação, contudo, durante a visita do Vice-Presidente Ramón Carrizales, cobrei-lhe sobre o assunto no qual me respondeu e ordenou que a Empresa Nacional de Aviação – CONVIASA, um empresa em plena atividade e com aviões que perfeitamente podem atender a Santa Elena de Uairén e também a Boa Vista, fizesse um estudo para operar nesta rota e como é um trecho muito curto, que estendesse de Boa Vista a Margarita ou Boa Vista a Maiquetia (Caracas). Para este encontro estava prevista a vinda de dois Ministros, o Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos e de Planejamento a Longo Prazo do Brasil - Mangabeira Unger e o Ministro de Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela -



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Haiman El Troudi, bem como o Vice-Ministro de Relações Exteriores para a América Latina e Caribe – Francisco Arias Cárdenas, que por motivo de agenda não puderam vir, mas as presenças dos representantes desses Ministros e Vice-Ministro, os representantes do SENIAT e da RFB, os representantes do setor privado de ambos os países e demais órgãos federais do Brasil, nos fazem entender que os governos nacionais valorizam muito este tipo de encontro. Muito obrigado. Dando continuidade o Excelentíssimo Senhor Governador de Roraima – Engenheiro José de Anchieta Junior passou a palavra ao Secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais - Sérgio Pillon para que conduzisse as discussões técnicas dos itens previstos na pauta do VII Encontro de Governadores Roraima/Bolívar. Inicialmente saudou os dois governadores e suas respectivas comitivas. Esclareceu que a agenda de trabalho desse encontro está composta por 15 (quinze) itens, sendo que os mesmos já vinham sendo tratados pelos governadores nos seis encontros já realizados e que esse encontro tem, especialmente como objetivo principal, além de fazer uma prestação de contas à sociedade dos avanços já conquistados na cooperação entre os dois estados nas áreas de saúde, educação, segurança, agricultura, turismo e das metas a serem implementadas até o final deste exercício, consolidar em um único documento, ouvindo os demais órgãos nacionais e federais e representantes da iniciativa privada, os principais temas a serem apresentados aos presidentes Lula e Chávez no encontro que acontecerá no próximo dia 27 (vinte e sete). Disse que no dia de ontem, quando estava previsto a abertura oficial do VII Encontro de Governadores Roraima/Bolívar e que por problemas operacionais, não foi possível a chegada do Governador de Bolívar – General Francisco Rangel Gómez, aproveitando a presença dos secretários de governo, autoridades federais e empresários, neste mesmo salão, eu e a Chefe da Divisão da América Meridional IV do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Carla Barroso Carneiro, estivemos ouvindo e discutindo alguns desses pontos, em função de que a Dra. Carla Barroso Carneiro teria que retornar a Brasília na noite do dia de ontem pois estava trabalhando na preparação dos documentos a serem assinados pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías no encontro do dia 27 (vinte e sete), e portanto não poderia permanecer em Roraima no dia de hoje. Assim de posse da Agenda desta Reunião, com a pauta dos itens a serem tratados neste Encontro, a representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil teve a oportunidade de ouvir várias manifestações sobre a importância de que os governos centrais pudessem contemplar esses temas como prioritários em suas agendas de



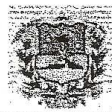
GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

trabalho. Ao final a representante do Itamaraty disse que já tinha tido acesso a todos os documentos produzidos desde o I Encontro de Governadores Roraima/Bolívar (17.04.06) até o último (VI Encontro realizado em 26.02.08), que foram remetidos pela Secretaria Extraordinários para Assuntos Internacionais do Governo do Estado de Roraima, sendo eles distribuídos, conforme a área, para os respectivos ministérios, e que certamente os principais temas estariam sendo contemplados na reunião dos presidentes no próximo dia 27.06.08. Disse também que tinha solicitado que o Governo do Estado de Roraima, através de sua Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais, priorizasse pelo menos 05 temas, dentre tantos que foi objeto de discussão entre os dois governadores e suas equipes de trabalho ao longo dos últimos dois anos, para que pudessem ser avaliados e se possível contemplados na pauta de discussões do próximo encontro de presidentes do Brasil e da Venezuela. Para tanto foi apresentado pelo Governo de Roraima como prioridade: integração do sistema de transmissão de dados entre os Estados de Roraima e Bolívar através de fibra óptica; liberação da exigência de passaporte entre os Estados de Roraima e Bolívar; integração do corredor turístico Amazonas - Caribe com a participação efetiva dos Estados de Roraima e Bolívar; abertura da fronteira 24 horas como fator importante para a integração econômica e cultural dos dois Estados fronteiriços e consequentemente dos dois Países; melhoria da infra-estrutura nas cidades fronteiriças de Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Pacaraima (Brasil). Importante ressaltar que todos esses temas apresentados e discutidos com a representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, também foram repassados e discutidos com os representantes do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, oportunidade em que também os representantes dos dois ministérios, ou seja, do Brasil e da Venezuela, discutiram a importância e seus pontos de vista sobre esses temas. Dando seqüência o Secretário Sérgio Pillon disse que em função do relato detalhado feito pelos dois governadores sobre a cooperação técnica e científica entre os Estados de Roraima e Bolívar, seria interessante que nesse encontro fosse priorizado a intervenção da classe empresarial e dos representantes dos órgãos federais que atuam na fronteira, pois os secretários já têm conhecimento de todas as ações a serem implementadas nas áreas de cooperação técnica e científica entre os dois Estados. Assim como houve concordância dos dois Governadores sobre essa proposição, foi passada a palavra ao representante do setor privado de Roraima Sr. Laerte Oestreich - Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria



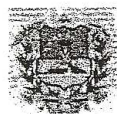
GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

de Roraima. Na oportunidade o empresário falou que se encontra muito satisfeito com a nova administração da Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén em relação à agilidade na liberação das cargas destinadas a exportação. Disse, no entanto que o problema maior encontra-se no CADIVI que demora muito para liberar as Cartas de Crédito, e que devido às boas relações entre os Senhores Governadores sugeriu, por exemplo, que o CADIVI disponibilizasse quarenta milhões de dólares para as importações de produtos originados de Roraima, e que essa quantia fosse disponibilizada automaticamente, independente de qualquer instrução ou gerenciamento do mesmo, e que o empresário que fosse importar de Roraima, estando os valores dentro desse teto, automaticamente a Carta de Crédito estaria liberada. Hoje estamos com quase sete meses de exportações para a Venezuela, representando em volume apenas a um quarto das exportações realizadas no ano passado, e nós temos a necessidade de vender para a Venezuela, pois o setor madeireiro é o principal exportador de Roraima. Outro problema é em relação à atuação da Guarda Nacional e do Exército venezuelano que constantemente revisam nossas mercadorias no trecho entre Santa Elena de Uairén a Puerto Ordaz, de cinco a sete vezes, sendo que essa fiscalização já foi feita na entrada e isso denigre a própria aduana venezuelana. Se a aduana desse um selo dizendo que a mercadoria está correta não seria possível que mais adiante alguma autoridade pudesse suspeitar que aquele caminhão com a mercadoria estivesse irregular. Dando seqüência aos trabalhos fez uso da palavra o representante do setor privado venezuelano – Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria – Engenheiro Nelson Quijada, oportunidade em que disse ser muito importante essa relação entre os dois países, “porque hoje estamos vivendo uma crise alimentar mundial, e a Venezuela tem uma dependência alimentar de quase 70% (setenta por cento) o que torna a agricultura o fator principal nessa correlação”. Esse é um problema que não pode ser resolvido em curto prazo, pois a agricultura se constrói com o tempo e nós precisamos desse tempo. Vejo o Estado de Roraima como um forte aliado, e com condições favoráveis a ajudar-nos. A idéia é que os produtos excedentes produzidos aqui no Estado de Roraima possam chegar até a Venezuela fazendo assim uma aliança de curto prazo, para que possa beneficiar os dois países. Respondendo aos questionamentos dos empresários o Governador do Estado Bolívar – General Francisco Rangel Gómez disse que a proposta em relação ao CADIVI era interessante para que ele possa destinar uma quota de recursos exclusivos para os exportadores de Roraima, já que são



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

muito pouco também, exclusivos para esse comércio. Disse que irá fazer recomendação ao Governo Nacional, ao Senhor Presidente, para que se nomeie uma comissão, para que determine e seja mediante a um decreto, as condições especiais para que de uma vez por todas seja delineado os processos para o comércio entre Bolívar e Roraima. Igualmente disse que irá solicitar para que se baixem um pouco as pressões das revisões, quando as cargas passam pelas guardas, com vistorias de 6 a 7 vezes até chegar a Puerto Ordaz. Dando seqüência foi passada a palavra ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima – Econ. Haroldo Eurico Amoras para fazer algumas considerações sobre o tema turismo: disse que o Governador José de Anchieta Junior, em seu pronunciamento, já tinha detalhado as principais metas para o setor, para isso a título de contribuição propôs que as equipes técnicas de ambos Estados, poderiam montar uma espécie de oficina para discutir o detalhamento da agenda, e posteriormente fazermos um encaminhamento do plano estratégico e administrativo. Já o Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Bolívar - Ecol. Ricardo José Aquino usando a palavra, disse que essa reunião era de suma importância para ambos os Estados (Bolívar / Roraima), se colocando a disposição para colaborar na implementação de todas as propostas apresentadas. Disse que no ano passado foi realizada uma oficina de trabalho em Santa Elena de Uairén para tratar especificamente sobre o tema turismo, onde teve a participação de representantes do Governo de Roraima e do Governo de Bolívar. Assim disse que já havia uma base pronta e que concordava em retomar as discussões e iniciar o mais rápido possível a implementação das mesmas. Fazendo uso da palavra o Secretário Sergio Pillon disse aos Senhores Governadores José de Anchieta Junior e Francisco Rangel Gómez que em relação a esse tema (Turismo) gostaria de acrescentar que o Brasil e Venezuela têm um Acordo de Transporte de Cargas e Passageiros, no entanto ainda temos uma pendência em relação ao transporte de turistas. A Venezuela gentilmente estava permitindo a entrada de veículos de transporte de turistas em sua fronteira para os principais destinos turísticos da Venezuela (Puerto Ordaz, Puerto La Cruz, Margarita, etc), mas em função de o Brasil não permitir o mesmo, pois as autoridades de fronteira alegam que não tem uma regulamentação da matéria, a Venezuela recentemente resolveu também não mais permitir, e isso é uma questão de extrema importância para a economia dos dois estados fronteiriços. Neste sentido há necessidade urgente de que representantes dos Ministérios de Turismo dos dois países se reúnam para formatação de uma proposta de acordo a ser firmado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



pelos dois países e que esse tema seja o mais breve possível regulamentado. Então fica essa sugestão para que os dois governadores possam se articular junto às autoridades federais para que seja dada uma solução dessa situação, que está pendente de convocação de uma reunião para tratar desse tema a mais de dois anos, e que possa ser contemplada na agenda dos dois Presidentes no próximo encontro do dia 27. Dando seqüência foi passada a palavra ao Chefe Geral da EMBRAPA/RR - Francisco Joacir de Freitas da Luz que disse que a EMBRAPA estava em Roraima há 26 anos trabalhando com tecnologia em alimentos, pesquisando e trabalhando no agronegócio, e agora com um escritório em Caracas, ficará mais fácil entender e atender as demandas da Venezuela. Disse que a agricultura de hoje não pode ser feita sem tecnologia, ela requer fundamentalmente que os países que tem interesse em desenvolvimento agropecuário invistam mais em tecnologia. Vamos definir programas onde a EMBRAPA junto com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima e todos os órgãos que são ligados ao agronegócio, possam fazer uma ampla parceria com os órgãos competentes da Venezuela no sentido de ampliar os projetos que já existem na Venezuela na produção de alimentos e trazer novos recursos para esses empreendimentos. O Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima - Rodolfo Pereira confirmou o interesse em manter permanente parceria com a EMBRAPA/RR e com isso ampliar as possibilidades de cooperação com a Venezuela, especialmente com o Estado Bolívar. Disse da importância do fortalecimento da EMBRAPA/RR para que essa unidade instalada em Roraima possa, em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Roraima, levar a tecnologia ao nosso povo irmão e produtor do Estado Bolívar. Dando seqüência foi passada a palavra ao Secretário de Educação, Cultura e Desporto do Estado de Roraima para que falasse um pouco da programação do Arraial das 3 Nações e da importância da ampliação da cooperação na área cultural entre os dois Estados. Com a palavra o Secretário LUCIANO MOREIRA fez resumidamente uma exposição do projeto do Arraial das 3 Nações, manifestando a grande satisfação em estar recebendo distintas autoridades venezuelanas, guianenses e brasileiras para abrilhantar este importante evento. Aproveitou a oportunidade para agradecer ao Governador Francisco Rangel Gómez pela decisiva colaboração de seu governo que garantiu a participação da Venezuela neste mega evento de integração cultural. Dando seqüência fez uso da palavra o Secretário Nacional de Incentivo e Fomento a Cultura do Ministério da Cultura do Brasil - Roberto do Nascimento, dizendo que era uma honra



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



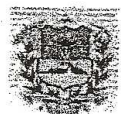
poder participar do VII Encontro de Governadores Roraima-Bolívar, oportunidade em que falou da política que o Governo Federal vem implementando no sentido de valorizar cada vez mais a rica e diversificada cultura nacional, apoiando as iniciativas estaduais e municipais como esta que esta acontecendo em Boa Vista-RR, o Arraial das 3 Nações. Elogiou o Governo do Estado de Roraima pela iniciativa e ineditismo de promover esse evento envolvendo 03 países fronteiriços, dizendo que o Ministério da Cultura do Brasil além de estar apoiando financeiramente este evento fez questão de estar representado, prestigiando dessa forma iniciativas como essa e se colocando a disposição para apoiar iniciativas regionais que venham valorizar e divulgar nossa cultura. Aproveitou a oportunidade para agradecer em nome do governo brasileiro a participação das representações da Venezuela e da Guiana nesse importante evento de integração cultural. Dando seqüência o Secretário Sergio Pillon disse que tinha solicitado apoio a representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Carla Barroso Carneiro para que fosse articulada junto aos órgãos federais que atuam na fronteira Brasil/Venezuela, especialmente Receita Federal e Polícia Federal, no sentido de atender ao pleito feito pelo Governo do Estado de Roraima para que a fronteira fosse aberta permanentemente 24 horas. Sugeriu também que enquanto isso não ocorre, como medida de transição, a fronteira pudesse ficar aberta até às 24h, medida essa que facilitaria bastante a vida dos turistas que utilizam aquela fronteira, dos estudantes que estudam a noite e dos moradores das cidades fronteiriças de Pacaraima e Santa Elena de Uairén que tem uma relação de convívio social e que são impedidos de fazer qualquer programação a noite porque a fronteira fecha as 22h. Também como medida de transição, até que definitivamente a fronteira fique aberta 24h, sugeriu que os governos dos dois Estados, através de suas Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Turismo elaborem um calendário anual de eventos culturais, turísticos e desportivos e que nesses dias a fronteira possa ficar aberta 24h. Esse calendário depois de pronto seria submetido à aprovação dos dois governadores e encaminhado a todos os órgãos federais (Brasil) e nacionais (Venezuela) que atuam na fronteira Brasil/Venezuela, para conhecimento e aprovação. Para isso disse que também solicitou apoio da representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil para que reforçasse junto aos órgãos federais que atuam nessa fronteira a importância dessa medida que certamente terá reflexos altamente positivos no avanço mais rápido desse processo de integração que os governos locais, regionais e nacionais estão buscando. Para



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



finalizar sugeriu que esse assunto constasse na Carta que os Governadores vão entregar aos Presidentes no encontro que acontecerá no próximo dia 27. Dando seqüência o Governador José de Anchieta Junior entregou ao Governador de Bolívar – General Francisco Rangel Gómez os estudos topográficos da área proposta para a construção do Centro Integrado Binacional Brasil/Venezuela, para que conforme acordado no VI Encontro de Governadores, o Governo de Bolívar possa apresentar uma proposta de projeto arquitetônico dessa importante obra de integração entre os dois países, a ser edificada na fronteira Brasil/Venezuela. Disse que essa obra será única, pois estará nos dois territórios Brasil/Venezuela, e que a concretização desse projeto inédito será um símbolo, um verdadeiro marco de integração da Venezuela com o Brasil, especialmente de Roraima com Bolívar, vindo a coroar todo esse nosso esforço na busca de uma maior integração de nossos povos. Em seguida o Governador José de Anchieta Junior passou as mãos do Governador Francisco Rangel Gómez a oficialização do interesse do Governo do Estado de Roraima em fazer uma parceria para a integração dos sistemas de comunicação por fibra óptica entre os Estados de Roraima e Bolívar, afirmando que a concretização desse importante projeto irá facilitar a ampliação da cooperação técnica e científica que estamos desenvolvendo atualmente, bem como oportunizar ao povo de Roraima o acesso à informação através da internet “banda larga”, de forma mais econômica e ágil. Disse também que esse é um sonho do povo de Roraima que poderá se tornar realidade no curto prazo, pois vemos no Governador de Bolívar um grande parceiro, diria mais, o nosso padrinho, na defesa da concretização desse projeto junto às autoridades venezuelanas. Dando continuidade o Governador de Roraima - Engenheiro José de Anchieta Junior, se referindo ao tema relacionado ao comércio fronteiriço, onde a classe empresarial solicita que as transações comerciais entre os dois países sejam autorizadas em moeda nacional, passou as mãos do Governador do Estado Bolívar – General Francisco Rangel Gómez, cópia da Portaria Nº. 15, de 17 de Novembro de 2004, com alterações introduzidas pela Portaria Nº31, de 30 de Outubro de 2006, que inclui Pacaraima, na condição de exportar produtos contra pagamento em moeda nacional, para que a Venezuela também possa propor legislação semelhante beneficiando assim Santa Elena de Uairén. Na seqüência os Governadores Francisco Rangel Gómez e José de Anchieta Junior, além de darem explicações adicionais em relação aos temas da agenda que foram objeto de intervenções de membros das comitativas brasileira e venezuelana levantadas durante os



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

debates, fizeram comentários sobre os demais itens da pauta. Esgotada a pauta, o Governador do Estado de Roraima – Engenheiro José de Anchieta Júnior agradeceu a presença do Governador do Estado Bolívar – General Francisco Rangel Gómez e sua distinta comitiva e os demais presentes, dizendo do compromisso que os dois governadores estavam assumindo perante todos de empenharem-se junto às autoridades nacionais dos dois países no sentido de solucionar alguns entraves que ainda estão dificultando o aumento dos fluxos econômicos entre os dois Estados/Países e dificultando o avanço mais rápido do processo de integração social e cultural de venezuelanos e brasileiros. Em seguida deu por encerrado o VII Encontro de Governadores Roraima/Bolívar. Logo após o encerramento do VII Encontro de Governadores Roraima - Bolívar, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima – Engenheiro José de Anchieta Júnior e a Primeira Dama Shéridan de Anchieta ofereceram um almoço no Haras Cunhã Pucá para a comitiva venezuelana e demais autoridades presentes ao encontro. À noite, às 19h30min as respectivas comitivas participaram da abertura oficial do 18º Arraial do Anauá, neste ano titulado como “Arraial das Três Nações” (o maior São João da Região Norte), onde além do momento cívico de assistirem à execução dos hinos nacionais do Brasil, Venezuela e Guiana, acionaram dispositivos para iluminação da fogueira de São João e show pirotécnico de fogos de artifício, puderam apreciar concursos da rainha do arraial, concursos de quadrilhas, comidas típicas, grupos folclóricos das três nações (Brasil/Venezuela/Guiana), bem como visitar as barracas onde estavam representadas mostras do turismo e da cultura de cada nação (Brasil, Venezuela e Guiana).

Assinam esta Ata em duas vias de igual forma e teor, nos idiomas espanhol e português, na Capital Boa Vista, Estado de Roraima da República Federativa do Brasil, aos 21 dias do mês de junho de 2008.

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Governador do Estado de Roraima
República Federativa do Brasil

FRANCISCO RANGEL GÓMEZ
Governador do Estado Bolívar
República Bolivariana da Venezuela

ANEXO X - Carta Conjunta dos Governadores de Roraima e de Bolívar aos Presidentes do Brasil e da Venezuela. Boa Vista, 21 de junho de 2008



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

MINUTA

CARTA CONJUNTA DOS GOVERNADORES DE RORAIMA E DE BOLÍVAR AOS PRESIDENTES DO BRASIL E DA VENEZUELA

Boa Vista-RR, em 21 de Junho de 2008.

À SUA EXCELENCIA O SENHOR
HUGO CHÁVEZ FRÍAS
PRESIDENTE DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

À SUA EXCELENCIA O SENHOR
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Ref: Principais pontos que foram abordados nos sete encontros de governadores Roraima/Bolívar (período de 17.04.06 a 21.06.08) considerados vitais para o processo de integração e desenvolvimento socioeconômico dos dois Estados fronteiriços, que merecem uma atenção especial dos governos centrais dos dois países (Brasil e Venezuela).

Senhores Presidentes,

Além dos Memorandos de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica em execução entre os dois Estados nas áreas de Saúde, Educação, Agricultura e Segurança, firmados em maio de 2006 e renovados em outubro de 2007, os temas abaixo tem merecido uma atenção especial dos Governadores de Roraima e de Bolívar em todos os Encontros (sete), com acompanhamento técnico junto aos órgãos competentes, pelo Estado de Roraima, através da Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais e pelo Estado Bolívar, pela Secretaria de Relações Interinstitucionais, Secretarias essas criadas especificamente para esse fim.

Apesar dos avanços conquistados nos últimos dois anos ainda há muito que fazer para incrementar esse processo de integração fronteiriça, com maior desenvolvimento econômico, social e cultural do Sul da Venezuela e o Norte do Brasil.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



Neste sentido, apresentamos uma pauta mínima de interesses comuns objetivando atender as expectativas dos nossos povos irmãos, com destaque e prioridade para:

1. Importância da Integração Brasil/Venezuela para as economias de Roraima e Bolívar, especialmente com a efetivação da Venezuela no MERCOSUL (articulação política junto à base parlamentar para aprovação no Senado da República do Brasil no mais rápido tempo possível);

A política de integração entre Venezuela e Brasil que está sendo implementada por Vossas Excelências nos dá a certeza de que efetivamente a fronteira entre nossos dois Estados (Roraima/Bolívar) poderá ser o portal de integração de um novo MERCOSUL com características mais voltadas a nossa realizada socioeconômica, ou seja, amazônica, andina e caribenha, e da UNASUL, um novo espaço territorial integrado ampliando as oportunidades de desenvolvimento e integração dos povos. Afirmamos isso com a convicção de que o Sul da Venezuela e o Norte do Brasil, pela localização e condições de baixa competitividade econômica ainda, de fato, não tiveram a oportunidade de desfrutar dos benefícios sociais e econômicos resultantes dos acordos já firmados por ambos os países, especialmente Roraima em relação ao MERCOSUL. Com a liderança de Vossas Excelências, temos a certeza que esse mercado será totalmente revitalizado, com maiores ganhos econômicos e sociais para todos.

2. Acordo entre Brasil e Venezuela para que não se exija o passaporte para livre circulação de cidadãos brasileiros e venezuelanos entre os Estados de Roraima, da República Federativa do Brasil e de Bolívar, da República Bolivariana da Venezuela bem como se aceite apenas, nas respectivas aduanas, a apresentação da documentação original dos veículos de passeio e de turismo.

A concretização desse acordo seria o primeiro passo concreto no âmbito das políticas de integração dos dois países, sendo o começo efetivo das condições para a integração econômica, cultural e social dos povos desses dois países irmãos e em especial dos Estados de Roraima e Bolívar.

De imediato, teremos um acréscimo no fluxo de turistas na região, com impactos altamente positivos para os dois Estados, pois florescerão muitos empreendimentos turísticos que gerarão emprego e renda para milhares de pessoas (fortalecimento da indústria sem chaminé/turística), além de despertar nos pequenos e médios empresários/produtores o interesse em conhecer novos mercados e realizar, quem sabe, seus primeiros negócios internacionais. O intercâmbio cultural, esportivo e social, com certeza se dinamizarão de imediato, com ganhos significativos para os povos irmãos que habitam a acreditam no potencial dessa região;

3. Integração dos Sistemas de Comunicação por fibra Óptica entre os Estados de Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela), viabilizando desta forma uma maior cooperação entre os dois Estados;



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Atualmente Roraima e Amapá são os únicos Estados da federação brasileira que não estão servidos por comunicação através de fibra óptica, fato este que torna a conexão via satélite além de deficiente, custosa.

Em face da grande extensão territorial do Estado de Roraima com a maioria de seus municípios muito distantes da capital Boa Vista, bem como o baixo nível de renda da maioria das famílias que vivem no interior, foi idealizado e implantado, há dois anos, a Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, cuja plataforma tecnológica depende de um bom e eficiente serviço de comunicação.

Atualmente a UNIVIRR esta presente em todos os Municípios de Roraima (15) atendendo anualmente, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, em torno de 1.500 alunos em 07 cursos de graduação e 01 de pós-graduação. Além disso, a UNIVIRR oferece cursos preparatórios para o vestibular atendendo anualmente 1.500 alunos no interior do Estado de Roraima e 5.000 alunos na Capital Boa Vista. Também a UNIVIRR ministra o curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais) atendendo a 800 alunos anualmente. A plataforma tecnológica da UNIVIRR também é muito utilizada para palestras, seminários, conferências etc. (Projeto Governo Interativo). No entanto a conexão via satélite deixa muito a desejar em termos de qualidade e custos.

Entendemos que se tivermos a oportunidade de fazer uma parceria Brasil - Venezuela utilizando essa infra-estrutura já disponível nossa cooperação técnica nas mais diferentes áreas poderá ser aperfeiçoada e ampliada, pois a ferramenta de comunicação através da transmissão de dados e imagens é fundamental para o alcance das metas propostas nos Memorandos de Entendimentos que firmamos recentemente.

Com a implantação do Linhão de Guri para provimento pelo Governo da República Bolivariana da Venezuela de energia elétrica ao Estado de Roraima em 2001, foi instalado uma rede de distribuição dotada de cabo OPGW (Optical Ground Wire) com 24 fibras ópticas que saem da estação de Macagua-II, San Felix, indo até a subestação de Santa Elena de Uairén e de lá seguindo até Boa Vista.

A gestão desses cabos ficou sob a responsabilidade da CVG-EDELCA e Eletronorte nos seus respectivos territórios.

Das 24 fibras existentes, 4 (quatro) são reservadas para uso pelos sistemas de monitoramento de rede de distribuição de energia, estando disponíveis para outros fins as 20 (vinte) restantes.

Pelo atual estágio da tecnologia, um único par de fibras é capaz de conduzir 800 (oitocentos) Gbps de tráfego Internet, se utilizada a tecnologia DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexing) sendo que isso representa pelo menos 20 (vinte) vezes a demanda de toda a região norte do Brasil.

Este projeto permite atender as seguintes demandas: Projetos de Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica entre os Estados de Roraima e Bolívar em virtude das parcerias já estabelecidas (Memorandos de Entendimentos e Declarações Conjuntas); dotar o Governo do Estado de Roraima e o Governo do Estado Bolívar de Internet Banda Larga na área envolvida pelo projeto que contribua para o melhor funcionamento da máquina pública e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

conseqüentemente o melhor atendimento ao cidadão; permitir o tráfego técnico e científico entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela através da Rede Clara, minimizando os custos pagos pelos dois países pelo uso de cabos internacionais, contribuindo assim para a ampliação e promoção da ciência e tecnologia em ambos os países; permitir o acesso da população roraimense e do sul do Estado Bolívar a uma Internet de qualidade e preço acessível, contribuindo ainda, para a disponibilização de serviços de telecomunicação celular, educação a distância, tele medicina, televisão e rádios digitais, entre outros.

4. Implantação de infra-estrutura urbana nas sedes dos municípios de Pacaraima/ Brasil e Santa Elena de Uairén/Venezuela (deve ser considerado o cartão de visita para os turistas que entram nos dois países pela fronteira Brasil/Venezuela (Pacaraima/Santa Elena de Uairén));

Atualmente as cidades fronteiriças de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, pela precária infra-estrutura existente, não deixam uma boa impressão de nossos países, quando recebem turistas internacionais que querem passar a linha de fronteira para conhecerem o Brasil ou a Venezuela, deparando-se com cidades que não condizem com a imagem que o turista espera encontrar do maravilhoso Brasil e da belíssima Venezuela.

Neste sentido há necessidade urgente da elaboração e implementação de um plano diretor urbanístico contemplando a infra-estrutura urbana que possa servir de cartão de visita do portal de entrada aos nossos países.

5. A integração dos procedimentos na área de fronteira Brasil/Venezuela;

Com a adesão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL, e a disposição dos governos regionais de Roraima e Bolívar de efetivamente trabalharem irmanados no espírito de cooperação, nas mais diferentes áreas, seja no âmbito da complementaridade econômica, na integração cultural, nas parcerias na área de educação, saúde, segurança e ação social, na troca de experiências exitosas em gestão pública e etc, urge que sejam viabilizadas as condições adequadas de atendimento ao cidadão comum e dos empresários que diariamente passam a linha de fronteira. Neste sentido a uniformização de procedimentos faz-se necessária, bem como as condições adequadas de infra-estrutura e de pessoal disponível para atendimento das demandas de fronteira. Sabemos que a demanda atual ainda é baixa, pois essas regiões ao longo de muitos anos praticamente ficaram esquecidas.

Felizmente, nos últimos anos mudanças importantes começaram a acontecer na fronteira dos dois países: do lado venezuelano a elevação da Aduana de Santa Elena de Uairén a condição de aduana principal, sendo construída infra-estrutura física moderna e apropriada para essa nova fase de inserção dessa região num processo de desenvolvimento sustentável, necessitando apenas que as decisões sejam efetivadas na própria aduana, pois os produtores de Roraima para conseguir o permissão para importação de calcário agrícola e o fitossanitário para exportação de soja e outros alimentos tem que recorrer a Caracas, o que torna o processo muito moroso e em muitos casos inviabiliza a continuidade do processo; do lado brasileiro



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ainda as condições deixam, em alguns aspectos, a desejar, mas felizmente esta em curso, pela Receita Federal do Brasil, a execução de uma importante obra que integrará fisicamente todos os órgãos federais que atuam na fronteira Brasil – Venezuela o que permitirá um atendimento mais eficiente aos empresários e cidadãos que utilizam os serviços naquela fronteira, equiparando-se assim as condições da excelente infra-estrutura implantada pela Venezuela em sua Aduana Ecológica de Santa Elena de Uairén.

Assim, para que possa haver avanços na integração viva da fronteira, há necessidade de abertura da fronteira 24h e agilizados os procedimentos de despacho aduaneiro, compatibilizando os tempos médios de tramitação de documentos e liberação das cargas de ambos os países.

6. Integração aérea do Norte do Brasil (Boa Vista) com o Sul da Venezuela (Puerto Ordaz), com a implantação de uma linha aérea regional Roraima – Bolívar;

Senhores Presidentes, em passado não muito distante, foi firmado um acordo de transporte aéreo e as empresas Varig (Brasil) e Aeropostal (Venezuela) começaram a voar, fazendo a integração aérea dessa importante região. No entanto, cometeram grande erro de avaliação em colocar equipamentos super dimensionados para a demanda da época (Boeing). Parece-nos mais apropriado, inicialmente, que essa integração se faça com aeronaves menores. Em nossa avaliação entendemos ser suficientes, inicialmente, dois vôos semanais (as segundas e às quintas-feiras). Essa opção aérea, com certeza irá incrementar nossas relações comerciais turísticas e culturais, sendo o primeiro passo significativo nessa nova fase de concretização de metas de integração.

7. Parceria entre Brasil e Venezuela (Roraima e Bolívar) para a implantação de um Centro Integrado Binacional (centro de convenções, oficinas de teatro, dança, realização de feiras, shows, mostras, atendimento ao turista, etc) na fronteira Brasil/Venezuela;

Essa obra simbolizará uma nova fase de integração entre os dois países e especialmente entre os dois Estados fronteiriços de Roraima e Bolívar, sendo que após a efetivação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL, a fronteira Brasil – Venezuela se tornara o portal de integração desse novo MERCOSUL, com características um pouco andinas, amazônicas e caribenhas.

Assim, essa infra-estrutura dará suporte a essa nova dinâmica de integração socioeconômica beneficiando diretamente as cidades fronteiriças de Pacaraima/Brasil e Santa Elena de Uairén/Venezuela.

8. Consolidação do Corredor Turístico Amazonas – Caribe (Roraima/Bolívar);

Há necessidade de promoção conjunta de eventos e material de divulgação, melhoria das condições de segurança, melhoria da infra-estrutura, capacitação de pessoal, tanto do setor público como do setor privado, e implementação de acordo para regularização do transporte terrestre de turistas entre Brasil e Venezuela. (Ministério do Turismo dos dois Países devem apresentar uma proposta). Também se deve definir um calendário anual comum de eventos



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

culturais, desportivos e turísticos entre os dois países e especialmente entre os dois Estados fronteiriços.

9. Fornecimento de insumos agrícola, especialmente calcário e fósforo de Bolívar/Venezuela para Roraima e de produtos do agronegócio de Roraima/Brasil para a Venezuela.

Estamos estimulando a iniciativa privada a fazer negócios entre Brasil e Venezuela, especialmente entre os Estados fronteiriços de Roraima e Bolívar, principalmente na aquisição de calcário agrícola, fósforo, NPK, Uréia e etc, para atender a demanda do agronegócio de Roraima com frete de retorno para exportação, à COPOSA, ALIBAL e outras, da soja produzida em Roraima, madeira, carne etc. Para isso é importante que sejam agilizados os procedimentos de despacho aduaneiro para que não seja inviabilizado o transporte desses insumos e produtos.

Com relação ao fosfato, a Câmara Venezuelana-Brasileira de Comércio e Indústria apresentou aos Presidentes do Brasil e da Venezuela, no dia 14/02/05, em Caracas, por ocasião da realização do Encontro Empresarial Brasil – Venezuela, proposta para instalação, em Ciudad de Guayana, de uma Planta de Fosfato (acidulação e concentração) com capacidade para produção de 500.000 ton/ano, dentro do Projeto de Desenvolvimento Endógeno da Soja no Norte do Brasil e na Venezuela, tendo a aprovação de ambos os Presidentes. A agilização do processo de implantação dessa planta industrial é um dos maiores clamores dos produtores de ambos os países, principalmente dos Estados de Roraima e Bolívar.

10. Que o arrojado projeto do gasoduto que sairá da Venezuela e chegará à Argentina possa passar por Roraima, seguindo o leito da Rodovia Pan-americana (BR -174);

Solicitamos Senhores Presidentes, que os estudos de viabilidade contemplem essa hipótese, que entendemos ser perfeitamente viável, pois além de atender toda a região sul da Venezuela, como aconteceu com a linha de transmissão de Guri, daria oportunidade para que muitas comunidades da região Norte do Brasil tivessem uma nova alternativa de energia, mais barata e segura, propiciando o desenvolvimento econômico e social de uma grande parte do Brasil que até então carece de infra-estrutura produtiva.

11. Autorização para o comércio fronteiriço faça transações em moeda nacional a exemplo do tratamento que é dispensado às cidades limítrofes do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai;

Essa medida viria facilitar o comércio fronteiriço, beneficiar as comunidades locais, bem como retirar da ilegalidade as transações comerciais que já se realizam costumeiramente na fronteira Brasil-Venezuela, tendo em vista a ausência de instituições autorizadas pelo poder público a realizar câmbio naquela fronteira.

12. Implantação de Sistema Informatizado para troca de informações entre os Estados fronteiriços nos setores de saúde, educação, segurança e indústria, comércio e serviços;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



13. Estruturação do Campus da Universidade Estadual de Roraima em Pacaraima, para atender a demanda de estudantes venezuelanos e da Universidade Nacional Experimental de Guayana, em Santa Elena de Uairén, para atender a demanda de estudantes brasileiros;

14. Apoio à formação de capital intelectual nos Estados de Roraima/Brasil e Bolívar/Venezuela, através do financiamento de cursos de mestrado e doutorado nas áreas estratégicas para o desenvolvimento e integração fronteiriça, envolvendo estudantes brasileiros e venezuelanos;

15. Implantação de agências bancárias oficial e casas de câmbio em Pacaraima/Brasil e Santa Elena de Uairen/Venezuela;

As cidades fronteiriças de Pacaraima e Santa Elena de Uairén carecem dessa infra-estrutura de apoio ao seu processo de desenvolvimento econômico, especialmente por serem regiões que recebem forte fluxo de turistas nacionais e estrangeiros.

16. Viabilizar financiamentos para projetos empresariais privados de interesse ao desenvolvimento das economias dos Estados fronteiriços (Roraima-Bolívar) especialmente uma planta de fósforo e a ampliação planta de calcário agrícola em Upata e a construção de um porto multipropósito em Puerto Ordaz (Estado Bolívar – Venezuela);

17. Fortalecimento da EMBRAPA/RR para apartir de Roraima fazer cooperação técnica e científica com o Estado Bolívar;

São essas Senhores Presidentes, algumas sugestões que, se concretizadas contribuirão para o alcance dos sonhos de nossos povos irmãos, acalentados por Simon Bolívar e concretizadas por Vossas Excelências e governos parceiros regionais e locais.

Segue anexa cópia das Atas dos sete Encontros de Governadores Roraima – Bolívar e breve histórico – antecedente.

Respeitosamente,

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima
República Federativa do Brasil

FRANCISCO RANGEL GÓMEZ
Governador do Estado Bolívar
República Bolivariana da Venezuela

ANEXO Y - Acta del VIII Encuentro de Gobernadores de los Estados de Roraima de la República Federativa de Brasil y el Estado Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela. Ciudad Bolívar, 08 de maio de 2009



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

ACTA DEL VIII ENCUENTRO DE GOBERNADORES DE LOS ESTADOS DE RORAIMA DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL ESTADO BOLÍVAR DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA.

Durante los días 7 y 8 de mayo de 2009, en Ciudad Bolívar, estado Bolívar, se celebró el VIII encuentro de Gobernadores de los estados de Bolívar y Roraima. La delegación venezolana fue presidida por el Gobernador del estado Bolívar, General de División Francisco José Rangel Gómez, y por la parte brasilera, la delegación estuvo presidida por el Gobernador del estado de Roraima, Ciudadano José de Anchieta Junior. La lista de los integrantes de ambas delegaciones se anexa al final del acta.

El encuentro se inició con palabras del Gobernador del estado Bolívar Francisco Rangel Gómez, el cual expresó sus mas sinceros sentimientos de afecto y consideración a toda la comitiva del estado de Roraima, así como hizo énfasis en la importancias de las relaciones entre Roraima y Bolívar, ya que entre ambos estados no existía una relación que diera paso a lazos de integración profundos, como los que existen actualmente y estableció como objeto del encuentro, darle un reimpulso a los acuerdos e instrumentos jurídicos suscritos entre ambos estados.

Igualmente destacó las excelentes relaciones que actualmente existen entre Venezuela y Brasil, debido a que ambos países buscan el acercamiento entre sus pueblos tomando en cuenta la solidaridad, complementarismo, cooperación y respeto que son de suma importancia para el proceso de integración que impulsan ambos mandatarios y así continuar con las relaciones de hermandad y reciprocidad entre los estados.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



Seguidamente, el Gobernador del estado de Roraima tomó la palabra para expresar igualmente palabras de agradecimientos, así como manifestar los excelentes niveles de cooperación que existen entre ambos estados y reafirmar el interés y el ánimo de integración, agradeciendo la bienvenida y las atenciones por parte de la delegación venezolana.

En este mismo orden, fue cedido el uso de la palabra a las autoridades competentes en cada materia, exponiendo el estatus actual, el avance de los convenios y las dificultades que se presentaron en cada área para luego hacer un intercambio de experiencias y buscar las soluciones correspondientes, en cumplimiento de los compromisos adquiridos por ambos estados en los convenios suscritos.

Áreas Temáticas: Revisión, discusión, solución y propuestas de los instrumentos jurídicos suscritos entre el estado Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela y el estado de Roraima de la República Federativa de Brasil en las áreas de.

1. Seguridad Ciudadana.
2. Educación.
3. Agricultura.
4. Salud.
5. Turismo.
6. Cultura.

Los temas fueron abordados bajo el orden anteriormente expuesto:

1. **Seguridad ciudadana:**

Ambas partes expresaron la satisfacción obtenida por el cumplimiento del memorando de entendimiento sin ningún contratiempo, estableciendo su



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

disposición de continuar con la cooperación y el intercambio, tanto en el conocimiento como en la tecnología disponible por ambos estados.

El Secretario de Seguridad del estado Bolívar, hizo énfasis en la importancia del acercamiento de ambos cuerpos policiales, ya que ambos han tenido experiencias diferentes por las distintas idiosincrasias de los pueblos. Así mismo manifestó que se han obtenido resultados invalorable en el intercambio de los funcionarios, comprendiendo que el estado se encuentra inmerso en un proceso de cambios sociales, revolucionarios y patrióticos.

En cuanto al proceso de formación resalto la importancia de la interrelación entre los órganos policiales y las comunidades dentro del sistema de seguridad y defensa del estado Bolívar como lo es la policía comunitaria. El Gobernador del estado Bolívar, por su parte, expresó la mayor disposición para continuar con la cooperación en esta materia destacando que la seguridad es un problema social y prioridad nacional y estatal en la República Bolivariana de Venezuela.

El Secretario de Seguridad de Roraima energéticamente manifestó el gran esfuerzo que se esta haciendo, por lo que instó a profundizar las relaciones coordinando mas cursos entre ambos estados, así como la inclusión de otros con diferentes alcances. El Gobernador de Roraima comentó que actualmente se están capacitando 164.000 funcionarios de su policía con el ministerio de interior y justicia de la República Federativa de Brasil, por lo que mostró su interés en ofrecer cupos a los funcionarios de los órganos de seguridad y defensa del estado Bolívar para recibir esta misma capacitación.

2. Educación:

La Secretaria de Educación del estado Bolívar hizo un resumen del estado actual del convenio que esta suscrito entre la Universidad Estadual



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

Roraima (UERR) y la Universidad Experimental de Guayana (UNEG), expresó las dificultades presentadas en cuanto a la convalidación de los títulos, traducción de documentos necesarios, expedición de pasaportes así como en la falta de los profesores en la UERR en la carrera de ciencias de la computación. En este sentido aclaró que se están haciendo las gestiones necesarias para resolver la situación de la falta de profesores antes de que los estudiantes terminen sus estudios ya que estos se encuentran en el 6to semestre de la carrera; en cuanto a la convalidación de títulos expresó que el inconveniente se presenta debido a que la UNEG no puede convalidar títulos en carreras que no se encuentran dentro su oferta de carreras, y por tanto hay que canalizar esos títulos por otras universidades que sí ofrezcan las carreras que los estudiantes se encuentran realizando en la UERR por medio de las instancias superiores correspondientes y aclaró que la traducción de los documentos ya fue realizada e igualmente se hicieron las gestiones ante la Oficina Nacional de Identificación y Extranjería (ONIDEX) y la mayoría de los pasaportes de los estudiantes ya fueron expedidos.

Por su parte el Rector de la UERR expresó su compromiso para que el convenio se siga llevando acabo con nuevos estudiantes, informando que para el año 2009 se abrirán 80 nuevos cupos dentro de la UERR para este convenio, destacando que en 2 o 3 meses será resuelto el asunto de la convalidación de los títulos en el estado Roraima, acordándose que los profesores en ciencias de la computación serán gestionados por las autoridades del estado Bolívar.

3. Agricultura:

La Presidenta del Instituto Autónomo Regional de Tecnología Agropecuaria del estado Bolívar (IRTAB) dio a conocer como ha sido el intercambio entre ambos estados desde la firma del memorando de entendimiento en octubre de 2006, explicando las investigaciones en el cultivo



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

de la soya en el estado Bolívar, en donde los resultados de las pruebas fueron positivos para el cultivo de una de las cuatro muestras de soya con las que se realizaron las pruebas; asimismo mencionó la existencia de un proyecto para la creación de un "Centro de Distribución de Fertilizantes" en Santa Elena de Uairén, donde este centro de acopio servirá para distribuir los fertilizantes con mayor facilidad.

El Secretario de agricultura de Roraima comentó algunas novedades con las que ellos están trabajando y tienen el interés de hacerlo en conjunto con el estado Bolívar, en relación a una semilla de soya que viene de China y que se esta sembrando en Roraima; de igual forma manifestó la necesidad de trabajar en conjunto ya que Roraima tiene el potencial para sembrarla y suministrarla a Venezuela.

Del mismo modo señaló que en Brasil tienen un proyecto de agricultura nacional para pequeños productores y sería interesante que el estado de Bolívar le prestara atención. En la actualidad EMBRAPA, tiene la capacidad de conseguir una buena tecnología determinando que en Brasil lo que se impulsa es la agricultura familiar ya que el 70% de los alimentos viene de ese renglón y consideran que es muy importante para Venezuela desarrollar este aspecto; asimismo presento su preocupación por la dificultad que presenta CADIVI para las transacciones comerciales en las poblaciones fronterizas. El Gobernador del estado Bolívar propuso redactar un documento dirigido a CADIVI por vía del Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, para que se hiciera de su conocimiento de esta situación en la zona de frontera, así como la celeridad con la que hay que tratar este tema.

Con relación a este tema, el Director General de la Oficina de Soberanía, Límites y Asuntos Fronterizos (OSLAF), del Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores de Venezuela, señaló que esa inquietud fue presentada



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

en marzo pasado, durante la IX Reunión del Grupo de Trabajo de Desarrollo Fronterizo (GTDF) Venezuela-Brasil, siendo transmitida por su despacho a las instancias correspondientes, debido a la necesidad de aprobar una Providencia especial por parte de CADIVI que resuelva esta situación.

Posteriormente, tomo la palabra el representante de EMBRAPA quien agradeció la oportunidad de participar en este encuentro proponiendo al estado Bolívar formar parte de un gran proyecto para el norte de la Amazonia y el sur de Venezuela. A continuación dio una explicación de las capacidades de la empresa, sus áreas de desarrollo y zonas geográficas, así como de una de sus funciones que se encarga de la investigación para el incremento en la producción de granos, comprendiendo el desarrollo y mejoramiento de semilla de soya. La importancia de que se iniciaran los servicios de intercambio con el IRTAB es fundamental para EMBRAPA, porque esta mas cerca de los productores, lo cual hace mucho mas fácil la complementación y cooperación. Igualmente hizo mención al tema de la cooperación e intercambio tecnológico en materia de ganadería, ya que tienen igual interés de trabajar en este rubro con el IRTAB. Consecutivamente el Gobernador del estado de Roraima tomó la palabra para reafirmar que la integración entre ambos estados facilita el intercambio de tecnologías e insumos, así como la intención de seguir cooperando en esta materia que es fundamental para ambos estados en tiempos de crisis.

4. Salud:

La presidenta del Instituto Autónomo de Salud Pública del estado Bolívar (ISP) expuso que entre ambos estados se ha dado de manera natural la relación que históricamente se ha llevado a cabo en esta área, debido a las condiciones existentes en la zona fronteriza, sin embargo con la iniciativa política de los mandatarios de ambos países se han fortalecido las relaciones de cooperación e intercambio en materia de salud; destacó la importancia en el



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLIVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

intercambio de la información epidemiológica que poseen ambos estados, ya que el estado de Roraima posee un mayor desarrollo en cuanto al tercer nivel de atención médica que es el referido con la medicina crítica y el estado Bolívar posee un mayor desarrollo en atención médica, en cuanto se refiere al nivel I preventiva y al nivel II curativa, así mismo la ciudad de Santa Elena de Uairén cuenta con un Centro de Diagnóstico Integral (CDI), una Sala de Rehabilitación Integral, así como la práctica de la misión milagro que ha dado excelentes resultados, igualmente hizo mención a los estudiantes brasileiros que se encuentran en esa región formando parte del programa de medicina comunitaria que se ejecuta a nivel nacional, y que se implementa en función de la integración con los países hermanos. De la misma manera manifestó que el problema de comunicación en el sistema de referencias y contrarreferencias entre ambos estados esta siendo resuelto, con modelos de fichas que se encuentran en ambos idiomas de una manera sencilla y directa.

El Secretario de Salud de Roraima, manifestó que las relaciones se están llevando con la mayor normalidad posible, aunque su preocupación fue con la problemática de las personas sin documentación que mueren, debido a que es del lado de Brasil que se atiende la medicina crítica, lo que imposibilita los trámites de Actas Defunción, así como el traslado de esa persona a su lugar de origen.

En lo referente a dicho tema, el Director General de la OSLAF, informó que estos puntos serán tratados en el marco de la Primera Reunión Binacional del Subgrupo de Trabajo sobre Salud en la Frontera Venezuela-Brasil, del Grupo de Trabajo sobre Desarrollo Fronterizo (GTDF), a celebrarse próximamente durante los días 14 y 15 de mayo de 2009, en Santa Elena de Uairén. Asimismo, hizo referencia a la importancia de conocer el Acuerdo sobre Cooperación Sanitaria Fronteriza, suscrito en el año de 1982 entre la República de Venezuela y la República Federativa de Brasil.



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

5. Turismo:

Entendiendo que en esta área no existe ningún memorando, convenio u otro instrumento jurídico específico suscrito en esta materia se han reportado avances en las relaciones entre ambos estados en lo que a turismo se refiere, debido a la intención existente por las autoridades del estado Bolívar y del estado de Roraima en desarrollar el turismo como fuente de progreso para ambos.

El Secretario de Turismo y Ambiente del estado Bolívar presentó el status de las relaciones actuales y de los logros alcanzados por parte del gobierno regional, exhortando que es necesaria la intención política por parte del Ministerio del Poder Popular para el Turismo, para poder establecer algún compromiso concreto.

La parte brasilera presento un modelo de memorando de entendimiento en esta materia, el cual será elevado a las instancias superiores venezolanas correspondientes para su consideración, de igual manera expuso la importancia de las relaciones en materia de turismo entre ambos estados para profundizar las relaciones de integración entre los pueblos.

El Secretario para Asuntos Internacionales de Roraima manifestó algunas inquietudes en lo referente a la Póliza de Seguro de Responsabilidad Civil que deben pagar los propietarios de los vehículos brasileiros cuando ingresan al territorio nacional por Santa Elena de Uairén, en calidad de turistas. Sobre este particular, propuso que en la Aduana Ecológica de esa localidad se establezca un plan piloto de identificación, similar al plan piloto que se desarrolla en el Aeropuerto Internacional de Maiquetía, a los fines de atender el flujo de ciudadanos brasileiros que transitan hacia Venezuela con fines turísticos. Destacó la cantidad de alcabalas existentes en las carreteras



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

venezolanas ubicadas en la ruta que comprende el estado Bolívar hasta el estado Anzoátegui, las cuales realizan controles de los vehículos de turistas que tiene como destino final la Isla de Margarita. Asimismo, llamó la atención de los presentes sobre la necesidad de contar con una señalización bilingüe en las carreteras venezolanas.

El Director de la OSLAF, reiteró que la materia turística binacional escapa de las competencias del GTDF, ya que supera el ámbito fronterizo de las poblaciones de Pacaraima y Santa Elena de Uairén. En tal sentido, destacó la necesidad de activar el Grupo de Trabajo de Turismo Venezuela-Brasil, debido a que hasta la presente fecha no se ha celebrado su primer encuentro. En cuanto al tema de las alcabalas en el territorio nacional, el Gobernador del estado Bolívar y el Director General de la OSLAF, aclararon que esa petición escapa de sus competencias. Al respecto, ambos representantes se comprometieron a elevar estas solicitudes a las autoridades responsables.

7. Cultura:

La delegación brasilera expresó sus más sinceras disculpas por la ausencia de su representante en esta materia en el encuentro y asumió su responsabilidad en la falta de compromiso de la elaboración de un calendario de eventos culturales en conjunto, planteado en oportunidades anteriores.

La contraparte venezolana presentó una propuesta llamada "banco de Ideas" contentiva de 30 actividades a realizar en conjunto por ambos estados, no sólo en las poblaciones fronterizas sino lo que comprende el resto de la geografía de Bolívar y Roraima, igualmente enfatizó la importancia de dar a conocer los horarios de funcionamiento de la aduana ecológica de Santa Elena de Uairén, como gran avance en las relaciones, para la promoción de los eventos e intercambios culturales que se lleven a cabo en las zonas fronterizas.



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

Conclusión del encuentro

Las partes acordaron realizar el IX Encuentro de Gobernadores de los estados de Roraima y Bolívar en la República Federativa de Brasil, en el mes de mayo de 2010, en fecha a ser acordada entre las partes.

Para concluir ambos Gobernadores y delegaciones se felicitaron por los avances logrados durante el encuentro y se comprometieron a continuar cosechando éxitos en el marco de la cooperación conjunta de los estados a los fines de contribuir con el desarrollo sustentable de los pueblos.

Aprovechando la ocasión el Gobernador del estado Roraima manifestó su agradecimiento por las atenciones recibidas para él y su comitiva durante la celebración de este encuentro.

Firmado en Ciudad Bolívar, Municipio Autónomo Heres del Estado Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela, a los ocho (8) días del mes de mayo de 2009, en dos (2) ejemplares originales, redactados en idioma español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el estado Bolívar

Por el estado de Roraima

FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
Gobernador del estado Bolívar

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Gobernador del estado de Roraima



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

Comitiva Venezolana: G/D EJNB, Francisco Rangel Gómez/ Gobernador del estado Bolívar; Ing. Teodardo Porras Cardozo/ Secretario General de Gobierno del estado Bolívar; Abg. María Arias/ Directora de consultoría Jurídica; Lic. Brizeida Quiñonez/ Secretaria de Educación; Cnel. Efrén Hernández/ Secretario de Seguridad Ciudadana; Lic. Néstor Bolívar/ Secretario de Cultura; Ecol. Ricardo Aquino/ Secretario de Turismo y Ambiente; Dra. Ana Gineth Morales/ Presidenta del Instituto Autónomo de Salud Pública del estado Bolívar; Ing. Sobeida Sánchez/ Presidenta del Instituto Autónomo Regional de Tecnología Agropecuaria del estado Bolívar; G/B EJNB Marco Aurelio Fernández Hernández/Director General de la Oficina de Soberanía, Límites y Asuntos Fronterizos; Sofía Gonzáles/ Tercer Secretario Oficina de Soberanía, Límites y Asuntos Fronterizos; Lic. Alberto Canónico/ Director de FONDO Bolívar.; Prof. José Antonio Perazzo/ Presidente de Instituto de Deportes IDEBOL; Verónica Rivas/ periodista Gobernación de Bolívar; Lic. Damelis Castillo/ Jefa de departamento, secretaría de Cultura.

Comitiva Brasileña: Sr. José De Anchieta Junior/Gobernador del Estado de Roraima; Sr. Sergio Pillon Guerra/ Secretario Extraordinario para Asuntos Internacionales; Sr. Sergio Cunha/ Cónsul en Ciudad Guayana; Hayle Melim Gadelha/ Representante de Itamaraty (Dpto. América del Sul II); Eliéser Girão Monteiro Filho/Secretário de Estado de Seguridad Pública; Raimundo Nonato Sabóia Vilarins/Rector de la Universidad Estadual de Roraima; Gilberto Uemura/Secretario de Estado de Agricultura, Pecuaria y Abastecimiento; Samir De Castro Hatem/Secretaría de Estado de Salud; Francisco Joaci De Freitas Luz/Gerente General de EMBRAPA/RR; Haroldo Eurico Amóras Dos Santos/Secretario de Estado de Planificación y Desarrollo (Turismo); Orlando Rodrigues Martins Junior/Secretario Extraordinario de Asuntos Estratégicos (Proyectos Estructurales); Gustavo Abreu Vieira/Secretario Adjunto de Comunicación Social; Maria Luiza De Almeida Seminário/Asistente del Gobernador de Roraima.



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

**DECLARACIÓN CONJUNTA DEL VIII ENCUENTRO DE LOS
GOBERNADORES DE LOS ESTADOS DE RORAIMA DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL Y EL ESTADO BOLÍVAR DE LA REPÚBLICA
BOLIVARIANA DE VENEZUELA**

Los Gobernadores de los estados de Roraima de la República Federativa de Brasil y el estado Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela, se reunieron en el Palacio de Gobierno del Municipio Autónomo Heres del estado Bolívar, el día 08 de mayo de 2009, en el marco del "VIII Encuentro de Gobernadores" con el propósito de intensificar y fortalecer los vínculos de amistad y de integración entre los estados fronterizos comprometiéndose a desarrollar las relaciones entre los dos estados con el objetivo de estrechar lazos sociales, culturales y económicas sobre la base de los principios de solidaridad, complementariedad, cooperación y respeto, enalteciendo los principales avances y resultados ya alcanzados en este proceso recíproco de cooperación que comenzó en el primer Encuentro de Gobernadores Bolívar/Roraima celebrado los días 17 y 18 de abril de 2006, en Boa Vista - Estado de Roraima - República Federativa del Brasil.

En este encuentro los Gobernadores sostuvieron un constructivo diálogo que reafirmó las múltiples coincidencias de contribución y apoyo mutuo, ya definidas entre ambos mandatarios regionales.

Asimismo ambos Gobernadores reafirmaron la voluntad de cooperación en todas las áreas permitidas por las respectivas legislaciones y de común interés para los estados firmantes, mostrando como ejemplo la revalidación de los memorandos de entendimiento suscritos el 3 de octubre de 2006 en materia agrícola y salud, dichos compromisos serán asumidos en materia agrícola por el Instituto Autónomo de Tecnología Agropecuaria del estado Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela (IRTAB) y la Secretaría de estado de Agricultura, Pecuaria y Abastecimiento del estado de Roraima de la República Federativa del Brasil; y en materia de salud por el Instituto Autónomo de Salud Pública del estado Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela (ISP) y la Secretaría de estado de Salud del Estado de Roraima de la República Federativa del Brasil.

En ese sentido, ambas delegaciones revisaron y discutieron los instrumentos jurídicos suscritos entre ambos estados en las áreas de Seguridad Ciudadana, Educación, Agricultura, Salud, Turismo y Cultura; dando solución a varios puntos focales de primer interés para los gobiernos y sugiriendo nuevas propuestas que enmarquen aún más la profunda colaboración existente.



GOBIERNO DEL ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA

Al final del encuentro ambos Mandatarios regionales se felicitaron por el gran trabajo realizado durante los dos días de reuniones y posteriormente el Excelentísimo Gobernador del estado de Roraima, José De Anchieta Junior y su comitiva expresaron el profundo agradecimiento por la cálida hospitalidad brindada por parte del Excelentísimo Gobernador del estado Bolívar, Francisco Rangel Gómez, las altas autoridades gubernamentales y del pueblo guayanés, manifestando que en esta etapa de las relaciones es necesario poner un especial esfuerzo en el impulso de programas, cuyas metas sean alcanzar el desarrollo económico y social compartido, eliminar la pobreza y fortalecer el sistema democrático participativo que es la voluntad de los pueblos como vía para garantizar la estabilidad y la suprema felicidad de todos los ciudadanos.

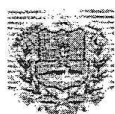
Hecho en Ciudad Bolívar, Municipio Autónomo Heres del Estado Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela, a los ocho (8) días del mes de mayo de 2009, en dos (2) ejemplares originales, redactados en idioma español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el estado Bolívar

Por el estado de Roraima

FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
Gobernador del estado Bolívar

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Gobernador del estado de Roraima



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

GOVERNO DO ESTADO
 BOLÍVAR



GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

DECLARACIÓN CONJUNTA DE LOS GOBERNADORES DE LOS ESTADOS DE RORAIMA DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y BOLÍVAR DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA.

Gobernadores de los Estados de Roraima de la República Federativa de Brasil y Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela, reunidos en la Costa del Sauipe, Ciudad de Salvador, Estado da Bahía de la República Federativa del Brasil, en 15 de Diciembre de 2008, en el marco de la reunión plenaria del Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del MERCOSUR (FCCR), con el propósito de intensificar y fortalecer los vínculos de amistad y de integración entre los estados fronterizos se comprometieron a intensificar la cooperación entre los dos estados con el objetivo estrechar cada vez más los lazos sociales, culturales y económicas sobre la base de principios de solidaridad y fraternidad, enalteciendo los principales avances y resultados ya alcanzados en este proceso de cooperación que comenzó en la realización de la Primera Reunión de Gobernadores - Roraima Bolívar el 17 de abril de 2006.

Habida cuenta de que ambos estados son territorios limítrofes con similares condiciones socioeconómicas y creyendo que la integración de las actividades culturales, ambientales, deportivas, turísticas, así como el conocimiento de la información socioeconómica de los estados y de los países son fundamentales para el desarrollo de acciones que se están tomando ahora con interés de ambos gobiernos;

La certeza de que para lograr el desarrollo integral, es necesario compartir un apoyo mutuo basado en el potencial de cada uno, sobre los avances científicos y tecnológicos, sobre todo en un primer momento conociendo las posibilidades de cada uno y de sus indicadores económicos y sociales;

Los estados reafirman la importancia de la continuidad del proceso de cooperación técnica y transferencia de tecnología en la agricultura, seguridad, salud, educación entre los estados de Roraima y Bolívar, así como la necesidad de expansión a áreas de la cultura, deporte, turismo y estadísticas.

Esta Declaración Conjunta establece como prioridad la expansión de la cooperación entre los dos gobiernos, con la plataforma:

1. El intercambio de información socioeconómica con la participación directa de la Secretaria de Planificación y Desarrollo y Secretaria Extraordinaria para Asuntos Internacionales como representante del estado de Roraima de la República Federativa del Brasil y la Secretaría de Desarrollo Económico como representante del Estado Bolívar de la República Bolivariana de Venezuela, para apoyar y ayudar a la aplicación de medidas para desarrollar y fortalecer los sectores socioeconómicos de los dos estados. Por tanto deberán planear y ejecutar proyectos para la integración de las bases de datos con información socio-económica regional y nacional, de ser posible, a fin de ampliar el conocimiento de esta información en ambas regiones (Roraima y Bolívar) y de los países (Brasil y Venezuela), que sin duda será muy importante para el apoyo de nuevas inversiones ~~de los empresarios interesados en hacer una búsqueda de información para decidir donde instalar su nuevo negocio.~~ *pública y privados.*

2. El intercambio cultural y deportivo entre los dos estados fronterizos, mediante el establecimiento de un calendario anual de eventos integrado con la participación de la representación de los dos estados en cada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DO ESTADO
 BOLIVAR

GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

una de ellas, con la participación directa de le Secretaría de Estado de Educación, Cultura y Deportes a través de sus departamentos de Cultura y Deportes, respectivamente, y la Secretaría Extraordinaria de Promoción Humana y Desarrollo en calidad de representantes del estado de Roraima de la República Federativa de Brasil y la Secretaría de Educación como representante del Estado Bolívar de la Republica Bolivariana de Venezuela. Por tanto deberán planear y ejecutar proyectos deportivos y culturales para la integración con el fin de ampliar los vínculos sociales y culturales de los pueblos hermanos de Roraima y Bolívar;

3. El intercambio de experiencias en el ámbito del turismo, mediante la promoción de eventos conjuntos, la difusión de material bilingüe, la capacitación de personal, etc., con la participación directa de la Secretaría del Estado de Planificación y Desarrollo, a través del Departamento de Turismo, como representante del Estado de Roraima de la República Federativa del Brasil y la Secretaría de Turismo y Ambiente como representante del Estado Bolívar de la Republica Bolivariana de Venezuela. Por tanto deberán planear y ejecutar proyectos para la integración del turismo con el objetivo de ampliar las oportunidades de negocios en el sector, así como los lazos de amistad y hermandad entre Roraima y Bolívar.

Firmado en Costa del Sauipe, Ciudad de Salvador, Estado da Bahia de la República Federativa del Brasil, el quince (15) días del mes de diciembre de dos mil ocho (2008), dos (2) ejemplares originales redactados en idioma español y portugués, y ambos textos igualmente auténticos.

FRANCISCO JOSÉ RANGEL GÓMEZ
 Gobernador del Estado Bolívar
 República Bolivariana de Venezuela

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
 Gobernador del Estado de Roraima
 República Federativa de Brasil

**ANEXO Z - Encontros de Governadores Roraima/ Bolívar (resumo; documento oficial).
Boa Vista, 29 de abril de 2010**



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ENCONTROS DE GOVERNADORES RORAIMA/BOLÍVAR

1. Antecedentes:

Desde 17 de abril de 2006 até 29 de Abril de 2010, os Governadores de Bolívar e Roraima, realizaram 9 Encontros de Governadores e 2 Reuniões de Trabalho, para fortalecer seus vínculos de amizade, cooperação e integração entre ambos estados fronteiriços, sendo:

- **I Encontro:** Na data de 17 e 18 de abril de 2006, em Boa Vista – Estado de Roraima – Brasil, onde foi definida de maneira detalhada, as diretrizes e metas que seriam implementadas pelos governos dos dois estados fronteiriços.
 - Na data de 2 de maio de 2006, em Caracas – Venezuela, por ocasião da celebração do Seminário "Oportunidades de Negócios com o Estado de Roraima", promovido pelo Ministério de Integração e Comércio Exterior, finalizando com um encontro com o Presidente da República Bolivariana da Venezuela – Hugo Chávez Frías.
 - **II Encontro:** Na data 30 e 31 de maio de 2006, em Puerto Ordaz – Estado Bolívar – Venezuela, foram assinados 4 Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica na área de Educação, Saúde, Segurança e Agricultura.
 - **III Encontro:** Na data de 17 de agosto de 2006, em Pacaraima – Estado de Roraima – Brasil (fronteira com Venezuela) realizou-se a primeira avaliação sobre a implementação dos referidos Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica.
-



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

■ **IV Encontro:** Na data de 12 de abril de 2007 em Boa Vista – Estado de Roraima – Brasil, realizou-se a segunda avaliação sobre a execução dos referidos Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica.

■ **V Encontro:** Na data de 03 de outubro de 2007 em Puerto Ordaz – Estado Bolívar – Venezuela, foram assinados 3 Memorandos de Entendimento nas áreas de Saúde, Agricultura e Segurança, assim como uma Declaração Conjunta entre ambos Governos em Matéria de Educação e Turismo, de maneira de dar continuidade as relações pré-existentes entre ambos estados fronteiriços.

■ Em 11 de dezembro de 2007, morre o Governador de Roraima Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto e assume o Vice – Governador Engenheiro José de Anchieta Junior, que manifestou ao Governo de Bolívar sua vontade de dar continuidade a cooperação existente entre ambos estados, através dos instrumentos subscritos.

■ **VI Encontro:** Na data 26 de fevereiro de 2008, em Boa Vista – Estado de Roraima – Brasil, oportunidade em que ambos os governadores discutiram vários temas de interesse para o processo de integração sócio – econômico entre Roraima – Bolívar, também foi avaliado os resultados alcançados ao longo destes 2 anos em que os estados de Bolívar e Roraima, têm desenvolvido um processo de cooperação científica e tecnológica nas áreas de Educação, Saúde, Agricultura e Segurança; e apresentaram-se as metas a cumprir para o exercício do ano de 2008 nas áreas referidas.

■ **VII Encontro:** No dia 21 de Junho de 2008, em Boa Vista – Estado de Roraima – Brasil, oportunidade em que foram revisados todos os temas abordados nos encontros anteriores, seus encaminhamentos e avanços, bem como destacado a importância de avanços nas áreas de turismo e cultura. Neste encontro foi elaborado um documento resumo dos principais pontos que são vitais para o processo de integração e desenvolvimento socioeconômico dos dois Estados fronteiriços (Roraima e Bolívar) e que merecem uma atenção especial dos governos centrais



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

dos dois países (Brasil e Venezuela), ficando decidido que será encaminhado aos Presidente do Brasil e da Venezuela. Também foi cumprido o item da agenda do VII Encontro de Governadores Roraima – Bolívar em relação à participação das delegações do Brasil e da Venezuela na abertura oficial do XVIII Arraial do Anauá, com o tema: "Arraial das 3 Nações".

■ Na data de 19 de Outubro de 2008, em Puerto Ordaz, Estado Bolívar – Venezuela, reunião de trabalho onde foram tratados diversos assuntos de relevante interesse para a integração econômica, social e cultural dos Estados de Roraima e Bolívar, com destaque: Projeto de Integração de Comunicação por fibra ótica; Construção do Centro Integrado Binacional na fronteira Brasil-Venezuela; Implementação, o mais rápido possível, da Decisão nº. 18/08 do Conselho do Mercado Comum (Mercosul) "Acordo sobre Documentos de Viagem dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados" que permite aos cidadãos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela viajar pelos seus territórios unidos apenas da carteira de identidade. Foi discutida também a necessidade de um maior intercâmbio cultural, esportivo e social entre os dois estados fronteiriços. Além desses assuntos foi abordada a questão da integração aérea e do fornecimento de insumos agrícolas da Venezuela para Roraima;

■ Na data de 15 de Dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, Cidade de Salvador, Estado da Bahia da República Federativa do Brasil, no marco da Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR) os Governadores de Roraima (Engº José de Anchieta Junior) e de Bolívar (General Francisco Rangel Gómez) firmaram uma Declaração Conjunta definindo como prioridade a ampliação da cooperação entre os dois governos, especialmente relacionadas ao: intercâmbio de informações socioeconômicas; intercâmbio cultural e desportivo; e intercâmbio de experiências na área de turismo. Na oportunidade também foram tratados assuntos de extrema relevância para melhorar o processo de integração fronteiriça (em relação fluxos comerciais entre Brasil e Venezuela através da fronteira norte (Pacaraima – Santa Elena de Uairen) e turísticos) especialmente: quanto a resolução dos problemas relacionados a demora na expedição das guias de mobilização de madeira; a facilitação da importação de calcário da



GOVERNO DO ESTADO
BOLÍVAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Venezuela; a dispensa da exigência por parte das autoridades venezuelanas para que condutores de veículos (turistas) sejam os legítimos proprietários dos veículos; e sobre a cobrança do seguro de responsabilidade civil de forma proporcional (referente aos dias em que o turista permanecer em território venezuelano e não por um ano como esta sendo praticado atualmente).

■ **VIII Encontro:** realizado nos dias 08 e 09 de maio de 2009, em Ciudad Bolívar, Estado Bolívar da República Bolivariana da Venezuela. Este encontro de trabalho teve os seguintes objetivos:

- . Troca de idéias e definição de diretrizes políticas para aprofundar as ações de integração entre Roraima e Bolívar;
- . Revisão e apresentação, por parte das comitivas respectivas (Roraima e Bolívar) dos avanços registrados nos memorandos de entendimento, declaração conjunta e convênios subscritos nas áreas de saúde, segurança, agricultura e educação e instalação das mesas de trabalho;
- . Ratificação dos memorandos de entendimento subscritos em matéria de saúde e agricultura. (Assinatura da Declaração Conjunta de Cooperação entre ambos os Estados, incluindo as matérias de cultura e turismo).

■ **IX Encontro:** realizado nos dias 29 e 30 de abril de 2010, em Boa Vista, Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil. Este encontro de trabalho teve os seguintes objetivos:

- Tema central do Encontro: "Assuntos Fronteiriços" – Discussão sobre mecanismos para melhorar a integração fronteiriça e ampliar a integração econômica, social e cultural entre os Estados Fronteiriços de Roraima-Brasil e Bolívar-Venezuela;
- Ratificação dos memorandos de entendimento subscritos em matéria de saúde, educação, segurança e agricultura e da Declaração Conjunta de Cooperação entre ambos os Estados sobre a matéria de cultura e de turismo;
- Visita a projetos de desenvolvimento do agronegócio: fruticultura, piscicultura, e rizicultura irrigada.